

Universidade Federal da Bahia - UFBA
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História Social - PPGH

Romulo de Oliveira Martins

“Vinha na fé de trabalhar em diamantes.” Escravos e libertos em Lencóis, Chapada Diamantina-BA (1840 – 1888).



Salvador
2013

Romulo de Oliveira Martins

“Vinha na fé de trabalhar em diamantes.” Escravos e libertos em Lençóis, Chapada Diamantina-BA (1840 – 1888).

Dissertação apresentada ao Programa de História Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História Social.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria de Fátima Novaes Pires.

Salvador

2013



PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DO ALUNO	MATRÍCULA	NÍVEL DO CURSO
Romulo de Oliveira Martins	211115565	Mestrado
TÍTULO DO TRABALHO		
"Vinha na fé de trabalhar em diamantes": Escravos e libertos em Lençóis/Chapada Diamantina, 1840-1888		
EXAMINADORES	ASSINATURA	CPF
Maria de Fátima Novais Pires (UFBA) - orientadora		341.272.325-87
Wlamyra Ribeiro de Albuquerque (UFBA)		530.895.615-69
Wellington Castellucci Junior (UFRB)		514.870.475-68

ATA

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por Romulo de Oliveira Martins, mestrando do Programa de Pós-graduação em História Social do Brasil. Após a abertura da sessão, a professora Maria de Fátima Novais Pires, orientadora e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores. Foi dada a palavra ao autor, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas do examinando. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu pela aprovação do aluno. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

PARECER GERAL

A banca examinadora considera que a Dissertação atende plenamente aos requisitos e exigências de trabalho acadêmico e responde vivamente a sua publicação.

SSA, 30/09/2013: Assinatura do aluno:

SSA, 30/09/2013: Assinatura do orientador:

Aos meus avós José Martins e Petronília Maria (*in memória*), Zilda Mendes (*in memória*) e ao meu avô José Raimundo.

AGRADECIMENTOS

Eis que aproxima o momento que inspirou e guiou minhas ações nos últimos dois anos e meio. Foi uma tarefa difícil e árdua, trilhei caminhos nunca antes percorridos. Percurso que exigiu tempo e colaboração de muitas pessoas. Nada mais justo que nomear aquelas que fizeram desse sonho distante (o mestrado) uma realidade muito próxima.

Não estaria sendo honesto se o primeiro nome na extensa lista de pessoas que fizeram desse trabalho uma realidade não figurasse a minha orientadora Dr^a Maria de Fátima Novaes Pires. Fátima Pires foi, sem dúvida, a pessoa mais importante para a efetivação dessa dissertação. Suas orientações ficarão comigo para sempre. Sua forma educada e cordial de tratar as pessoas é algo tão inspirador quanto os atinados ensinamentos que passava a cada bate papo, princípios de como trilhar os caminhos da pesquisa em história com ética, compromisso e competência. MUITO OBRIGADO professora!

Outra pessoa que merece destaque em meus agradecimentos é o professor Jackson Ferreira. Durante a graduação guiou-me pelos caminhos da pesquisa e influenciou na escolha do tema. Agradeço também aos ex-professores da UNEB, Carmélia Miranda, Sandra Gama, Mariza Soares, Sara Farias, Alan Sampaio. Na UFBA tenho muito a agradecer a João José Reis e Maria José R. Mascarenhas.

Amigos que fiz durante a graduação também merecem meu muito obrigado pelo incentivo e por acreditar que esse momento era possível, Tenório Gomes, Gildazio Alves, Kleber Ribeiro, Cleber Modesto, Rodrigo Nascimento, Arivaldo Pereira, Adriana Dias, Leila Cunha, Marinaldo, Célio José, Jorge Valois, Marcos Lazaro, Napoleão Barreto, Vilson Soares, Aline Dourado, Ariana Costa, Priscila Dourado, Adriano Fraga, Macio Andrade, Hugo Matos e Rodrigo Biguá (*in memória*).

Vários colegas contribuíram para pensar meu objeto. Conversas proveitosas iniciaram em São Lázaro e terminaram numa mesa de bar, juntamente com Rafael Portela, José Pereira, Flaviane Nascimento, Rafael Sancho, Jorge Luz. Agradeço aos colegas da pós-graduação Lucas Santos Café, Augusto, Maurício Quadros, Daniel Rebouças, Cleiton Melo, Isis Freitas, Isabela, Manoel, Simone Ramalho. Agradeço aos colegas Bruno Verás, Clássio Santana, Rogerio Barreto, Rafael Portela, Luís Siqueira e José Pereira, por ter feito leituras e sugestões sobre alguns rascunhos que lhes apresentei.

Os integrantes da linha de pesquisa “*Escravidão e Invenção da Liberdade*,” coordenada pelo professor João Reis, merecem sinceros agradecimentos. As reuniões quinzenais eram sempre muito proveitosas e contribuíram de forma significativa para o resultado final desse trabalho, principalmente o capítulo III que apresentei e recebi sugestões preciosas. Francos agradecimentos aos professores João Reis, Wlamyra Albuquerque, Gabriela Sampaio, Luís Nicolau Parés, Renato da Silveira, Sharyse Amaral, Elciene Azevedo, Lisa Castilho, Cecilia Velasco, Candido Domingues, Adriana Dantas, Kátia Lorena, Robério Souza, Isabel Reis, Paulo de Jesus, Daniele Santos, todos integrantes do grupo, por ter aprendido muito com vocês.

Agradeço muito aos professores Wellington Castelucci e Wlamyra Albuquerque, pelas valiosas intervenções e sugestões ao trabalho feitas durante a qualificação. Suas leituras atentas e competentes muito contribuíram para pensar meu objeto e afinar a escrita.

No Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) agradeço aos funcionários Pedro e Renaldo e aos funcionários do setor judiciário e colonial pela assistência no manuseio dos documentos. Agradeço a colega Napoliana Pereira Santana pela disponibilidade em fotografar e compartilhar documentos do Arquivo Público Municipal de Caetité. Em Lençóis sou grato ao Padre Gercival e ao Tabelião do Fórum Municipal de Lençóis, seu Manoel. Urano Andrade é outra figura que merece todos os agradecimentos. Conheci Urano no APEB, frequentávamos as reuniões da linha, sempre me passou dicas importantes sobre documentação e maneiras de organizar a coleta de fontes. Provavelmente é a pessoas que melhor conhece o APEB, muitas dicas preciosas, obrigado amigo.

Ao casal de amigos Rodrigo Alves Santos e Jacqueline Lopes, obrigado pela preocupação e por compartilhar angústias comuns da vida acadêmica, Rodrigo elaborou o mapa de localização da área em estudo. Aos primos Cássio Medeiros e Hugo Medeiros pela convivência no período que permaneci em Salvador para cumprimento dos créditos, especialmente Cássio pela ajuda sempre competente quando precisei de auxílio com a informática. Agradeço aos primos Henrique Medeiros e Janderson Queiroz por ter me ajudado coletar fontes em Lençóis. Agradeço ao amigo Mário Coutinho Magalhaes pelos questionamentos e pelas discussões sempre muito proveitosas, a maioria delas em uma mesa de bar acompanhado de uma cerveja, local muito apropriado para uma discussão acadêmica. Agradeço o amigo Vladimir Felix pelo dialogo. Agradeço aos colegas de trabalho, professores e incentivadores da pesquisa,

Suzana Durães, Maria Moreira, José Pires, Thaisa Araújo, Walda Mendes, Naira Mendes, Emerson Costa, José Augusto. A Zaíra Braga por presenciar de perto a correria da reta final sempre com palavras de incentivo e conforto.

À CAPES pela concessão da bolsa de estudos.

Agradecimento especial cabe fazer à minha família, pessoas que sempre acreditaram em meu trabalho desde a graduação, mesmo sem entender direito o que eu fazia, aos tios e tias: Everaldo, Ione, Everilton, Antônio, Enoque, Joaquim, Iva, Elias, Regina, Enilson. Ao meu avô José Raimundo que mesmo sem educação formal sempre incentivou os filhos e netos estudarem, só não queria que eu fosse professor “*ser advogado é melhor meu filho!*” A história me conquistou e agora não tem mais jeito.

Aos meus queridos irmãos Aline Martins, Elaine Martins, Simão Martins e Cristiane Oliveira, agradeço pelo amor e incentivo. Aos meus sobrinhos Emanuelle e Pedro pela alegria que me trazem. Aos meus pais faltam palavras para expressar a gratidão que tenho por vocês, muito obrigado a minha mãe Dona Ivone e meu pai Raimundo pelo amor e pela vida.

RESUMO.

Em 1844, a descoberta dos diamantes na Chapada Diamantina transformou aquela região, anteriormente pouco povoada, em uma das áreas mais dinâmicas da província da Bahia. A atenção atraída pelas pedras preciosas possibilitou formar um ativo comércio, sustentado por redes de abastecimento que ligou aquela região ao litoral, aos sertões da província da Bahia, às províncias vizinhas, bem como estabeleceu diversas conexões entre a Chapada e outros países. Foi utilizada de forma ampla a mão-de-obra escrava em todos os setores da economia, com destaque para as atividades de mineração. Escravos de diferentes lugares foram direcionados para Lençóis, boa parte dos africanos desembarcados na Bahia nos últimos anos do tráfico negreiro também. Indivíduos que viviam restrições impostas aos egressos do cativeiro na província da Bahia ou mesmo em províncias vizinhas perceberam naquela corrida às minas uma possibilidade de melhor viver. São histórias que permitem observar, entre outros aspectos: a vida cotidiana dos escravos na Chapada; as possibilidades de ascensão; a dinâmica do tráfico transatlântico; o trânsito de cativos entre a escravidão e a liberdade; o estabelecimento de laços afetivos; a difusão de redes de solidariedade; a ampla utilização do braço escravo etc. É por meio desse enredo que essa dissertação propõe analisar as estratégias de sobrevivência, as redes de relações pessoais, familiares, étnicas e as diferentes formas de solidariedade entre escravos e libertos em Lençóis no tempo dos diamantes.

Palavras-chave: Diamantes, Escravos, Libertos, Chapada Diamantina.

ABSTRACT

In 1844, the discovery of Diamonds in Chapada Diamantina turned that region, previously sparsely populated, in one of the most dynamic areas of the province of the state of Bahia. The attention attracted by precious stones enabled from an active trade, supported by supplies networks that connected the region to the coast to the hinterlands of the province of Bahia, to neighboring provinces, as well as it has established several connections between Chapada Diamantina and other countries. It was used a widely hand-slave labor in all sectors of the economy, specially mining activities. Slaves from different places were targeted to Lençóis, most Africans landed in Bahia in the last years of the slave trade as well. Individuals living restrictions on graduates from captivity in the province of Bahia or even in neighboring provinces realized that race to mine a chance to better living. These are stories that allow us to observe, among other things: the daily lives of slaves in Chapada Diamantina; possibilities of ascent, the dynamics of transatlantic traffic, the transit of prisoners between slavery and freedom; establishing affective ties; diffusion networks solidarity, the extensive use of slave labor etc. Based on this plot, this essay proposes to examine the survival strategies, networks of personal relationships, family, ethnic, and different forms of solidarity among slaves and freedmen in Lençóis during the age of diamonds.

Key-words: diamonds, slaves, freed, Chapada Diamantina.

LISTA DE FIGURAS E MAPAS

Figura 1 – Mapa da Área em Estudo	27
Figura 2. Nota promissória de Loja em Lençóis	84
Figura 3 . Mapa atual do perímetro urbano de Lençóis	86
Figura 4. Entrada da <i>Rua São Felix</i> onde José Rodrigues tinha seu negócio	89
Figura 5. A cidade de Lençóis vista do <i>São Felix</i> – em destaque a Praça das Nagôs que dá acesso à Rua das Pedras.	89
Figura 6.. <i>Rua das Pedras</i> em festa – nessa rua a escrava Felicidade tinha seu negócio.....	92
Figura 7. Garimpeiros carregando o cascalho para ser lavado	112
Figura 8.. Garimpeiros lavrando o cascalho em busca de diamantes	113
Figura 9. Coronel Felisberto Augusto de Sá.	131
Figura 10 - Rua do Lava Pés	134
Figura 11 - Rua do Lava Pés atual – vista por outro ângulo	134

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Quadro 1: Crimes de homicídio, tentativa de homicídio e lesões corporais em Lençóis (1850 – 1870)	57
Quadro 2. Relação das companhias de mineração de diamantes (1871)	74
Quadro 3. Alforrias de africanos	128

LISTA DE ABREVIATURAS

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia

AFL – Arquivo do Fórum de Lençóis

AIRL – Arquivo da Igreja do Rosário de Lençóis

APMC - Arquivo Público Municipal de Caetité – Fundo da Casa Anísio Teixeira

IGHB – Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	14
1.0 CAPÍTULO I - No encalço dos diamantes: migrações, escravidão e conflitos nos primeiros anos dos garimpos da chapada	24
1.1. A ocupação da chapada diamantina anterior aos diamantes.....	34
1.2. Repercussão da descoberta dos diamantes – Bahia, Brasil, E.U.A, Europa!	38
1.3. Contratempos, escravos e violência.....	51
1.4. Regulamentação das atividades de mineração.....	57
2.0. CAPÍTULO II - Senhores e escravos: companhias de mineração e as diversas estratégias de sobrevivência nas lavras de Lençóis.	61
2.1. - A moda de cavar diamantes – companhias de mineração e mercado de mão de obra.....	76
2.2. Sebastião e seus comparsas da Rua da Baderna: furtos e estratégias de sobrevivência.....	82
2.3. 1859: ano financeiro da Companhia Capivaras; fuga e outras formas de resistência escrava.	95
3.0 CAPÍTULO III - Uma comunidade africana em Lençóis? Solidariedade, escravidão e relações sociais no tempo dos diamantes.	109
3.1. A trajetória do casal Antônio nagô e Lucrecia nagô	114
3.2. “Histórias miúdas”: os nagôs na Chapada, tráfico Atlântico e diamantes	122
3.3. Samuel Nagô, Domingos Nagô, Margarida Nagô e outros nagôs.....	132
3.4. Africanos, cotidiano e conflitos.....	151
4.0. Considerações Finais	157
4.1. Lista de fontes manuscritas, online e impressa.....	159
4.2. Lista de fontes bibliográficas.....	160
4.3. Referências bibliográficas	161

APRESENTAÇÃO

Sou da Chapada! Assim respondo àqueles que me perguntam de onde venho. Nasci e me criei nessa região de rara beleza natural, situada no centro geográfico do Estado da Bahia. Desde criança aprendi a apreciar os “causos” fascinantes de garimpo e garimpeiros, de tesouros encantados, da passagem *dos revoltosos* pela Chapada (Coluna Prestes), memórias de coronéis e jagunços “muito machos”. Histórias que tive primeiro contato por intermédio de meu avô paterno, José Martins, homem que no alto de seus 89 anos me contava histórias que ele vivenciou. Episódios que mais se aproximavam de uma autobiografia. *“Esse terreno, meu filho, comprei com o dinheiro de um cristal”*, assim começava a explicar como comprou o sítio onde esse aprendiz de historiador nasceu (por mãos de uma parteira, mãe Diu, negra como muitos dos personagens dessa pesquisa), cresceu e reside até hoje. Herança de um avô que em determinado momento da vida também trabalhou em garimpo como muitos dos homens e mulheres que apresentarei ao longo dos capítulos dessa dissertação.

Não sei explicar direito, mas a Chapada e sua gente sempre me encantaram. Meu avô José com certeza tem culpa nisso. Assim como tem culpa meu avô materno, José Raimundo, quando chora suas mágoas contra o Coronel Horácio de Mattos. *“seu jagunço matou meu tio Irineu [partidário do coronel Manoel Fabrício de Campestre] numa emboscada, tio Irineu era cabra macho, morreu sozinho porque pegou ele desprevenido.”* Assim ele conta as histórias de um tio jagunço, que ele nem conheceu, mas a tradição oral da família transformou em um homem respeitado, quase um herói, só nosso. Minha avó paterna, Petronilia Maria, também tinha sangue de “homem macho”. Meu bisavô, seu pai, esteve na sangrenta batalha entre o coronel Horácio de Mattos e o Coronel Manoel Fabrício, que à frente de suas respectivas tropas horrorizaram a população da Vila do Campestre. Batalha que terminou com a vitória de Horácio e a redução de Campestre, antiga sede da municipalidade, em distrito do novo município batizado de Dr. Seabra, hoje apenas Seabra.¹ A família de minha avó materna, Zilda Mendes, abandonou a região de garimpos de Andaraí e Caeté-Açu [Vale do Capão], num período de decadência da mineração. Seu pai Antônio Leão Mendes reiniciou a vida como lavrador no atual município de Iraquara.

¹ MORAIS FILHO, Walfrido. Jagunços e Heróis: a civilização do diamante nas lavras da Bahia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. 212 p. CHAGAS, Américo. O chefe Horácio de Matos. 2. ed. Salvador: Secretária da Cultura e do Turismo da Bahia. 1996.

Ao iniciar a pesquisa, percebi que os homens valentes e sagazes não foram produzidos apenas no século XX, época em que ambienta as histórias orais que tive muito contato. São reflexos de algo que brotou muito antes. No tempo dos diamantes, no período escravista, desfilava pela Chapada inúmeros homens com diferentes tons de valentia.² Leão Augusto, escravo pardo, pertencente a Francisco Augusto da Costa morador em Lençóis, foi um desses homens que não perdia a oportunidade de demonstrar que com ele as coisas eram resolvidas à força. Foi assim que agiu com sua amada Bárbara, também escrava, que prestava serviço como cozinheira alugada para a casa paroquial de Lençóis. Leão tentou invadir a residência do padre João Antônio da Silva para ter uma “conversa” com a dita escrava. O motivo do desespero de Leão era o fim do relacionamento e a suspeita de que Bárbara estava de caso com outro homem, o caixeiro Lazaro. O fato aconteceu em janeiro de 1879. Um bilhete, escrito pelo escravo Leão, endereçado ao seu rival e anexado ao processo crime evidencia essa ética da valentia na Chapada.

Snh. Lazaro

Eu por ti ter atenção porrisso li participo q no dia q nos encontra=mos fora desta igrejinha ei de li fazer o qui minha cabeça entender por que uma das mulher qui tem costume di ir lá vendo a relação da casa entre você e ceos companheiros me disse q todos andavam com a minha querida Barbara sendo você o mais influente abrão os zolhos você e ceos companheiros para quando encontrar (...) e ande sempre armado para brigar com migo q *eu sou homem maxo* depois não queixe de mim

no mais sou ceos argoz

L. Augusto.³

Talvez, passagens da história da Chapada como essa do escravo Leão, tenham sido gestadas no *rush* dos diamantes de 1844/45. Acredito que a ausência do Estado inspirou posturas semelhantes e naturalizou esse tipo de atitude. Histórias pequenas que

² Glaybson Guedes Barboza da Silva. Homens com sonhos de riquezas inexauríveis: virilidade, ambição e violência nas minas de diamantes de Lençóis (1850 – 1870). Dissertação. Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. 2012. 201 folhas

³ APEB – Judiciário; processo crime; agressões. Nº 04/111/16. Folha 5.

não chamariam atenção caso essa pesquisa não fosse atenta às “histórias miúdas”, protagonizadas por subalternos que trilharam os caminhos dos diamantes.⁴ Essa pesquisa filia-se a uma versão tomsoniana da história, atenta para uma narrativa histórica comprometida em analisar os indivíduos de acordo com as suas experiências. O historiador inglês, Edward P. Thompson, defendeu que existem muitas histórias para serem contadas para além dos limites da história oficial, e essa dissertação compactua com essa visão.⁵ Numa terra com deficiência na aplicação das leis, como era o caso da Chapada dos primeiros tempos, cada indivíduo, inclusive escravos, agia com as armas que estavam ao seu alcance.

Foi permeando as nuances sociais da corrida aos diamantes que analisei, no capítulo I, a trajetória dos escravos André e Nicollau, cativos que empreenderam ousado projeto de vida para as lavras diamantinas. Fugiram da província de Sergipe “*na fé de trabalhar em diamantes*”, objetivando conquistar riquezas, assim como outros tantos sujeitos que direcionaram atenção para região de Lençóis em meados do século XIX.

André e Nicollau chegaram aos Lençóis em 1848, três anos depois dos primeiros achados de diamantes acompanhados por dois homens livres, Manoel José Gomes e Manoel Antônio do Nascimento, com a promessa de serem seus camaradas, sócios em trabalhos de garimpo. A farsa da camaradagem começou a ser desfeita com as atitudes dos homens livres que acompanhavam os escravos André e Nicollau, pois passaram a agir como se fossem seus senhores. Essa postura terminou com a insubmissão dos cativos e a publicização das pretensões de Manoel José e Manoel Antônio, gerando o processo de furto que será discutido adiante, no capítulo I.

O crioulo Antônio, natural de Diamantina, província de Minas Gerais, também foi um daqueles indivíduos que perceberam que as Lavras Diamantinas de Lençóis poderiam ser uma boa opção para recomeçar a vida. Guiado aos Lençóis, no ano de 1866, pelos sonhos de uma vida melhor e com a falsa promessa de camaradagem de

⁴ Para reconstruir trajetórias de homens e mulheres subalternos, escravos e libertos, segui aqui a trilha apontada pela História Social e pela Micro-história. Embasado nessa referência metodológica e teórica buscarei aproximar minha análise naquilo que possivelmente significou ações desses indivíduos em suas experiências cotidianas para conquistar vantagens dentro dos limites impostos à sua condição social. Ver: THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: O cotidiano e as idéias de um Moleiro Perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; *O Nomo e o como: troca desigual e mercado historiográfico*. In: A micro-história e outros ensaios. Ed. Bertrand Brasil, Cad. Memória e Sociedade, 1989. LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In: BURKE, Peter (org). *A escrita da história: Novas perspectivas*. São Paulo, Ed. Unesp, 1992.

⁵ Ver: THOMPSON... *Costumes em comum...* Op. Cit; *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987; *A história vista de baixo*. In. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas: UNICAMP, 2001, p. 185 – 201.

Faustino de Oliveira Silva Dadá, acabou submetido ao cativo ilegal. Antônio foi posto a ferros e reescravizado durante seis anos no garimpo do Marco.⁶ Embora não tendo sucesso, é possível perceber nesses e em outros casos semelhantes, as agências de indivíduos cativos e libertos que partiram de províncias vizinhas buscando alento para suas vidas na Chapada Diamantina. Passagens como essas permitem compreender como indivíduos escravizados conseguiram, em meio às dificuldades, tornarem-se agentes históricos de seu tempo. São recortes de histórias de vida, projetos pessoais protagonizados por escravos, trechos de vida retirados das entrelinhas de processos crime.⁷ Processos esses que são fontes primordiais para esse estudo. Tomando de empréstimo as palavras de Maria de Fátima Novaes Pires:

As vivências escravas (...) são menos tangíveis e é sempre mais difícil frequentá-las. Nessa medida, os processos criminais abrem algumas possibilidades para o alcance dessa perspectiva. Todavia, é necessário assentá-las em sua temporalidade a fim de contextualizar tensões e arranjos cotidianos, valiosos indícios da vida social, indispensáveis às tentativas de reconstituição da trajetória de tantos anônimos para a história.⁸

Trajetórias de vida como a de André, Nicollau, Antônio e muitos outros, contribuem para pensar as possibilidades e planos arquitetados por escravos para conquistarem dias melhores. Trajetórias de pessoas que buscaram remediar a opressão da escravidão e inspiraram mitos e lendas que ainda hoje povoam a Chapada.

Da morada desse aprendiz de historiador, avista-se o *Morro do Pai Inácio*, símbolo da Chapada, que tem esse nome em homenagem a um escravo. Reza a lenda que o negro Inácio estava de namoro com uma sinhazinha, filha de um coronel da Chapada. Quando o pai da moça descobriu o *affaire*, mandou matá-lo. Perseguido por

⁶ APB – Judiciário, processo crime nº 03/115/34 (1872)

⁷ Diversos trabalhos já demonstraram a relevância desse tipo de fontes para a história social, entre eles: LARA, Sílvia Hunold. Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Maria de Fátima Novaes Pires. O crime na cor: escravos e forros no alto sertão da Bahia – 1830- 1888. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003. WISSENBACH, Maria Cristina C. Sonhos Africanos. Vivências Ladinhas. Escravos e forros no Município de São Paulo, 1850 – 1880. São Paulo: Hucitec, 1998. CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1990. 287 p. entre outros

⁸ Maria de Fátima Novaes Pires. Fios da Vida: tráfico internacional e alforrias nos sertões de Sima – BA (1860-1920). São Paulo: Annablume, 2009. Pag. 17.

um bando de jagunços, com sua cabeça a prêmio, Inácio saltou do morro com um guarda sol em mãos. Nunca mais o negro foi visto, desapareceu como num passe de mágica. Há outra versão que diz que Inácio retornou à casa do coronel, raptou a sinhazinha e foram felizes para sempre. O final pouco importa, o fato de um dos símbolos da Chapada ter sobre si a lenda de um escravo demonstra o quanto esses indivíduos povoaram essa terra e marcaram sua história.

O que dizer então da antiga Praça das Nagôs em Lençóis, atualmente Praça Aureliano Sá, que continua sendo das nagôs, pois, dificilmente um morador da Chapada a conhece por seu nome atual. O nome da praça deve-se à grande presença dos africanos nagôs em Lençóis. Nagôs como Henriqueta Ribeiro, Antônio do Valle, Antônio Gonçalves, Domingos Zama, Rita Zama, Samuel, Damazio, Antônio Severino, Antônio Gonçalves, Dina de Souza Barreto, Horácio Alexandrino, Manoel Veiga, Nicolau de Britto, entre outros nagôs que povoaram a Chapada, formaram famílias e são personagens dessa dissertação.⁹

A Chapada e suas histórias faz parte de mim, são marcas impossíveis de serem apagadas. Quando escolhi o curso de história, pensava em encontrar respostas para os conflitos de coronéis, conhecer mais a fundo e confrontar as versões que os mais velhos contam. Até o quinto período do curso, na UNEB/IV, a intenção ainda estava de pé, mas, naquele semestre tive uma disciplina sobre história da escravidão ministrada pelo professor Jackson Ferreira. Continuei desejando conhecer melhor a “minha Chapada”, no entanto o foco mudou, despertou em mim a ideia de pesquisar a escravidão nos garimpos de diamantes. Procurei o professor Jackson e ele me encorajou. Busquei trabalhos sobre escravidão na Chapada Diamantina, mas foram pouco produtivas as minhas buscas. Encontrei apenas uma dissertação, defendida no ano 2000 no PPGH da UFBA, por Maria Cristina Dantas Pina, sobre *Santa Izabel do Paraguassú* (Mucugê),

⁹ Sobre família escrava ver: SLENES, Robert. W. *Na Senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. “*Malungu ngnoma vem!*”: África coberta e descoberta do Brasil. Revista da USP, n 12, dez./jan./fev. REIS, Isabel Cristina Ferreira dos Reis. “*Uma negra que fugio, e consta que já tem dous filhos*”: fuga e família entre escravos na Bahia. AfroÁsia n° 23 (1999). REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2007. FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico : Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1997. x, 250 p. MACHADO, Cacilda. *As muitas faces do compadrio de escravos: o caso da Freguesia de São José dos Pinhais (PR), na passagem do século XVIII para o XIX*. IN: Revista Brasileira de História – Órgão Oficial da Associação Nacional de História. São Paulo, ANPUH, vol.26, n°52. Jul – dez, 2006. PEREIRA, Raquel Pereira. *Laços da senzala, arranjos da flor de maio: relações familiares e de parentesco entre a população escrava e liberta – Juiz de Fora (1870 – 1900)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Departamento de História. 2007. 225 folhas. Entre outros.

que o foco principal não era a escravidão. Foi então que percebi que além de um tema importante, a história dos escravos na Chapada Diamantina ainda estava por ser escrita.¹⁰

Mais uma vez procurei o professor Jackson e ele então me emprestou o livro, *Dom Obá II D'África*, de Eduardo Silva.¹¹ A história de Cândido da Fonseca Galvão, um lençoense filho de africanos, me fascinou e fiquei ainda mais interessado em conhecer a respeito da escravidão. Apesar de ter gostado muito da biografia do príncipe Galvão, Eduardo Silva avança muito pouco quando trata da vida de Dom Obá em Lençóis e sobre a escravidão na região. Apesar de que esse não era o objetivo principal de seu trabalho. Silva pontuou as dificuldades encontradas para estudar essa parte da história da vida de Obá II. Segundo ele, existiam poucos documentos para essa tarefa. Informação que não se confirmou quando passei a buscar fontes para este estudo. Existem documentos, são muitos e diversificados, desde comunicações oficiais de juízes, promotores, vereadores, processos crimes e cíveis, inventários e testamentos disponíveis no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Séries completas de registros de batismo, casamento e óbito, disponíveis no Arquivo da Igreja do Rosário de Lençóis abarcando os anos de 1853 a 1888. Livros de notas, disponíveis no Arquivo do Fórum Municipal de Lençóis etc.

Nos livros de tabelionato, por exemplo, cataloguei os seguintes números, entre os anos de 1853 a 1878: 1000 escrituras de compra e venda de escravos nascidos no Brasil (crioulos, cabras, mulatos, pardos), outras 130 de escravos africanos; hipoteca de

¹⁰ Maria Cristina Dantas Pina. Santa Isabel do Paraguassú: Cidade, Garimpo e Escravidão nas Lavras Diamantinas, século XIX. Dissertação de Mestrado. PPGH – UFBA. 2000. Pag 122. Trabalho recente foi defendido por Glaybson, mas seu foço principal também não era a escravidão, Ver: Glaybson Guedes Barbosa da Silva. Homens com sonhos de riquezas inexauríveis: virilidade, ambição e violência nas Minas de diamantes de Lençóis (1850-1870). Dissertação de mestrado. Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), 2012. 201 folhas.

Mais fértil é a recente produção historiográfica sobre Rio de Contas e o alto sertão da Bahia. Cf: PIRES. *O crime na cor...* (Op. Cit). Da mesma autora, Fios da Vida: tráfico internacional e alforrias nos sertões de Sima – BA (1860-1920). São Paulo: Annablume, 2009. ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. Alforrias em Rio de Contas – Bahia, século XIX. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006. NOGUEIRA, Gabriela Amorim. “Viver por si”, viver pelos seus: famílias e comunidade de escravos e forros no “Certam de Cima do Sam Francisco” (1730 – 1790). 2011. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciências Humanas V, Universidade Estadual da Bahia, Santo Antônio de Jesus, Bahia. SANTANA, Napoliana Pereira. Família e microeconomia escrava no sertão do São Francisco (Urubu – BA, 1840 – 1880). 2012. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciências Humanas V, Universidade Estadual da Bahia, Santo Antônio de Jesus, Bahia. NEVES, Erivaldo Fagundes. Sampauleiros Tranficientes: *Comércio de escravos do Sertão para o oeste cafeeiro Paulista*. Afro-Ásia, Salvador, n. 24, p. 97-128, 2000.

¹¹ SILVA, Eduardo. Dom Oba II d'Africa, o principe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1997.

189 escravos nascidos no Brasil e 38 de africanos, em 64 casos não foi possível identificar a origem do escravo; 57 escrituras de doações a terceiros; 303 alforrias, sendo 108 de africanos.

No Arquivo Público do Estado da Bahia consultei diversos documentos. Da seção do Judiciário foram nove maços de correspondências de juízes de Lençóis e Santa Izabel, compreendendo os anos de 1847 a 1890. Do legislativo consultei os maços 1340 e 1341 com correspondências da Câmara Municipal de Lençóis e o maço 1421 da Câmara de Santa Izabel. Ainda no APEB consultei aproximadamente 250 inventários, dos cerca de 500 disponíveis. Oitenta processos cíveis e 200 processos crime, sendo que muitos processos crime envolveram escravos ou libertos. Ainda no APEB, consultei a documentação da Repartição dos Terrenos Diamantinos da Bahia. Dois livros de protocolos de audiências de Lençóis de 1853 a 1858. Três livros de notas da Vila do Campestre dos anos de 1872 a 1880. No Arquivo da Igreja do Rosário de Lençóis, consultei os livros 1º e 2º de registros de batismo e o livro 1º de registros de casamentos, além dos livros de registros de óbitos. Pesquisei também, com auxílio da colega historiadora Napoliana Pereira, no Arquivo Público Municipal de Caetité, livro caixa da Companhia Capivaras, pertencente ao Cel. Antônio de Souza Spinola (avô de Anísio Teixeira).

No site da Biblioteca Nacional consultei jornais do século XIX, da Bahia e do Rio de Janeiro, a saber: Correio da Bahia; O Guaycuru (BA); Correio Mercantil (RJ); A Marmota da Corte; Anuário político, histórico e Estatístico de 1847 – 1848; Diário do Rio de Janeiro; Revista Semana Ilustrada (RJ); Relatório dos trabalhos do conselho interino de governo (BA); Falas de presidentes da Província da Bahia 1847 e 1848; O Correio da Tarde (RJ). Estes periódicos da época, os relatórios de presidentes de província, os processos crime e informações de escravos fugidos, foram as principais fontes para a construção dos capítulos I e II dessa dissertação. Existem fontes: ricas e diversificadas.

As experiências de vida dos escravos nas Lavras Diamantinas têm sua problemática potencializada se considerarmos o contexto histórico, político e

econômico dessa região a partir do início de sua ocupação. Podemos identificar distintas fases. A primeira, anterior aos descobrimentos, exercia pouco fascínio sobre indivíduos de outras regiões; a segunda fase da ocupação iniciada após 1844 mudou completamente o antigo panorama. Inicialmente, Santa Isabel (Mucugê), figurou como centro da extração. Não demorou muito para que aquela população, sedenta por fabulosas riquezas, colonizasse as múltiplas serras que circundam a Chapada. As descobertas iam sucedendo continuamente, seguindo as sinuosidades dos rios e córregos até distribuírem-se por toda uma área compreendida entre Santa Isabel, Lençóis e as serras em seu entorno. Saíram de cena as pequenas e pacatas povoações e o diamante passou a ser protagonista, mercadoria condutora das atitudes daquele povo e mediadora da sociedade que ali emergia. É justamente nesta fase que acreditamos terem se estabelecido as melhores oportunidades de conquista e espaços de autonomia pelos escravos e obtenção de vantagens.

A terceira fase é da decadência da exploração, que teve início após 1870. Diversos são os fatores conjunturais que contribuíram para a estagnação da exploração, entre eles podemos ponderar o escasseamento superficial das gemas de diamantes, as técnicas rudimentares empregadas até esse período não permitiam que explorassem os diamantes mais profundos e, principalmente, o baixo preço do diamante no mercado internacional. O contexto internacional também foi um fator decisivo para a anemia econômica que abateu sobre Lençóis. As descobertas das minas do Cabo na África do Sul empurraram para baixo os preços das gemas causando desalento e falência da economia local, assentada direta ou indiretamente na mineração.¹²

A economia do diamante permitiu a livres e escravos sonharem com dias melhores, cada um com seus anseios e expectativas. A Vila dos Lençóis tornou-se a principal referência na produção e comercialização dos diamantes. Era uma vila ativa de oportunidades variadas que foi ocupada por diversos indivíduos. Naquele cenário, histórias incríveis aconteceram; grandes façanhas praticadas por cativos em fuga, bem como estratégias de microeconomia¹³ fomentadas e praticadas por escravos que

¹² A região de exploração de diamantes da província de Minas Gerais também passou, na mesma época, pela crise enfrentada na Chapada. Ver: Marcos Lobato Martins. A crise dos negócios do diamante e as respostas dos homens de fortuna no Alto Jequitinhonha, décadas de 1870-1890. Estudos Econômicos. Instituto de Pesquisas Econômicas, v. 38, p. 611-638, 2008. Do mesmo autor: A mineração de diamantes e a Administração Geral dos Terrenos Diamantinos: Minas Gerais, décadas de 1830-1870. Revista de História (USP), v. -, p. 129-163, 2012. Ainda do mesmo autor: Da bateia à enxada: Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. Diamantina: Ed. FAFIDIA, 2000.

¹³ Trabalhos recentes abordaram as estratégias de escravos na construção e manutenção de espaços de autonomia que possibilitaram formar uma rede de microeconomia escrava no Recôncavo e no sertão,

estabeleceram complexas redes de alianças e cumplicidade na prática de furtos e receptação de objetos apanhados de seus senhores.¹⁴ Um dos casos emblemáticos, que envolveram escravos, libertos africanos e homens livres foi abordado no capítulo II dessa pesquisa.

Os indícios levam-nos a acreditar que, antes da crise econômica, as Lavras Diamantinas configuraram-se como espaço privilegiado na luta pela liberdade. No entanto, o desalento provocado com a baixa dos diamantes fez com que muitos cativos tivessem seus planos interrompidos, situação motivada, principalmente, pela transferência de escravos para o sudeste no contexto do tráfico interprovincial.¹⁵ As fases da corrida aos diamantes regularam a vida dos escravos da Chapada. Num período de preços inflacionados dos brilhantes no mercado internacional houve mais oportunidades e conseqüentemente mais chances de obterem melhores condições de vida. No período de retração, provocado com a baixa dos preços dos diamantes, mais que a escassez das gemas, provocou a diminuição das oportunidades de obter vantagens naquela sociedade lavrista.

Assim, meu objetivo ao longo deste estudo é compreender as formas de comportamentos dos escravos e libertos que viveram em Lençóis no tempo dos diamantes. Busco analisar suas trajetórias individuais e coletivas, bem como as interações entre “os seus” e desses com a comunidade livre de Lençóis. Tento perceber como esses sujeitos construíram expectativas para melhor viver, tendo como alento a economia dos diamantes da Chapada. Para tanto, busco apoio numa historiografia que discute diversas formas de resistência escrava no Brasil. Pretendo alcançar esses sujeitos do passado mediante utilização de uma farta e variada gama de documentos. Fontes

respectivamente: Alex Andrade Costa. *Arranjos da sobrevivência: autonomia e mobilidade escrava no Recôncavo Sul da Bahia (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciências Humanas – Campus V, Universidade do Estado da Bahia, 2009. Napoliana Pereira Santana. *Família e microeconomia escrava no sertão do São Francisco (Urbubu – BA, 1840 – 1880)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciências Humanas V, Universidade Estadual da Bahia, Santo Antônio de Jesus, Bahia.

¹⁴ São fecundas as pesquisas no Brasil que abordam a criminalidade escrava como forma de resistência. Ver: Maria Helena P. T. Machado. *Crime e Escravidão*, São Paulo, Brasiliense, 1987. Também nessa espreita da resistência e negociação escrava enquadra-se trabalhos como João José Reis e Eduardo Silva. *Negociação e Conflito – a resistência negra no Brasil escravista*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.; Silvia Hunld Lara. *Campos da Violência*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998. REIS, Liana Maria. *Crimes e escravos na capitania de todos os negros (Minas Gerais, 1720-1800)*. São Paulo, SP: Aderaldo & Rothschild, 2008. 275 p

¹⁵ PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da Vida: tráfico internacional e alforrias nos sertões de Sima – BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009. NEVES, Eivaldo Fagundes. *Sampauleiros Traficantes: Comércio de escravos do Sertão para o oeste cafeeiro Paulista*. Afro-Ásia, Salvador, n. 24, p. 97-128, 2000. GRAHAM, Richard. *Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil*. Afro-Ásia, n. 07. UFBA, 2002, pp. 121-160.

oficiais (correspondências do legislativo e judiciário de Lençóis); falas dos presidentes da Província da Bahia; processos crime e cíveis; inventários e testamentos; documentação da repartição diamantina; livros de contabilidade de empresa de mineração que atuaram em Lençóis; registros paroquiais (batismo, casamento e óbito); jornais do século XIX (Salvador e Rio de Janeiro); fotografias; literatura regional; escrituras de compra e venda; cartas de liberdade; memorialistas e viajantes. Confrontando e articulando essa extensa documentação, obtive indícios de como viviam e se relacionavam homens e mulheres, escravos e libertos, que viveram em Lençóis na segunda metade do século XIX.

CAPÍTULO I

1. No encaço dos diamantes: migrações, escravidão e conflitos nos primeiros anos dos garimpos da Chapada.

A Bahia não he o Pará... ouvio?

Havia ao Monte Serrattle um bom homem, que havia passado commodamente a vida no honesto officio de curtidor de couros – ouvio falla, *no que todos ouvem*, nos prodígios da mineração diamantina do Sincorá,¹⁶ e de súbito volta-se-lhe a cabeça, eil-o que larga barcos e redes, e deita a correr ao cheiro dos diamantes. (...) este porem foi mais avisado que alguns, que para lá tem ido com uma mão atraz, otra adiante (...).¹⁷

A descoberta de diamantes na região central da Bahia, no ano de 1844, abriu um novo campo de migrações dentro e fora da província para aqueles confins. Pessoas de várias partes do Brasil direcionaram suas atenções aos boatos de fabulosas riquezas ao alcance das mãos. Dizia-se que os diamantes da Chapada poderiam ser alcançados por qualquer pessoa, bastando, para isso, apenas o trabalho de ir lá apanhá-los.¹⁸

A mineração marcou a formação das primeiras grandes povoações da Chapada Diamantina, local antes considerado como apenas uma porção do indissociável espaço dos sertões baianos, avaliado como apartado, inóspito e longínquo *por uma historiografia mais atenta às economias centrais* da província da Bahia.¹⁹ A região contava com algumas fazendas espaçadas umas das outras, fruto das trilhas deixadas pelo gado no processo de expansão da pecuária para as barrancas do Rio São Francisco e alto sertão da Bahia. A expansão tinha como objetivo, como afirma Rodrigo Lopes

¹⁶ A Serra do Sincorá é a cadeia montanhosa que circunda a Chapada Diamantina, situada na região central do Estado da Bahia, constitui um sítio de grande beleza paisagística devido ao modelado de suas serras, que expõem vales profundos de encostas íngremes e amplas. A serra do Sincorá compreende um conjunto de diversas serras de menores extensões como as da Cravada, do Sobrado, do Lapão, do Veneno, do Roncador, do Rio Preto, entre outras. Foi nessa serra que descobriram diamantes com mais abundância na Chapada Diamantina no Século XIX.

¹⁷ Jornal O Guaycuru. Anno 3. Bahia, Quarta Feira 10 de julho de 1845. Numero 107 (pag. 4). Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.

¹⁸ PEREIRA, Gonçalo de Athayde. Memória Histórica e Descritiva do Município dos Lençoes (Lavras Diamantinas). Bahia: A Bahia. 1910.

¹⁹ Para Erivaldo Fagundes Neves, um dos maiores estudiosos do assunto, o sertão tem um conceito etimológico; “nos [...] países lusófonos, sertão serve para designar o ‘incerto’, o ‘desconhecido’, o ‘longínquo’, o ‘inferior’, o ‘inculto’, (terras não cultivadas e de gente grosseira)”. Ver: NEVES, Erivaldo Fagundes (Organizador). *Caminhos do sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia*. Salvador, Ba: Arcadia, 2007. p. 10.

Freitas, desde o século XVII, o abastecimento das regiões litorâneas do nordeste.²⁰ Mercado que mudou um pouco a dinâmica, a partir do acréscimo de uma nova rota de destino dos rebanhos, após o descobrimento dos diamantes. A Chapada tornou-se também centro desse abastecimento bovino, atraindo a produção pecuária de outras regiões. Para Rodrigo Freitas Lopes:

Possivelmente, a Vila da Barra recebesse também, gado de fazendas goianas que não era destinado a Salvador, e sim à zona mineradora da Chapada Diamantina, que demandava um alto consumo de carne, devido ao afluxo de pessoas interessadas na extração de diamantes. Alguns autores trabalham a Chapada como consumidora do gado que vinha dos caminhos de Minas Gerais, ou de currais locais, mais acessíveis à zona diamantífera.²¹

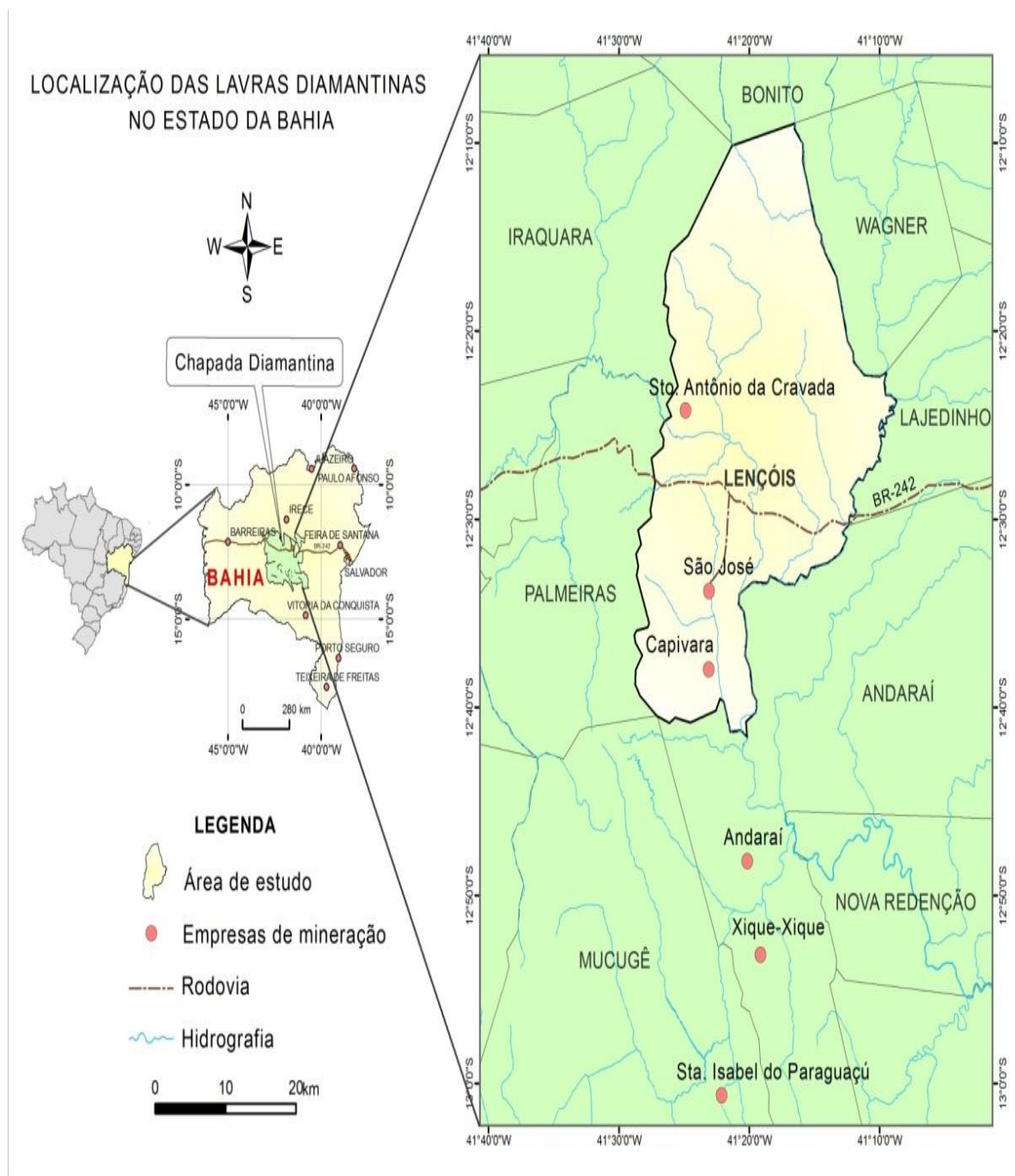
Apesar de no século XIX já existirem fazendas nas proximidades da nascente do rio Paraguaçu, foi o diamante que conferiu grande destaque à região e despertou a cobiça de muitos aventureiros. As aglomerações, nos espaços de extração dos brilhantes, determinaram as áreas, que, posteriormente tornaram-se vilas e cidades densamente povoadas, alterando definitivamente a paisagem bucólica e agreste daquelas serras. Josidete Gomes, em estudo sobre o povoamento da Chapada, publicado pelo IGHB em 1952, crava, com ênfase que,

a Chapada Diamantina, na mais restrita acepção do termo, unicamente o diamante foi responsável por sua ocupação. Mucugê, Andarahí, Lençóis, Sincorá são núcleos que buscam suas raízes naqueles memoráveis dias dos anos de 1844 e 1845.²²

²⁰ Sobre criação de gado na Bahia Ver: Rodrigo Freitas Lopes. Nos currais do matadouro público: o abastecimento de carne verde em Salvador no século XIX (1830-1873) – Dissertação (mestrado) Universidade Federal da Bahia, FFCH, Salvador-BA, 2009. 153 f. AGUIAR, Márcia Gabriela D. de. e REIS, João José. “Carne sem osso, farinha sem caroço”: O motim de 1858 contra carestia na Bahia. IN: Revista de História. São Paulo: FFCH-USP, 1996. MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. Bahia: A cidade do Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1978.. SANTOS, Márcio. *Bandeirantes Paulistas no Sertão do São Francisco: Povoamento e Expansão Pecuária de 1688 a 1734*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. Erivaldo Fagundes Neves. *Da Sesmaria ao Minifúndio: um estudo de história regional e local*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 1998.

²¹ LOPES. Nos currais do matadouro... 2009. Op. Cit. Pag. 24.

²² Josidete Gomes. *Povoamento da Chapada Diamantina*. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia IGHB. (77) 1952. pag. 227

MAPA 1 - ÁREA EM ESTUDO.²³

A ocupação desse território deu-se de forma ímpar em relação aos ensaios de povoamento da Província da Bahia no século XIX. O vigoroso fluxo migratório que fez ocupar a Chapada Diamantina deu origem a uma sociedade multiétnica (brancos, mulatos, crioulos, pardos, africanos e europeus), com características sociais e jurídicas

23

Elaboração do mapa: Rodrigo Alves Santos.

diversificadas (comerciantes nacionais e europeus, brancos bem estabelecidos, outros nem tanto, artistas, escravos e libertos). Esses atores sociais preencheram a região com suas singularidades, emoções, anseios e ofícios, sendo o diamante a centralidade na qual orbitava aqueles indivíduos. A cada boato de abertura de um garimpo vantajoso era certo o alvoroço de pessoas se deslocando para os lugares das novas descobertas.

O *Diário do Rio de Janeiro* noticiava os acontecimentos dessas partes dos sertões baianos. Três meses após os primeiros achados em Santa Izabel do Paraguassú (Mucugê), foi publicada a seguinte notícia na primeira pagina do referido jornal: “Consta que no dia 3 [de dezembro] do corrente ano foi preso na Chapada Diamantina um tal Fructuoso José Mello, como passador de papel moeda falsa, achando-se-lhe mais de noventa e três contos de reis, que pretendia trocar por diamantes.”²⁴ Alguns meses depois, o jornal *O Guaycuru*, sediado na capital da Bahia, alertava a crescente migração para a Chapada:

[...] Há já ahi trez povoações notáveis, cheias de commercio, de commodidades e riquezas, que parecem surgir, como Herculanium e Pompea, das entranhas da terra. A maior dessas povoações he o grande arraial de Paraguassú, (...) este arraial tem talvez uma população de 16 a 20 mil almas – he hoje o empório do commercio do nosso sertão. (...) O arraial dos Lensões, (...) he povoação menor – 5 a 6 mil habitantes – rica porem proporcionalmente em mineração e commercio. [...]

He, pois a população das lavras razoavelmente calculada na actualidade de trinta a quarenta mil almas: em geral é *composta de negociantes, artistas, e aventureiros*, que de toda parte são atrahidos pela fama desse thesoiro de riquezas quase incríveis: he sobremodo numeroso o mulherio – há porem já não pequeno numero de famílias; há mesmo pessoas distinctas por sua educação e suas qualidades acima do comum. Nos Lensões, logar d’onde acabão de partir os indivíduos a quem ouvimos estas informações, há um subdelegado de policia – única autoridade legal, ou pessoa publica, que ahi se conhece – he o Sr. Capitão Sulpicio da Rocha (...): há apenas 3 ou 4 mezes que existe essa authoridade, pedida, proposta, indicada, e quase eleita pelo povo (...). Além disto, essa authoridade creou no arraial dos Lensões uma feira, que em si recebe do sabbado para o domingo amplo abastecimento de todos os recursos dos logares visinhos.²⁵

A peregrinação não era bem vista por aqueles que possuíam atividades econômicas mais tradicionais. Antigos habitantes dos sertões e do litoral sentiram-se

²⁴ Diário do Rio de Janeiro. Ano XXIII Sabbado 28 de dezembro de 1844. Nº 6804. pag. 1.

²⁵ O Guaycuru. Anno 3. Bahia, segunda feira 29 de setembro de 1845. Numero 128. Pag. 3: <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>. Doravante, a menos que sejam expressas, todas as citações referentes a jornais e revistas, foram coletadas na seção de periódicos raros no referido site da Biblioteca Nacional

ameaçados com a corrida por diamantes na Chapada. Desconfiavam e alertavam para o possível prejuízo à nação brasileira em decorrência da exacerbada atenção que as minas da Bahia atraíam naquele momento.

A imprensa baiana, através do jornal *O Guaycuru*, informou a seus leitores, em agosto de 1845, acerca de grandiosa caravana de negociantes que partiu de Salvador rumo à Chapada:

He geralmente sabido que a poucos dias partira para a Chapada Diamantina uma das maiores caravanas que desta cidade tem saído – diz-se que levara acima de trezentos contos em dinheiro papel, *pela maior parte de um a dez mil reis* – diz-se que nessa caravana fora o Sr. Meira e outros empregados públicos, a quem o governo da província dera licença para irem negociar (...).²⁶

A referida notícia sobre a caravana partindo da capital para o sertão da província é parte integrante de uma matéria que tratava do “sumiço” de papel moeda – notas miúdas - do comércio da Cidade do Salvador. Supostamente o empreendimento lavrista contribuiu para a crise monetária. A evacuação de negociantes da Praça da Bahia para o comércio dos diamantes, como no exemplo acima, seria uma das causas imediatas da crise.

Em busca da preciosa pedra, muitos seguiram para Lençóis, uns como mineradores de diamantes já experimentados - haja vista a presença de muitos garimpeiros da região de produção diamantífera, de Grão Mogol e Tijuco, da província de Minas Gerais -, alguns vivendo de seus negócios (pequenos comerciantes). Outros tantos lavradores seguiram de várias partes dos sertões para também tentar a sorte nos garimpos.

A mineração transformou de forma atípica a paisagem natural da Chapada. Em função dessa atividade econômica, surgiram as vilas de Mucugê, Andaraí, Lençóis, Palmeiras, Igatu, Estiva, Santo Antônio da Cravada etc., algumas delas progrediram ao ponto de se transformarem em cidades importantes. Para interligar essas povoações abriram-se caminhos. Na busca pelas pedras preciosas, revolveram-se os montes, desviaram os cursos d’água. Na tentativa de apurar os brilhantes, lavaram-se os cascalhos das margens dos córregos e das *grupiaras*.²⁷ Onde os experimentos demonstravam trabalhos vantajosos ali se estabeleciam o maior número de pessoas

²⁶ O Guaycuru. Anno 3. Bahia, quinta feira 28 de agosto de 1845. Numero 119.

²⁷ Serviço de grupiara é o termo que refere se aos serviços de mineração situados nas serras e em locais de mineração a seco, normalmente os resultados são menos vantajosos que nos córregos e poços.

vivendo em condições precárias, muitas vezes em barracos provisórios. Talvez os barracos fossem a alternativa de moradia viável e real para o tipo de vida que levavam aqueles garimpeiros, sem apego ao local, vivendo ao sabor dos achados, sem necessidade ou sem tempo para edificações mais elaboradas.

Nem todos conseguiram edificar casas suntuosas, sobrados bem estruturados – casarões que, pouco tempo depois do caos inicial, tornaram-se o tipo comum de moradia entre os abastados – casarões que contribuíram para dar fama de pompa e riqueza às minas da Chapada. Riqueza que não foi alcançada pela maior parte da população, incluindo escravos e “desclassificados” que viveram uma vida bem modesta.²⁸

Muitos, de fato, desfrutaram e esbanjaram prosperidade em seus sobrados imponentes, como foi o caso do Major Antônio Lopes da Silva, que vendeu uma casa de morada, em maio de 1871, por alta soma, como consta no termo de compra e venda descrito abaixo:

Escritura pública de compra e venda que faz = (...) como vendedor o Major Antonio Lopes da Silva e sua mulher D. Sofia Moreira de Andrade e Silva, como comprador os negociantes Souza & Azevedo, (...) huma morada de casa cita nesta cidade coberta com telha de barro, *com nove portas de frente que deita para a praça do mercado, seis portas e cinco janelas na frente que deita para a praça da ponte, com fundo para a rua das pedras. (...) pelo preço e quantia de 18:000\$000 (dezoito contos de reis).*²⁹ Lençóis 09-05-1871.

Para ter uma noção da estrutura desse imóvel podemos comparar com os bens do senhor Francisco Xavier Rodrigues de Oliveira, inventariado em 1870. Entre outros pertences possuía 17 escravos, todos jovens, a exceção de “João gêge” e “Eleotério africano”, ambos com 60 anos. O montante de todos os bens de Francisco Xavier somou 21:350\$524 (vinte e um contos trezentos e cinquenta mil quinhentos e vinte e quatro reis).³⁰ Ao comparar esses valores, concluímos que certamente tratava-se de uma construção imponente. Outras edificações também adotaram o padrão do sobrado do Major Lopes da Silva, a exemplo do comendador Antônio Botelho de Andrade, sogro

²⁸ Sobre o processo de “desclassificação” dos indivíduos ver: MELLO E SOUZA, Laura de. Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2ª Ed., 1986. Cf: Capítulo II, p. 51 – 90.

²⁹ Arquivo do Fórum de Lençóis (doravante AFL) – Tabelionato de notas – livro de notas nº 5, Pag. 264.

³⁰ APEB. Judiciário, inventário de Francisco Xavier Rodrigues de Oliveira – localização 03/1013/1482/10. (1870/76)

do Major Lopes, cujo imóvel foi avaliado em inventário, no ano de 1867, pelo preço de 14:000\$000 (quatorze contos de reis).³¹

Embora o número daqueles que fizeram fortuna na Chapada não tenha sido diretamente proporcional às expectativas dos que para lá seguiram, o deslumbre com a possibilidade do sucesso era grandioso. Provavelmente em decorrência do fascínio exercido por esses boatos, os escravos André e Nicollau, ambos nascidos na Vila do Soure, na província da Bahia, cativos de senhores da província de Sergipe; embarcaram na aventura rumo às serras da Chapada Diamantina. Lençóis foi o destino desses indivíduos. Local que, como vimos até aqui, tornou-se o núcleo da exploração e comércio dos diamantes, centro da peregrinação de aventureiros.³²

Vejamos a trajetória dos escravos André e Nicollau para chegar aos Lençóis. O ano da viagem foi 1848. “Cortar os sertões” entre Missão de Japarutuba, província de Sergipe, local de moradias de ambos, até a Vila dos Lençóis sem o consentimento de seus senhores não foi uma tarefa fácil. Para tal empreendimento, Nicollau e André tomaram a companhia de dois homens livres que já conheciam a Chapada, os irmãos Estevão José de Oliveira e Manoel José Gomes.

O plano era ambicioso: fugir do alcance dos seus senhores rumo ao eldorado sertanejo no coração da província da Bahia. Naquele lugar, com fama de riqueza abundante, e onde a vigilância policial, assim como a própria sociedade, ainda era bastante incipiente. Poderiam empregar-se nos trabalhos de mineração e conquistar fortunas. Sonho promissor que teve final dantesco. Nicollau e André ambicionavam juntar dinheiro, conquistar suas respectivas alforrias e viverem a vida como se de ventre livre tivessem nascidos.

A primeira parte do plano foi concluída com sucesso. De fato chegaram aos Lençóis nos últimos meses do ano de 1848, cooptados pelos já referidos irmãos. Muitos outros indivíduos para ali acorriam diariamente em condições semelhantes àquela dos ditos escravos. Talvez por isso, inicialmente, os chegantes não despertaram desconfiança entre aqueles que por ali já residiam e trabalhavam. Dois homens brancos, os irmãos Estevão e Manoel, acompanhados por dois crioulos, André e Nicollau, não eram, de fato, nada suspeitos em um local infestado de pessoas recém-chegadas. No

³¹ Arquivo Público do Estado da Bahia (doravante APEB) – Seção Judiciária – Série Inventário – Classificação nº - Est.03/ Cx. 1049/Maço 1518/ Doc. 05.

³² Inicialmente Santa Isabel (Mucugê) era o grande centro da produção de diamantes, no entanto, Lençóis gradativamente assumiu o protagonismo, tanto pela quantidade de diamantes encontrados em seu entorno, quanto pela qualidade das gemas.

entanto, o sonho de ficarem ricos, trabalhando em garimpos, foi sepultado dois meses após a chegada. “(...) athe ali o tinha como forro quando pelo contrario elle si denunciava a ele próprio dizendo que era escravo”.³³

O sonho de uma nova vida começou a ruir quando o escravo Nicollau descobriu que o plano de Manoel e Estevão era vendê-los naquela Vila dos Lençóis. Manoel, um dos irmãos, dispunha de uma falsa procuração. Até mesmo os nomes dos escravos haviam sido fraudados. Esse documento autorizava ao dito Manoel, comercializar os dois crioulos pelo maior preço possível. Confira os termos da procuração:

Villa de Soure 18 de Novembro de 1848

Saibão quantos este publico instrumento de puder e procuração (...) anno de nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oito sentos e quarenta e oito (...) nesta Villa da Nova Soure e casa de mim tabelião ao diante nomeado (...) compareceo presente Manoel Antonio do Nascimento morador na fazenda de São Miguel do termo desta Villa comarca do Itapicuru de Sima Província da Bahia, pessoa que reconheço pella própria do que faco menção e dou fé (...) constituía em tudo procurador na Villa Nova da Jacobina e geral, a Manoel José Gomes (...) para que possa vender, receber e assignar as escrituras dos escravos crioulos hum di nomi Antônio e outro de nomi Calistro ao comprador que o quiser comprar pelo preço que se puder ajustar (...)³⁴

Dias antes do estopim e publicização daquele “ilícito”, Manoel José Gomes, segundo o escravo Nicollau, mudou de postura e estava tratando-o como seu cativo e não mais como seu camarada, “mandou que ele e o crioulo André, fossem ao pasto ver cavallos e que conhecendo que não hera seu senhor se levantou contra elle.”³⁵ André obedeceu, Nicollau não. Esse ato causou a fúria de Manoel e Estevão, que, imediatamente tentaram castigar Nicollau, que procurou fugir do alcance daqueles, mas foi alcançado na *Rua do Tronco*, na presença de várias pessoas.

O subdelegado de Lençóis, José Martins da Rocha, foi informado do acontecido e prontamente tomou atitude de prender Estevão e Manoel, bem como os escravos André e Nicollau, com o intuito de averiguar a denúncia de furto. Cinco testemunhas foram arroladas e a unanimidade dos depoimentos residiu na afirmação de que os cativos eram mesmo produto de furto, segundo viram e ouviram o escravo acusar. Todas eram testemunhas oculares, presenciaram toda cena.

³³ APEB – Seção Judiciária – Série Crime Furto - Classificação Est. 04 Cx. 114 Doc. 01. Depoimento da 3º Testemunha

³⁴ APEB – Crime Furto... Op. Cit. (folha 15)

³⁵ APEB – Crime Furto... Op. Cit... auto de acareação.

Ricardo Marques de Carvalho, homem branco, casado, 26 anos, natural da Cidade da Bahia, “de pouco residente neste districto dos Lençóis” e vivendo de seus negócios, foi uma das pessoas que testemunharam aquele ato e disse em depoimento que:

(...) andando ahi perto da rua do tronco ouvira os gritos dirigidos pelo escravo e ahi viu Manoel José Gomes e Estevão José de Oliveira agarrado com um negro e que o mesmo tinha uma faca e que elle testemunha ajudara amarrar a força e prender o escravo, e que nesta occasião ouviu o mesmo escravo dizer que não pertenciam a estes dois senhores já mencionados.³⁶

A distinção referente à origem das testemunhas e acusados comprova que Lençóis, distrito de Santa Isabel do Paraguaçu, passou a ser habitado por pessoas de todas as partes da província. A primeira testemunha foi Marciano Gonçalves Pereira, pardo, solteiro, 29 anos, vive de seus negócios, *natural da “Heroica Cidade da Cachoeira”*. A segunda testemunha, Ricardo Marques de Carvalho, foi qualificado como homem branco, casado, 26 anos, vive de seus negócios, *natural da Cidade da Bahia*. A terceira, José Caetano Brantes, homem branco, 25 anos, *natural da Villa da Barra do Rio Grande*, vive de seus serviços de carpina e mineração. A quarta testemunha, Juvenal Pinto de Gouveia, homem pardo, 30 anos, vive de mineração, *natural da Villa de Inhambupe de Sima*. A quinta e última testemunha, Felipe Mendes Santiago, casado, 35 anos, vive de garimpo, *natural da freguesia de São Gonçalo dos Campos*. Todos moravam nos Lençóis.³⁷ Em depoimento, o réu Manoel, apesar de morar há três anos nos Lençóis, afirmou não conhecer nenhuma das testemunhas que juraram contra ele e seu irmão.

Retornando à peregrinação dos escravos. Apesar de não lograr êxito, a campanha empreendida por Nicollau e André foi, sem dúvida, sonhada em virtude da fama dos prodígios financeiros que aqueles lugares possibilitariam aos que para lá se aventurassem. Uma frase anotada pelo escrivão, durante o auto de acareação entre os réus e os escravos furtados é tão esclarecedora quanto enigmática acerca do peso que os diamantes da Chapada desempenhavam na mente daqueles que para suas serras direcionavam-se, independentemente da condição de livre, liberto ou escravo. “Perguntado por que motivo vierão fugidos? (...) disseram que quanto a esta viagem junto com Manoel José Gomes *vinha na fé de trabalhar em diamantes (...)*”. O escravo

³⁶ APEB – Crime Furtos Op. Cit. Depoimento da 2º Test.

³⁷ APEB – Crime Furto. Op. Cit. Rol das testemunhas (grifos meus)

André afirmou ser casado e pai de um filho pequeno, por nome Jesuino. No caso de André, a fé dos diamantes residia em ganhar dinheiro, conquistar a liberdade dele e possivelmente da família.³⁸

Na fé dos diamantes, na trilha da sonhada liberdade, diversas aventuras tornaram-se possíveis. Nicollau e André, provavelmente, foram dois dentre outros tantos indivíduos que acreditaram e tinham muita fé nos diamantes. Fantasiavam-no como o passaporte para uma nova vida. Vida em liberdade com desfrute das benesses que um provável/possível bambúrio lhes proporcionariam.³⁹ Sua trajetória nos mostra que escravos também cerraram fileiras semelhantes àquelas empreendidas por indivíduos livres e buscaram nas lavras um meio para obter vantajosos lucros. São indivíduos como André e Nicollau, que, mesmo imersos em adversidades tornaram-se sujeitos da história dos diamantes da Chapada e são os protagonistas deste trabalho.

1.1. A OCUPAÇÃO DA CHAPADA DIAMANTINA ANTERIOR AOS DIAMANTES

O jornal *O Guaycuru*, em sua edição de 18 de junho de 1845, nove meses após as primeiras descobertas de pedras preciosas na região, nos fornece indícios da presença de grande quantidade de pessoas, de diversos lugares, na busca por “fazer riqueza” nas serras da Chapada Diamantina:

Escrevo hoje algumas poucas reflexões à cerca d’um objeto essencialmente digno de atenção de nossos leitores (...). A indústria mineira desenvolve-se em todos os sentidos, em todas as direcções, movida pelo amor do ganho, pelo aguilhão da cubiça, pelos stimulos da ambição (...) instictivamente, uma emigração numerosíssima se move desta capital, de varias comarcas da província, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, de toda parte (...).⁴⁰

Segundo Eduardo Silva, “muitos libertos que vegetavam à margem do sistema em Salvador, no recôncavo ou mesmo no alto sertão, viram a riqueza dos diamantes como

³⁸ APEB – Crime Furto Op. Cit... Auto de acareação. Páginas não numeradas. (grifos meus)

³⁹ *Bamburrio*: achado de diamante de grande valor ou um veio com muitas dessas pedras.

⁴⁰ O Guyacuru - Anno 3. Bahia, quarta-feira 18 de junho de 1845. Numero 101. págs. 1 e 2

uma possibilidade de integração e também de ascensão social”.⁴¹ O liberto africano Benvido da Fonseca Galvão, por exemplo, foi um daqueles que para as serras da Chapada direcionou atenções. Ao que tudo indica, ele chegou entre os pioneiros no desbravamento daquela região. O seu filho, Candido da Fonseca Galvão ou simplesmente Dom Obá II D’África, nasceu em Lençóis, no ano de 1845. O Alferes Obá ficou eternizado na história depois de ter lutado na Guerra do Paraguai e em seguida se transformado numa figura conhecidíssima, amada e odiada nos últimos anos do Império, no Rio de Janeiro.⁴²

A aventura da Chapada Diamantina envolveu pessoas em diferentes condições jurídicas e sociais. Não foram apenas indivíduos de posses e/ou homens livres que para ali se dirigiram. Muito menos tinham como única pretensão acumular vultosas fortunas.⁴³

Na Lençóis oitocentista, alguns destes chegantes sonhavam com algo que talvez fosse tão ou mais importante que dinheiro: Nicollau e André aspiravam liberdade. E assim sucedeu para tantos outros escravos que fugiram do alcance de seus senhores e identificaram naquele lugar uma possibilidade de melhor viver. Talvez tenha sido essa a esperança que acompanhou os escravos da Villa do Urubu, que fugiram para os Lençóis, no ano de 1855. Vejamos o alvará de licença:

(...) dado a requerimento de Paulo Francisco de Castro, como abaixo declara:

O Tem. Cel. Ladislau Francisco de Souza Britto, juiz municipal e orphãos desta Villa de Santo Antonio do Urubú de Sima, e seo Termo (...), a vista do presente alvará concedo licença a Paulo Francisco de Castro testamenteiro, herdeiro e inventariante dos bens que ficarão por fallecimento de sua mai Dona Perpetua Urçula das Virgens para vender os escravos do casal desta, a saber, *Bernarda, Francisca, Maria, Tiburcio, Marta, Maximina* visto estarem os mesmo *escravos fugidos* e se achem em caza d’alguma pessoa ou pessoas que as queiram comprar, (...) *na Comercial Villa dos Lençóis* (...)⁴⁴

⁴¹ SILVA, Eduardo. Dom Obá II d’Africa, o principe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1997. Pag. 32

⁴² Cf: SILVA, Dom Obá II... Op. Cit.

⁴³ É sabido que, até os dias atuais, a mineração de pedras e metais preciosos encanta muita gente (que o digam as fabulosas levas que invadiram os garimpos de Serra Pelada, no Pará, entre as décadas de 1970/80 e, mais recentemente, na *reserva indígena Roosevelt*, em Rondônia). O sonho de “riqueza fácil” acompanhava (e ainda acompanha) aqueles que se arriscam nesse tipo de empreitada.

⁴⁴ AFL - tabelionato de notas - Livro nº 3, folha 2. (03/09/1855) (Grifos meus).

A falta de vigilância das minas era terreno fértil às investidas em uma nova vida. Escravos em fuga encontraram nessas circunstâncias um aliado na busca definitiva ou na manutenção temporária da liberdade. As lavras tornaram-se lugares de confluência para cativos fujões. Algumas fontes apontam aventuras coletivas, como já mencionada, mas também para tentativas mais solitárias, como a que se segue:

Escritura publica de compra e venda que faz como vendedora D. Anna Angélica de Souza, moradora da *Villa da Barra do Rio Grande*, por seu procurador João Barbosa Vieira, e como comprador o Sr. Manoel Alfredo Cavalcante (...) faz venda da escrava Custodia, parda, idade de 27 anos, solteira, do serviço domestico, natural de Barra do Rio Grande desta província, (...) *que se achava há muito tempo fugida para este termo dos Lençóis (...)*.⁴⁵

As escrituras públicas são documentos oficiais, registrados em cartório, que tratam de uma gama vária de assuntos. A mais comum, a escritura de compra e venda de imóveis, terrenos, escravos etc., é um documento que confirma uma transferência de posse, penhora ou atribuições jurídicas a terceiros. Encontramos escrituras públicas de hipotecas, doação, títulos de liberdade, perfilhação e procuração. No caso específico deste estudo, procurei atentar-me para aquelas escrituras que envolviam escravos. Assim, contabilizei aproximadamente 1150 escrituras públicas, que registraram transações diversas envolvendo 1.740 escravos entre os anos de 1853 e 1878, embora com algum as lacunas.

A distribuição desses escravos ao longo da ocupação e exploração diamantina na Chapada obedeceu a quatro fases distintas. Como já foi dito, a primeira é anterior a 1844, época em que exercia pouco fascínio sobre indivíduos de outras regiões.⁴⁶ Até então, tratava-se de uma área quase inóspita, com pequenas povoações e reduzido número de habitantes. Eram terrenos compreendidos dentro dos domínios da sesmaria dos Guedes de Brito, que “abrangia a extensão entre a nascente do rio Itapicuru e o São Francisco, por ele acima até a nascente do rio Paraguaçu, utilizadas principalmente para

⁴⁵ AFL - tabelionato de notas - livro nº 5. folha 145 (grifos meus) 11-08-1869

⁴⁶ Antes da descoberta em Mucugê, há relatos de diamantes encontrados em lugares como na Chapada Velha, Gentio do Ouro e Morro do Chapéu. No entanto esses achados por terem sido pouco expressivos não conseguiram atrair a mesma atenção quanto os garimpos de Santa Isabel, Andaraí e Lençóis. Cf: DERBY, Orville A. *Os Primeiros Descobrimentos de Diamantes no Estado da Bahia*. Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia, Salvador, v.31, p. 143-151, 1905-06.

a pecuária extensiva”.⁴⁷ Em 1820, os naturalistas bávaros Spix e Martius atravessaram o Brasil, passando pelos sertões baianos em uma expedição científica (1817-1820), registraram que essa foi uma das partes mais difíceis da viagem, pois, “a região entre Jacobina e Rio de Contas é, aliás, muito pouco povoada”. Tiveram dificuldades até mesmo para comprar forragem e alimentar os animais.⁴⁸

Jacobina e Rio de Contas já estavam povoadas quando, em 1681, o sargento-mor Francisco Ramos, juntamente com o cônego Domingos Vieira Lima e o vigário Antônio Filgueiras seguiram por Jaguaripe, Paraguaçu, Maracás, serra do Orobó, até Rio de Contas e Sincorá, estabelecendo em sesmarias que se estendia da barra do Sincorá, cabeceiras do Paraguaçu, até o rio das Contas.⁴⁹

(...) a área de Rio de Contas começa a ser penetrada no final do XVII, quando se busca encontrar a rota de escoamento do ouro de Minas Gerais. Era uma rota legalmente constituída e fundamental para o estabelecimento do comércio, além de mais curta que a antiga que passava pelo Paraguaçu e São Francisco.⁵⁰

Até o início dos Oitocentos, Jacobina e Rio de Contas eram as referências de vilas habitadas nos sertões baianos, respectivamente situadas na extremidade norte e na extremidade sul da atual Chapada. Surgiram a partir da mineração de ouro em fins do XVII e início do século XVIII. “Rio de Contas foi elevada à vila em 1723 (...) foram empossadas as principais autoridades (juizes ordinários, vereadores, procurador da Câmara e escrivão)”.⁵¹

A Freguesia de Santo Antônio da Jacobina, por sua vez:

(...) data de 1682, porém sua sede foi erigida onde hoje é a cidade de Campo Formoso, local conhecido no passado como Jacobina Velha (...). A sede da vila foi transferida em 1724, do povoado fundado junto à Missão de Nossa Senhora das Neves do Sahy, onde havia sido instalada em 1722, para a

⁴⁷ Cf: Erivaldo Fagundes Neves. *Da Sesmaria ao Minifúndio: um estudo de história regional e local*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 1998, p.55.. (pag. 55).

⁴⁸ SPIX, Johann Baptist; MARTIUS, Von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Vol. 2. 4.ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981. (pag. 127)

⁴⁹ Sesmarias. In APEB. *Anais... Bahia: Imprensa Oficial do Estado*, 1933. V. 22, p. 103. Apud. Clementina Vasconcellos. Pag. 63.

⁵⁰ PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. A Confederação dos Índios Green Kariri na Capitania de Ilheus e a tentativa de recuperar autonomia. *Revista da XVIII Reunião da Associação Brasileira de Antropologia (ABA)*, Belo Horizonte, abr. 1992. Pag. 49. APUD. Clementina Vasconcellos. Op. Cit. Pag. 36.

⁵¹ PIRES, Maria de Fátima Novaes. *O crime na cor: escravos e forros no alto sertão da Bahia*. São Paulo: Annablume, 2003. pag. 38 - 44

Missão do Bom Jesus da Glória [atual]. (...) a transferência foi realizada para facilitar o controle dos garimpeiros e das minas auríferas (...).⁵²

Com o surgimento desses povoamentos nos sertões, foram abertas novas estradas interligando e objetivando facilitar o trânsito, como o estabelecimento dos caminhos que ligavam Jacobina – Rio de Contas, a famosa Estrada Real, que cortava a Chapada Diamantina de norte a sul.

A segunda fase da ocupação iniciou-se após setembro 1844 com a descoberta dos diamantes, evento que mudou completamente o panorama da região. Inicialmente, Santa Isabel (atual Mucugê), figurou como centro da extração. No entanto, não demorou para que a população, sedenta por fabulosas riquezas, salpicasse todas as serras que circundam a Chapada com suas alavancas, bateias, marrões, ralos, enxadas, carumbés, picuás, frincheiros e frinchas em busca dos sonhados bambúrrios.⁵³ Novas descobertas não tardaram a suceder, sempre seguindo os meandros dos rios e córregos - abundantes na Chapada – para, enfim, ser distribuída por toda uma área que principiava em Santa Isabel do Paraguaçu, passando por Chique-Chique (atual Igatú), Andaraí, chegando até Lençóis e as serras em seu entorno (Estiva, Veneno, Cravada, Roncador, Remanso, Capivara, Barro Branco, Palmeiras etc.). *Pari passu*, saíram de cena as pequenas e pacatas povoações e um novo cenário foi montado. O valioso diamante mobilizou a esperança de ampla população ávida por riqueza ou por alternativas que remediasses a dureza da vida. Assim, emergiu dali uma sociedade marcada pela diversidade, dinamicidade e fluidez.

Os garimpeiros vinham de todos os lugares.⁵⁴ Como bem pontuou J. Vieira do Couto, referindo-se a Minas Gerais no século XVIII: “Ninguém precisa encorajar os

⁵² VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. *Os negros em Jacobina (Bahia) no Século XIX*. São Paulo: Annablume, 2009. pag. 53.

⁵³ Ferramentas de trabalho dos garimpeiros. **Alavanca**: haste de ferro, pesada e com ponta aguda, usada para escavar o cascalho. **Bateias**: grande gamela redonda, normalmente de madeira, com base cônica, utilizada para lavar o cascalho e encontrar diamantes. **Marrão**: grande martelo de ferro, utilizado para quebrar pedras. **Ralos**: Utilizado para refinar o cascalho a ser lavado. **Exadas**: utilizado para cavar. **Carumbés**: Gamela oval utilizada para transportar cascalho a ser lavado. **Picuás**: pequeno cilindro oco, feita de raiz, madeira ou chifre, fechado à rolha na extremidade, onde se guardam as pedras garimpadas. **Frincheiro e frinchas**: ferramenta com as quais se trabalha nas fendas das rochas, para dispersar o cascalho de seu interior. **Bamburrio**: achado de diamante de grande valor ou um veio com muitas dessas pedras.

⁵⁴ Os registros de casamentos da Igreja do Rosário de Lençóis dão uma noção desses números de forasteiros. Até o início a década de 1870 cerca de 95% dos nubentes haviam nascido em outras freguesias.

homens para atividades mineradoras, o natural instinto, de que nos dotou a natureza, de caminharmos sempre pelo caminho mais curto à nossa felicidade, fará que haja sempre muitos mineiros”.⁵⁵ Supõe-se que os mineradores de ouro já soubessem reconhecer os diamantes quando das explorações do referido metal em Rio de Contas no século XVIII e XIX, mas, talvez pela ilegalidade, garimpar diamantes fora da província de Minas Gerais, tenha inibido a sua divulgação.⁵⁶ Grosso modo, essas foram as duas primeiras etapas da ocupação na Chapada Diamantina.

1.2. REPERCUSSÃO DA DESCOBERTA DOS DIAMANTES – BAHIA, BRASIL, E.U. A, EUROPA!

O editorial do jornal *O Guaycuru*, de 18 de junho de 1845, é esclarecedor dos ânimos que a nova atividade causou em todo Império:

[...] Os produtos desses trabalhos mineralógicos, as riquezas que de si prodigalizam esse generoso e abençoado sollo, mal poderião ser acreditadas, si as não confirmassem todas as relações escriptas, se o não repetissem todos os dias as pessoas que dahi regressão. (...) Farei disso leitor uma ideia mais precisa se attenderdes que, segundo os próprios ingleses do commercio desta praça o confessão, só o ultimo paquete, *que daqui partio à Europa, importou acima de mil contos de reis em brilhantes* - e ainda tereis mais ajustado juizo se a essa reflexão quiserdes ajuntar que *a maior parte dessas preciosidades vão parar ao mercado do Rio de Janeiro, em razão do melhor preço que por alli são pagas*; e dali em muito maior ponto as conduz para o seo paiz estrangeiro esperto. (...) Chega a tão alto ponto d’escandalo, que não só *não há espécie alguma de fiscalisação nessas lavras*, nenhuma providencia contra essa clamorosa defraudação da propriedade nacional, nem ao menos a mais ligeira sombra da acção da autoridade legal ahi se faz sentir, sobre essas grandes massas de povo, que assim andão entregues a si mesmos, ao acaso, à discripção (...); perguntai pelo juiz de paz, pelo delegado de policia, talvez ainda pelo pastor, pelo homem de Deos, ninguém vel-o - he quase no rigor do termo,

⁵⁵ J. Vieira Couto. Memórias sobre a capitania de Minas Gerais. Suas descrições, ensaios e domicílios próprios. À maneira de itinerário. 1801 – RAPM, Vol. X, 1905, p.84. APUD. Mello e Souza. Laura. Desclassificados do ouro....

⁵⁶ Decreto nº 374. de 24 de setembro de 1845. “Art. 9º Fóra dos casos expressados na presente Resolução, fica prohibida, debaixo das penas da Lei, a mineração dos terrenos diamantinos já descobertos, ou que para o futuro se descobrirem em qualquer parte do Império, e que continuão a ser propriedade nacional.” Sobre a proibição e monopólio da extração diamantina ver: RENGER, Friedrich E. Direito mineral e mineração no Códice Costa Matoso (1752). Varia Historia. Belo Horizonte, n. 21, jul. 1999, p. 156-170. FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde: o regimento Diamantino de 1771 e a vida no distrito Diamantino no período da real extração*. São Paulo: ANNABLUME, 1996.

vida primitiva a que lá se vive, he a sociedade arbitraria e errante das povoações nômade: a justiça faz cada um a si mesmo como entende, ou como quer; a autoridade existe no mais forte, no mais audaz.⁵⁷

Os novos campos de produção de riquezas atraíam a atenção da sociedade baiana, e como não poderia deixar de ser, também dos políticos. Assim, em seu relatório anual, o presidente da província, Francisco José de Sousa Soares D'Andrea, proferiu o seguinte discurso, na abertura dos trabalhos da Assembleia, em 1846:

(...) não deixarei de passar desapercibida a extraordinária descoberta dos diamantes na Serra do Sincorá, que he a mesma que passa em Minas Geraes pelo Ouro Preto, Serro, e Serra do Grão Mogol, lugares todos diamantinos, à excepção de Ouro Preto. Esta descoberta, si não tem sido aproveitada em favor do governo, não tem deixado de dar muito movimento ao Commercio, e os diamantes tem sido tantos, que *hãõ baixando consideravelmente no mercado* (...).⁵⁸

A demora em tomar providências na criação de organismos de fiscalização e de arrecadação de impostos impediu que a província também faturasse seu quinhão com a nova atividade econômica. A quantidade de diamantes resgatados nas serras da Chapada foi tão avultosa que, inicialmente, o mercado internacional não conseguiu absorver tal montante sem que o preço da cobiçada pedra fosse depreciado. Um ano e meio após os primeiros achados, a cotação dos brilhantes no exterior sofreu grande baixa, como relatou jornais da época. Dados que, infelizmente, não tivemos como confirmar, pois não havia na agenda de exportações da província da Bahia órgão encarregado de quantificar e taxar esses brilhantes.

O Jornal *O Guaycuru* novamente não se eximiu em opinar sobre a situação que passava a nova empresa a respeito da baixa do preço dos diamantes no mercado internacional, tratando de encontrar o culpado para tal situação. Na visão do editor, não foi a quantidade da produção de diamantes que empurrou os preços ladeira abaixo e sim a ufania na divulgação dos referidos achados em países da Europa e nos Estados Unidos. Segundo esse jornal, uma correspondência assinada pelo cônsul francês na Bahia, publicada na França, Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos, motivou a

⁵⁷ Jornal *O Guaycuru*. Anno 3. Bahia, quarta-feira 18 de junho de 1845. Numero 101 (pag. 1 e 2) (grifos meus)

⁵⁸ Falla que recitou o Presidente da Província Francisco José de Sousa Soares D'Andrea, dirigida a Assembleia Legislativa da Bahia, na abertura da sessão ordinária do ano de 1846. (grifos meus)

depreciação. O alarde da publicação teria sido a causa imediata da crise. Acompanhe a citação na íntegra:

Lê-se no New York Herald de 13 de novembro de 1845: descoberta de huma mina de diamantes.

O Consul Francez na Bahia dirigio um relatorio ao ministro dos negócios de França, annunciando-lhe a descoberta de uma abundante mina de diamantes, distante 80 legoas da Bahia, uma fonte de incalculáveis riquezas para a província. Acha-se a mina situada em um lugar deserto, tendo sido descoberta por puro acaso. O chefe de uma companhia inglesa exportou já, diz-se, cerca de 200.000 Lb. Est. (1.800:000\$000!!! Reis) de productos dessa mina; e como a exploração he livre a qualquer que a queira intentar, ter corrido para ali grande multidão de gente, em busca desses tesouros. Oito a nove mil emigrados, de todas as partes do Brasil, já levantarão suas barracas sobre aquele lugar selvagem e inhospito. – Para os habitantes de qualquer estado Europeo, sobrecarregado de população, o pensamento de uma mina de pedras preciosas para ser saqueada à vontade, diamantes que se podem obter com o só trabalho de os ir buscar – he uma tentação que deverá, nós pensamos, atrahir todos os aventureiros, ainda que eles tivessem de encontrar em seu caminho a arvore Upas(*)”

(*)A celebre arvore da ilha de Java, taobém chamada Bakon, cuja aproximação, e até a sombra, diz-se ser fatal.⁵⁹

A Bahia deve de estar muito agradecida ao Sr. Raybaund, pelo afan com que embocou a tuba, e fez, em uma participação official (e muito officiosa para a Bahia) retumbar nas principaes capitaes da Europa, a notícia dos diamantes descobertos na Bahia, e em tanta *boa fé* ou *simplicidade*, que por toda a parte se julgou que *haveria inundação* de diamantes, e d’ahi, a baixa que elles logo começarão a soffrer, e ultimante, a stagnação completa dessa valiosa mercadoria, que hoje na Europa nenhum preço, por diminuto que seja, pode encontrar nos grandes mercados, onde sempre apparecia com vantagem. Em verdade custa acreditar, que não fosse calculada uma notícia tão officiosamente dada pelo Sr. Consul francez, que desta vez mostrou ainda mais *nosso amigo*, do que o Consul da nossa *fiel* aliada a boa e *generosa Inglaterra*; por quanto as circunstancias com que he revista essa participação official, que o ministro francez logo fez publicar em synopsis pelos jornaes de Paris, d’onde a extractou o nort’americano, de quem a copiamos, são taes fatuidade e impostura descomunais que a distarão uma vontade muito manifesta de em seu principio frustrar os beneficios com que a Providencia brindou esta província.

Qual foi o chefe de Compahia Ingleza, Sr. Raybaund, que só por sua conta exportou 1,800:000\$000 de diamantes? – E que diremos da *isca* que o Sr. Raybaund mostra a todos os aventureiros, e *Cavalheiros de Industrias* da Europa, para chamal-os a esta Bahia, a felicitar nós?...

Recomendamos a leitura desta noticia, que extractamos a todos os Srs. mineiros, e outros que tem relações com a Chapada: a elles prestou; e

⁵⁹

Jornal O Guaycuru. Anno 4º. Bahia, quinta-feira 5 de fevereiro de 1846. Numero 155 (pag. 4).

não deve ter mesquinhas na recompensa; não merece menos por tão officioso serviço, o Sr. Raybaund, do que um queijo de...Diamantes?”⁶⁰

Ass: Y

O jornal *O Guaycuru* foi o mais atuante em anunciar os descobrimentos da Chapada. O referido periódico iniciou suas publicações em 03 de outubro de 1843 (cerca de um ano antes dos achados); possuía uma linha editorial marcadamente voltada para questões políticas e econômicas, tratando de temas ligados à província da Bahia e ao Império do Brasil. Estava sempre envolvido em conflitos referentes a esses temas, tanto que nos primeiros anos de sua fundação o editor do *Guaycuru* foi processado pelo menos três vezes. O primeiro processo ocorreu logo no primeiro mês. O presidente da província alegou que o jornal estava propalando doutrinas manifestamente anárquicas e subversivas, tentando desestabilizar a ordem na província e desrespeitando a família do imperador. Segundo Dilton Oliveira de Araujo, “O Guaycuru foi, efetivamente, o principal jornal de oposição aos governos provincial e central na Bahia das décadas de 1840 e 1850”.⁶¹ Certamente por isso ele se transformou no principal veículo de divulgação e crítica à postura dos respectivos governos quanto ao desprezo e falta de posição ao saque dos garimpos da Chapada.

Como se vê, a descoberta dos diamantes na Bahia foi publicizada aquém e além-mar. Não sem transtornos, parece evidente que essa notícia correu algumas das mais importantes cidades do mundo, nas quais o comércio dos diamantes fincavam suas raízes. As notícias teriam provocado enorme euforia no mercado, provocando a baixa dos preços das pedras preciosas. Razão pela qual muito se culpou o embaixador francês por “ilícito ato”. No entanto, o cônsul não recebeu tais críticas sem fazer uso e exercer seu direito de resposta. Logo que tomou ciência da publicação, Maxime Raybaud prontificou justificativa para explicar os reais objetivos de sua comunicação. Confira:

Sr. Redactor do Guaycuru

A província da Bahia tem exportado, em 6 mezes, para os mercados d’Europa, já diretamente, já por via do Rio de Janeiro, maior somma de diamantes, do que nunca, n’um período de 10 annos, exportou o Brasil. Uma carta de Londres annunciou ultimamente que à caza

⁶⁰ Jornal O Guaycuru. Anno 4º. Bahia, quinta-feira 5 de fevereiro de 1846. Numero 155 (pag. 4) *Grifos como no original*

⁶¹ Ver: ARAÚJO, Dilton Oliveira de. *O tutu da Bahia: transição conservadora e formação da nação, 1838-1850* [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. 378 p. (especialmente pags. 194 – 242)

inglesa *Mellors Russell* aqui estabelecida, que desde muitos mezes existia naquella capital um valor em diamantes excedente ao que poderia ter extracção em seis annos: finalmente he notório que a uma caza inglesa do Rio de Janeiro tem sido recambiada lettras por ella sacadas sobre remessas de diamantes no valor de cem mil Lb. St. [Libras].⁶²

Sem embargo de tudo isto, e de outras circunstancias que eu poderia referir, aprouve a um de vosso correspondente, sobre a rubrica Y., offerecer-me ao publico, aos mineiros, e a todas as pessoas que commercio com a Chapada com a causa única da depreciação que sofrem actualmente nos mercados d'Europa os diamantes da Bahia – attribuindo-a a uma nota, que dirigi ao meu governo à cerca da descoberta das minas do Sincorá. Porem negócio era esse tão secreto, que mal houvera podido saber-se, si mesmo eu o não houvesse declarado.

Entretanto, o que eu realmente escrevi em meo relatório ao ministro francez, não foi senão o resultado de exactas averiguações, e de noticias adquiridas durante muitos mezes, de pessoas que ou tem ido à Chapada, ou aqui se dão ao commercio de diamantes. Esse relatório eu o acabo de novamente ler agora, e nem uma só palavra ahi encontro que me deixe arrependido de a haver escripto. *De mais, mil cartas de commercio dirigidas desta cidade, ou do Rio de Janeiro, para a Europa, havião feito, antes de mim, essas revelações.*

Ignoro se o governo Francez julgou a proposito da publicidade à minha nota; mas estou seguro de que elle não podia ter escolhido para similhante fim nem o New York Herald, de que o Sr. Y. tirou a razão de seo artigo, nem outros jornaes que a seo modo tem tractado essa matéria. Em todo caso, devo declarar que essa pequenina historia d'uma só caza inglesa, que tem exportado 200 mil Lib. St. em diamantes, por maneira alguma entrou em minha communicação official. Se o benévolo e spirituoso anônimo quizer ter a generosidade de descobrir-se, eu me comprometto desde já a provar-lho.

Nesta expectativa, e posto que não esteja em meos hábitos responder aos ataques de homens que occultão o nome, estimo todavia que se esta occasião offerecesse para que podesse eu desmentir solenemente um rumor, que em meu dezar se há espalhado, e acolhido com pouco reflectida facilidade por todas as pessoas a quem por ventura haja prejudicado a inevitável baixa do preço dos diamantes.

Me obrigareis muito, S. Redactor, admittindo esta carta e sua traducção, em vosso próximo numero.

Tenho a honra etc etc.

Maxime Raybaund.⁶³

⁶² Duas obras do historiador João José Reis – *Rebelião Escrava no Brasil* (2003) e *A Morte é uma Festa* (1999) – demonstram aspectos da experiência britânica na Bahia. A primeira, sobre a Revolta dos Malês em 1835 – um ano depois que o parlamento britânico aboliu a escravidão no seu império –, revela que os proprietários de alguns dos cabeças do levante eram ingleses. Chamados “os malês da freguesia da Vitória”, os revoltosos incluíam “seis escravos do inglês Joseph **Mellors Russell**”. Muito provavelmente dono da empresa inglesa que atuou no comércio de diamantes da Chapada Diamantina.

⁶³ Jornal O Guaycuru. Ano 4º. Bahia, sábado 7 de fevereiro de 1846. nº 156. Correspondência (Bahia dia 6 de Fevereiro de 1846) (Resposta do o Consul Francês) (Tradução).

Os estrangeiros faziam a festa enquanto a pilhagem era anunciada por setores da imprensa da época. Faziam coro que era necessário criar urgentemente condições para que a fazenda pública não fosse lesada. A ausência de aparelhos estatais para a cobrança de impostos facilitava a remoção dos diamantes para fora do Brasil sem a devida taxação. Foi recorrente aos noticiários darem conta das retiradas dos brilhantes da Chapada em vultosas somas. Segundo Diário do Rio de Janeiro “O pacote inglês Seagall, sahido d’este porto em 18 de setembro, tinha chegado em Fatmouth, antes de sahir a Renown, em 27 de outubro, trazendo em diamantes da Bahia o valor de 26. 000 lib. est. (220 contos de reis).”⁶⁴

O deputado mineiro Alcântara Machado, em texto publicado pelo Jornal Mercantil, sediado na capital do Império, fertiliza o coro a respeito da retirada de grossa soma de diamantes da Chapada, ao passo que informa no mesmo tópico, o estado da mineração na província vizinha de Minas Gerais naquela época em que o esgotamento da produção era evidente:

Que as minerações do Município Diamantino estão esgotadas, é isso reconhecida há muito tempo, ate pelos empregados da administração, em cujos livros a cada passe se encontrão termos, e declarações, onde se dizem que os serviços estavam acabados, e que a extracção não tinha mais onde trabalhar. (...) as minas do Sincorá que no apogeu da sua grandeza mandão annualmente para a Europa **por intermédio do Rio de Janeiro, e da Bahia**, consideráveis remessas de milhares de oitavas, a ponto de uma obra francesa de data recente, e que tenho a vista, *estima que as minas do Sincorá tem dado desde o mez de outubro de 1844 até novembro de 1845 cerca de 4:000 quilates de diamantes, valendo perto de 19 milhões de francos.*⁶⁵

Não era apenas a falta de cobrança dos impostos que salientavam as denúncias feitas pela imprensa. A própria atividade de mineração não era bem-quista. Achavam que esta colocaria em risco outras atividades econômicas. A cobiça, fatalmente provocada com a divulgação de tais empreendimentos, atraía gente empregada em setores mais importantes para a província, como era a agricultura. Ademais, alertavam para a instabilidade da mineração e seus lucros, podendo até mesmo causar sérios danos ao Império brasileiro.

⁶⁴ Diário do Rio de Janeiro, Ano XXIV. Sexta feira 19 de dezembro de 1845. Edição 7093. Pag. 3

⁶⁵ O Mercantil. Anno IV - Rio de Janeiro - Quinta Feira 18-03-1847, nº 77. pag. 1 - continuação - Sexta Feira 26-03-1847. Pag. 2. (grifos meus). Para uma noção aproximada desse montante de francos, convertidos em reis, Ubiratan Castro fornece valiosa informação. Segundo Castro, a equivalência para o ano de 1846 é a seguinte: cada 3,71 francos = 1\$228 reis. Dessa forma, 19 milhões de francos equivaleriam a vultosa soma de 6.288:948\$787 reis. Ver: CASTRO, Ubiratan. 1846: UM ANO NA ROTA BAHIA – LAGOS, negócios, negociantes e outros parceiros. Afro-Ásia nº 21-22 (1998-1999), pag. 83-110.

Aquele medo e combate ao “espírito aventureiro” - adjetivo tão característico aos garimpeiros -, não foi exclusividade das lavras na Bahia. Um século antes, na Capitania de Minas Gerais, a preocupação de algumas autoridades coligia neste mesmo sentido. Num discurso muito próximo, o alerta vinha no sentido de profetizar o possível desencanto e prejuízo que os diamantes poderiam proporcionar. Conforme argumenta Júnia Ferreira Furtado:

O *rush* do diamante trazia, segundo eles, a desorganização da vida e gerava mais pobreza do que riqueza. A especulação aumentava e muitos viam que a riqueza investida em imóveis e os objetos perdiam seu valor de um dia para o outro. (...) Outros trocavam seus imóveis com um taverneiro por uns calções encarnados e outros por um freio de cavalo'; pois 'não há quem os queira, que (...) muitos se têm ido [para as minas novas] (...), deixam os seus engenhos e fazendas que valem mais de meia arroba de ouro, (...) e tornam a empregar o seu ouro em negros.⁶⁶

Os críticos da mineração temiam os riscos e os lucros incertos, instabilidade seria a palavra que melhor definiria aquela atividade. Este som encontrou eco um século depois, e o *Diário do Rio de Janeiro* publicou a seguinte matéria em outubro de 1845:

A emigração para a Chapada avulta de mais em mais. Todas as profissões, artes e industrias, ou mesmo empregados públicos, abandonão seus misteres para irem à cata de *uma fortuna para muitos tão brilhante em perspectiva, quanto depois funesta na realidade*. Pela nossa parte considerando, a descoberta das abundantíssimas minas da Chapada como calamidade, sendo própria que, pelo menos remota, lamentamos que do governo ainda não partisse alguma medida com o fim de vedar essa ruinosa peregrinação da nossa gente industrioza, que tudo abandona pela vida aventureira (...).⁶⁷

A descoberta das minas de diamantes na Bahia coincidiu com o período de colapso da mineração de diamantes na província vizinha. Em Minas Gerais a estagnação, proveniente da baixa produção, dava a tônica à economia da região dos garimpos. Senhores com braços ociosos ou pouco produtivos, sedentos por melhorar seus rendimentos, foram atraídos para a Chapada. Os primeiros migrantes eram, em sua maioria, pessoas originárias das áreas de mineração em crise (Tijuco, Sabará, Grão

⁶⁶ FURTADO, Júnia F. Homens de Negócios. A interiorização da metrópole e do comércio nas Minas Setecentistas. São Paulo: Hucitec, 1998.

⁶⁷ Diário do Rio de Janeiro. Anno XXIV, Sexta feira 10 de outubro de 1845 n. 7055. Pag. 1(grifos meus)

Mogol, Januária etc), outros tantos partiram do Recôncavo baiano e formaram o grosso dos precursores da mineração de diamantes.

O Comendador Antônio Botelho de Andrade, por exemplo, natural de Grão Mogol, Minas Gerais, foi um desses indivíduos. Reza a memória local que foi ele um dos primeiros a chegar às recém-descobertas lavras de Lençóis. Sua caravana é contada como uma das maiores que por ali aportaram. Na passagem pelo rio Cochó, “(...) em seu trajeto de Chapada Velha para Lençóis, parecia uma retirada principesca, tal o vulto da enorme bagagem, dos rebanhos de animais domésticos, *da numerosa escravaria e criadagem, além dos membros da família.*”⁶⁸

Ao que tudo indica, o Comendador Botelho foi um dos que chegaram a Lençóis com algumas posses, isso certamente contribuiu para que ele se tornasse uma figura respeitada e privilegiada na aquisição de serviços de mineração. Um homem de posses e com família volumosa, assim era o comendador, que teve onze filhos, sendo sete do sexo feminino e quatro do masculino. Quando de sua morte em 1863, estavam casadas suas seis filhas de mais idade. Apenas Amália Moreira de Andrade ainda permanecia solteira, tinha 14 anos.

As suas filhas se casaram com pessoas da fina elite do diamante. O marido da primogênita, D. Guilhermina Moreira de Andrade, por exemplo, era um dos homens mais influentes e possuidores de escravos na Lençóis oitocentista, Coronel Felisberto Augusto de Sá, também natural da província de Minas Gerais. O Cel. Felisberto, além de possuir poder no âmbito local, exerceu diversos cargos na política da província, como deputado e senador. O poder do Coronel Sá, na região da Chapada, perpetuou por muitos anos, até as primeiras décadas do século XX. Seu clã, nessa época era comandado pelos filhos, igualmente influentes, a exemplo do Cel. Chiquinho Sá. A família Sá foi destituída do poder por aquele que se tornaria o mais poderoso e temido coronel dos sertões baianos, Horácio de Mattos.⁶⁹

Ao contraírem núpcias cada uma de suas filhas receberam um dote de 10:000 \$000 (dez contos de reis), segundo informações da inventariante e viúva D. Anna Maria Moreira de Andrade. A farta escravaria do Comendador compreendia 70 cativos; entre

⁶⁸ MORAIS FILHO, Walfrido. Jagunços e Heróis: a civilização do diamante nas lavras da Bahia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. 212 p. Pag. 16 (grifos meus)

⁶⁹ Ver: PEREIRA, Gonçalo de Athayde. Memoria Historica e Descriptiva do Município dos Lençoes (Lavras Diamantinas). Bahia: A Bahia. 1910. MORAIS FILHO, Wlfrido. Jagunços e Heróis... Op. Cit. Ver: CHAGAS, Américo. O chefe Horácio de Matos. São Paulo, SP: Bisordi, 1961. 254 p

os bens de raiz havia cinco casas, quatro em Lençóis e uma em Santa Isabel do Paraguaçu, essa última, alugada para servir de Casa de Câmara e Cadeia naquela vila.⁷⁰

Sua residência, uma casa pomposa, dita assobradada, foi avaliada, em 1867, por quatorze contos de reis. Foram levantados ainda como bens do casal, cinco fazendas, todas com benfeitorias, espalhadas por freguesias diferentes: Lençóis, Monte Alto e Carinhanha.

O Comendador Botelho era um homem de muitos negócios e de atividades econômicas dinâmicas. Foi um dos acionistas da Primeira Companhia de Mineração de Diamantes, denominada Capivaras, juntamente com os caetiteenses Cel. Antônio de Souza Spinola,⁷¹ Dona Ritta Zama,⁷² Cândido José da Silva Leão, entre outros. Possuía também fazendas e muito gado. No mês de abril de 1859, o Comendador Botelho resgatou um lucro de 4:500\$000 por nove ações da referida sociedade. Seu Genro, Cel. Felisberto Augusto de Sá, resgatou 17:500 \$000 por 35 ações da mesma Companhia. O Comendador também possuía farta criação de gado vacum e cavalari.⁷³

Seus bens eram proporcionais à suas dívidas passivas e ativas. Como fica evidente na cobrança feita em 1867 à viúva Anna Moreira de Andrade: “diz o Dr. Pedro da Silva Rego, negociante, morador na Cidade da Bahia, (...) tendo falecido o Comendador Antônio Botelho de Andrade (...) ficou a dever uma soma considerável, que hoje está em 75:362\$640 (setenta e cinco contos, trezentos e sessenta e dois mil, seiscentos e quanta reis).”⁷⁴

Um homem de posses, assim era o comendador. Em seu inventário, a soma de suas dívidas ativas foi de 127:962\$640 e as passivas de 45:279\$707, mais um montante de aproximadamente 140 contos partilhado entre os herdeiros. A morte do Comendador Botelho refletiu diretamente no destino de seus escravos. Entre 1867 e 1870, boa parte dos escravos tinha sido vendida, outros conseguiram comprar suas alforrias e obter a manumissão. Caso do vaqueiro João Cabra, 48 anos, que comprou a liberdade dando como pagamento 40 cabeças de gado vacum. O mesmo João ainda libertou seus irmãos

⁷⁰ APEB – Seção Judiciária – Série Inventários – Classificação Est.03/Cx.1049/Maço1518/Doc.05 (ano 1867)

⁷¹ Avô do educador Anísio **Spínola** Teixeira.

⁷² Mãe do influente Deputado da província Cezar Zama

⁷³ Casa Anísio Teixeira – Grupo livro caixa - Série registros contábeis – Maço 03 - Livro caixa da Compahia Capivaras.

⁷⁴ APEB – Seção Judiciária – Série Inventários – Classificação Est.03/Cx.1049/Maço1518/Doc.05. Inventário do Com. Botelho de Andrade. Pag. 7

Estevão Vaqueiro e Norberto Vaqueiro, a soma de ambos no valor de 2:700\$000.⁷⁵
Confira abaixo os três referidos títulos de liberdade.

Registro do titulo de liberdade de João, cabra, do teor seguinte = pela presente carta, que faço e escrevo e que vai por mim abaixo assignado, concedo liberdade a meu escravo de nome João, cabra, livre e espontaneamente, e sem constrangimento de pessoa alguma, *sob a condição do referido escravo entrega ao Senhor Major Antônio Lopes da Silva (genro de D. Anna Moreira), 40 cabeças de gado de toda sorte, inclusive bois, na fazenda Boa Vista – no Rio São Francisco*, até o dia 15 de março do corrente ano, de cuja data em diante, satisfeita a condição, começará meu dito escravo a gozar da liberdade que lhe concedo como se de ventre livre nascesse (...) Lençóis 04-02-1871 = Anna Maria Moreira de Andrade (...).⁷⁶

Registro do titulo de liberdade de Estevão, cabra, (...) concedo liberdade a meu escravo Estevão cabra pela quantia de 1:400\$000 (um conto e quatrocentos mil reis), *que nesta data recebi de seu irmão João cabra*, pelo que poderá meu referido escravo entrar no gozo de sua liberdade (...) Lençóis 04-02-1871 = Anna Moreira de Andrade (...) *O original entreguei ao dito João – Irmão do liberto Estevão.*⁷⁷

Registro do titulo de liberdade de Norberto cabra, (...) concedo a liberdade a meu escravo Norberto, cabra, pela quantia de 1:300\$000, *que nesta data recebi de seu irmão João cabra*, pelo que poderá meu referido escravo entrar no gozo de sua liberdade (...) Lençóis 04-02-1871 = Anna Moreira de Andrade (...) *O original entreguei ao dito João – Irmão do Liberto Norberto.*⁷⁸

A compra da alforria feita mediante pagamento com animais que os próprios escravos criavam é uma evidencia das possibilidades que os cativos conquistaram de angariar pecúlio em suas atividades cotidianas. Como dito acima, o Comendador Botelho de Andrade possuía diversificada atividade econômica, como engenhos de rapadura e aguardente na região da Chapada, garimpos de diamantes em Lençóis, fazendas na Chapada Velha, Monte Alto e Carinhanha destinado à criação de gado.

Segundo Maria de Fátima Novaes Pires, escravos vaqueiros, como era o caso do cabra João e de seus irmãos, possuíam importância enorme e a eles eram creditadas muita confiança, pois “os vaqueiros adquiriam produtos, contratavam serviços ou alugavam pastos em seus percursos, que eram registrados em seus cadernos de viagem

⁷⁵ APEB - Inventário do Comendador Antônio Botelho de Andrade. Op. Cit.

⁷⁶ AFL – Tabelionato...Livro 5º pag. 243. (Grifos meus)

⁷⁷ AFL – Tabelionato...Livro 5 pag. 243v. (Grifos meus)

⁷⁸ AFL - Livro de notas nº 5. Pag. 244. Grifos meus.

(...)”.⁷⁹ A lida com gado e com recursos destinados pelo dono do rebanho para custeio de viagens até o destino final da boiada fazia desse profissional um destacado entre os demais no mundo da pecuária nos sertões da Bahia. Pires acrescenta ainda:

A forma de recompensa distinguia escravos vaqueiros e tropeiros dos homens livres contratados para essas ocupações. Geralmente o vaqueiro livre recebia reses pelo sistema de “sorte ou giz”, que consistia no recebimento de um bezerro dentre quatro ou seis que ferasse. (...) as fontes não registram diretamente formas de recompensa para o escravo vaqueiro, mas, ao se considerar a incidência de escravos apresentando como pecúlio (muitas vezes) animais de criação, é de se estranhar uma completa ausência de gratificações no desenvolvimento desse ofício.⁸⁰

Assim não é estranho supor que um escravo vaqueiro desfrutasse de razoável prestígio dentre os escravos de um senhor, que tinha na pecuária uma importante fonte de renda. As quarenta reses que o escravo João usou para comprar a liberdade, possivelmente foram obtidas como recompensa pelos serviços prestados. Numa via de mão dupla, o senhor precisava de seus serviços e em troca fazia-lhe concessões, talvez, com a possibilidade de criar o gado junto com os seus. A necessidade de mobilidade na lida com o gado fazia do escravo vaqueiro um cativo diferenciado dentre os demais.

Para termos uma noção, observe-se que do montante da criação do Comendador, a viúva Anna Maria Moreira de Andrade vendeu, em julho de 1868, 2.355 (duas mil trezentas e cinquenta e cinco) cabeças de gado vacum e 40 (quarenta) de animais muares e equinos.⁸¹ Tal quantidade de animais, vendidos de uma só vez, evidencia a grande escala de seus criatórios. Para cuidar de tantos animais eram necessários também vários vaqueiros. Calcula-se que, para o alto sertão, um vaqueiro tinha domínio sobre um rebanho de 40 a 50 cabeças de gado vacum, exercendo satisfatoriamente todas as atividades necessárias para bem servir o rebanho, como curar bicheiras, curar o umbigo dos recém-nascidos, ferrar etc.

(...) não se deve perder de vista certa elasticidade quanto ao número de trabalhadores envolvidos nesses serviços, diante do número de grandes rebanhos, sobretudo quando eram destinados a Salvador e ao Recôncavo baiano. Nesses casos, era necessário o envolvimento de mais trabalhadores para reuni-los, marcá-los e transportá-los⁸²

⁷⁹ PIRES, Maria de Fátima Novaes. Fios da Vida: tráfico internacional e alforrias nos sertões de Sima – BA (1860-1920). São Paulo: Annablume, 2009. Pag.152

⁸⁰ PIRES, ... Fios da Vida ... Op. Cit. pag. 156

⁸¹ AFL - Livros de notas nº 5 pag. 87.

⁸² PIRES... Fios da Vida... Op. Cit. Pag. 153.

Além dos três irmãos, escravos e vaqueiros, foram inventariados outros dois cativos do mesmo ofício. O cabra Ladislau, de 35 anos, avaliado em 1:000 \$000 (um conto de reis) e o crioulo Marcos, 22 anos, avaliado também por 1:000\$000 (um conto de reis).⁸³ Os ditos escravos foram inventariados por preço abaixo de mercado, como consta os valores referentes à sua venda meses depois da avaliação.

(...) deu ella (Anna Maria Moreira de Andrade) e recebeu elle (Dr. Pedro da Silva Rego) em pagamento em 18-09-1867 os seguintes bens = duas mil cabeças de gado vacum de toda sorte, contados os bezerras conforme o costume dos criadores, todos por preço e quantia de 32:000\$000 (trinta e dois contos de reis); 350 bois erados no ponto de ser cortados, por preço e quantia de 7:000\$000 (sete contos de reis). 3:000\$000 (três contos de reis) em animais cavallares e muares segundo os preços correntes; *dois escravos moços e bons vaqueiros (de nomes Ladislau e Marcos)* a razão de 1:250\$000 cada hum – e por 2:500\$000 ambos.⁸⁴

Ao final do inventário, a viúva quitou os credores do finado seu marido e ainda sobrou uma considerável quantia de 140 contos de reis para ser partilhada entre os herdeiros.⁸⁵

Pessoas de outras províncias - algumas com considerável posse de escravos, outras mais modestas -, contribuíram sensivelmente para a mudança na dinâmica de povoamento da província. Até o início do século XIX, a concentração populacional majoritariamente ocupava Salvador e adjacências. Segundo Kátia Mattoso “em 1800, vivia no interior apenas 20,6% da população recenseada, mas em 1872 essa proporção já se elevara para 56%”.⁸⁶ Ou seja, mais da metade da população da província residia em regiões para além do alcance da brisa marinha. A referida autora não credita uma causa específica para essa mudança. Apenas pondera para a impossibilidade desse fato ocorrer unicamente por meio da reprodução natural, pois essa não seria a explicação mais plausível. Nas palavras de Kátia Mattoso:

⁸³ APEB – Seção Judiciário – Série Inventários Op. Cit. Inventário do Com. Botelho de Andrade Op. Cit.

⁸⁴ AFL - Livros de notas... nº 5. Pag. 87.

⁸⁵ APEB – Seção Judiciário – Série Inventários – Op. Cit. Inventário do Com. Botelho de Andrade.

⁸⁶ MATTOSO, Katia M. de Queiros. Bahia, século XIX: uma província no império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, c1992. xii, 747 pags. Pag. 90.

Embora consideremos pouco provável que esse aumento populacional se tenha devido unicamente ao crescimento vegetativo, devemos reconhecer que faltam estudos específicos, capazes de demonstrar a ocorrência de fortes movimentos migratórios internos.⁸⁷

O desconhecimento da pulsante migração que atingiu a região da Chapada Diamantina, no Oitocentos, implica também em ignorar dinâmicas da ocupação dos sertões baianos e da sua importância, em todos os aspectos, na extensa província da Bahia.

As três paróquias, N. S^{ra}. da Conceição do Campestre, São João do Paraguassú e N. S^{ra} da Conceição dos Lençóis, que compreendiam a região das lavras (Mucugê, Andaraí e Lençóis), possuíam juntas 42.014 habitantes, aproximadamente 30% da população de Salvador à época, de acordo com recenseamento de 1872.⁸⁸ Esse número certamente seria bem maior, caso a pesquisa tivesse sido efetuada três anos antes. A crise nos preços dos diamantes no ano de 1870 esvaziou a região numa velocidade semelhante à da sua ocupação. A recuperação só aconteceria na virada para década de 1880.⁸⁹

Embora a economia não estivesse tão pulsante como antes, na década de 1870 o número de escravos ainda permanecia elevado em Lençóis, apesar do contexto econômico de crise e da transferência de escravos mediante tráfico interprovincial 65,6% dos inventariados possuíam ao menos um escravo. Número menor, por exemplo, que na década de 1850 quando 73% dos inventários apresentaram escravos. Segundo os dados coletados no APEB, numa amostragem com 80 inventários, para a década de 1870, foi possível concluir o seguinte: média geral de 5,7 escravos por inventário, incluindo aqueles que não apresentavam escravos. Excluindo aqueles 34,4% dos inventários sem escravos a média daqueles com escravos eleva-se significativamente para 9,1 escravos. Algumas escravarias se destacaram pelo número, como por exemplo, o Capitão Antônio Gomes de Azevedo, falecido em 1871 possuindo 40 escravos [32 deles eram do serviço de mineração sendo 30 homens e 2 mulheres]. Do total de seus escravos trinta e dois eram homens e oito mulheres, nove eram africanos. A soma de seus bens também atingiu cifra significativa, o monte mor foi avaliado em

⁸⁷ MATTOSO. A Bahia do Século XIX ... Op. Cit. Pag. 90

⁸⁸ Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>

⁸⁹ A crise econômica intensa que se abateu nas lavras a partir de 1870 resultou na transferência de senhores e escravos de Lençóis e região, para outros lugares.

246:954\$000 (duzentos e quarenta e seis contos novecentos e cinquenta e quatro mil reis), os escravos somaram juntos 37:400\$000.⁹⁰

Belisaria Angelica da Silva Leão, falecida também em 1871, possuía 36 escravos, 25 homens e 11 mulheres, sendo 11 africanos. Assim como no caso do Capitão Antônio Gomes de Azevedo os escravos de Belisária eram empregados majoritariamente em serviços de mineração. Seus bens foram avaliados em 47:850\$900 (quarenta e sete contos oitocentos e cinquenta mil reis).⁹¹ Outro grande senhor de escravos era o Tenente Coronel Gonçalo do Amarante Costa, falecido em 1875, possuindo 32 escravos e bens a serem partilhados no valor de 89:000\$000, além de uma dívida protestada contra o Cel. Antônio Gomes Calmon e o Major Deraldo de Britto Gondin no valor de 278:400\$176 mais prêmios vencidos há mais de uma década, somando a dívida aproximadamente 400 contos reis. Uma grandiosa fortuna!⁹²

1.3. CONTRATEMPOS, ESCRAVOS E VIOLÊNCIA.

Alguns daqueles menos afortunados que para a Chapada migraram em busca da “pedra da felicidade” não lograram êxito em decorrência de alguns fatores, dentre os quais: a) as melhores lavras estiveram sempre nas mãos dos mais abastados; b) a imprecisão inerente àquela atividade; c) oscilações naturais e econômicas.

Tertuliano Antônio Botelho, por exemplo, natural da Villa da Natividade, província e bispado de Goiás, faleceu em Lençóis, sem parentes legítimos conhecidos, no ano de 1851. Detinha a posse de uma pequena balança de pesar diamantes e quatro escravos, que eram empregados na atividade de mineração naquela vila. Foram eles: o africano João Nagô, com vinte anos; o também africano Domingos Nagô, com trinta e três anos (*surdo e com moléstia em uma perna*); Ciriaco crioulo, com doze anos e Joanna, cabra, com dez anos de idade. Possuía mais alguns objetos de trabalho e outros de uso pessoal. Apesar de ter falecido em 1851, só em 1864 apareceram seus legítimos parentes, moradores da Província de Goiás, para reclamar a posse dos bens deixados por ele.⁹³

⁹⁰ APEB – Seção Judiciária – série Inventário – Classificação 03-1013-1482-4 (1872)

⁹¹ APEB – Seção Judiciária – série Inventário – Classificação 03-1027-1496-16 (1871)

⁹² APEB – Seção Judiciária – série Inventário – Classificação 07-3036-06 (1875/80)

⁹³ APEB – Seção Judiciária – série Inventário – Classificação Est. 03/Cx.1045/Maço1514/Doc.09 (1851-1864)

Indivíduos de outras nacionalidades também foram atraídos pelos diamantes. Vejamos o caso do francês Maurício.

Tendo falecido nesta Cidade na tarde do dia 11 do corrente mez [Janeiro de 1874] o subdito francês Maurício H. Munfen, que não tendo parentes no Brasil consta haver deixado irmãos e sobrinhos na França, levo ao conhecimento de V Ex^{cia}, como é meu dever, constando igualmente não ser elle casado nem deixar filhos; que é natural de Pariz, de 50 anos mais ou menos, ignora-se o nome dos pais; porem afirma-se serem falecidos, não deixou testamento e achão-se seus bens por mim apprehendidos, constando de 25:787\$000 (vinte e cinco contos, setecentos e oitenta e sete mil reis) em moeda papel, 58 oitavas e 64 grãos de diamantes, vinte e dois animaes e vinte oitavas de carbonato, uma letra ou recibo de dois contos de reis e pequenos objectos. Tudo mais depositado em poder do Dr. Frederico Augusto de Menezes, o mais abastado proprietário deste termo a quem também nomeei curador.⁹⁴

Os Irmãos alemães Frederich Maximilian Schubert e Emilio Maximilian Schubert, também chegaram aos Lençóis no rastro da tão comentada prosperidade das minas. Não se tem conhecimento da data exata da chegada desses alemães, mas sabe-se que abriram um trabalho de garimpagem. Ambos moravam em Santo Antônio da Cravada (distrito de Lençóis), local de seu garimpo. Frederich possuía também uma casa de negócios em Lençóis, onde comercializava diamantes.

Foi nas dependências de sua loja que o alemão recebeu a notificação, por mãos do oficial de justiça Victor Cardozo Vianna, na qual se lia a acusação da queixa crime que recaía sobre ele. Segundo denúncia, o alemão havia assassinado seu escravo Izidoro, crioulo, de idade de vinte e cinco anos. A revelação partiu de seu próprio irmão, Emilio Schubert. A insinuação ocorreu em circunstâncias agravadas: ambos estavam com os nervos à flor da pele, acirrados após violenta briga em que Emilio atentara contra a vida do irmão, deflagrando um tiro de pistola.

Chamado a depor para esclarecer a briga e a denuncia de morte, Emilio prontificou-se a minimizar o ocorrido referente ao tiro que ele teria disparado contra Frederich Schubert, e tratou de apimentar o caso alusivo aos boatos do assassinato do escravo Izidoro. Interrogado a respeito do conflito, Emilio afirmou:

(...) nunca quis tentar contra a vida de seu irmão, que apenas teve com elle uma pequena alteração de palavras do que houve um encontro de

⁹⁴ APEB – Seção Judiciária – série correspondências de juizes de Lençóis – Maço 2460, (folhas avulsas).

luta braçal, do que resultou disparar casualmente uma pistola, sem intenção, que se elle quizesse ferillo naturalmente teria o tiro empregado no dito Frederich, o que não aconteceu, que elle se acha no uso das suas faculdades intellectuaes e não estava atacado de loucura (...),⁹⁵

Após tentar inibir sua ação, Emilio Schubert retificou a acusação sobre o irmão, reforçando a suspeita de homicídio que recaía sobre Frederich Schubert. Dessa forma, prosseguiu afirmando o motivo do “barulho” entre eles:

(...) era apenas um ardil criado por elle Frederich Schubert para encobrir a noticia que a muito se acha espalhada no domínio do publico, relativo a morte e assassinato do escravo Izidoro, que corre noticia de que o dito Frederich matara este escravo (...) querendo dele descartar [Emilio] o enviando para a Europa, afim de quando a justiça tiver de tomar conta deste facto criminozo puder elle finalmente livrar-se lançando toda responsabilidade para elle Emilio, por que elle já não se acha no paiz, e como tal não se poderá provar quem foi o verdadeiro criminozo (...)⁹⁶.

As denúncias eram graves e a fonte da acusação era de peso. O suposto acobertamento de um crime, cometido contra o escravo Izidoro, não parece ter sido o único motivo que originou a denuncia do suposto ilícito. Talvez as desavenças tenham iniciado n’alguma falta de consenso quanto à divisão dos lucros de seus garimpos. O fato é que foi instaurado o inquerido policial, formalizou-se o processo e convocaram-se as testemunhas, em numero de seis no total.

A primeira testemunha foi Donato Rodrigues Pacheco, quarenta e nove anos, solteiro, natural da Cidade do Serro província de Minas Gerais, vivia de seu trabalho de mineração e também morava em Santo Antônio da Cravada.⁹⁷ Seu depoimento é esclarecedor a respeito das relações de trabalho nas minas da Chapada, escravos e livres pobres trabalhavam lado a lado, empregando-se, os livres, como “alugados”.⁹⁸ Donato afirmou que: “estando elle testemunha na occazião não só vio essa morte cazual e natural, como também Frederich Schubert lá não estava, estava nesta cidade [Lençóis]

⁹⁵ APEB – Judiciário – Serie Processos Crime – Homicídio – Classificação Est. 04/Cx.141/Doc. 02 folha 3v (1871)

⁹⁶ APEB – Judiciário – Serie Processo crime. (Frederich Schubert) Op. Cit... folha 4

⁹⁷ APEB – Judiciário – Serie processo crime. (Frederich Schubert) Op. Cit folha. 8

⁹⁸ Trabalhador que vende sua força de trabalho em troca de uma diária, normalmente com valor pré-fixados, independente de produtividade e lucros. Ver: Maria Odila Silva DIAS. *Forros e brancos pobres na sociedade colonial do Brasil, 1675-1835*. História geral da América Latina. UNESCO, v.3, cap.14, 2001.

em seu negocio de diamantes.”⁹⁹ O depoente, prosseguiu afirmando que a morte de Izidoro foi mesmo de causa natural. “Não pode ser verdadeiro *o boato de que foi elle morto de surra*, (...) *morrêo o escravo de moléstia e derrepente, que o sabe de ver, que nessa occasião era elle empregado nessa fabrica.*”¹⁰⁰

As pessoas envolvidas no processo, (réu, denunciante e testemunhas) reforçaram o indício do quanto essa região estava abarrotada de forasteiros. As seis testemunhas eram naturais de Comarca do Serro, Província de Minas; São Gonçalo dos Campos; duas de Rio de Contas; Chique-Chique do Rio São Francisco e Monte Alegre, província da Bahia.¹⁰¹

A segunda testemunha, assim como a primeira, isentou de culpa o alemão Schubert, e acrescentou “*que o conhece há dez anos pouco mais ou menos e julga ser elle Schubert incapaz de cometter o facto que si lhe imputa, por quanto he homem ordeiro e de muitos bons princípios.*” A testemunha, João Anacleto Pires qualificou o comportamento do acusado da seguinte forma: “homem ordeiro amigo da moralidade incapaz de faser ou mandar faser semelhante attentado (...)” Os depoimentos foram acatados, “provou-se” que o Sr. Schubert “assevera bons modos, que nunca soube que houvesse *maiores castigos* para com seus escravos,” além de ser uma pessoa “*ordeira*”, amigo da “*moralidade.*”¹⁰² O veredicto assinalou a improcedência da denúncia, considerando o alemão Frederich Schubert, inocente da acusação de assassino.

Quando interpretamos as palavras ditas pelas testemunhas, acerca das qualidades inerentes ao Sr. Schubert é possível perceber essas relações, ditas paternalistas. Homem “ordeiro”, “nunca soube que houvesse maiores castigos para com seus escravos”, nestas palavras aparece implícito a visão que os demais indivíduos tinham de suas atitudes. Seria ele, por essa gramática paternalista, “um bom senhor”, e, por conseguinte, incapaz de atentar contra a vida do escravo.

Apesar de ser uma passagem já superada em nossa historiografia, e não desejando nessas poucas linhas jogar mais terra sobre esse caixão, é valido afirmar, via pesquisa arquivística o quanto é improcedente uma suposta suavidade da escravidão em terras

⁹⁹ APEB – Judiciário – Serie processos crime (Frederich Schubert) Op. Cit... folha 9

¹⁰⁰ APEB – Judiciário – Serie processo crime. (Frederich Schubert) Op. Cit... folha 10 (grifos meus)

¹⁰¹ APEB – Judiciário – Serie processo crime. (Frederich Schubert) Op. Cit... Rol das testemunhas.

¹⁰² APEB – Judiciário – Serie processo crime. (Frederich Schubert) Op. Cit. Pag. 13 e 19 (grifos meus)

brasileiras. É recorrente na documentação referente a Lençóis, processos criminais acusando senhores por assassinato, castigos severos e mutilações de seus cativos.¹⁰³

As relações escravistas, ditas de caráter paternalista, eram regidas por códigos comportamentais, de caráter consuetudinário. A ordem senhorial dependia de limites respeitados por ambas as partes, demarcados dentro do âmbito do poder privado. Neste tipo de relação, entre indivíduos de *status* e condição jurídica oposta, o proprietário escravista era quem estabelecia as regras, no entanto, não sem a interferência dos dominados, não sem um “contrato” de conduta negociada. Nas palavras de Eugene Genovese, o paternalismo escravista no sul dos Estados Unidos, assim como todos os demais paternalismos, “surgiu da necessidade de disciplinar e justificar, moralmente, um sistema de exploração. Estimulava a bondade e a afeição, mas também, simultaneamente, a crueldade e o ódio.”¹⁰⁴ Seguindo essa ideia paternalista desenvolvida por Genovese, Leila Mezan Algranti também analisa essas questões paternas a partir de uma lógica pedagógica presente na Europa do Antigo Regime e utilizada em sociedades escravistas para disciplina e controlar os cativos.¹⁰⁵

Conforme a nossa historiografia, um “bom senhor” precisava possuir predicados que o tornassem parte integrante de uma ordem maior.¹⁰⁶ Não deveria ser excessivamente cruel, provocando danos ou atentando contra a vida do escravo. Nestas condições, poderiam acontecer interferências do Estado no âmbito privado, como era comum nos grandes centros urbanos como o Rio de Janeiro, segundo observou Leila Algranti.¹⁰⁷ Porém, tampouco deveria ser um senhor relapso para com algum deslize praticado por seus subordinados. Esse equilíbrio entre punição e benevolência se encarregava de manter a ordem estabelecida da pedagogia paternal. Em recompensa, exigia o trabalho dos escravos como uma legítima retribuição à proteção e à direção que

¹⁰³ Conferir: APEB – Seção Judiciário – processos crime. Ver por exemplo: 03/115/34 (1872). (Ofensas Físicas) vítima – Antônio Escravo, réu – Faustino de Oliveira Silva Dadá. Processo 04-112-09 (homicídio - 1882), vítima – Gabriel escravo, réu – Manoel Caetano de Souza. Processo: nº 04 – 137 – 08 (homicídio - 1875), vítima – Hermogenes escravo, réu – Felisberto Augusto de Sá.

¹⁰⁴ Genovese. *A terra prometida...* Op. Cit. Pag. 22

¹⁰⁵ Ver: Leila Mezan Algranti. *O feitor Ausente – estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro 1808-1822*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

¹⁰⁶ Ver: PIRES... *O crime na cor...* Op. Cit. SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: Edusc, 2001. Reis, João José. SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. GOMES, Flávio dos Santos. *Jogando a rede, revendo as malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista*. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, abr. 1996. LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro*: Paz e Terra, 1988.

¹⁰⁷ ALGRANTI. *O feitor ausente*. Op. Cit

lhes davam os senhores.¹⁰⁸ Normalmente essas regras não faziam parte de um manual específico escrito e estudado. Antes da lei de 28 de setembro de 1871, não havia nem mesmo um espaço oficial onde os escravos pudessem questionar um “mal senhor”, mas sua aplicação compunha um “trato” há muito utilizado nas relações escravistas no Brasil e em outros lugares. Trato este quebrado inúmeras vezes, como vêm demonstrando recentes estudos.¹⁰⁹ Destaco também as contribuições feitas pelo historiador Douglas Libby a respeito do estudo do paternalismo que Genovese apresenta com relação ao Sul norte-americano. Para Libby as relações paternalistas no Brasil diferiam daquelas observadas por Genovese nos EUA, por apresentar estruturas distintas de tamanho de posse, composição das escravarias, crescimento vegetativo etc.¹¹⁰

1.4. REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DE MINERAÇÃO

O início da exploração de diamantes da Chapada Diamantina foi notadamente traumático. Porções de indivíduos afluíram para as serras da região central da província da Bahia, marcando para sempre aquelas paragens com trajetórias diversificadas de indivíduos em diferentes condições sociais e econômicas, que incluíam europeus, brancos pobres, indivíduos com posses, libertos e muitos escravos. Muitos desses indivíduos mancharam com sangue as trilhas, córregos e poços por onde aventavam prosperar na vida.

¹⁰⁸ Ver: Genovese. A terra prometida... (Especialmente capítulo “os bons senhores” pag. 203-215)

¹⁰⁹ ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. FRAGA FILHO, Walter. Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2006. PIRES, O crime na Cor... Op. Cit. 319 p. REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2007. SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Trad. Jussara Simões. Bauru (SP): Edusc, 2001. SLENES, Robert. W.. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. Entre outros.

¹¹⁰ Segundo Libby, a respeito do paternalismo, pode-se pensar em um conjunto mais ou menos simétrico, de direito e deveres. Do ponto de vista do senhor, cabia-lhe prover seus escravos com elementos básicos da sobrevivência – alimentação, vestimenta e habitação – mas também propiciar momentos, regados, é claro, de lazer, de alguma instrução religiosa e profissional, além de aconselhamentos variados sempre de natureza pessoal e privado. Em troca destes deveres senhoriais, esperava-se do escravo trabalho regular e bem feito, obediência sem questionamentos, e lealdade ferrenha a sua pessoa e sua família. Não sem relutância, os escravos geralmente reconheciam e aceitavam os seus deveres para com o senhor. Ver: LIBBY, Douglas. Repensando o Conceito do Paternalismo Escravista nas Américas. Pag. 33. In: PAIVA, Eduardo França. IVO, Isnara Pereira (Orgs). *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edunesb, 2008. 354p.

Quadro 1: Crimes de homicídio, tentativa de homicídio e lesões corporais em Lençóis (1850 – 1870).¹¹¹

CRIME	NÚMERO DE PROCESSOS	PARTICIPAÇÃO MASCULINA		
		HOMEM X HOMEM	HOMEM X MULHER	TOTAL
Homicídio	77	90%	9%	99%
Tentativa de Homicídio	48	69%	14%	83%
Lesões Corporais	81	53	37	90%

Fonte: APEB. Seção: Judiciário (crimes).

Esses foram alguns dos processos instaurados que sobreviveram à ação do tempo e hoje se encontram armazenados no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Índícios de que os crimes de sangue integravam o cotidiano daqueles indivíduos. Os conflitos entre multidões de forasteiros em seus locais de trabalho tornaram-se inevitáveis, agravadas sensivelmente pela falta de aparelhos de coação e regulação do Estado. O resultado desse quadro foi terrível, assassinatos e outros crimes ocorriam numa intensidade e banalidade impressionantes.

A distância para a vila do Rio de Contas, sede da comarca e local de onde, inicialmente, deslocavam-se a força policial, ficava aproximadamente há 200 quilômetros das lavras de Lençóis, Andaraí e Mucugê. Esse aparato estava longe de suprir o imperativo daquelas paragens. Diante disso, havia a necessidade premente de pacificar aquela região para melhor controlá-la, arrecadar os impostos da rentável empresa e estabelecer as bases para urbanidade de sua gente.

O Imperador não estava alheio a esses acontecimentos e por decreto imperial nº 465, de 17 de agosto de 1846, foi criada a Repartição dos Terrenos Diamantinos da Bahia. Benedicto Marques da Silva Acauã foi nomeado primeiro inspetor da Repartição Diamantina. Vivia no Rio de Janeiro, de onde partira para tomar posse no referido emprego no dia 04 de outubro de 1846, aportando em Santa Isabel, primeiro local designado como sede da repartição, em 02 de novembro daquele ano.¹¹²

¹¹¹ Apud: Glaybson Guedes Barbosa da Silva (2012). *Homens com sonhos de riquezas inexauríveis...* Op. Cit. folha 69.

¹¹² ACAUÃ, Benedicto Marques da Silva. Relatório dirigido ao governo imperial em 15 de abril de 1847, pelo inspetor geral dos terrenos diamantinos na província da Bahia. *Inst. Hist. Geogr. Ethnogr. Brasil. Rev. Trim.*, t.9: 227-260. Pag. 228

É do Inspetor Acauã um dos relatos mais contundentes a respeito dos ânimos por que passava a Chapada Diamantina na ocasião de sua posse. A falta de regulamentação da atividade de garimpagem, aliada à pouca ou inexistente força policial, fez com que aquelas serras se tornassem cenário ideal para a prática contínua de desrespeito às leis, sendo esta praticada pelo braço, punhal e fuzil. Acauã noticiou num minucioso relatório de sua autoria, também endereçado ao Imperador, e publicado na edição nº 9 da revista do IHGB no ano de 1847, na qual relata o quanto a violência tornava-se prática endêmica entre os moradores locais:

(...) Um grande terreno deserto em partes na distancia de cincoenta léguas, sendo a menor a de vinte legoas para as povoações que o rodeiam, descobrindo as minas de seus seios, convidou uma população de mais de 30 mil pessoas, (...) a consequência era e tem sido o nenhum respeito à propriedade e às pessoas, e em dois annos serem victimas do punhal e do fuzil mais de cem infelizes, sem que os autores de crimes tão horrorosos receiem a punição d'elles.¹¹³

Juntamente com o estabelecimento da comissão encarregada da administração, um corpo policial fazia parte dos poderes disponíveis e subordinados ao inspetor em exercício. Quando do seu relatório de abril de 1847, Acauã reclamava que ainda não tinha chegado àquela repartição todas as praças a que a lei concebia. “Até agora não se acha n’este lugar o destacamento com o numero de praças estabelecidas pelo regulamento, apenas existem vinte, que chegaram no dia 05 de fevereiro [1847].”¹¹⁴

A criação e afirmação da Repartição Diamantina foi um marco importante para a organização das atividades de mineração na Chapada. Para garimpar, ao menos em termos legais, exigia-se autorização e habilitação da Repartição. Um corpo extenso de regras foi criado para formatar o gerenciamento das lavras. Dividiu se em lotes os locais supostamente diamantinos, como estava previsto na letra da lei. Após o loteamento, os terrenos deveriam ser arrematados em pregão público dentro dos requisitos do decreto nº 465, de 17 de agosto de 1846. Aquela, ainda incipiente atividade, altamente lucrativa e cobiçada por muitos, passaria enfim pelo crivo da administração e, em tese, a pilhagem inicial seria finalmente sanada.

¹¹³ ACAUÃ. Op. Cit. Pag. 230. Por decreto imperial de 01-10-1846 foi nomeado Inspetor dos Terrenos Diamantinos da Bahia o Sr. Acauã e dirigindo ao governo imperial, em 15 de abril de 1847, o inspetor geral faz um relatório destinado ao Imperador D. Pedro II a respeito do que encontrou na região das Lavras Diamantinas por ocasião de sua posse na referida repartição.

¹¹⁴ ACAUÃ. Op. Cit. Pag. 232

Em tese! Como é de se esperar, não foi de imediato que as regulamentações tiveram efetividade sobre a atividade mineradora. A ordenação seguiu um curso lento de execução; a vantagem para aqueles que trabalhavam dentro da lei é que tinham a quem recorrer para mediar conflitos. “Representando-me as Companhias de Mineração nº 2 e 3 de que um número não pequeno de faiscadores invadirão seos serviços constatando mais que no Districto do Chique-Chique se acham mais de quatro centos faiscadores trabalhando sem licenças.” Dizia o inspetor que, apesar de seus esforços, os delitos ainda eram cometidos por faiscadores não habilitados. “dei energicas providencias como V^{ssa} S^{ria} verá do officio nº 1, e portaria nº 2 fazendo seguir para o Districto do Chique-Chique [Igatú] um empregado desta repartição com seis praças de 1^a linha.”¹¹⁵

Não que a administração central da província desconhecesse as necessidades de maior vigilância, mas, mesmo tendo consciência dos fatos, a força policial na Chapada parece ter continuado deficiente, como se observa no pronunciamento do presidente da Província da Bahia, o desembargador João José de Moura Magalhães, na abertura dos trabalhos no ano de 1848, referindo-se aos novos habitantes da Chapada:

[...] Estas consideração obrigão-me a lembrar a conveniencia que há em criar-se hum Termo na Chapada Diamantina a qual por ora pertence ao da Villa de Minas de Rio de Contas. Tem o commercio dos diamantes chamado para este lugar milhares d’individuos, que hoje formão huma consideravel povoação a qual precisa de Authoridades territoriaes em seo centro, não só para cuidar da prevenção e da repressão dos delictos, como para velar na salubridade publica, na commodidade dos habitantes, na regularidade da edificação e aformoseamento da referida povoação.¹¹⁶

Dito com outras palavras, a insegurança nas minas encorajava os mais diferentes delitos. Poucos se atinham a respeitar os bens alheios. A documentação cartorial e judiciária permite inferir que muitos escravos e indivíduos de toda sorte fizeram uso desse cenário conturbado para tentar se beneficiar. Como foi o caso dos escravos crioulos Nicollau e André, cuja saga foi narrada no início deste capítulo.

De toda sorte, podemos considerar que a criação da Repartição dos Terrenos Diamantinos foi um marco cronológico muito importante para entendermos o processo de ordenamento das atividades de garimpagem. Embora sua efetivação não tenha

¹¹⁵ APEB – Judiciário – correspondências recebidas de juízes de Santa Izabel (1848 – 89).

¹¹⁶ Falla que recitou o presidente da Provincia da Bahia, o desembargador João José de Moura Magalhães, n’abertura da Assembléia Legislativa da mesma provincia em 25 de março de 1848, Bahia, Typographia de João Alves Portella, rua da Oração, casa n. 8. 1848. Pag. 9

eliminado por completo os desmandos, que assombravam os mais desavisados que tiveram contato com aquele cenário caótico, esses deixaram de ser corriqueiros como antes.

Estabelecidas as bases jurídicas dessa nova atividade, a prosperidade restritiva seguiu seu curso e algumas famílias desfrutaram das benesses de uma vida abastada em função dos diamantes. Para produzir riquezas foram exploradas, em grande escala, o braço escravo, e a região da Chapada tornou-se um dos bastiões da escravidão na segunda metade do século XIX na província da Bahia. Como era de se esperar, esses indivíduos marcaram com suas experiências de vida o local onde habitaram. Resgatar as marcas deixadas por eles, em suas vivências na “Corte do Sertão”, é o objetivo a que se propõe o presente trabalho. Nas páginas que se seguem tentarei acompanhar, reproduzir e interpretar algumas passagens e experiências de vida de alguns escravos que habitaram a Chapada Diamantina no tempo dos diamantes.

Destarte, as questões até aqui apresentadas, possibilitam compreender um pequeno recorte social do que representou os primeiros anos de exploração dos garimpos de diamantes da Bahia. A invasão de forasteiros, a ampla utilização de escravos, a multiplicidade de anseios e objetivos fizeram daquela região lugar de disputas e espaço de oportunidades. Dito isso, busquei neste capítulo I apresentar um panorama geral do cenário que irei aprofundar nos capítulos seguintes. Doravante arriscarei compreender as relações escravistas nas distintas etapas da mineração na Chapada. Quais as possibilidades de auferir ganhos em cada uma das fases do garimpo, desde o caos inicial ao rápido apogeu subsequente, passando pela crise exploratória da década de 1870. Todas estas fases apresentaram suas marcas em um espaço de tempo muito curto e numa intensidade impressionante. As pegadas deixadas por indivíduos que viveram esse turbilhão, sob o jugo da escravidão, é o que buscarei analisar.

CAPÍTULO II

2.0. A MODA DE CAVAR DIAMANTES – COMPANHIAS DE MINERAÇÃO E MERCADO DE MÃO DE OBRA.

O bom gosto moderno

Tudo são modas presentemente, e o maior regozijo é ser chefe ou inventor de modas; modas e mais modas: moda no trajar, moda no commercio; já foi moda o negociar para a Costa, e com tanta influencia, que velhos e aleijados para lá foram; *depois seguiu-se a moda de ir cavar diamantes na Chapada (...)*.¹¹⁷

A moda de cavar e negociar diamantes atraiu a atenção de muitos indivíduos, e, como se observa, o periódico carioca, *A Marmota na Corte*, produziu essa pérola de trocadilho. A descoberta dos diamantes da Chapada coincidiu com os anos finais do tráfico de escravos africanos, aquele comércio de gente que envolvia diretamente uma variada gama de agentes e que alcançaram vantajosos lucros.¹¹⁸ No caso dos traficantes baianos, com o fim deste comércio, alguns diversificaram suas atividades, investindo inclusive na compra e venda de diamantes da Chapada, como foi o caso da firma *Marinho & Companhia* que, em novembro de 1877, exportou 496 kilogramas de diamantes, com destino a Paris, embarcado no vapor inglês *Neva*. No mesmo dia e na mesma embarcação foram exportadas 739 kilogramas de diamantes pertencente ao Banco Mercantil da Bahia e 178 kilogramas de outra firma sediada na capital da província, a *Brandão & Irmão*.¹¹⁹

A abundância trazida pelos diamantes confeccionou uma nova sociedade numa região antes descrita como de serras bucólicas e inóspitas.¹²⁰ A sociedade do diamante ergueu-se em diminuto espaço de tempo, reproduzindo as estruturas sociais de outras

¹¹⁷ A Marmota na Corte. Rio de Janeiro, Sexta Feira 17 de maio de 1850. Pag. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>

¹¹⁸ Ver: Candido Eugênio Domingues de Souza. *Perseguidores da espécie humana: capitães negreiros da Cidade da Bahia na primeira metade do século XVIII*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social – PPGH, Universidade Federal da Bahia. 2011. REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus J. M. de. *O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no atlântico negro (c.1822 - c.1853)*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010. 481 p.

¹¹⁹ Dados de exportações via porto de Salvador, disponível em: *Jornal Correio da Bahia*. 27-11-1877. N° 203.

¹²⁰ Ver: SPIX, Johann Baptist; MARTIUS, Von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Vol. 2. 4.ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981. (pag. 127)

áreas da Província. O trabalho escravo e a prosperidade para poucos foram marcas indeléveis da “civilização do diamante”.¹²¹

A cidade gestada no *rush* dos anos de 1844/45 rapidamente ganhou contornos de centro comercial pulsante, tornando-se a “capital das lavras”. A paisagem, presente na primeira fase, com barracas cobertas de palhas nas quais abrigavam os primeiros garimpeiros, pouco tempo depois cedeu lugar a sobrados com distinta beleza arquitetônica. O casario faustoso surgiu como prova da pujança que o diamante proporcionava e era orgulhosamente exibido por aqueles mais abastados.

A topografia local com vias enladeiradas, algumas um pouco íngremes, encarregou-se da irregularidade de suas ruas, sempre tortuosas, mais não menos charmosas, fornecendo à cidade um encantamento que ainda hoje surpreende seus visitantes. Na mesma simetria da ocupação das Serras da Chapada ocorreu a evolução administrativa e o poder de atração daquela que seria conhecida como a “Capital das Lavras”.

Em 28 de maio de 1852, o povoado, que pertencia à Freguesia de Santa Isabel do Paraguaçu (atual Mucugê), foi elevado à categoria de distrito; em 18 de dezembro de 1856, à categoria de vila – Comercial Vila dos Lençóis -, sede de novo município, independente de Santa Isabel. Em 15 de julho de 1857, a Repartição dos Terrenos Diamantinos foi transferida de Santa Isabel do Paraguaçu para a nova Vila dos Lençóis, refletindo a importância crescente de sua produção.¹²²

Assim, aquela paragem até então esquecida nos sertões da Bahia, transformara-se completamente em apenas 13 anos. Naquele outrora tumultuado acampamento de aventureiros, emergiu o centro de referência para o comércio do interior da província, arregimentando pouco a pouco as estruturas administrativas comuns às províncias brasileiras. Sobre essa atração de aventureiros, escreveu, anos mais tarde, Afrânio Peixoto, um ilustre filho da terra: “Ai de ti Lençóis! Acorreram todos os estropiados, mendigos, jagunços, ladrões de cavalos, mulheres de má vida, desses sertões do Brasil”.

¹²³ Mas, como vimos no primeiro capítulo, os moradores do lugar não procederam

¹²¹ Peguei o termo “Civilização do Diamante” emprestado a Walfrido Moraes Filho. Cf. MORAES FILHO, Walfrido. *Jagunços e Heróis: a civilização do diamante nas lavras da Bahia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. 212 p.

¹²² SILVA, Eduardo. D. Obá... Op. Cit. Pag. 34

¹²³ PEIXOTO, Afrânio. *Bugrinha*. São Paulo. Clube do Livro; 1975.

somente dos sertões do Brasil. Para lá, ocorreu gente de várias partes do Brasil e do exterior.

Com a crescente promoção, a Vila dos Lençóis consumia e criava moda, passou a influenciar toda a região. Em qualquer bazar encontrava-se vestidos parisiense. Tornou-se *praxe* entre senhores de comprovada distinção e posses, o emprego de grandes capitais em sociedades de mineração. Dez companhias foram formadas até o final da década de 1860. E a força motriz que fazia girar toda aquela engrenagem era, predominantemente, a mão de obra escrava.¹²⁴

Também, naquele contexto, não foi apenas a região da Chapada que galgou as vantagens da prosperidade econômica dos diamantes. Para Maria Fátima Novaes Pires “A exploração de diamantes da Chapada, nas primeiras décadas do século XIX, especialmente em Lençóis, gerou necessidade de abastecimento dessa região, fazendo crescer a produção policultura no alto sertão.”¹²⁵

Um dos grandes consumidores dessa produção eram as companhias. Essas empresas de mineração eram constituídas por elevados investimentos. A Companhia Metalúrgica do Assuruá foi um desses exemplos. Em 1858 “obtiverão do governo imperial consentimento sob contrato, para atuar no ramo de mineração;” obtida a licença de acordo com as exigências, “levantarão capitaes cerca de 300:000\$000 [trezentos contos de reis] em açoes de 1:000 \$000 cada [um conto de reis] emitidas até algumas nesta praça [Salvador]”.¹²⁶

Na contramão da lógica do trabalho em meados do século XIX, na Chapada Diamantina, a Companhia do Assuruá resolveu arriscar e inovar na formação dos quadros de trabalhadores. Em 1858, enquanto o predomínio da atividade de mineração girava em torno do braço escravo, a referida empresa contratou alguns alemães para seu trabalho de garimpo.

¹²⁴ DECRETO Nº 465 - de 17 de Agosto de 1846. REGULAMENTO PARA A ADMINISTRAÇÃO DOS TERRENOS DIAMANTINOS Capitulo V, *Das Companhias*. Art. 27. Para a exploração do leito dos rios caudalosos, e mais lugares, onde a mineração exige força maior, he permittida a organização de Companhias pela maneira seguinte: § 3º Nenhuma Companhia será de menos de seis membros, que sejam pelo menos em metade Cidadãos Brasileiros, e todos reconhecidos pelo Inspector como sufficientemente abonados, ou por fiadores, ou por deposito de Apolices de dívida publica, ou metaes preciosos, para cada hum, por si, independente dos outros, poder pagar sempre adiantado o valor de hum anno de arrendamento.

¹²⁵ PIRES, Maria de Fátima Novaes. O crime na Cor... Op. Cit. pag. 40.

¹²⁶ Notícia descriptiva e estatística da riqueza mineral da Província da Bahia, parte I. publicada no Jornal Correio Mercantil, Rio de Janeiro, segunda-feira 23 de janeiro de 1865. Pag. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>

Para tentar compreender essa decisão é necessário contextualizar o período. Nas primeiras décadas do século XIX, a Grã-Bretanha difundiu campanha de combate ao tráfico internacional de escravos, apresentando como plano de fundo dessa expedição uma suposta preocupação humanitária. Fundamentada nos princípios naturais de liberdade, os britânicos defendiam que todos os homens nasciam livres e iguais. Assumiram então a vanguarda em denunciar as péssimas condições de transporte, alimentação, saúde e trabalho a que estavam expostos os africanos, vítimas do tráfico. O cerco internacional contra o tráfico de escravos da África para o Brasil fechou-se no início da década de 1830, pressões estas, notadamente, como já dito, por parte da Inglaterra, maior interessada na proposta que culminou na lei de sete de novembro de 1831 que proibiu o tráfico transatlântico.

Poucos acreditavam que a importação de africanos estaria mesmo chegando ao fim. Triste ilusão daqueles que imaginavam o contrário. O tráfico/contrabando continuou, mas a lei de 1831 impôs restrições ao trânsito de africanos.¹²⁷ O comércio de escravos africanos permaneceu intenso ao menos até a segunda metade da década de 1840. Vários setores da economia na colônia, assim como no Império, eram dependentes desse comércio. Setores esses que tiveram que se readaptar após 1850.¹²⁸

A importação dos trabalhadores livres se deu através de contratos de trabalho celebrados junto ao consulado do Brasil em Hamburgo, no dia 10 de junho de 1858, assinado pelo então gerente da companhia, Francisco Ribeiro Vianna e o sócio engenheiro Jorge Henrique Crammer [alemão]. Esse não foi o primeiro ensaio de importação de mão de obra alemã para a Bahia, em 1818 foi formada a Colônia

¹²⁷ Sobre o tráfico de africanos para o Brasil ver: CHALHOUB (2012). A força da escravidão... Op. Cit. CONRAD, Robert. *Tubeiros. O tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985. FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras. Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997. RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. São Paulo: Ed. UNICAMP/CECULT, 2000.

¹²⁸ Sobre o comércio de escravos na Bahia os trabalhos do historiador João José Reis da uma ampla dimensão desse trato e a extensão de sua capilaridade na Bahia do século XIX. Ver: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus J. M. de. *O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no atlântico negro (c.1822 - c.1853)*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010. 481 p. REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. REIS, João José. .Domingos Sodré, um sacerdote africano: liberdade e candomblé na Bahia do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 463p. Ver também: CASTRO, Ubiratan. 1846: UM ANO NA ROTA BAHIA – LAGOS, negócios, negociantes e outros parceiros. *Afro-Ásia* nº 21-22 (1998-1999), pag. 83-110. Ver referencia da dissertação de Cândido Domingues

Leopoldina, em Vila Viçosa, extremo sul da Bahia, com trabalhadores alemães e suíços.¹²⁹

Antes de avaliarmos os administradores da Companhia Assuruá, como possíveis progressistas, defensores do trabalho livre/assalariado é necessário informar que seu gerente era um homem atuante no comércio de escravos em Lençóis.

Escritura publica de compra e venda que fes, como vendedor Joaquim Rodrigues de Souza Lelles, por seu bastante procurador o Cap. Jose Verissimo Moreira Netto, e como *comprador Francisco Ribeiro Vianna*, (...) de hum escravo de nome Cattão, africano, idade de 22 annos pouco mais ou menos, (...) pela quantia de 1:000\$000 (um conto de reis). (...) Lençóis 04-02-1856.

Escritura publica de compra e venda que fas, *como vendedor Francisco Ribeiro Vianna*, e como comprador José Felix de Mattos, (...) escrava Maria africana idade de 26 annos, pouco mais ou menos, (...) na quantia de 650\$000 (seiscentos e cinquenta mil reis). Lençóis 26-07-1856.¹³⁰

O investimento nos trabalhadores alemães provavelmente foi motivado pelo impacto do fim do tráfico em 1850, que gerou desabastecimento e inflacionou os preços. Na década de 1850 [1853-1858] adquirir em Lençóis um escravo entre 16 e 30 anos, pleno vigor físico, representava investir elevados custos. Nessa faixa etária 87,4% dos escravos foram negociados por preços entre 700\$000 e 1:500\$000, ou 286 ocorrências na amostragem com 327 casos. Sendo que em 50% [143 casos] das 286 ocorrências os escravos foram negociados por preços entre 1:200\$000 e 1:500\$000; 12,2% [35 casos] por preços acima de 1:500\$000.

Os alemães desembarcaram na Bahia em 1858 e foram conduzidos aos sertões da província. Inicialmente direcionados para as minas de ouro do Gentio. Foi uma infrutífera experiência essa do Gentio, motivado pela baixa produção em decorrência da seca que fez com que os acionistas mudassem de planos e transferissem todo seu aparato para Lençóis. O destino escolhido foi o garimpo da Lincurioba. O custo total do transporte, desde a Alemanha, provisões para viagem e adiantamentos consumiu 22:231\$668 (vinte dois contos duzentos e trinta e um mil seiscentos e sessenta e oito

¹²⁹ Ver: Alane Fraga Carmo. Colonização e escravidão na Bahia: a Colônia Leopoldina, 1850-1888. Dissertação, PPGH – UFBA, Salvador, 2010. 139 folhas.

¹³⁰ AFL – Tabelionato de notas – livro de notas nº 3, respectivamente pags. 39 e 90. (grifos meus)

reis). Valores que deveriam ser ressarcidos à Companhia ao longo do cumprimento do contrato de trabalho, previsto para cinco anos.¹³¹

(...) seguirão seu caminho acompanhado por um engenheiro hydraulico, um medico e utensílios para a nova empresa, infelizmente malograda pelos horríveis efeitos dos rigores da secca dos anos de 1859 a 1861, que o menor dano que causou foi a dissolução total e misérrima da preza e perda dos capitaes empregados.¹³²

A ocasião do desembarque dos imigrantes, 31 de julho de 1858, coincidiu com o período inicial de uma das piores secas que a província da Bahia enfrentou no século XIX. A intensidade daquela catástrofe natural causou sérios prejuízos a todos os setores da economia sertaneja e atingindo também a capital:¹³³

Poucos, da atual geração de baianos, desconheceu, pelo menos de tradição, o que foi, para o povo sertanejo, o ano de 1860. De quantas secas periódicas têm devastado os sertões brasileiros, raros legaram horrível memória, como a geralmente conhecida por *seca de 60, aliás 59*, de que resultou a crise alimentícia denominada *fome de 60*.¹³⁴

Um viver às mínguas é como ficou marcado esse intempestivo período, na história dos sertões da Bahia. A fome e a carestia nos preços atingiram Salvador, sendo um dos fatores diretos que resultaram no motim “carne sem osso, farinha sem caroço”.¹³⁵ À migração foi intensa, e a região da Chapada Diamantina tornou-se local de confluência para muitos desvalidos. No entanto, também achacados por privações, devido à letargia do abastecimento, a região da Chapada não conseguia suprir as necessidades primárias nem mesmo daqueles que ali residiam há mais tempo.¹³⁶ Até funcionários da Repartição Diamantina fugiram daquele cenário aterrador:

¹³¹ APEB – Seção de Arquivo Colonial e Provincial - Série Legislativo – Correspondências recebidas da Câmara de Lençóis – maço 1340 (paginas avulsas)

¹³² Notícia descritiva e estatística da riqueza mineral da Província da Bahia, parte I. publicada no Jornal Correio Mercantil, segunda-feira 23 de janeiro de 1865. Pag. 2. <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>

¹³³ Sobre reflexos da seca, iniciada em 1857 - 1861, em Salvador Ver: Mattoso, Kátia. A Bahia do Século XIX... Pag. 566 Op. Cit. Cf: João José Reis e Márcia Gabriela D. de Aguiar. “Carne sem osso, farinha sem caroço”: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia. In: Revista de História, FFLCH-USP. nº 135(1996). P. 33-160

¹³⁴ ROCHA, Lindolfo, *Maria Dusá*. São Paulo: Ática, 1980. p. 16-17. A primeira edição dessa obra é de 1910. Grifos do autor. APUD: GONÇALVES, Graciela Rodrigues. As Secas na Bahia do Século XIX (Sociedade e Política). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, PPGH – UFBA. 2000. 184 Pag.

¹³⁵ Ver: REIS, João, AGUIAR, Gabriela. “Carne sem osso e farinha sem caroço”... Op. Cit.

¹³⁶ Cf: GONÇALVES. Graciela Rodrigues. As Secas na Bahia... Op. Cit.

O Dr. Nuno Freire Maia Bittencourt, substituto em exercício, procurador fiscal da Administração Diamantina, vendo-se na rigosa necessidade de transferir-se para a Cidade de Nazareth sua numerosa família, em razão da crise alimentícia que ameaça esta localidade, vem rogar a V. Ex^{cia} se sirva conceder-lhe quarenta dias de licença para o fim exposto.

Lençoes 24 de fevereiro de 1860.¹³⁷

Para tentar amenizar os efeitos da grande fome, que se seguiu ao período de estiagens, o governo da província da Bahia, atendendo as solicitações da Câmara Municipal dos Lençóis, enviou algumas remessas de víveres para amortizar os efeitos da seca.

Esta Câmara por si e por seus munícipes se confessa agradecida ao governo de V^{ssa}. Ex^{cia} pela generosa cooperação em favor d'esta muito feliz população, e confia que V^{ssa} Ex^{cia} continuará a não abandonar-nos ao desespero da fome que actualmente nos aniquila (...) cresce o numero dos indigentes e a falta de recursos se vai tornando sensível até mesmo na classe mais abastada da população.¹³⁸

Esses agradecimentos decorriam da chegada de uma remessa com mantimentos aos definhados da Chapada. Tratava-se de 243 sacas com víveres, sendo 170 de farinha de mandioca, 29 de arroz, 30 de feijão, 10 de milho e 4 de farinha de trigo, “que seria distribuída, aos sábados, para 1.500 pessoas muito necessitadas.”

(...) A distribuição que se tem feito da farinha mandada por V. Ex^{cia} tem apresentado scenas tristíssimas; vê-se centenas de pessoas de um e outro sexo e de todas as idades affluírem a casa em que se faz a distribuição; muitos chorão, uns de prazer, por acharem com que matar a fome, outros receiosos, de que não chegarão a vez de terem seo quinhão, e outros de vergonha por se verem reduzidos a recorrer ao pão da caridade.¹³⁹

Foi naquele contexto de privações e crise de todos os gêneros alimentícios que iniciaram as atividades de garimpo de diamantes da Companhia Assuruá. Colocados à lida nos garimpos da Licurioba, os sessenta e seis alemães [talvez 70 ou mais] não se

¹³⁷ APEB – Terrenos Diamantinos – Maço 4856 (paginas avulsa). Ano 1860.

¹³⁸ Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) – Seção Legislativa – Série Correspondências da Câmara de Lençóis - Maço 1340. Ano 1860

¹³⁹ APEB – OP Cit. Maço 1340

adaptaram aos pesados esforços exigidos para tal empreendimento, nem suportaram os rigores da seca avassaladora daquele início da década de 1860.¹⁴⁰

O relato do presidente da Câmara de Lençóis traz indícios dos maus presságios que aquela seca provocava: “a seca continua e o calor hé tão ardente que muito se receia que alguma epidemia mortífera venha reunir esses furores aos estragos da fome”. Três anos antes, a vila havia sido atingida por uma epidemia de bexiga e o medo era que a reboque da seca, doenças terríveis viessem piorar as coisas que já não eram boas: “huma epidemia tanto hé mais fácil de desenvolver quando acha-se a população em condições muito favoráveis ao seu aparecimento.”¹⁴¹

Alguns dirigentes da companhia - certamente pouco adaptados às objeções de trabalhadores livres, isentos de vínculos de propriedade de outrem – não aceitaram a postura dos imigrantes, que se recusavam à labuta degradante, no contexto daquela forte estiagem. O gerente solicitou a prisão dos colonos nos seguintes termos:

Diz a Imperial Compahia Metalurgica do Assuruá, estabelecida na Lavra Diamantina Licurioba por seo gerente interino José Mendes de Carvalho que a bem de seo direito fas V. S^{ria} mande o escrivão deste juiso dar por certidão, ao pé desta, o theor da petição e despacho proferido por V. S^{ria}. *para serem presos os Colonos Alemães locadores que se negão ao trabalho da mesma Compahia faltando assim ao contrato celebrado em Hamburgo perante o Consul respectivo em junho de 1858.*

A Companhia //. ¹⁴²

O gerente interino da companhia, Major José Mendes de Carvalho, natural de Catas-Altas da Noruega, Província de Minas Gerais, era um homem pouco afeito à negociação com trabalhadores sem que sua voz fosse sobreposta.¹⁴³ Senhor de muitos escravos, se viu obrigado a recorrer à justiça para forçar os alemães a trabalhar. Infrutíferos seus esforços. Os alemães, insubmissos, não aceitaram as condições degradantes e fugiram.

¹⁴⁰ Temos os contratos de serviços de 66 alemães. No entanto na ata da reunião dos sócios por ocasião da decisão de transferir-se do Gentio do Assuruá para as Lavras de Lençóis consta terem seguindo caminho com eles 70 alemães, e outros que eles não contabilizaram por estar, com sua licença, no São Francisco. APEB – Legislativo – Câmara de Lençóis maço 1340 (papéis avulso)

¹⁴¹ APEB – Maço 1340 - (28-03-1860)

¹⁴² APEB – Legislativo – Câmara de Lençóis – Maço 1340. (grifos meus) folhas avulsa

¹⁴³ APEB – Judiciário – Testamentos de José Mendes de Carvalho – Classificação 05-1844-2315-17 (1868)

A falta de experiência com a mineração não se aplicaria aos possíveis motivos da falência da Companhia, haja vista terem os sócios da empresa experiência neste ramo, inclusive seu gerente, José Mendes de Carvalho, que em anos anteriores figurava como sócio gerente da Companhia nº 6 dita do Ribeirão. Um ano após esses incidentes, o Major penhorou quarenta escravos, dentre outros bens.

Escritura pública de quitação que fazem como recebedor Reinesio Guanaes Mineiro, e como pagador José Mendes de Carvalho da quantia de 55:000\$000,00 (*cinquenta e cinco contos de reis*). Constantes de hyphoteca (...). que lhe passou de hum sobrado, e huma casa térrea, e 40 escravos, nas notas do ex. tabelião Theodoro Antonio Pinto aos 08/06/1861. (...) Foram testemunhas Comandante Superior da Guarda Nacional Antônio Gomes Calmon, e o Major José de Araujo Bacellar (...) Declaro que o senhor José Mendes de Carvalho não mais me deve a quantia a que menciona esta hyphoteca. (...) Lençoes 11/05/1862.¹⁴⁴

Sua atuação no mercado de escravos em Lençóis não se restringiu às hipotecas. Ficaram registradas nos livros de notas do tabelião Marcelino José Mascarenhas outras transações de compra e venda de escravos, além de cartas de liberdade. Como gerente da companhia Ribeirão, num período anterior à criação da Companhia do Assuruá, o Major Mendes de Carvalho assinou algumas alforrias, entre elas as seguintes:

Registro de hum titulo de liberdade do escravo Baptista = Digo eu *José Mendes de Carvalho como sócio gerente da Compahia do Ribeirão* que na presente dacta hei dado a liberdade pela quantia de 1:200\$000 (um conto e duzentos mil reis) que recebi do escravo Baptista pertencente a mesma sociedade em 04/06/1855 (...) registrado em 06/08/1855 (...).¹⁴⁵

Registro de hum titulo de liberdade do escravo Celestino africano que he de theor seguinte = Digo eu, *José Mendes de Carvalho gerente da Compahia de Mineração Numero Ceis, denominada Ribeirão*, que concedo alforria ao escravo da mesma Compahia de nome Celestino africano pela quantia de 1:900\$000 (um conto e novecentos mil reis) que recebi ao passar da presente carta, (...) o qual representa no capital do sócio Manoel da Silva Vianna [português], (...). Ribeirão 13-09-1857 = José Mendes de Carvalho. (...) Lençoes 21-09-1857.¹⁴⁶

Os dirigentes da Companhia Assuruá eram habituados com a exploração do trabalho escravo, não apenas o seu gerente, mas também seus demais acionistas:

¹⁴⁴ AFL – Livro de notas nº 3, folha 61.

¹⁴⁵ AFL – Tabelionato de notas – livro nº 3 Pag. 12

¹⁴⁶ AFL – Tabelionato de notas – livro nº 3 Pag. 229

Coronel Antônio Martins de Castro, Major Justiniano de Quadros e Oliveira, Tenente João Garcia Sobral etc.¹⁴⁷

Em julho de 1860 se dá a última informação sobre a trajetória desses trabalhadores alemães nas Serras da Chapada. Um ofício remetido pelo presidente da província ao gerente da Companhia Assuruá, José Mendes de Carvalho, solicitava informações a respeito da quantidade de alemães que ainda estavam em Lençóis e, naquele instante, aventou a possibilidade da transferência daqueles que ali ainda restavam para a Colônia Sinimbu, recebendo a seguinte resposta:

(...) existem neste município poucos colonos, os quaes estão empregados, sendo um com o Cel. Antônio de Souza Spinola, um com o Dr. Antônio de Souza e Silva, dois com o Dr. Aristides Cezar Zama, um serralheiro na Compahia de Mineração do Ribeirão, um mecânico com Francisco José Lopes em sua officina de ourives, e outro dito que trabalha em sua casa, tendo estes dois últimos, famílias (...) quanto a transferência direi que é muito onerosa.

Lençoes 29 de julho de 1860.

Embora houvesse exemplos de tentativas de diversificação com relação à mão de obra nas atividades de garimpagem, como foi o caso dos colonos alemães, o trabalho escravo sustentou hegemonicamente a exploração de diamantes na Chapada. Durante todo esse período, as relações escravistas moldaram grande parte das atividades desenvolvidas cotidianamente naquela região. Havia na Chapada uma predominância masculina exercendo trabalho de mineração, contabilizamos a percentagem de 76.3% de escravos e 23.7% de escravas exercendo essa atividade.¹⁴⁸ Com relação às Minas Gerais e a participação feminina na mineração aurífera, Eduardo França Paiva confirma a preferência masculina, mas aponta para a presença e especialidade das escravas naquela atividade:

[...] homens e mulheres africanos, embarcados na Costa da Mina com destino ao Brasil, eram tradicionais conhecedores de técnicas de mineração do ouro e do ferro, além de dominarem antigas técnicas de fundição desses metais (...) Nos sertões das Gerais, os grandes proprietários de escravos, quando se dedicavam exclusiva ou

¹⁴⁷ Temos registros de compra e venda; hipotecas e alforrias, nas notas do tabelião Marcelino José Mascarenhas, assinadas por todos esses citados acionistas na Companhia Assuruá. AFL – Tabelionato de notas livros de 1 – 9.

¹⁴⁸ AFL – tabelionato de notas, livros de notas de 1 a 9. (apenas a partir do livro 5 encontramos referências à especialidade dos cativos, contabilizei então 177 homens e 55 mulheres entre os anos de 1868-1875)

principalmente às atividades mineradoras, escolhiam, preferencialmente, os homens Mina. (...) Não obstante a idéia generalizada que subestima e, até mesmo, negligencia a atuação feminina na mineração, elas se transformaram em mão-de-obra especializada na área, tanto na África, quanto no Brasil.¹⁴⁹

Embora não estejamos negando a participação de mulheres nas atividades de mineração, saliento uma superioridade masculina em Lençóis, assim como ocorria em Minas Gerais. As mulheres demarcaram sua presença com maior destaque em atividades domésticas e de lavoura naquela região. Para além das questões de gênero, essa passagem de Eduardo França Paiva faz referência à preferência pelo trabalho dos africanos. Apesar da cessão do tráfico nos anos iniciais dos garimpos da Chapada, a presença africana ainda se fazia sensível por ali. Assunto que abordaremos no capítulo III dessa dissertação.

Tratando da importação de africanos para a Bahia na década de 1840, Bert Barickman aponta que “As importações baianas voltaram a seus níveis anteriores em fins da década de 1840, numa reação tanto ao crescimento renovado da economia de exportação da província quanto às táticas assustadoramente mais agressivas da Real Marinha britânica, (...)”.¹⁵⁰ Para além de considerar o ressurgimento da economia agrícola baiana em fins da década de 1840, deve-se também ponderar que nessa mesma ocasião foram descobertas as minas da Chapada, fato que gerou necessidade de grande contingente de trabalhadores para exploração de diamantes em Lençóis, como se observa neste estudo. Muito provavelmente essa situação foi propulsora de um novo fôlego que atingiu o comércio de africanos na província baiana naquele momento.

Alguns sinais tornam bastante críveis tal hipótese. Num período de cinco anos, 1855 a 1860, cerca de trinta e cinco africanos compraram o título de liberdade em Lençóis. Levando-se em consideração que pouquíssimos escravos conseguiam alforriar-se, tem-se uma noção aproximada do montante de africanos escravizados na Chapada. Doze, dos trinta e cinco, tiveram a alforria registrada apontando a provável idade. Destes esses, 10 tinham idades abaixo dos 30 anos, apontando que eles chegaram a pouco tempo ao Brasil, apenas dois deles eram maiores de trinta anos, um “aparentava

¹⁴⁹ Ver: PAIVA, Eduardo França. Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo. In: PAIVA, Eduardo França & ANASTASIA, Carla Maria Junho. (orgs.) O trabalho mestiço; maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/PPGH-UFGM, 2002, p. 187-207.

¹⁵⁰ BARICKMAN, B. J. Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2003. 445 p. Pag. 229.

ter 45 anos.” No mesmo período, quarenta e três africanos foram hipotecados e noventa e um comprados/vendidos, todos registrados nas notas do tabelião Marcelino José Mascarenhas.¹⁵¹

Uma destas cartas de liberdade registrada em 1856 foi a do africano Manoel, escravo da 1ª Companhia de Mineração, a Companhia Capivaras. Segue abaixo o teor da alforria:

Registro de hum titulo de liberdade do escravo Joaquim africano que he de theor seguinte = A Primeira Compahia de mineração nas margens do Rio São José, por seo gerente abaixo assignado concede plena liberdade a seo escravo de nome Joaquim africano, *idade de dezeseis a dezoito annos*, (...) pela quantia de 1:500\$000, que entregou ao passar do presente titulo de liberdade. Capivaras 25-08-1856 = Candido José da Silva Leão, gerente = (...) Lençoes 27-08-1856. Pag. 103.¹⁵²

Outra empresa que contribuiu para avolumar o número de alforrias de africanos em Lençóis foi a Companhia do Marco, que entre 1855 e 1856 alforriou oito cativos africanos. Eram eles: Antônio, Jorge, João, Fortunato, Braz, Sezario, Jacó e Pedro.¹⁵³ Todas as cartas de liberdade foram assinadas pelo gerente Severino José dos Santos.

Como vimos anteriormente, a Companhia do Assuruá não logrou êxito em sua investida nos garimpos de Lençóis por motivos diversos. Sorte maior obtiveram, no mesmo período, os acionistas da sociedade denominada Companhia Capivaras. Primeira empresa do segmento a iniciar suas atividades na Chapada Diamantina. Constituída por muitos acionistas, possuía em 1860 um capital no valor de 366:500\$000 (trezentos e sessenta e seis contos e quinhentos mil reis), em ações de 500\$ cada.¹⁵⁴

A experiência da Companhia Capivaras no ramo de mineração, a primeira a se instalar na Chapada [provavelmente em 1846], certamente contribuiu para a obtenção de saldo positivo mesmo durante aterradora estiagem. É o que se observa-atraves do livro

¹⁵¹ Arquivo do Fórum de Lençóis. Livros de tabelionato nº 2, 3 e 4.

¹⁵² Arquivo do Fórum de Lençóis – Livro nº 3 do tabelionato, pag. 103 v. (grifos meus)

¹⁵³ Arquivo do Fórum de Lençóis – Livro nº 3 do tabelionato de notas.

¹⁵⁴ Livro caixa da Companhia Capivaras de Mineração

caixa do ano financeiro 1859/1860. A sua organização contábil era surpreendente: todos os gastos e lucros eram apresentados em informações muito bem detalhadas; uma preciosidade para pesquisas, por isto tem-se mais informações sobre aquela empresa do que das demais companhias.

As empresas de mineração eram as responsáveis por boa parte do consumo de víveres na Chapada. As estruturas montadas em torno destes empreendimentos dependiam de conexões de abastecimentos de todos os setores. Seus rendimentos aqueciam o mercado da Comercial Vila dos Lençóis e região, sejam na aquisição de escravos, víveres (gado, feijão, arroz, farinha, rapadura, milho, etc.); artigos para escritório (tinta, resmas de papel, penas etc.). Seus acionistas constituíam, ao lado dos “pedristas”, a fina flor da elite do diamante.¹⁵⁵

Cinco das dez companhias de mineração que se instalaram na Chapada Diamantina foram montadas em Lençóis, as demais estavam distribuídas por Mucugê, Andaraí e Igatú. Essas empresas eram privilegiadas na aquisição dos melhores lotes de terrenos diamantinos. Muitas vezes os lotes eram disputados com trabalhadores autônomos livres, os chamados faiscadores, que invadiam os terrenos e mineravam sem autorização do órgão competente, no caso, a Repartição dos Terrenos Diamantinos da Bahia. Essas disputas geraram enormes conflitos.

A falta das respectivas habilitações dos autônomos, que permitiam o trabalho como faiscadores, era o pavor para os administradores da Repartição; confira a comunica do inspetor, redigida em 1848, a essa respeito: “no Districto dos Lençoes acham-se trabalhando considerável número de faiscadores sem as competentes habilitações desta repartição, aqui revolta manifesto prejuízo a Fazenda Pública”. As queixas para que o efetivo policial fosse aumentado eram constantes, segundo eles, só assim teriam condições de coibir essas práticas; “sofrendo esta repartição com grandes obstáculos que bastante prejudicam os interesses da fazenda publica, e sendo-me difícil resolvê-los no seu todo não obstante os meus esforços (...)”¹⁵⁶ Não raro, comunicações direcionada à Repartição e ao presidente da província representavam defesa dos interesses das companhias que se queixavam às autoridades.

Os garimpeiros faiscadores tinham suas atividades geridas pela mesma norma jurídica que as companhias. Sua atuação para arrendar terrenos estava prescrita no

¹⁵⁵ Meia-praça ou alugado, era a forma usual de tratamento dos homens livres que vendiam sua força de trabalho em troca de uma parte da produção ou por diárias pré-fixadas.

¹⁵⁶ APEB – Correspondências – Maço 2577 (1848-1889). Ano de 1848 (papeis avulsos)

capítulo sexto do decreto nº 465, de 17 de Agosto de 1846. No artigo 29, previu-se que “as licenças dos Faiscadores permitir-lhes-hão unicamente faiscar, e minerar nas lavras destinadas nos editaes para os Faiscadores de certo, em determinado districto. Pagarão previamente a taxa mareada na Lei.”

A repartição era a responsável pela gestão dos terrenos diamantinos, e o cargo mais importante na hierarquia era o de inspetor geral dos terrenos diamantinos. Geralmente ocupado por importantes senhores que, não raro, também eram acionistas de empresas de mineração. Francisco José da Rocha Medrado, da rica e influente família de Mucugê era ligado à mineração; Major Deraldo de Britto Gondin ocupou por vezes o cargo e era também gerente da Companhia de nº 2; Cel. Antônio de Souza Spinola, também foi inspetor e ocupou o cargo de gerente da Companhia Capivaras, entre outros exemplos. Desta forma, não é difícil entender porque as companhias arrematavam os melhores terrenos, e os seus conflitos com os faiscadores eram sempre resolvidos com a força policial a favor dos grandes.¹⁵⁷

Quadro 2. RELAÇÃO DAS COMPANHIAS DE MINERAÇÃO DE DIAMANTES (1871)¹⁵⁸

Nº DA COMPANHIA	EXTENSÃO DO TERRENO ARRENDADO EM BRAÇAS	Nº DE PRAÇAS COM QUE TRABALHAM	CAPTAÇÃO ANUAL QUE PAGAM	TEMPO POR QUE CONTRATARAM	OBS. (LOCALIZAÇÃO)
1º	9:000:000	300	3:000\$000	15 anos	Distrito dos Lençóis
2º	9:000:000	200	1:000\$000	15 anos	Distrito dos Lençóis
3º	9:000:000	100	500\$000	15 anos	Distrito dos Lençóis
4º	8:800:000	100	500\$000	15 anos	D st . S ^{ta} . I. do Paraguaçu
5º	450:000	Distrito do Andaraí
6º	1:590:000	120	900\$000	10 anos	Distrito dos Lençóis
7º	1:930:000	400	2:000\$000	15 anos	Distrito do Andaraí
8º	8:881:300	100	500\$000	15 anos	Da Lavrinha (Lençóis)
9º	1:357:468	100	500\$000	15 anos	Do Chique-Chique (Igatú)
10º	7:000:000	150	750\$000	15 anos	Do Chique-Chique (Igatú)

O espaço de atuação dessas empresas e seus respectivos acionistas estavam ligados a todas as atividades políticas da região. As disputas pelo poder local perfazia o âmbito dos coronéis, tenentes, majores, comendadores etc. que, comumente, eram acionistas dessas companhias. O Cel. Antônio Gomes Calmon, por exemplo, era líder

¹⁵⁷ APEB – Repartição dos Terrenos Diamantinos da Bahia – Maço 4856 (papeis avulsos)

¹⁵⁸ APEB. Op. Cit. Terrenos Diamantinos. Maço 4856

do partido conservador e acionista da Companhia nº 2 [Cia. São José]. O Cel. Felisberto Augusto de Sá, inimigo político do Cel. Calmon, era líder do partido liberal e acionista da Companhia nº 1 [Cia. Capivaras]. Esses são alguns exemplos dos homens que acirravam disputas pelo mando local e quiçá provincial, já que ocuparam cargos na esfera da província. Para acirrar ainda mais a disputa esses dois coronéis eram de origem diferente: o primeiro natural da Cidade de Cachoeira e o segundo de Grão Mogol, Província de Minas Gerais. Eles personificavam as disputas envoltas da clivagem local entre baianos e mineiros. Suas filiações partidárias passaram a ser conhecidas como “Os Mandiocas” e “Os Pinguellas”, respectivamente.¹⁵⁹

As disputas entre os coronéis de Lençóis chamavam a atenção da imprensa baiana, bem como da Corte do Rio de Janeiro. Em 1869 a revista carioca *A Semana Ilustrada* dedicou espaço para retratar esses embates na “terra dos diamantes”:

Os acontecimentos reformam as línguas.

Depois do que se passou na cidade de Lençóis [Bahia] quem quiser exprimir dificuldades complicadas, e disser: estive em maos lençóis, comete uma redundância indigna de quem ama a língua materna.

Basta dizer: estive e estou em Lençóis, para a gente saber que viu as estrellas ao meios dia.

(...)

Os acontecimentos de Lençóis tiveram raiz na diversidade política da povoação. Eu já lhes disse que alli não havia liberaes nem conservadores, - mas pinguellas e mandiocas. Um principio mandioca e um manifesto pinguella, eis as únicas cousas que por ali se conhecem.

Os pinguellas de Lençóis accusam os mandiocas de actos de prepotência e barbaridade; os mandiocas accusam os pinguellas de movimentos rebeldes.

Quem tem razão?

That is the question.¹⁶⁰

As disputas políticas daquela importante cidade sertaneja repercutiam para além das suas serras, ganhavam destaque em importantes periódicos da Bahia e do Rio de Janeiro, fruto do prestígio e do poder conquistado em decorrência dos diamantes.

¹⁵⁹ Silva, Eduardo. D. Obá II... Op. Cit...

¹⁶⁰ Revista *Semana Ilustrada*. Anno IX. Nº 459. Rio de Janeiro, 26 de Setembro de 1869.

2.1. SENHORES E ESCRAVOS: COMPANHIAS DE MINERAÇÃO E AS DIVERSAS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA NAS LAVRAS DE LENÇÓIS.

Apesar do decreto imperial de 1846, os primeiros tempos da exploração dos diamantes da Chapada foram caracterizados pela desorganização e ausência de códigos e regras que regulamentassem a extração.¹⁶¹ Continuou insuficiente por muito tempo a força policial que investia contra os excessos de tão grande número de pessoas. A lei não foi capaz de conter tantos indivíduos ouriçados com a possibilidade de mudarem de vida com um achado de grande valor. Em 1853, o então Presidente da Província da Bahia, João Mauricio Wanderley, afirmou em seu relatório anual: “Inabitados, como eram aqueles lugares, quando nelas descobriram-se ricas minas de diamantes. (...) de todas as partes e províncias concorreu grande número de aventureiros atraídos pela avidez do lucro”.¹⁶² Criada no ano anterior, em 1847 foi instalada a Repartição dos Terrenos Diamantinos da Bahia com o objetivo de normatizar e arrecadar o quinhão que cabia ao governo naquele rentável negócio.

A migração intensa abarrotou as serras da Chapada de forasteiros. Desbravadores vinham de diversas vilas e freguesias, sendo também este o perfil de muitos escravos provenientes do tráfico transatlântico, interprovincial e intraprovincial que ali se encontravam.¹⁶³ Aquelas novas paragens eram novidades para todos os atores sociais: senhores, trabalhadores livres, escravos e forros. Os registros de casamentos da Igreja do Rosário de Lençóis dão-nos uma noção desse número de forasteiros. De 1853, data do primeiro registro, até o início a década de 1870 aproximadamente 95% dos nubentes não havia nascido em Lençóis. Fator que influenciou as estratégias de barganha empreendida por escravos nesse novo espaço de sociabilidades, naquele que foi o centro nevrálgico dos garimpos de diamantes na província da Bahia.¹⁶⁴

¹⁶¹ Em agosto de 1846, por decreto imperial, foi criada a Repartição dos Terrenos Diamantinos da Bahia.

¹⁶² Cf: Falla que recitou o Ex^{mo.} Presidente da Província da Bahia, Dr. João Mauricio Wanderley, n'abertura da Assembleia Legislativa da mesma Província no 1.o de março de 1853. Bahia, Typ. Const. de Vicente Ribeiro Moreira, 1853. P. 7. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/116/index.html>

¹⁶³ As fontes abastecedoras de escravos para a Chapada não esteve atrelado a uma única origem, encontramos muitos escravos africanos, provenientes dos últimos anos do tráfico transatlântico; cativos de freguesias em crise econômica ou menos prospera na província da Bahia; bem como escravos originários de outras províncias que chegaram acompanhando seus senhores ou mesmo transferidos no contexto do tráfico interprovincial, em especial da província de Minas Gerais.

¹⁶⁴ Arquivo da Igreja do Rosário de Lençóis - livro de registro de casamentos n° 1 e 2.

A descoberta de diamantes em abundância, inicialmente nos rio dos Lençóis e São José, transformou aquele local em verdadeiro formigueiro humano. Essa invasão, como era de se esperar, gerou turbulências à incipiente organização pública. A falta de estrutura jurídica e policial era uma preocupação recorrente dos “homens bons” da câmara de Lençóis em suas correspondências destinadas aos presidentes da província.¹⁶⁵

Diferente dos anos iniciais dos achados diamantíferos, a incipiente economia local foi cedendo espaço para a emergência de uma elite local que se tornou forte e faustosa, personificada nos donos de companhias de mineração, garimpeiros com grandes escravarias, compradores de diamantes (pedristas/capangueiros) e grandes comerciantes. Suas riquezas foram produzidas e multiplicadas com o trabalho de prospecção dos diamantes mediante exploração do braço escravo e através do comércio dessas pedras preciosas.¹⁶⁶

Essa elite, formada mediante usurpação da produção do trabalho escravo, possuía a seu favor a norma jurídica que regulamentava a extração de diamantes. Inspecionada pela Repartição dos Terrenos Diamantinos da Bahia, a norma estabelecia prioridades para a formação de empresas de mineração e excluía da concorrência, pelos melhores terrenos, àqueles que não fossem reconhecidamente abonados. O decreto nº 465, de 17 de agosto de 1846, em seu capítulo quinto, artigo 27, § 3, estabelecia que

Nenhuma Companhia será de menos de seis membros, que sejam pelo menos em metade Cidadãos Brasileiros, e *todos reconhecidos pelo Inspector como sufficientemente abonados*, ou por fiadores, ou por deposito de Apolices de divida publica, ou metaes preciosos, para cada hum, por si, independente dos outros, poder pagar sempre adiantado o valor de hum anno de arrendamento.¹⁶⁷

Dessa forma, apenas aqueles que fossem reconhecidamente pessoas de posses poderiam estabelecer companhias de mineração; talvez, por isso, essas empresas gracejavam tanto poder. As companhias possuíam grandes quantidades de trabalhadores em seus serviços de garimpo (ver quadro com a relação das companhias de mineração),

¹⁶⁵ APEB – Série Legislativo – Câmara de Lençóis (maços 1340 e 1341) ano? - Wlamyra

¹⁶⁶ *Capangueiro* = pequenos/médio comprador de diamantes, tinha essa alcunha por andar sempre com sua capanga de couro aonde conduzia dinheiro e picuás com as pedras compradas aos garimpeiros. *Pedrista* = Grande comprador de diamante, “capangueiro de gabinete”, geralmente tinha um ponto comercial fixo, movimentava grande soma de dinheiro e receptava diamantes dos garimpeiros e dos pequenos compradores, capangueiros.

¹⁶⁷ Decreto nº 465 - de 17 de Agosto de 1846. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=65471&norma=81380>, acessado em 27-07-2012.

movimentava boa parte do comércio de escravos nas lavras e do trato de gêneros alimentícios: grãos, farinha e gado.

Os acionistas eram indivíduos que ostentavam ricos modos de vida com os lucros obtidos através da comercialização de diamantes; exposição essa que contribuiu para a difusão do mito da riqueza geral das minas. Realidade semelhante ao notado, no século XVIII, na região diamantina da província de Minas Gerais por Saint-Hilaire, que relatou: “a elite do Tejuco era culta e refinada e as casas estavam providas de *artigos de luxo*”.¹⁶⁸ Embora com intervalo de quase um século, assim também estavam ornadas as casas dos ricos senhores em Lençóis no período de prosperidade dos diamantes.¹⁶⁹

O Major Tibúrcio Pereira da Rocha, natural da Cidade da Cachoeira, um dos principiantes nos garimpos, veio a falecer em Lençóis no ano de 1867. O luxo de seus pertences contrasta com uma historiografia mais antiga, incluindo a historiadora Kátia Mattoso, que praticamente tornara invisíveis possibilidades de mercado e consumo de artigos mais requintados por populações que não faziam parte do ciclo de atividades econômicas ligadas a Salvador e ao Recôncavo.¹⁷⁰ O bom gosto dos pertences do Major Tibúrcio incluía peças como:

[...] um par de brincos de diamantes cravados em prata (...) uma cruz de diamantes cravados em prata (...) uma pulseira com feiche de diamantes cravados em prata (...) um anel de diamantes (...) um correntão de ouro hamburguez com doze oitavas e um quarto de pezo (...) um cordão de ouro com sete palmos com dezenove oitavas e um quarto de pezo (...) um colar de ouro com quinze oitavas e um quarto de pezo (...) um relógio em ouro Hamburguez (...) uma cruz de ouro com cinco oitavas de pezo (...) uma caixa de relógio quebrada com oito oitavas de ouro (...) *duas sellas de prata com cento e vinte oitavas de pezo* (...) um copo de prata com sessenta e oito oitavas de pezo (...) um paliteiro de prata (...) uma chinela de prata para selim de montaria com cento e oitenta e seis oitavas (...) *um piano novo da Pleyel* (...) *um outro piano – velho – de meza* (...).¹⁷¹

¹⁶⁸ FURTADO, Júnia Ferreira. Quem nasce, quem chega: o mundo dos escravos no Distrito Diamantino e no arraial do Tejuco. Pag. 223. In: LIBBY, Douglas Cole. FURTADO, Júnia Ferreira. Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX. São Paulo. Annablume, 2006. 463 p.

¹⁶⁹ SILVA, Eduardo. *Dom Obá II d'África...* 1997 Op. Cit. PEREIRA, Gonçalo de Athayde. Memória histórica... 1910. Op. Cit.

¹⁷⁰ Ver: MATTOSO, Katia M. de Queiros. Bahia, século XIX: uma província no império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, c1992. xii, 747 p

¹⁷¹ APEB – Seção Judiciário – série Inventário – Classificação nº 03-1027-1496-10. (pag. 6 – 9) (1867) grifos meus

Boa parte desses pertences certamente cabia à senhora Jovita Amélia Caribé da Rocha, viúva e inventariante dos bens do casal. Esses adornos eram signos de distinção social e faziam parte da vida da elite local. Uma casa em que seus moradores dispunham de dois pianos não se pode entender como algo comum para qualquer parte do Império. Talvez aqueles senhores apreciassem em demasia música erudita, ou, provavelmente havia uma elite letrada e esses instrumentos serviriam como símbolo de enobrecimento do ambiente doméstico. Opto aqui pela segunda opção. Eduardo Silva já havia atentado para essa realidade: “As lojas importavam de Paris a última moda para senhoras e pianos Pleyel (alguns dos quais ainda hoje podem ser encontrados)”.¹⁷² Os arreios de prata também representavam alegorias de uma elite que se pretendia garbosa, que levava a sério a representação de pompa, ainda que distante da Cidade da Bahia.

Possuir artigos de luxo, joias de prata, ouro ou diamantes, era símbolo de status das classes altas, o que não significa dizer que os subalternos também não fizessem uso de “objetos ricos”; geralmente nos limites de suas condições mais modestas. Esses signos de prestígio eram muitas vezes copiados ou resignificados pelas classes subalternas, presumivelmente nos momentos em que conseguiam galgar um degrau mais elevado na escala social. A crioula liberta Melania, por exemplo, possuía “um colar de ouro em bom estado e uma pulseira de ouro quebrada”. Falecida em abril de 1871, legou esses bens a seu filho João, que na ocasião morava com o pai, o farmacêutico Aristides Ferraz Moreira (o mesmo que em 1869 era presidente da Câmara de Lençóis e exerceu outros cargos públicos como o de juiz municipal e delegado).¹⁷³ É sabido que durante o período colonial e imperial, havia entre escravos e libertos mercado consumidor para joias. Conhecidos como joias de crioulas confeccionavam-se colares, pulseiras, argolas, pencas de balangandãs, especificamente para serem consumidas por mulheres negras ou mestiças. Provavelmente a população negra e mestiça de Lençóis também usava esses símbolos de distinção.¹⁷⁴

¹⁷² SILVA, Dom Obá...Op. Cit Pag. 35

¹⁷³ APEB – Seção Judiciário – Série Inventário – Classificação nº 03-1028-1497-20

¹⁷⁴ Sobre jóia de crioulas ver: Ana Beatriz Simon Factum. Jóia Escrava: design de resistência. Revista Design em foco. V. I nº 1. Jul/dez. 2004 .pag. 31-39. PAIVA, Eduardo França. Pequenos objetos, grandes encantos. Nossa História. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Ano I, n. 10, p. 58-62, agosto, 2004. LODY, Raul. Jóias de Axé: fios-de-contas e outros adornos do corpo: a joalheria afro-brasileira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. CARMO, Sura Souza. Balangandãs: Jóias de crioulas dos séculos XVIII e XIX e suas ressignificações na contemporaneidade. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Centro de artes, humanidades e letras, graduação em museologia. Monografia de graduação, 2012. 83 folhas.

Afrânio Peixoto, “ilustre filho da terra”, não deixou passar em branco em seus escritos o fausto que os mais abastados faziam questão exibir:

Manoel Alves evocava essa prosperidade dos tempos idos: diamantes achavam-se assim aos punhados, nos cascalhos virgens e em qualquer lavagem, e não eram fundos, (...) diamantes de primeira água, fazenda boa. Dinheiro corria como água da serra; qualquer sujeito tinha contos e contos de reis. Acendia-se cigarros em notas graúdas; lava-se cavalos com sabonete; *só se via arreios de prata e vestido de seda*. Os que sabiam trocar língua iam fazer negócios na “estranja” sem darem conta da Bahia; os “pedristas” mais miúdos nem se mexiam, que os compradores viam da Europa pedir por favor lhes vendessem suas partidas. Bom tempo! A gente pensa que não passa, mas passa... (...). Lençóis! Lençóis, quem te viu e quem te vê!¹⁷⁵

A fala do personagem Manoel Alves personifica o sentimento presente no discurso daqueles senhores, anteriormente pomposos, num período de crise da mineração na década de 1870, assunto que será tratado adiante. Porém, antes da decadência e do choro por conta das “vacas magras”, os bem sucedidos senhores vangloriavam-se da crescente importância que os diamantes de Lençóis conquistaram no cenário nacional e mundial. Novamente evoco Afrânio Peixoto para intermediar esse diálogo com os abastados da “Corte do Sertão”.¹⁷⁶ O cenário é um baile promovido pela elite de Lençóis por ocasião da formatura de um jovem [engenheiro] de uma “boa família” das lavras. Pereira & Miranda um dos convidados - assim eram tratados os grandes comerciantes não pelo nome de batismo e sim pela razão social a qual estavam filiados -, era representante de uma firma da capital nos negócios de diamantes em Lençóis. E entabulou o seguinte diálogo com um certo capitão:

- Já tem par, capitão?
- Não, Pereira & Miranda, não danço...
- Há de dançar... Não por gosto ou prazer, como os meninos... Por *higiene*, para exemplo... Olhe, na Capital...
- Eu sei, Pereira & Miranda... Agora mesmo, o último número da “ilustração”, que me trouxe o Natan & Levy, veem, em Paris, numa festa no Eliseu, uma quadrilha de príncipes e soberanos...
- Você não precisa ir tão longe... Na Capital os presidentes, na corte os ministros, dançam... Temos exemplos nossos...
- De acordo... Mas em Paris...

¹⁷⁵ PEIXOTO, Afrânio. *Bugrinha*. São Paulo. Clube do Livro; 1975.

¹⁷⁶ A referência “Capital das Lavras”, “Corte do Sertão”, “Capital do Sertão”, são denominações encontradas nos romances de época de Afrânio Peixoto, bem como em trabalhos de memorialistas, entre eles Gonçalo de Athayde Pereira, que em 1910 escreveu “As Memórias Historicas e Descriptiva do Município de Lençoes” Ver: PEREIRA, Gonçalo de Athayde. *Memoria Historica e Descriptiva do Município dos Lençoes (Lavras Diamantinas)*. Bahia: A Bahia. 1910

- Qual Paris, nem meio Paris... *Vocês têm aqui a mania de viver em Paris...* Há a Capital, de permeio, capitão!
- De passagem... Você sabe que apenas nos serve de porto de embarque... *Lençóis corresponde-se com Paris: tudo nos vem de lá, e para lá vai os nossos diamantes... Que nos importa a Bahia?*
- Não é assim, ou não deve ser assim, a Capital é o centro...
- Lençóis é a capital do Sertão, Pereira & Miranda... *Vocês da Bahia, é que nos vêm procurar...*¹⁷⁷

Orgulhosa de seus prodígios, a faustosa elite do diamante gabava-se de suas ligações com o exterior. Para acalentar esse presunçoso prestígio, seus moradores vangloriavam da importância recém-adquirida e “a instalação do Consulado Francês em Lençóis, indício da importância que a região passou a desfrutar”.¹⁷⁸ “Coronel Uldurico de Magalhaes Macedo, ligado a alguns dos mais ricos garimpeiros da região, instalou-se em Paris com mulher, filhos e aias.”¹⁷⁹ O Cel. Uldurico, veio a falecer morando em Lençóis, no dia 08 de maio de 1884, depois de ter passado uma temporada com a família no Rio de Janeiro, tratando da moléstia que veio lhe findar os dias. Nesta época, ainda mantinha estreitíssima relação comercial com a Capital da França e também com Londres. Deixou quatro filhos como herdeiros, além da esposa Adelina de Andrade Macêdo.¹⁸⁰ Eram eles: Anna Julia de Andrade Macêdo, com 22 anos; Elisa de Andrade Macêdo, com 20 anos; Amélia de Andrade Macêdo, com 17 anos e Júlio de Magalhaes Macêdo, com 19 anos; Júlio era “estudante do Liceu de Bellas Artes da Bahia” e residia em Salvador.¹⁸¹ Suas dívidas demonstram, em parte, suas relações comerciais com a Bahia e o exterior:

Dívidas Passivas

[...] deve o seu casal dividas contrahida por seo finado marido a Eduardo Martins & Compahia – de Paris, cerca de 50:000\$000 (cinquenta contos de reis).
 (...) a importância que deve seu casal (...) a Marinho & Compahia - da Bahia (...) de que ella viúva não tem ainda certeza, visto como existe em poder do senhor Foster em Londres – Remettidos pelo ditos Marinho & Compahia 1.460 quilates de carbonato pertencentes ao

¹⁷⁷ PEIXOTO, Bugrinha Pag. 28-29. (grifos meus)

¹⁷⁸ Ver: PIRES, Maria de Fátima Novaes. O crime na cor: escravos e forros no alto sertão da Bahia. São Paulo: Annablume, 2003. 250 p. Pag. 40.

¹⁷⁹ Silva. Dom Obá... Op. Cit. Pag. 35.

¹⁸⁰ A esposa do Coronel Uldurico era filha do Comendador Antônio Botelho de Andrade, falamos sobre ele no capítulo I e retomaremos no capítulo III. Era irmã da esposa do Coronel Felisberto Augusto de Sá; irmã da esposa do Major Antônio Lopes da Silva etc. todos senhores abastados das Lavras Diamantinas

¹⁸¹ APEB – Seção Judiciário – Série Inventário - Classificação nº 04/1505/1974/07 (1885)

finado seu marido, (...) para com o produto deste carbonatos abater na dita conta (...) da quantia de 47:738\$417 (quarenta e sete contos setecentos e trinta e oito mil quatrocentos e dezessete reis) cujo debito saldo avalia a viúva ser em favor dos ditos credores na quantia de 25:000\$000. (vinte e cinco contos de reis).

(...) deve o seu casal, contrahido (...) ao Capitão Auto Barbosa por letras, a quantia de 24:000\$000 (vinte e quatro contos de reis)

(...) deve o seu casal, a Theofilo Gomes de Mattos – da Bahia – 400\$000 (quatrocentos mil reis).¹⁸²

Outros senhores de Lençóis fizeram grandes fortunas comercializando em grosso trato. Não apenas com a província ou com o Império, mas também com outros países. Para fora do Império eram enviados produtos oriundos de Lençóis – diamantes e carbonatos – e do exterior eram também remetidos produtos para seu pulsante comércio. Vestia-se à moda parisiense, bebiam-se vinhos do porto, comiam-se azeitonas portuguesas e bacalhau da Noruega. Lençóis, encravada no sertão da Bahia, não estava isolada do mundo, por mais que sua geografia lhe quisesse provar o contrário, além de uma antiga historiografia que insistia em fechar os olhos para os sertões baianos.

Quando faleceu o Major Tiburcio Pereira da Rocha, em 1867, a viúva Jovita Amélia Caribé da Rocha foi cobrada por Leite & Macedo dividas de consumo do casal, que incluíam artigos como: 1 caixa de perfumaria; 4 enfeites para cabelo; 1 garrafa de vinho Bordeaux; 2 de vinho do Porto; 7 vestidos de renda; 7 vestidos de seda etc.. Joaquim Adolpho de Avelar cobrou entre outros produtos: 2 garrafões de vinho Lisboa; 3 pares de sapatos portugueses; 2 côvados de pano da costa (provavelmente para suas escravas); 1 capa de seda rica etc. José Luiz Soares cobrou 6 garrafas de vinho do Porto. A Martins & Nascimento o casal devia, entre outros: 3 latas de azeitonas; 1 dúzia de copos de vidro. O Comendador Joaquim José Pereira cobrou 1 urinol chinês; 2 pares de luvas de pelica branca; 2 vestidos de lã escocesa; 4 calças francesa; 4 calças chitada; 3 chalé de casimira etc.¹⁸³

2.2. SEBASTIÃO E SEUS COMPARSAS DA RUA DA BADERNA – FURTOS E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA.

¹⁸² APEB – Seção Judiciário – Série Inventário – Classificação nº 04/1505/1974/07 (1885) Pag. 7 – 9 (grifos meus)

¹⁸³ APEB – Judiciário, Inventário de Tiburcio Pereira da Rocha. Nº 03/1027/1496/10. folha 25-55. (1868)

O Comendador Joaquim José Pereira foi mais um desses homens que se comunicava com a “estranja”. Seu comércio de secos e molhados era sortido de produtos variadíssimos. De vestido francês a vinho português, passando por miudezas e produtos funerários; *compravam-se e vendiam-se escravos*, enfim, sua loja era um verdadeiro “tem de tudo”. O Comendador “cognominado Catacury mandou os filhos para estudos em Londres, e sua esposa, por ser loira e muito adornar-se de joias, passaria a crônica local como Iaiá douradinha”.¹⁸⁴

O mesmo Comendador Joaquim José Pereira emprestava seu prestigiado nome, enquanto sócio, em uma firma denominada Pereira & Cardozo. Nas dependências de sua loja o escravo Sebastião montou um comércio paralelo, estabeleceu uma complexa e fiel rede de distribuição dos produtos furtados por ele aos senhores Pereira & Cardozo. “Dizem Pereira & Cardoso, negociantes estabelecidos nesta cidade, que tendo tido sciencia de que seo escravo de nome Sebastião, que a um mês havia fugido sem motivo, cometteo repetidos furtos em armazém e lojas dos supplicantes.”¹⁸⁵

FIGURA 2 – NOTA PROMISSÓRIA DE LOJA EM LENÇÓIS



Neste bem montado estabelecimento já conhecido continua a ter o mais lindo e variado sortimento do melhor gosto Q' nada deixa a desejar, de fazenda francezas, inglesas, drogas, ferragens, miudezas, molhados, quinquilharias e tudo mais que se possa imaginar.

Vendas a dinheiro a vista por preços insignificantes e por isso continua mandar vir da Europa diferentes artigos por sua conta a fim de melhor servir a seus freguezes. Aceita também qualquer encomenda mediante comissão da tabela.

184

Silva. Op. Cit. Pag. 35.

185

APEB – Judiciário – Crime furto – nº 05-166-07 (1864) (pag. 2)

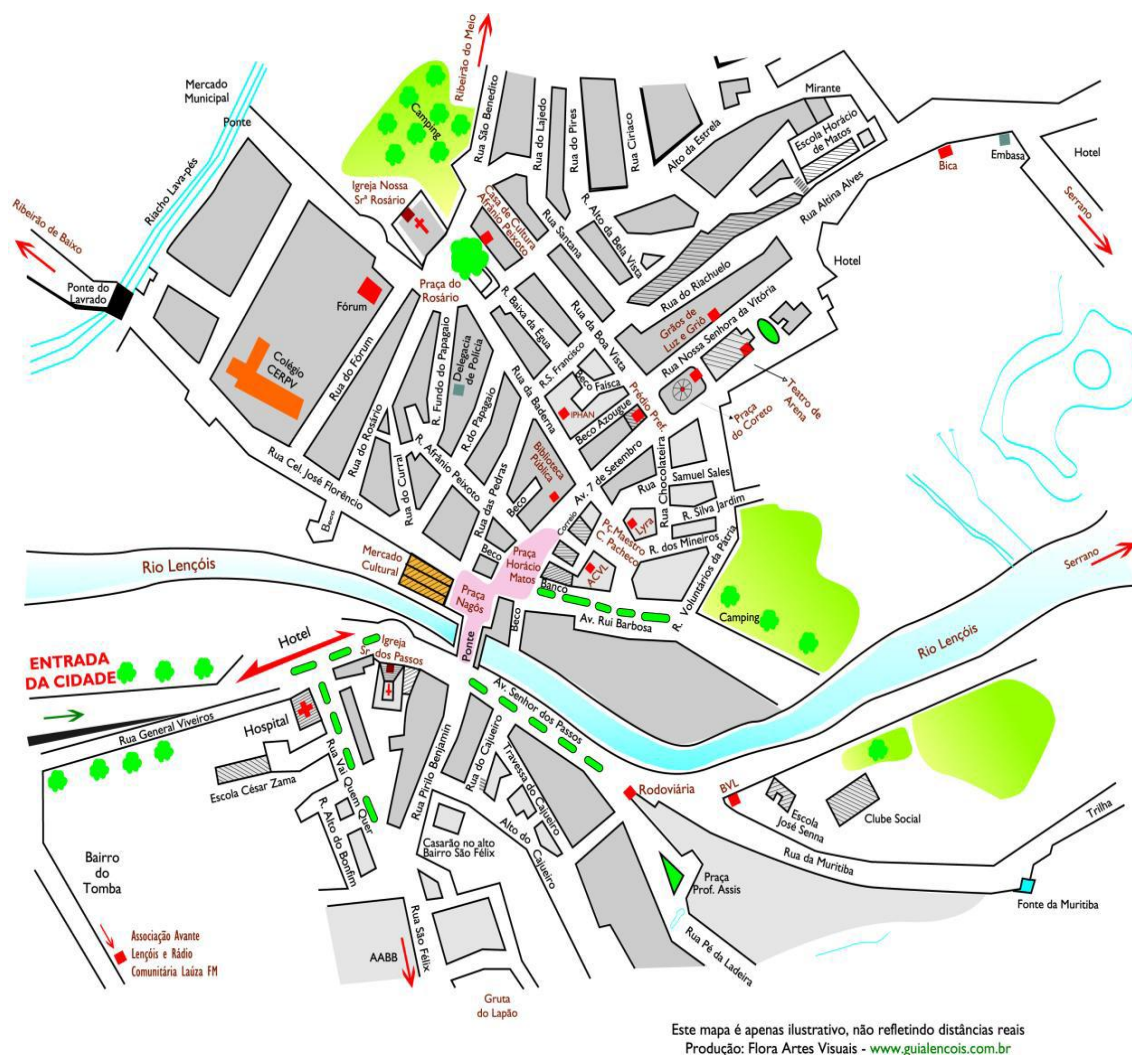
Compra-se e vende-se escravos e toda mercadoria lícita

Sebastião praticou furtos continuamente durante um espaço de três anos, sem que seus senhores desconfiassem dos prejuízos. Sebastião usou sua malemolência para galgar a confiança de seus senhores e cometer os desvios de mercadorias que por ora tratarei aqui. Até que o concurso dos fatos tomasse a atenção dos senhores, Sebastião estivera isento de suspeita. Segundo os ditos proprietários, foram praticados “repetidos furtos no espaço de mais de 3 anos sem que os Supp^{es} suspeitassem isso, ao contrário tinham confiança neste, pelo que empregava quase sempre no trabalho de suas casas de negócios”.¹⁸⁶

Figura 3 MAPA ATUAL PERÍMETRO URBANO DE LENÇÓIS.¹⁸⁷

¹⁸⁶ APEB – Judiciário – Crime furto - nº 05-166-07 (1864) (pag. 2)

¹⁸⁷ Mapa atual da Cidade de Lençóis. Fonte do mapa: Guia Lençóis (http://www.guialencois.com.br/arquivo/pdf/mapa_lencois.pdf).



Os furtos foram cometidos numa escala intensa e muito corriqueiramente, fato que causou consideráveis prejuízos aos senhores Pereira & Cardozo, que relataram na abertura dos autos: “o dito escravo furtava os gêneros em todas as semanas e os vendiam a diversas pessoas, isto no referido período de mais de 3 anos; por isso, os supp^{es} tem os furtos na estima de uma soma grande”.¹⁸⁸ Antes se faz necessário conhecer um pouco da freguesia do escravo Sebastião. Um de seus mais assíduos clientes era o liberto Damazio Nagô, morador na Rua do Lava Pés. O africano liberto sempre comprava do escravo Sebastião bebidas alcoólicas: vinhos, genebra e reino. Comprava também fumo, charutos, velas, sardinhas enlatadas e pólvora.

Retrocedendo alguns anos e conhecendo um pouco mais da vida do liberto Damazio Nagô nas serras da Chapada Diamantina, observa-se que ele chegou aos

Lençóis ainda muito jovem. Provavelmente foi um daqueles africanos ilegalmente submetidos ao cativo, embarcados para o Brasil num período posterior a lei de 1831. Damazio foi escravo do senhor Theotônio Gomes de Azevedo e consta que conquistou sua liberdade, em Lençóis, aos 24 anos, pouco mais ou menos, no decurso do ano de 1855.

Registro de um título de liberdade do escravo Damazio que he do theor seguinte = por este por mim somente assignado declaro que sou senhor e possuidor de hum escravo africano de nome Damazio Nagô, com idade de 24 annos, pouco mais ou menos, ao qual escravo Damazio de minha livre e espontânea vontade e sem constrangimento de pessoa alguma, concedo desde já a liberdade pelo preço e quantia de 1:500\$000 (um conto e quinhentos mil reis), que recebi ao passar deste e de facto liberto fica de hoje para sempre a fim de que desde já possa gozar de sua liberdade como se de ventre livre nascesse, (...) lhe concedo a mesma liberdade sem clauzula ou condição alguma (...). Bicas 28-05-1855 = Theotônio Gomes d’Azevedo = Como testemunha que este possui = José Justino Gomes de’Azevedo = Manoel Alves de Carvalho.. (...) Lençóis 18-12-1855. Pag. 35.¹⁸⁹

Após a liberdade, Damazio continuou a viver na cidade em que experimentou o estatuto de homem escravo e na qual galgou e conquistou a liberdade mediante pagamento em dinheiro. Nove anos após sua libertação, eis que este é encontrado exercendo atividade de comerciante. Receptava e revendia os produtos furtados por Sebastião. Eram parceiros de longa data? Provavelmente sim, mas talvez não tanto quanto eram parceiros o escravo Sebastião e o caboclo Manoel Benedicto. As investigações policiais concluíram que Manoel foi cúmplice de Sebastião em todas as negociações que serão descritas, era ele o encarregado de transportar as peças furtadas até o seu destino final.

Foi o caboclo Manoel quem entregou “as vezes de dia as vezes de noite” na residência de Damazio as bebidas que ao fim de três anos contabilizavam: “vinte e cinco garrações de vinho, genebra e reino, vinho a dezoito mil reis o garrafão, genebra e reino a quatorze e dezesseis mil reis.” Tal montante de mercadoria, que ainda incluía outros produtos, não poderia mesmo ser transportado de uma só vez sem despertar desconfiança. “Perguntado se vendeo de uma vez, ou por vezes [a Damazio]?”

Respondeo que por diferentes vezes (...) cem latas de sardinha a mil e duzentos cada, quatorze a dezesseis rollos de fumo baibendy, a cinco e

189

AFL – Tabelionato de notas – livro nº 3 pag. 35.

a seis mil reis cada, quatro milheiros de charutos a dez e a doze mil reis o milheiros, dezesseis libras de pólvora em lata a mil reis e a mil e duzentas cada huma, um caixão de vellas de espermaceta [derivado de baleia] e mais dez libras della não recordando o preço.”¹⁹⁰

Outro cliente de Sebastião era o também liberto africano Domingos [Oliveira] Nagô, que na ocasião era morador na Rua da Baderna. Domingos comprou produtos furtados por Sebastião, os quais “recebeu em sua caza de negócio na Baderna” pelo mesmo caboclo Manoel Benedicto.¹⁹¹ As compras efetuadas por Domingos não foram tão volumosas quanto as de outros receptores: “Perguntado o que vendeo a Domingos Nagô? Respondeo que vendeo dois ou três garrafão de vinho a dezoito mil reis cada, e que pediu-lhe segredo”. A cumplicidade e o guardar segredo era a alma do negócio e por esse meio conseguiu ocultar os furtos por tanto tempo. Em depoimento foi perguntado a Domingos como e onde foram feitos os pagamentos a Sebastião e ele respondeu que: “pagou na loja ao escravo Sebastião, que o Sebastião estava só ahi e ninguém percebeu e que ele estava dentro do balcão.”¹⁹²

Também fez parte do ciclo da microeconomia montada pelo escravo Sebastião, e com destaque por ter sido o principal receptor, o pequeno comerciante com casa de negócios montada *na Rua São Felix*, José Rodrigues Campo Alegre. Tudo ia bem no comércio empreendido por eles, já havia até uma relação de confiança e os pagamentos passaram a ser parcelados. Ao saber da fuga de Sebastião, Rodrigues não titubeou, provavelmente já antevia que alguma coisa havia dado errado e a calma de seu comércio ilícito, alimentado por ele e fomentado por Sebastião, estava prestes a vir à tona. Se assim pensou, estava correto. Os furtos praticados por Sebastião foram descobertos e ele entregou todos que faziam parte do ciclo com minúcia de detalhes.

Figura 4 - Entrada da *Rua São Felix* onde José Rodrigues tinha seu negócio. ¹⁹³

¹⁹⁰ APEB - op. Cit. Furto

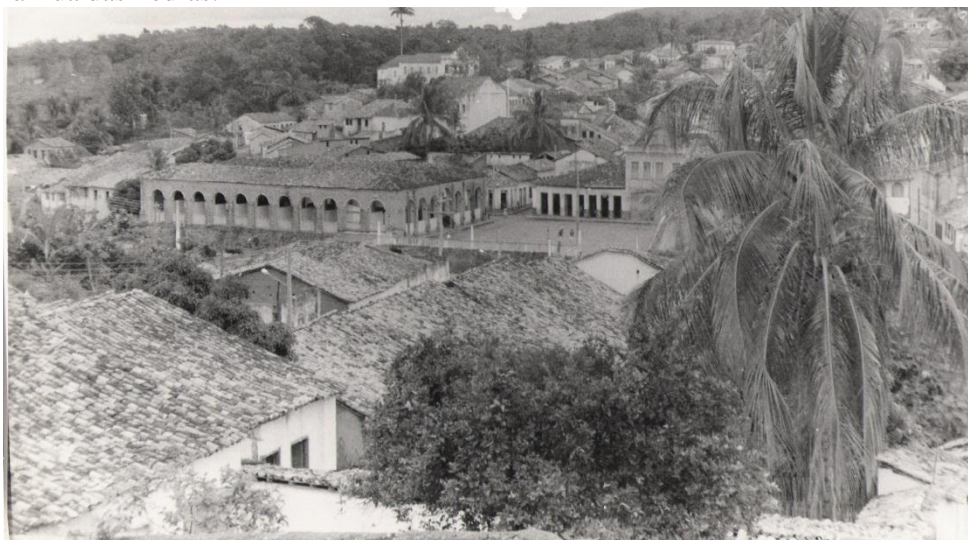
¹⁹¹ APEB - Op. Cit. Furto Pag. 14

¹⁹² APEB - Op. Cit. Furto Pag. 15

¹⁹³ Acervo de fotografias da Secretária Municipal de Cultura e Turismo de Lençóis. Autor desconhecido. Sem data.



Figura 5. A cidade de Lençóis vista do *São Felix* – em destaque a Praça das Nagôs que dá acesso à Rua das Pedras.¹⁹⁴



As perguntas eram feitas pelo delegado Boaventura de Quadros Bitencourt e as respostas obtidas intrigam pelo grau de sagacidade e ousadia com que Sebastião furtava, ocultava, vendia e fazia entrega dos mesmos numa logística impecável. O delegado, assim como os demais interessados no caso, desejosos por conhecer os meios empregados para furtar os objetos, quis saber se Sebastião abria as portas com algum instrumento ou como era? Sebastião respondeu: “tirava quando as portas estavam abertas

¹⁹⁴

Acervo de fotografias da Secretária Municipal de Cultura e Turismo de Lençóis – Autor desconhecido – Sem data.

ao escurecer e quando lhe facilitavam seos senhores as chaves quando tinha de faser quaisquer arrumação ou outro qualquer serviço da caza.”¹⁹⁵

Sebastião percebeu que a vigilância sobre seu trabalho era falho e sabedor disso aproveitou a brecha para desviar os produtos da conhecida loja dos ricos senhores Pereira & Cardozo. Quanto à descrição dos produtos vendidos a José Rodrigues Campo Allege, eram eles os mais variados, os quais, o dito Rodrigues, comercializa “alguns gêneros em sua venda no São Felix desta cidade, *outros mandava para fora*.” O trato era amplo e alguns produtos eram até exportados! Apesar de ser um pouco extensa a lista dos objetos, peço licença ao leitor para citá-los na íntegra:

(...) vinte garrações entre vinho e outras bebidas, isto é, vinho, genebra e reino; a dezoito mil reis o garração de vinho, reino e genebra a quatorze e dezesseis mil reis; cento e cinquenta libras de pólvora inglesa, a mil reis e a mil e duzentos a libra / todas em latas; cem latas de sardinha a mil e duzentos reis cada uma; quatorze ou dezesseis rollos de fummo baibendy; um costal de arroz, porem não esta certo do preço por que vendeo e nem o tempo em que o vendeo, lembrando se que foi a muito tempo de *um carregamento de arroz vindo da Bahia para a caza de negócios de seus senhores*; dois barris de manteiga pequenos, a vinte e quatro e a vinte e cinco mil reis o barril; um barril de vinho por vinte mil reis; duas dúzias de louças sortidas a três mil reis a dúzia; doze a quatorze libras de pimenta do reino a duas patacas a libra; oitenta côvados de baeta a duas patacas o côvado; uma peça de cambraia que não se lembra por quanto vendeo; quatro ou seis pistolões a seis mil reis cada um e a cinco mil reis alguns; duas pessas de algudau de Valença a oito mil reis cada uma; uma porção de chapéos de massa de vinte e cinco a trinta, não se lembrando direito o preço por que os vendeo; *três milheiros de charutos* a dez e a doze mil reis; duas caixas de espermaceta e mais dez libras de ditas, não se recorda o preço, *mas que o dito Rodrigues assertava e ia dando o dinheiro por parcellas*; um taxo pequeno de cobre por cinco mil reis; seis Chapéos de Chiles.

Mais uma vez, a efetivação do comércio paralelo montado por Sebastião contou com a cumplicidade de seu parceiro. Os gêneros furtados da casa de seus senhores foram conduzidos para o comprador à noite, “esses conduzidos por Manoel Benedicto, e outros conduzidos por elle mesmo.” Para fazer o deslocamento dos produtos de uma loja para outra sem serem notados “o dito Rodrigues insinava a elle Sebastião as horas próprias de conduzir os gêneros para a caza delle comprador”, como se não bastassem os horários adequados, com pouco movimento nas ruas, recomendava que fosse feito

¹⁹⁵

APEB –furto Op. Cit. folha. 7

por pessoa de confiança “pedia o dito Rodrigues para elle Sebastião mandar os gêneros por pessoa de segredo, e que então elle Sebastião procurou o dito Cabôculo.”

A fuga de Sebastião atrapalhou as pretensões de José Rodrigues. Convicto de que seriam totalmente expostos com a recaptura do escravo Sebastião, José Rodrigues evadiu-se dos Lençóis. No momento da fuga levou consigo seus pertences mais urgentes e confiou os demais a um amigo: “entregou a caza a Felix Alves de Andrade, (...) foi para o Monte Allegre [Mairi], e que elle seguira pela estrada do Morro do Chapéo.” Sebastião informou esses detalhes e por isso despertou a curiosidade do delegado que indagando como ele Sebastião soube que José Rodrigues Campo Allegre havia fugido? Obteve a seguinte resposta: “soube na Serra Negra da Lavrinha por bouca de João, escravo do comendador Germiniano.”¹⁹⁶

Além dos libertos e homens livres já citados havia outros implicados na rede de negócios: Francisco Pedreira, “crioulo que mora na rua do assôgue”, a quem “vendeo três rollos de fumo e dois garrações de vinho, a dezoito mil reis e o fumo a cinco e a quatro mil reis” e a “José, sobrinho de Fabião ferrador”, morador na rua da Boa Vista a quem foi vendido “um barril de manteiga por vinte e cinco mil reis e que pediu lhe segredo”. Também compôs a imbricada rede de relações de Sebastião, indivíduos com o mesmo estatuto jurídico que o seu. Eram eles: Felicidade escrava, Evaristo, escravo do Doutor Frederico Augusto e Moizes escravo do mesmo Frederico.¹⁹⁷

Evaristo comprou-lhe “dez chapéos de massa e um barril de manteiga”. Não está explicito no processo se Evaristo tinha ponto de negócio, mas a natureza da compra faz crer que era mais um que mercadejava em Lençóis e até para fora. Vendeu mais “algumas libras de pólvora em lata (vinte mais ou menos) *que elle Evaristo mandou para fora, (...) que não está certo por quanto vendeo, que só se lembra das contas maiores*”

Moizes, escravo do mesmo senhor que Evaristo, concorreu para o negócio de Sebastião comprando-lhe “quatro garrações de vinho e reino, o vinho a dezoito mil reis, o reino a quatorze mil reis e mais quatro rolos de fumo”. Disse que as entregas foram sempre feitas durante à noite. Sebastião não fazia negócio apenas com os homens, uma vez que mulheres também participaram ativamente de suas agências. Uma de suas clientes era “Felicidade parda [*moradora na Rua das Pedras*] escrava de ‘*Rufina de tal*’ [*Rufina Maria de Oliveira*], *que tem venda nesta cidade no beco do Dadá, casada com*

¹⁹⁶

APEB – Furto Op. Cit. Pag. 7

¹⁹⁷

APEB - Furto Op. Cit. Pag. 3-4 e pag. 8

um cabra já de maior cujo nome ignoro, sabe que elle é liberto.” Felicidade comprou “trinta e cinco chapéus de feltro, e quatro libras de pólvora inglesa em latas, não lembrava por quanto, mas que parecia-lhe ter recebido dela em diversas parcelas quareta mil reis mais ou menos.”¹⁹⁸

Figura 6.. *Rua das Pedras* em festa – nessa rua a escrava Felicidade tinha seu negócio.¹⁹⁹



Muito provavelmente as agências de Felicidade permitiu que ela conquistasse algumas economias. Rendas que permitiu, por exemplo, comprar a alforria de sua filha Balduina, sete anos antes da abertura dos autos que documentaram os furtos. Na época, Balduina tinha 4 anos e pertencia à mesma senhora, Rufina Maria de Oliveira.

Registro do titulo de liberdade da escravinha Balduina do theor seguinte = Eu abaixo assignada, declaro que sou senhora e possuidora de huma escravinha de nome Balduina de 4 annos de idade, *filha de minha escrava Felicidade* a qual cabrinha forro de minha livre espontânea vontade, e sem constrangimento de pessoa alguma, pelo preço e quantia de 800\$000, cuja quantia recebi ao passar desta, (...) Lençoes 06/10/1857 = *Rufina Maria de Oliveira* (...).²⁰⁰

¹⁹⁸

APEB - Op. Cit. Pag. 6

¹⁹⁹

Acervo de fotografias da Secretária Municipal de Cultura e Turismo de Lençóis – Autor desconhecido – Sem data.

²⁰⁰

AFL – Tabelionato de notas – livro nº 3 folha 28.

Quando foi presa, Felicidade pagou fiança de 140\$000 mil reis e prontificou justificativa para defender-se da acusação. Disse não saber que os produtos eram roubados, apesar de no momento da acareação, Sebastião jurar que ela sabia de tudo. A escrava alegou que “não julgou serem furtados, porque via Sebastião na venda do Sinfrônio com dinheiro; e elle Sebastião ao lhe offerecêr aquelles objectos, dizendo-lhe lh’os vendia barato porque ia para a Bahia e precisava de dinheiro, pelo que comprou-lhe os ditos objeto.”²⁰¹

Teria mesmo Sebastião dito a Felicidade que “ia para a Bahia”? Talvez seja verdade. Talvez ele transitasse mesmo por esses centros e estando ciente disso Felicidade deu crédito à sua história. Não raro encontramos escravos que se ausentavam de Lençóis e acompanhavam seus senhores em viagens para a capital. Foi assim quando inventariaram os bens do Major Tibúrcio Pereira da Rocha, a viúva deixou de avaliar dois escravos, pois os mesmos estavam na capital da Bahia: “No presente inventário existe fora do termo em poder do herdeiro Manoel Joaquim de Almeida que levou em seo serviço *de viagem para a Bahia*, - hum escravo de nome Henrique crioulo de trinta anos; e a escrava Emiliana, crioula idade de trinta anos, cozinheira.”²⁰²

Escravos e libertos frequentemente faziam esse percurso entre a capital e a Chapada, o registro do titulo de liberdade de Bernardina é exemplar a esse respeito. Confiram:

Registro do titulo de liberdade da liberta Bernardina, (...) = Nos abaixo assignados, marido e mulher, declaramos que muito espontaneamente concedemos a liberdade a nossa escravinha Bernardina crioula, idade de 9 anos, filha de nossa ex-escrava Querina, também crioula (...) mandamos registrar a presente carta *no cartório de notas desta capital e no da cidade dos Lençóis para onde segue a mesma em destino à companhia de seu pai o africano Domingos Gomes de Azevedo.* (...) Bahia 23-02-1870 = Cristiano Ste’ble = Maria Ste’bler (...) Recebemos do *africano liberto Tito Gomes de Azevedo* a quantia de 1:000\$000 (um conto de reis) – que foi-nos remetido pelo africano Domingos Gomes de Azevedo, morador na cidade dos Lençóis, para alforria de sua filha, nossa escravinha Bernardina de idade de 9 anos (...) Lençóis 25-07-1870 (...).²⁰³

Além do trânsito de cativos e libertos entre Salvador e Lençóis, percebemos no caso da liberdade de Bernardina a solidariedade e a confiança envolvida entre os africanos

²⁰¹ APEB - Op. Cit. Pag. 16

²⁰² APEB –Inventário – Tibúrcio Pereira da Rocha – folha 18v.

²⁰³ AFL – Tabelaionato de notas - livro de notas nº 5 folha 205.

Domingos e Tito, questões que retomaremos no capítulo III. Voltando à trajetória de Felicidade, seu caso é emblemático para nossas discussões, por vários motivos. Em primeiro lugar por ser uma mulher escrava que com sua agência conseguiu estabelecer uma casa de negócios em Lençóis. Algo bem mais comum entre libertos, como nos mostra a historiografia da escravidão. Para Lençóis encontrei apenas dois casos de escravas comerciantes. A outra foi a escrava Salustiana, quitandeira, que teve suas mercadorias e casa incendiada em 04 de fevereiro de 1853 por Maria de Tal, na Rua da Baderna. Foram queimadas, além de sua casa avaliada em 60\$000; 70\$000 em papel moeda; 1 diamante no valor de 60\$000; 2 Lençóis; 20 camisas; 4 cobertores; 2 fronhas; 5 fronhas pequenas; 18 saias; 2 anáguas; 1 saia azul; uma peça de brim; 1 peça de renda; 1 balança; 2 lençóis de seda entre outros produtos que foram avaliados em 657\$000. Valores que demonstram um comércio consolidado.

Em segundo, a escrava Felicidade era casada com um homem liberto naquela região onde as relações familiares e os enlaces escravos pareciam mais remotos. A pesquisa revela, *pari passu*, uma situação bastante controversa. Quanto ao primeiro aspecto, de tratar-se de uma escrava negociante, uma cativa com agência própria, não era incomum aos grandes centros urbanos do Império; assim descreve uma extensa produção historiográfica que trata da presença de mulheres mercadejando pelas ruas das grandes cidades do Brasil, algumas mesmo, estabelecidas com comércio de portas adentro.²⁰⁴ Kátia Mattoso, por exemplo, diz que: “As mulheres mulatas e negras preferiam esse tipo de trabalho [comércio] e vinham engrossar o número dos vendedores ambulantes que animavam com seus gritos as ruas estreitas da cidade.”²⁰⁵ A referência de Mattoso é a cidade do Salvador durante o século XIX, local em que mulheres escravas e mais ainda libertas respondiam por boa parcela do comércio de rua. No mesmo período, mas com o foco de investigação na cidade de São Paulo, Maria Odila Leite da Silva Dias, alerta que:

O pequeno comércio local encadeava as relações sociais de trabalho doméstico e de venda ambulante, criando mediações e nexos peculiares entre a exploração propriamente doméstica e caseira e as

²⁰⁴ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX, São Paulo, Brasiliense, 1995. KARASCH, Mary C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850). São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2000. 643 p. SOARES, Cecília Moreia. AS GANHADEIRAS: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. AfroÁsia n° 17 (1996) p. 57-71. FIGUEIREDO, Luciano. O avesso da memória: cotidiano de trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993. 249 p. dentre outras.

²⁰⁵ MATTOSO, A Bahia do Século XIX. Op. Cit. Pag. 537.

dimensões sociais da rua e do mercado local; escrava do comércio ambulante e domésticas mal se distinguíam, alternando as atividades, conforme o momento, o temperamento e as conveniências de suas proprietárias.²⁰⁶

Teria Lençóis, nesse período, aspectos de cidade grande, espaço privilegiado para vivenciar diversificada gama de oportunidades, disponíveis para livres, libertos e escravos? Sandra Lauderdale Graham afirma que nas cidades era mais fácil para as escravas controlar suas vidas, diferente da zona rural onde os espaços pareciam mais confinantes, com maiores limitações para sua atuação.²⁰⁷

Integravam o comércio de Sebastião, indivíduos livres, libertos e escravos. Possivelmente foi em decorrência do ambiente urbano que essas relações tornaram se possíveis com esse variado público. Mas, até que ponto casos como esse era comum no cotidiano das Lavras Diamantinas? Embora tratando de uma região distinta, mais uma vez cabem aqui as palavras de Maria Odila:

A urbanização marcava as relações sociais de trabalho entre escravas e proprietárias, diluindo o nexo sentimental e orgânico que pudesse haver entre elas (...) Os escravos de ganho, conforme contrato verbal com os senhores, trabalhavam fora, sem controle ou supervisão direta. Era o caso de mulheres escravas, em geral mais velhas que moravam sós em quartos de aluguel, com a permissão das donas (...) Deviam às proprietárias, a cada semana, uma certa quantia estipulada (...).²⁰⁸

A segunda questão a respeito das uniões matrimoniais entre homens libertos e mulheres escravas, não parece algo comum. O inverso foi mais corriqueiro. Pois, desta forma, o fruto do ventre não seria escravo. O que não aconteceria no caso de Felicidade ter um filho com seu cônjuge, pois a condição ao nascer era determinada pelo ventre da mãe: se escravo ou livre. Mudanças ocorreriam após a lei de 28 de setembro de 1871 [Lei do Ventre Livre]. Talvez, mesmo sendo um homem livre, seu parceiro poderia ser um despossuído ou ter investido todos os seus recursos na compra da alforria e estaria vivendo uma liberdade precarizada e, dessa forma, tenha identificado numa escrava

²⁰⁶ Maria Odila Leite da Silva Dias, *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, São Paulo, Brasiliense, 1995, p. 120

²⁰⁷ Ver: Sandra Lauderdale Graham. *Uma Certa Liberdade*. In: Giovana Xavier; Juliana Barreto Frias; Flavio dos Santos Gomes (Orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós- emancipação*. São Paulo. Selo Negro, 2012. Capítulo IX pag. 134-148.

²⁰⁸ DIAS. Op. Cit. Pag. 125

comerciante a possibilidade de obter vantagens. Podemos aventar ainda como possibilidades o reduzido número de mulheres entre a população livre e liberta disponíveis para o casamento, restando-lhe aquela união. Não se pode também descartar que o casamento tenha ocorrido por sentimentos de afeto e de confiança nutridos entre o casal. E mais ainda, não podemos descartar a combinação de muitos desses elementos. Essas questões de famílias e de trajetórias de vida de indivíduos escravos e libertos serão trabalhadas mais detidamente no terceiro capítulo desta dissertação.

Retornando aos furtos na casa de negócios dos senhores Pereira & Cardozo, intrigava ao delegado e aos ditos senhores, saber de Sebastião se ele permaneceu de fato oculto nesses três anos de furto, se ninguém, além dos já citados envolvidos, sabia desse comércio paralelo? A resposta de Sebastião corrobora o de cumplicidade entre os escravos dos ditos comerciantes: “Respondeo que João escravo da caça, e José Malaquias, camarada, vio algumas vezes a tirada de gêneros que elle faria na caza”. Mesmo sabendo das suas aventuras, João e José Malaquias, não o denunciaram aos seus senhores.²⁰⁹

Para fechar a emblemática rede de relações de microeconomia escrava montada por Sebastião, resta dizer que todos os envolvidos foram presos, a exceção de José Rodrigues Campo Allegre, que havia fugido para distante dos Lençóis. Os africanos libertos Domingos e Damazio, a escrava Felicidade, os escravos Evaristo e Moizes, “o Sobrinho do Ferrador Fabião”, todos pagaram novamente pelos produtos descritos por Sebastião, só que, desta vez para aqueles que o direito lhes garantia a posse sobre os ditos objetos, os senhores Pereira & Cardoso.

2.3. 1859: ANO FINANCEIRO DA COMPANHIA CAPIVARAS; FUGA E OUTRAS FORMAS DE RESISTÊNCIA ESCRAVA.

- estes negros, Sr. Capitão, já não fazem caso de ninguém! Muitos lançam as rações fora...
- Não é isso, meu Sr.! – interrompeu respeitosamente um escravo crioulo, fazendo interprete dos descontentes negros. – É o comer pouco e ruim...

²⁰⁹

Furto – Op. Cit. Folha 28

- Não é... – ia dizendo o Basílio; porém o *alarido das vozes roucas e ásperas dos africanos* cobriu a sua fala.
 - Calem-se! – bradou Muniz.
 O Silêncio fez-se; Basílio adiantou-se.

A verdade é que os monstros, além do excessivo trabalho e dos rigorosos castigos, condenavam os míseros a fome, ou, falando com exatidão, aos sofrimentos de uma alimentação insuficiente para restituir forças gastas em pesadíssimo trabalho, continuados por dias inteiros, sob a chuva ou sob intensíssima calma.

Enche o coração um profundo dó o ver *como são tratados os infelizes escravos em algumas companhias de mineração* e nos serviços de alguns bárbaros senhores. Nem as crianças escapam! Quantas vezes, elas, famintas, quase nuas, tiritando de frio ou abrasadas sob um sol dardejante, fustigadas sem piedade pela taca do feroz feitor, são obrigadas a correr um dia inteiro, carregando à cabeça que, por fim torna-se nua e calosa, pesados carumbés de terra ou de cascalho!
 (...) ²¹⁰

O trecho acima foi extraído do romance “*Lavras Diamantinas*”, escrito por Marcelino José das Neves, uma testemunha ocular da corrida aos diamantes da Chapada. Marcelino escreveu o romance em 1870, logo após seu retorno a Caetité, depois de uma longa temporada residindo em Lençóis. Na Chapada, era um jovem agregado de seu cunhado, o influente Aprígio José da Silva Leão (delegado de polícia em Lençóis, eleito vereador para a primeira legislatura em 1857), [Irmão?] de Cândido José da Silva Leão, também natural de Caetité, acionista gerente da Companhia Capivaras durante vários anos.

Sua literatura é trabalhada aqui como mais um vestígio das relações escravistas na Chapada Diamantina. Obra de ficção, mas, antes de tudo, produto de uma sociedade, podendo ser analisada em diálogo com outras fontes. “*Lavras Diamantinas*” é uma obra de memórias, o autor retrata lembranças e cenas que presenciou, sendo possível lê-las

²¹⁰ NEVES, Marcelino José. *Lavras Diamantinas – Romance*. Fundação Gonçalo Moniz; Salvador – Bahia. 1967, 1º ed. 415 p. Pags. 167/168. A obra foi escrita em 1870, e somente publicada pela primeira vez em 1967. Marcelino José das Neves (1841 – 1918) era natural de Caetité, quinto e último filho de D. Maria Theodolina Veiga e Marcelino Neves, quando ainda era muito jovem foi morar em Lençóis com a irmã Felismina Theodolina da Silva Leão, esposa de Aprígio José da Silva Leão, proprietário de uma casa comercial em Lençóis, seu cunhado levou-o como seu auxiliar, propiciando-lhe a oportunidade de conhecer a famosa “Cidade do Diamante”, local para onde acorria gente de todas as partes do país, para desenterrar diamantes. O jovem rapaz, não podia deixar de se impressionar com aquele espetáculo insólito, com o fenômeno daquela sociedade que ali se estruturou, com todas as implicações que a busca por fortuna acarretou. Foi neste período que Marcelino colheu os elementos para seu espetacular ‘*Lavras Diamantinas*’, descrevendo em seu romance-drama recordações e experiências vividas anonimamente pelos garimpeiros ou mesmo com os escravos de seu cunhado que ele conviveu entre outros personagens que no século XIX mergulhavam no sertão em busca da fortuna. (Essa mini biografia de Marcelino foi extraído do prefácio à primeira edição de sua obra, escrito por sua neta.)

como um vestígio histórico. Talvez algumas cenas do drama-romance tenham sido inspiradas mediante convívio próximo com os cativos de seu cunhado, reconhecendo o sofrido labor daqueles indivíduos na lida diária. Embora desfrutando da comodidade de um casarão pomposo, e de uma vida sem muitas privações, Marcelino teve a sensibilidade de perceber as fissuras da sociedade escravista lençoense e os embates entre dominantes e dominados, assim como alguns aspectos da vida cotidiana daquela Chapada fervilhante.²¹¹

Naquele contexto, não poderia ter furtado a oportunidade de transcrever em palavras aquilo que conheceu pessoalmente, referente ao tratamento dispensado aos escravos da mineração de diamantes, de um modo geral, e das companhias em especial. Mais uma vez recorro ao seu texto para extrair mais informações a respeito da vida dos escravos em Lençóis.

E o dedicado africano, curvando-se, tomou nos braços o amigo, ergue-o como a uma criança e, sem perder um instante, atravessou o quintal, transpôs a brecha e internou-se no mato.

Pouco depois, por entre o ciciar da brisa nas folhagens, ouviu-se o estrídulo som da lima embecendo-se no ferro. Durou essa operação duas horas: era meia noite *quando o pobre africano*, de pé, ébrio de prazer, agitou os membros livres, e sacudiu o peso da imobilidade forçada. Experimentou os rijos músculos, distendendo-os, curvando-os; chamou o antigo vigor e flexibilidade, e fartou os amplos pulmões da doce aura da liberdade que, depois de tantos anos de cativo, ao fim respirava. *Era livre! Livre porque o queria, porque enfim, o instinto da liberdade quando desvaira, tem último apelo acolhendo-se às negras asas do anjo da morte, e ele antes queria morrer que voltar ao cativo!*²¹²

Ao retratar o projeto de fuga dos africanos, Marcelino aborda a questão da solidariedade entre indivíduos que conviviam cotidianamente sob o mesmo status jurídico, aspecto que será abordado com maior atenção no capítulo III. As fugas de escravos em Lençóis existiram como em qualquer outra região de ampla utilização do trabalho cativo. Por exemplo, em Janeiro de 1859, a Companhia Capivaras contabilizou

²¹¹ Escritura de hipoteca da casa onde residia o cunhado de Marcelino das Neves. “Escritura publica de Hyphoteca que faz Aprigio José da Silva Leão e sua mulher Dona Felismina Theodolina da Silva Leão, ao Major Francisco Antonio de Athaide, de huma morada de caza, cita nesta povoação dos Lençoes na rua do lava pés com 3 frentes, uma que deita para a caza de Joaquim Alves Ferreira sendo deste lado com quatro portas de frente e seis janelas; outra frente deita para a rua da Boavista com quatro partes; outra frente para a rua de São Benedito que vai para a Compahia de São José com cinco portas, com todos os seos terrenos e quintaes e o que maes nelle se edificar (...) tudo na quantia **de 9:820\$807**. Lençoes 04-04-1857. AFL. Tabelação de notas. Livro nº 3. Pag. 158. (grifos meus)

²¹² NEVES, Marcelino José das. Lavras Diamantinas...(romance) Op. Cit. Pag. 221. (grifos meus)

a fuga realizada pelo escravo de nome Fermiano, tal perda foi avaliada em 780\$000 (setecentos e oitenta mil reis). O prejuízo foi sub-partilhado entre os acionistas da empresa.²¹³ Normalmente as más condições de trabalho a que estavam submetidos, aliado aos anseios por liberdade ou autonomia formavam os combustíveis que inflamava a postura adotada por cativos como Fermiano.

Aparentemente, o escravo Fermiano não apresentava mais o vigor (juventude, boa saúde, aptidão para o trabalho) que contribuíam para que os preços alcançassem facilmente, em Lençóis, valores acima de um conto de reis. Talvez ele fosse um escravo, ainda jovem, porém “com algum defeito” motivo pelo qual justificaria seu preço, orçado em valores abaixo do comum. O escravo Chirispin, por exemplo, da mesma Companhia Capivaras, em janeiro do mesmo ano era tido como foragido, foi apresentado nos relatórios de caixa da empresa pelo preço e quantia de 1:500\$000, valor que também seria rateado entre os acionistas.

Sorte maior teve a empresa com os escravos Pedro Rodrigues e o caboclo Valter. Eles aventaram suas liberdades desprendendo-se das garras de seus senhores e empreendendo projeto de fuga. Projeto malogrado, mas não menos importante que os demais que obtiveram sucesso. Pedro foi perseguido - como de costume, sempre havia aqueles que ganhavam a vida como perseguidores de escravos fugidos - por João Damasceno, que obteve a recompensa de 50\$000. O mesmo João Damasceno engrossou seu orçamento naquele fevereiro de 1859 com mais 50\$000 de recompensa pela captura de Valter.²¹⁴

Essas ações possivelmente representaram uma das mais eficientes formas de resistir à condição escrava, mesmo que, muitas fugas tenham sido realizadas numa amplitude diminuta, ação individual, elas possuíam representatividade de longo alcance. Para João José Reis, “[...] muitas visavam apenas corrigir excessos de tirania, diminuir até um limite tolerável a opressão, reivindicando benefícios específicos — às vezes a reconquista de ganhos perdidos — ou unindo fatores particularmente cruéis.”²¹⁵ As fugas constantes assinalavam procedimentos a serem corrigidos por senhores/administradores no trato com seus cativos. Essas atitudes eram uma espécie de

²¹³ Registros contábeis da Companhia Capivaras..

²¹⁴ Refirmo as fugas de Fermiano e Chirispin como ações bem sucedidas, pois não obtive nenhum indício de que eles tenham sido recapturados.

²¹⁵ REIS, João José. Quilombo e revoltas escravas no Brasil: “Nos achamos em campo a tratar da liberdade”. In: Revista usp, São Paulo (2 8) : 14 - 39, dezembro / fevereiro 9 5 / 9 6. Pag. 22

termômetro, pois informavam que alguma coisa estava fora do eixo, já que ocorriam quando, em geral, esgotavam-se todos os meios de negociação.

Talvez a falta de acordo entre senhores e escravos com relação a castigos físicos, diminuição de espaços de autonomia costumeiros, feitores violentos etc. tenham gerado inúmeras desavenças e por vezes crimes mais pesados. O desespero por anseios não atendidos muitas vezes culminava em ações extremas, como aquela ocorrida em 1853, na Companhia Capivaras. Naquela ocasião, os escravos Arão africano, Marcelino crioulo e José crioulo assassinaram o feitor da dita companhia. Ações como essas representaram feridas expostas e sinalizavam conflitos existentes no seio do cotidiano escravo das Lavras Diamantinas. Infelizmente, ainda não foi localizado o processo, havendo como pista apenas a denúncia do gerente da companhia e a lista dos presos do ano de 1853, em que constam os ditos escravos custodiados na cadeia de Santa Izabel, aguardando julgamento “na sessão do jury q deve ter principio no dia 18 do corrente mez de julho do ano de 1853”. Ao lado dos três escravos, outros quinze detentos também aguardavam julgamento sendo treze deles acusados de homicídio. Mais uma mostra do quanto era conflitante a vida na Chapada Diamantina num período de ascensão econômica e de crescimento populacional.²¹⁶

Talvez o destino dos três acusados, levados a júri popular - enquadrados no crime previsto na lei nº 4, de 10 de junho de 1835, que prescrevia com pena de morte escravos que matarem ferirem ou cometerem outras quaisquer ofensas físicas contra seus senhores, seus familiares e feitores -, tenha seguido o mesmo destino do escravo Theodoro que adiante será abordado. A referida lei, logo no artigo 1º previa que:

“Art. 1º - Serão punidos com a pena de morte os escravos ou escravas, que matarem por qualquer maneira que seja, propinarem veneno, ferirem gravemente ou fizerem outra qualquer grave offensa physica a seu senhor, a sua mulher, a descendentes ou ascendentes, que em sua companhia morarem, a administrador, feitor e ás suas mulheres, que com elles viverem.”²¹⁷

A possibilidade de “relaxamento” da pena seria apenas nos casos em que “o ferimento, ou offensa physica forem leves, a pena será de açoites a proporção das

²¹⁶ Judiciário – maço 2457-1; 2577.

²¹⁷ A Revolta dos Malês em Salvador, em Janeiro de 1835, acabou por precipitar a assinatura da “lei de exceção”, em junho do mesmo ano, como ficou conhecida desde então por estar fora do direito comum. Conforme mostra João Reis com a referida lei, de pena capital aplicada a escravos, esperava-se que o medo da força fizesse com que eles refreassem o desejo de matar seus senhores, feitor ou tentar contra a vida de algum integrante da família do senhor. Ver: REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil...*

circunstancias mais ou menos agravantes.” O que não era o caso dos citados cativos da Companhia que feriram o grau máximo da lei, pois, acometeram por morte o feitor.

Caso semelhante experimentou anos mais tarde o escravo Theodoro, pertencente ao senhor Isaac Benjamin. O escravo foi acusado pelo dito Isaac, e condenado pelo júri por crime de morte. O escravo teria assassinado, no dia 07 de dezembro de 1871, o feitor de seu senhor, de nome Vicente de Paula e Silva. Por esta razão Theodoro foi sentenciado, em 27 de março de 1872, no grau máximo, do artigo 1º da lei nº 4, de junho de 1835. Antes de realizar o cumprimento efetivo da pena capital, encontrava-se o condenado preso na casa de prisão com trabalho, possivelmente em Salvador.²¹⁸

No período em que ficou custodiado na casa de prisão com trabalho, aguardando a efetivação da sentença de morte, foi enviado ao Imperador D. Pedro II a solicitação de comutação da pena em prisão perpétua. O “relaxamento” ou não da sentença era da alçada do Imperador. “Em cumprimento da lei tenho a honra de endereçar à V. Ex^{cia} o recurso de graça, que a este acompanha dirigido a S. M. o Imperador em favor do reo Theodoro, escravo de Isaac Benjamin condenado a pena de morte (...)”²¹⁹

A petição foi assinada e enviada ao Imperador em 19 de maio de 1872. E como era de costume, o Imperador comutou a pena para galés perpétua nos seguintes termos, em 28 de dezembro do mesmo ano: “houve por bem S. M. o Imperador, comutar em galés perpétua a pena de morte, à que foi o peticionário condenado”.²²⁰

Assim, é plausível supor que atitudes como estas, em que escravos assassinaram senhores ou feitores, poderiam ter sido precedidas de diversas tentativas de negociação que se mostraram inválidas, acarretando em níveis acentuados de agressão. Desagrados e frustrações por parte dos cativos descontentes com aqueles que diretamente se encarregavam da coação diária, em diversas frentes de suas atividades cotidianas agravavam e tencionavam ainda mais a vida sob o cativeiro. Muitas vezes, esses feitores eram cativos ou mesmo egressos da escravidão. Sua proximidade ou submissão ao senhor garantia-lhes poderes de repressão o que ampliava o ódio nutrido entre os demais escravos. Essas hierarquizações dentro de uma mesma escravaria, não rara às vezes, acabava em cenas sangrentas. Vejamos agora um outro conflito envolvendo um feitor que era escravo, tal qual o seu assassino.

²¹⁸ Judiciário - Maço 2457-1

²¹⁹ APEB - Seção Judiciário – Correspondências de juízes Maço 2461

²²⁰ APEB – Seção Judiciário – Correspondências de juízes maço 2457-1.

Os primeiros anos da década de 1860 parecem não ter sido os melhores da vida financeira do Major José Mendes de Carvalho – o mesmo gerente da Companhia Assuruá e anteriormente da do Ribeirão. Senhor de muitas posses, viu-se em poucos anos, envolvido em dificuldades financeiras. Primeiramente com o prejuízo causado em decorrência da frustrada investida no trabalho dos colonos alemães, posteriormente, seis anos depois, teve seu nome novamente envolvido em confusões e seu bolso atacado pela morte do seu feitor [o escravo Fernando] além da prisão de outro escravo de sua propriedade chamado João.

Antes de qualquer aprofundamento nos detalhes do ato criminoso praticado por João, convido o leitor a conhecer um pouco da trajetória de vida desse crioulo. Em 1866, ano do acontecido, tinha ele a idade de 40 anos, pouco mais ou menos. Não temos a data de sua chegada aos Lençóis, mas sabe-se que ele veio acompanhado pelo Major José Mendes de Carvalho, seu senhor. João era solteiro, o que não invalida a possibilidade de que naquela altura da sua vida tivesse alguma amazia ou mesmo algum filho (somente eram tidos como casados aqueles que recebessem o sacramento perante a Igreja Católica). Havia nascido na província vizinha de Minas Gerais, assim como seu senhor que era de “Catas-Altas da Noruega”. João era natural da cidade de Januária, filho da também escrava Cândida, de propriedade de Joaquim Dias de Souza. João foi qualificado nos autos como “escravo roceiro”. Dito isso, vamos aos pormenores do processo.²²¹

As hierarquias existentes dentro de uma mesma escravaria eram razões suficientes e explosivas para conflitos. Escravos que obtinham a confiança dos senhores e em sua ausência ou mesmo na presença regulavam as atividades dos demais cativos, algumas vezes de maneira extremamente agressiva, era em muitos casos, alvo de ataques perpetrados por parceiros do mesmo plantel. “*Fernando queria ser sempre superior a seus parceiros*”, respondeu o escravo Luiz [do mesmo senhor] quando lhe foi perguntado o que sabia a respeito do assassinato de Fernando, que por hora era acusado o seu parceiro João crioulo.

O auto de corpo de delito do escravo Fernando foi efetuado pelo “Dr. Antônio de Souza e Silva [*Dr. Em medicina pela Universidade de Bruxellas, e pela Faculdade da Bahia*] e pelo Pharmaceutico Aristides Ferraz Moreira,”²²² os quais afiançaram como causa da morte “hemorragia traumática em consequência dos ferimentos do pulmão

²²¹

APEB – Judiciário – Processo crime – homicídio – classificação 03-126-08 (77 folhas)

²²²

APEB – Judiciário – Processo crime – homicídio – classificação 03-126-08 (pag. 4)

efetuado por algum instrumento perfurante e cortante”. Quando teve informação do assassinato, o próprio Major Mendes de Carvalho prontificou-se a encaminhar o acusado para a casa de cadeia de Lençóis. “Diz o Major José Mendes de Carvalho que lhe constando ter um seo escravo de nome João assassinado um outro seu escravo de nome Fernando – veio prompto a entrega-lo a ação da justiça criminal.”²²³

Aparentemente a ação do senhor tinha um sentido pedagógico, punição do delito, cumprimento da justiça. O Major não era um homem desinformado ao ponto de não saber que aquele ato praticado pelo escravo João era comutável em pena capital, já que Fernando era feitor. Como lembrado mais acima, tentar contra a vida do feitor era crime que se enquadrava no grau máximo da lei de 10 de junho de 1835. Pois bem, como era prática recorrente em todo o Império, em casos semelhantes, após perceber que além de um escravo poderia perder dois, prontificou-se logo o Major a defender João com intermédio do advogado Joaquim Teixeira de Oliveira. Foi reforçado o argumento de legítima defesa: “sendo agora certeza de que o escravo, presumivelmente criminoso, não fez mais do que valer-se do instinto de legitima defesa, corre-lhe o dever de defender o dito seo escravo.”²²⁴

Antônio Dias Carneiro, idade de 40 anos, testemunha terceira no processo, disse ser lavrador, casado e morador em Santo Antônio da Cravada, deste termo dos Lençóis, e ter nascido em Cabrobó, Província de Pernambuco. Reforçando o argumento da defesa, afirmou em depoimento que não presenciou o assassinato, mas “ouviu de Rafael que o escravo João era reichado pelo escravo Fernando *e em sua livrança matara o escravo Fernando com uma facca.*”²²⁵ Provavelmente orientados pelo Major, com os mesmos desígnios de legítima defesa, no dia 4 de setembro de 1866 estiveram presentes perante o delegado de Lençóis Antônio Vicente *Mendes de Carvalho* [parente do Major?], os escravos informantes Benedicto, Luiz e Nicolao, pertencentes ao dito Major.

A testemunha Rafael Satiro Pereira, de 40 anos, garimpeiro, solteiro, “natural da Beira do Rio de São Francisco e ha tempos morando em Santo Antônio da Cravada,” disse que estava em casa “e ai ouvira os gritos do finado Fernando dizendo que lhe

²²³ APEB Op. Cit. Pag. 10

²²⁴ APEB Op. Cit. (pag. 11)

²²⁵ APEB – Op. Cit. (pag. 15)

acudissem que o seo parceiro João estava o matando (...). Perguntado se o dito finado Fernando era feitor dos outros parceiros? responde que sim.”²²⁶

Como provar a legítima defesa do escravo João se não cabia, na letra da lei, justa causa em crimes praticados por resistência escrava? O ato de assassinar o feitor era grave e as testemunhas confirmaram que Fernando era mesmo o representante do senhor Mendes de Carvalho frente a seus parceiros. Convidado a depor como informante o escravo garimpeiro de nome Benedicto, de 28 anos, que estava presente no momento do assassinato, descreveu desta forma a cena do crime:

Tendo ido ele informante em companhia de seo parceiro Fernando para a rossa de Santo Antônio afim de ajuntar um gado, ao chegar em S. José Fernando comprou uma garrafa de caixaça e principiou a beber com elle informante, e chegados que forão a Santo Antônio apareceu João e também bebeo da mesma caixaça: logo depois travou-se uma briga de palavras entre Fernando e João que elle informante com outros procurou apartar; entre tanto como parecesse que a alteração não fosse por adiante elle informante retirou-se para seo serviço e depois de muito esperar por seos parceiros foi quando apareceu uma Constancia de tal e lhe disse que fosse ver Fernando que João tinha-o matado (...) no principio vio elle informante que *realmente Fernando hera quem provocava e pretendia dar em João, fiando-se talvez em ser João tido e conhecido por = João Tollo = (...)*.²²⁷

Seria de fato João um perseguido pelo seu parceiro e feitor Fernando? Os reiterados assédios contra sua pessoa teriam de fato motivado o crime? Até que ponto o escravo Fernando agia com livre arbítrio sobre seus companheiros? Sua posição enquanto feitor, exigia que suas ações atendessem demandas senhoriais: a repressão aos seus supostos parceiros de cativo também tinha em vista a manutenção de vantagens que seu posto lhe favorecia.

O interrogatório judicial feito ao réu João, escravo, oferta-nos indícios da postura do feitor e do réu, ao tempo que revela partes do cotidiano escravo na Chapada Diamantina. Perguntas ao réu:

(...) - Tem factos a alegar ou provar que o justifique ou mostre a sua inocência?

Respondeu que insultado todos os dias por seo parceiro Fernando aconteceu que nesse dia em que ele morreo, elle respondente depois de muito aperrado e tendo levado chicotadas do mesmo seo parceiro

²²⁶ APEB – Op. Cit. (pag. 20-21)

²²⁷ APEB – Op. Cit. (pag. 22 - 23) grifos meus

Fernando travou com elle uma luta que deo em resultado a morte daquele.

- Perguntado se elle e seo parceiro estavam ébrios?

Respondeo que não.

- Perguntado ao reo se o seo parceiro Fernando era feitor?

Respondeo que sim.

- Perguntado por que sabe elle reo que seo parceiro Fernando era feitor?

Respondeo por que elle mesmo Fernando disse que era.

- Perguntado se em alguma ocozião que elles estavam trabalhando na roça com a chegada de seo senhor elle Fernando largava a taca e hia trabalhar com elles em presença de seo senhor?

- Respondeo que ficava sempre com a taca feitorando.

Perguntado a elle reo se Fernando castigava elle só ou se castigava aos outros parceiros?

- Respondeo que só castigava elle réo neste processo.

Perguntado se seu senhor tinha sciencia destes castigos?

- Respondeo que não que elle castigava quando brigava com elle réo; (...) e que só elle era o bôbo. ²²⁸

O depoimento do escravo João, corrobora com a ideia de que os representantes dos senhores entre os escravos eram os primeiros a sofrerem a fúria da revolta. Citamos três casos de feitores mortos pelas mãos dos escravos, mas, até o momento da pesquisa, não foi localizado nenhum processo em que consta que o senhor tenha sido assassinado por seu escravo em Lençóis. Fato que não invalida tal suposição.

Ao final do processo prevaleceu a defesa feita pelo Major e o escravo João crioulo não foi condenado à pena capital. Foi submetida à pena de açoites. Até que ponto isso foi uma boa alternativa para o escravo João? Provavelmente nunca saberemos, podemos apenas aventar que mesmo vivendo duras privações e exposição contínua à violência, mesmo nesses casos a vontade de viver prevalecia. “(...) lance o nome do reo no rol dos culpados paga as custas pelo senhor do mesmo reo escravo”. João teve a pena capital “relaxada” para a seguinte sentença:

Certifico que em virtude da ordem assignada pelo juiz S^{nr}. D^{or}. Juiz Municipal e Delegado Americo Pinto Barreto, soffeo João escravo do S^{nr} Major José Mendes de Carvalho, trezentos açoites, sendo cincoenta em cada dia, principiando no dia 26 do corre mez e findando hoje, ficando cumprida a sentença condenatória do jury (...) Lençoes 31 de outubro de 1866. Carcereiro Eugenio Alves da Cruz. ²²⁹

²²⁸ APEB – Op. Cit. Pag. 22-24.

²²⁹ APEB – Op. Cit. Pag. 76

Embora tenha sofrido a terrível sentença, o sofrimento imposto como pena ao escravo João não findou com as desumanas sessões de tortura. A segunda parte da condenação demonstrava o outro lado da simbologia condenatória, a submissão de andar “posto a ferros” pelo prazo de um ano. “Seja o condenado entregue a seu senhor, que será intimado para apresentá-lo a este juízo de 90 em 90 dias, até completar o espaço de tempo por que deve o condenado trazer em ferros ao pescoço (...). Lençóis, 6 de novembro de 1866.”²³⁰

Assim como os crimes de morte, as evasões também representavam alta carga de descontentamento. As fugas eram ações que iam desde pequena saída para distração, bebedeira, visita a familiar, galanteios etc. ao definitivo sumiço. Não era a regra, mas muitas vezes os senhores proibiam veementemente que seus escravos circulassem, evitando assim este tipo de sociabilidade, o que gerava tensões entre as partes. Essa repressão às andanças, mesmo que fora de expediente, despertavam, entre os mais afeitos a reações, projetar uma ida sem volta e buscar edificar vida em liberdade, fosse aquilombando-se, fosse dirigindo-se a grandes centros urbanos, misturando-se com a população negra livre. Histórias assim não foram incomuns durante todo o tempo da escravidão no Brasil.²³¹

Esses atos demarcavam a ruptura, em última instância, de um plano de negociação infeliz. Talvez a fuga tenha sido uma das formas mais incisiva da agência escrava. A ruptura, mesmo que momentânea, possuía significados importantíssimos quanto à necessidade de mediação menos truculenta, menos senhorial. Um escravo recapturado, de praxe, era castigado ferozmente, todavia poderia tentar a fuga novamente, em condições melhor planejada. E, dessa forma, além dos “castigos pedagógicos” era necessário por parte do senhor, aventar algumas concessões, mesmo que sutis, para que não houvesse a perda definitiva do cativo.²³²

A fama de ser fujão reduzia o valor de um escravo. Era difícil encontrar comprador que conhecesse um escravo com esses hábitos e que mesmo assim

²³⁰ APEB – OP. Cit. Pag. 76v

²³¹ Ver: Flávio dos Santos Gomes. “Jogando a rede, revendo as malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista”. *Tempo*, Revista da UFF, Rio de Janeiro, V. 1, abril 1996; GOMES, Flávio S. & SOARES, Carlos E. L. “Em busca de um ‘risonho futuro’: sedução, identidades e comunidades em fuga no Rio de Janeiro escravista (século XIX)”. *Locus*, Juiz de Fora, V. 7, n. 13, 2001, p. 9-21. MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio. Os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

²³² Ver: Eduardo Silva, “Fugas, revoltas e quilombos: os limites da negociação.” in. João José Reis e Eduardo Silva, (orgs.) *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista* (São Paulo, Companhia das Letras, 1989). MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e escravidão: Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830 – 1888)*. São Paulo; Ed. Brasiliense: 1987.

tencionasse comprá-lo e, se o fizesse, relativizaria no valor da oferta a margem da possibilidade de perdê-lo em mais uma insubordinação. Quando da fuga do escravo Pedro Rodrigues, em janeiro de 1859, a Companhia Capivaras contabilizou naquele mês o prejuízo referente ao seu provável valor de mercado: 1:500\$000 (um conto e quinhentos mil reis). No mês de dezembro do mesmo ano o escravo Pedro Rodrigues já havia sido recapturado e vendido por 1:000\$000 (um conto de reis). Provavelmente a depreciação de seu valor (33%) em período menor que um ano tenha encontrado na fuga seu principal motivador.²³³

E não param por aí os casos de fuga. Não temos dados comparativos, mas o ano de 1859 foi bem agitado, levando outros escravos da Companhia Capivaras a empreenderem projetos de fuga. E mais uma vez João Damaceno, o caçador de recompensas de Lençóis, estava lá para abocanhar sua gratificação. Em dezembro daquele mesmo ano, o escravo Benedicto Caboclo fugiu e foi recapturado. O capitão do mato João Damaceno recebeu 50\$000 pelo sucesso dos trabalhos. Certamente o mesmo capitão, acostumado a recompensas, imaginava que também iria abocanhar a gratificação pela recaptura do escravo Justo crioulo, fugido no princípio de 1859. No entanto, até o fechamento anual da contabilidade, o crioulo Justo não havia ainda sido reconduzido aos trabalhos da Companhia. A baixa com essa fuga foi orçada em 1:300\$000 (um conto e trezentos mil reis).²³⁴

Em 1863, um anúncio no *Jornal Diário da Bahia*, publicado a pedido do senhor Manuel do Nascimento Ribeiro, dono da fazenda Campo do Meio, do termo da Vila de Santa Isabel (Mucugê), Chapada Diamantina, denunciava a fuga de suas três escravas. Maria Joana (45 anos), Custodia filha de Maria Joana (20 anos) e uma filha de Custodia com 2 meses. Segundo o Senhor Manuel, elas teriam sido “seduzidas por um cabra de nome Luiz [africano?], escravo do Major Deraldo de Britto Gondim [de Lençóis], o qual escravo andava aqui oculto fugido, e é alto, magro e bastante surdo.”²³⁵

²³³ Livro caixa da Companhia Capivaras.

²³⁴ Para além de ser uma função remunerada e exercida muitas vezes por egressos do cativo, a figura do capitão-do-mato teve uma importância primordial durante o período por que perdurou a escravidão no Brasil. Depois da experiência de Palmares a crescente vigilância e a necessidade de recapturar escravos renderam ao capitão-do-mato em varias partes do Brasil e provavelmente não foi diferente em Lençóis destacada importância.

²³⁵ APEB-*Diário da Bahia*, 18 fev. 1863. Este caso foi citado em artigo de Isabel Reis. In: REIS, Isabel Cristina Ferreira dos Reis. “Uma negra que fugiu, e consta que já tem dous filhos”: fuga e família entre escravos na Bahia. *AfroÁsia* nº 23 (1999). 27-43. Pag. 36. O Major Deraldo de Britto Gondim era sócio gerente da Companhia de Mineração nº 2, denominado São José. Em 1863, devido uma grande dívida contraída com o Tem. Cel. Gonçalo do Amarante Costa teve todos os seus bens judicialmente embargados e consta entre ele 50 escravos (25 africanos e 25 “nacionais”), entre eles um (e somente um)

A fuga da família provavelmente não privou Manuel do Nascimento Ribeiro de continuar sendo senhor e possuidor de escravos e até mesmo legá-los a seus herdeiros. Em 1870, seu filho, Porsidonio Ribeiro de Queiroz vendeu uma crioula, de nome Vivencia, solteira, “do exclusivo serviço de lavoura”, com idade de vinte e cinco anos pouco mais ou menos. Escrava esta “que houve por herança de meo finado pai Manuel do Nascimento Ribeiro” e fez venda na quantia de 800\$000.²³⁶

O Major Deraldo, senhor do escravo acusado de seduzir e também fugir com as escravas do senhor Manuel Ribeiro, não se abateu com esse prejuízo. Ao lado de seu sogro, o Coronel Antônio Gomes Calmon, José de Azevedo Almeida dentre outros associados, empreenderam a formação de uma grande companhia diamantina que se estabeleceu em Lençóis. Enquanto gerente da referida companhia, o Major Deraldo comprou treze escravos do Cap. Antônio Gomes de Azevedo. Eram eles: Sebastiana cabra, 21 annos; Capriano crioulo, 10 annos; Gregoria cabra, 20 annos; Athanzio crioulo, 8 annos; Marcolina crioula, 15 annos; Luzia crioula, 24 annos; Honorato crioulo, 11 annos; Sabina crioula, 20 annos; Anna crioula, 25 annos; Luzia crioula, 24 annos; Maria crioula 24 annos; Victoria africana, 18 annos e Thomé cabra, 13 annos; pagando por todos eles o valor de 12: 480\$000, “na razão de 960\$000 cada hum”. A transação ocorreu no dia 11 de junho de 1856.²³⁷ Provavelmente esses escravos tiveram como destino o mesmo eito de trabalho que os vinte e seis africanos que foram batizados no natal de 1856, na matriz de Nossa Senhora da Conceição dos Lençóis, cujo caso narramos linhas acima, pois pertenciam ao mesmo senhor o dito gerente da companhia o Major Deraldo.

Os garimpos da Chapada tornaram-se cenário de batalhas para diversos escravos que trabalharam na mineração de diamantes ou em atividades relacionadas a ela. Direta ou indiretamente, as atividades econômicas da região das lavras giravam em torno dos diamantes. Muitas histórias fascinantes poderiam ser descritas aqui para tentarmos contextualizar esse período por meio das experiências vivenciadas por indivíduos escravizados. Histórias que permaneceram silenciadas por muitas décadas.

No primeiro capítulo tentei contextualizar a Chapada através da corrida inicial aos diamantes, apresentando as ações de escravos que buscaram, naquele cenário, uma oportunidade de reconstruir suas vidas. Muitos deles não alcançaram seus objetivos,

de nome Luiz, que foi identificado como sendo africano (Luiz africano), que possivelmente, devido ao desencontro de informações, poderia ser o mesmo Luiz crioulo do anúncio. Ver: APEB – Judiciário - Embargo - nº 55/1949/17 (398 folhas)

²³⁶ AFL. Tabelionato de notas. Livro nº 5. dia 25-06-1870. Pag. 196.

²³⁷ AFL – Tabelionato de Notas. Livro nº 3.

gerando processos e registros que permitiram analisar suas investidas na terra dos diamantes. No capítulo seguinte apresentarei as investidas bem sucedidas de escravos, principalmente africanos, que em meio a todas as adversidades do jugo da escravidão, conseguiram reconstruir laços afetivos, muitos deles surpreendentes, e inventar um lugar social para si na Lençóis oitocentista. Vamos a ele.

Capítulo III

3.0. Uma comunidade africana em Lençóis? Solidariedade, escravidão e relações sociais no tempo dos diamantes.

*Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
(...)
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.*

“Tecendo a Manhã” - João Cabal de Melo Neto

Foi naquele cenário fervilhante, em uma Chapada Diamantina que acenava com oportunidades várias, já apresentadas nos capítulos I e II, que muitos africanos foram introduzidos na condição de escravos, enquanto tantos outros foram parar ali já como libertos.

Indivíduos que viviam restrições impostas aos egressos do cativo perceberam naquela corrida às minas da Chapada uma possibilidade de melhor viver.²³⁸ São histórias que permitem observar aspectos da vida escrava, no plano cotidiano, a exemplo das condições de trabalho; de possibilidades de ascensão; das dinâmicas do tráfico transatlântico na Bahia; o trânsito de cativos entre a escravidão e a liberdade; o estabelecimento de laços afetivos; a difusão de redes de solidariedade; a ampla utilização do braço escravo etc..

Iniciarei essa abordagem centrando a atenção na trajetória de vida do casal Antônio e Lucrecia, ambos identificados como de “nação nagô”, que foram conduzidos para as serras da Chapada após a descoberta dos diamantes. Enfrentaram, junto com seus parceiros, o trabalho sempre muito pesado e vigiado das atividades de mineração em Lençóis. Rotinas que, não raro, sujeitavam escravos a acidentes de trabalho, alguns deles fatais. Para um período anterior, também relacionado à atividade de mineração de diamantes, em Minas Gerais, a historiadora Júnia Ferreira Furtado afirma que a estafante carga de afazeres corriqueiramente sujeitava os escravos há diversos acidentes.

²³⁸

Ver o caso do africano Benvindo da Fonseca Galvão, pai de Candido da Fonseca Galvão In; SILVA, Eduardo. Dom Obá II d'África, o príncipe do povo... Companhia das Letras. Op. Cit.

“[...] os escravos empregados na mineração em geral morriam por afogamento ou por acidentes que ocorriam nos trabalhos de exploração dos diamantes”²³⁹.

Talvez acidentes semelhantes aos apontados por Júnia Furtado tenham causado a morte do escravo Pedro Limoeiro, cativo da Companhia Capivaras de Mineração, falecido em Lençóis no dia 17 de julho de 1859. Nos meses de outubro e dezembro daquele ano, avolumavam-se os dispêndios com escravos doentes e feridos. Balthazar e Adão precisaram de cuidados. As despesas com o escravo Adão ficaram orçadas em 50\$000 (cinquenta mil reis), Jorge precisou de 10\$000, o escravo Pio de 60\$000, Benedito 5\$000, Bento 10\$000, além de 36\$000 de despesas com a “Botica Couto”. A moléstia do escravo Jomanoel Pinto não teve solução. Foram empregados diversos meios para salvá-lo, mas ele não resistiu, causando um prejuízo de 1:200\$000 (um conto e duzentos mil reis) com a sua morte em 13 de outubro de 1859.²⁴⁰

E não cessaram por aí as despesas da Companhia Capivaras para tratamento de seus escravos. Em dezembro do mesmo ano foram dispensados quase 100\$000 com o tratamento dos escravos Alexandre, Abrahão, Luiz Roiz, Justiniano e Delfino. Além das despesas com os cativos, durante o mês de dezembro de 1859 morreram “dois burros da tropa” para o computo do prejuízo de 260\$000.²⁴¹ Naquele ano registraram-se as fugas de outros quatro escravos da Companhia Capivaras: Ferminiano, Chirispin, Pedro Rodrigues e o caboclo Valter (ver tópico sobre fuga de escravos no Cap. II).

O africano Antônio era escravo de uma das companhias de mineração que atuaram na Chapada, desta forma a realidade de acidentes e rotina de trabalho desgastante não deve ter sido algo estranho ao seu cotidiano. Se ele próprio não sofreu acidentes graves, provavelmente presenciou algum envolvendo seus companheiros na lida diária, naquele processo corriqueiro de cavar, juntar e carregar o cascalho a ser lavrado. Cascalho que era custosamente apanhado no fundo dos rios, no interior das grunas ou através de escavações feitas nas margens de rios, córregos e riachos.²⁴²

²³⁹ Júnia Ferreira Furtado. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo. Companhia das Letras. 2003 pag. 147. Ver também: Eduardo França Paiva. *Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo*. In: PAIVA, Eduardo França & ANASTASIA, Carla Maria Junho. (orgs.) *O trabalho mestiço; maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX*. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/PPGH-UFGM, 2002, p. 187-207.

²⁴⁰ Arquivo Público Municipal de Caetité (doravante APMC)– Fundo: Casa Anísio Teixeira. Grupo: Livro Caixa. Série: Registros Contábeis. Maço 03. Folha 50 – 53.

²⁴¹ APMC – Fundo: Casa Anísio Teixeira... Op. Cit... folha 51v

²⁴² Em geral os meios empregados na extração dos cascalhos ou exploração dos diamantes eram a broca para quebrar pedra, a ponta de alavanca, os rebaixos que se fazem para desmonte, o carumbé para remação e carregamento dos cascalhos, as bateias para a lavagem e apuração dos mesmos e o ralo. Nos poços do Paraguaçu era mergulhando que tiravam o cascalho que ficava no leito do rio.

Figura 7. Garimpeiros carregando o cascalho para ser lavrado.²⁴³

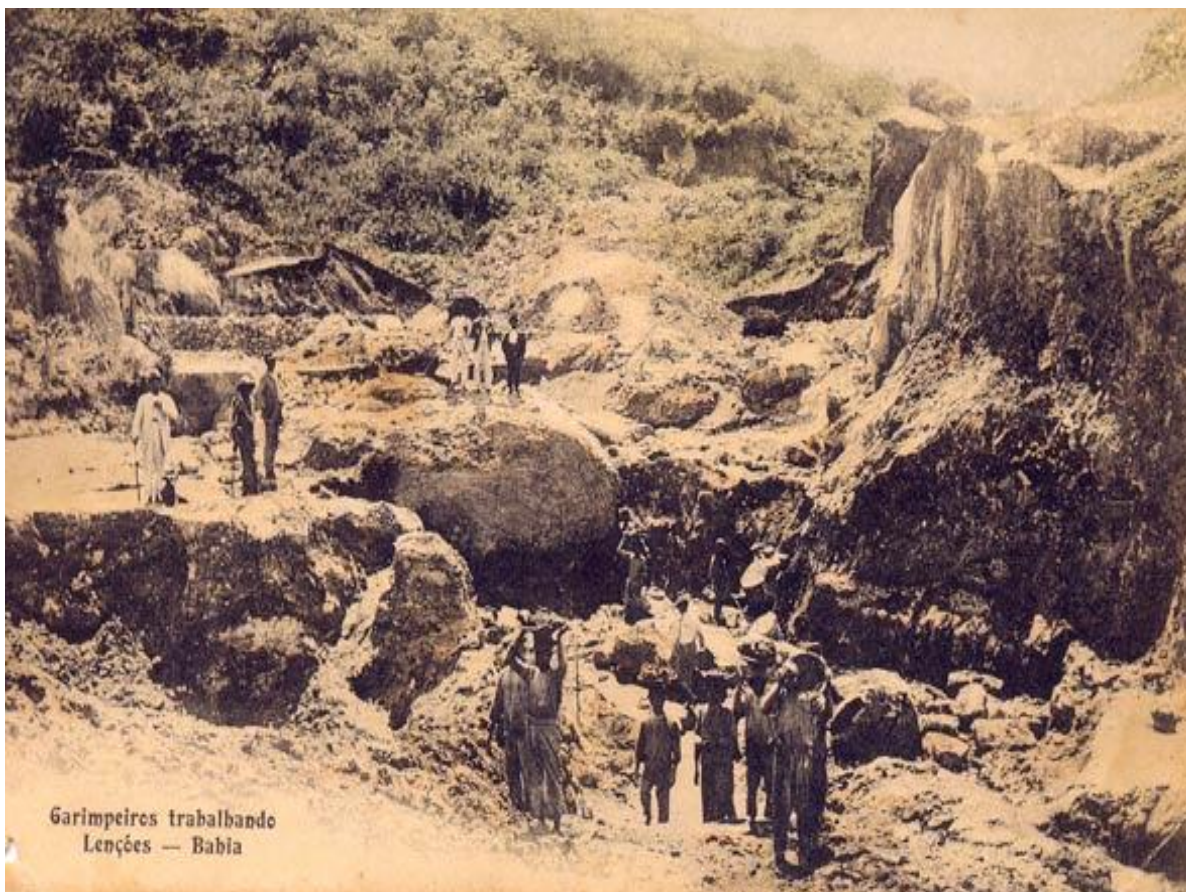
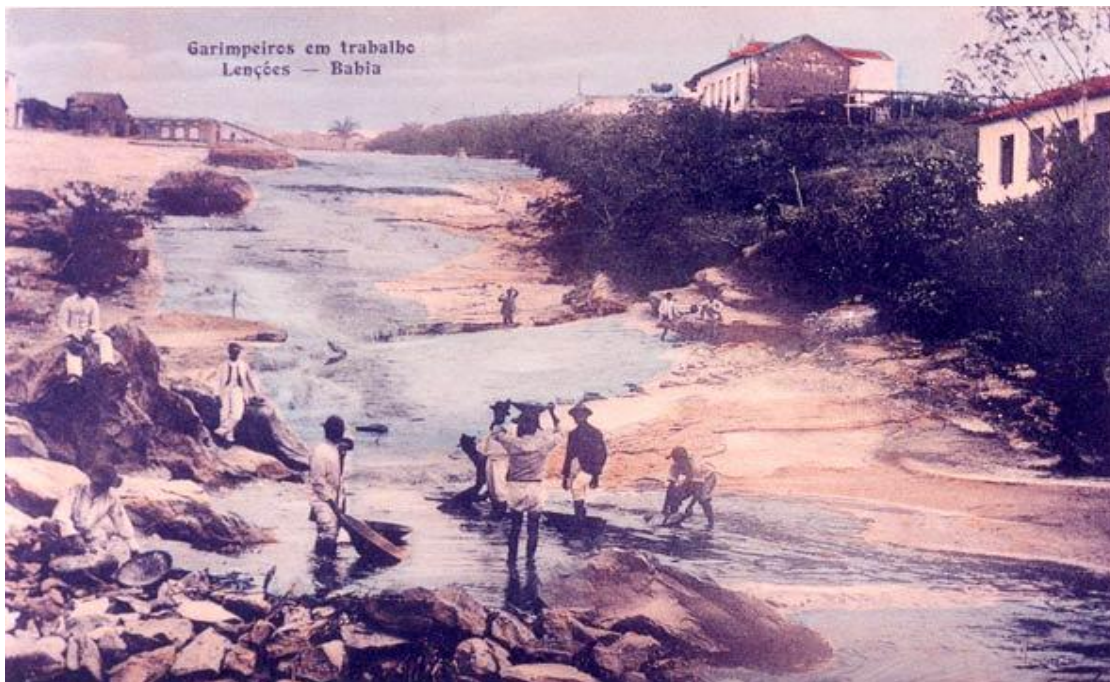


Figura 8.. Garimpeiros lavrando o cascalho em busca de diamantes.²⁴⁴

²⁴³ Trabalhadores carregando o cascalho a ser lavrado. Perceba na imagem a vigilância imposta aos trabalhadores de garimpo, os senhores engravatados na imagem são os donos. A imagem 4 e 5 foram tirada pelo fotografo francês Frédéric François Rodolphe Lindemann. Na virada do século e já sob o regime republicano, se produziu uma série de fotografias, editadas como cartões postais. O intuito era divulgar aos estrangeiros a fortuna econômica reservada a quem quisesse investir na exploração dos diamantes da Bahia. Ao contrário das cenas de progresso urbano com as quais o Brasil tentava se mostrar “civilizado” para o exterior, as imagens da série *Lavras Diamantíferas Baianas* apostam em um idealismo bucólico e pré-industrial. Afinal, a matéria-prima que se anunciava brotava diretamente da natureza. Ver: Maria da Ajuda Santos Santana. A cultura fotográfica da cidade de Lençóis (Bahia) durante o período 1845-1930: Influências e práticas. Dissertação. (Université Paris VIII, 2009)

²⁴⁴ Imagem 5. Acervo mestre Oswaldo Senna. Trabalhadores lavrando o cascalho. Percebam também a presença de indivíduos acompanhando de perto o trabalho dos garimpeiros.



O africano Antônio pertenceu à Companhia Diamantina do Marco. Libertou-se mediante compra da alforria, paga em dinheiro e juridicamente confirmada em 24 de janeiro de 1856. Sua manumissão foi assinada pelo sócio gerente da Companhia, o senhor Severino José dos Santos. Confiram abaixo os termos do contrato:

Registro de um titulo de liberdade do escravo Antonio (...) Pela presente carta liberto e efetivamente tenho libertado ao escravo Antonio africano, o qual gozara de sua liberdade como se nunca fora escravo (...) recebi do liberto a quantia de 1:500\$000 (um conto e quinhentos mil reis) (...) . Garimpo do Marco 24-01-1856 = gerente **Severino José dos Santos** = como testemunhas Antonio de Souza Spinola = Theofilo Olegario de Farias. Lenções 26-03-1856.²⁴⁵

A nova condição fazia de Antônio um homem liberto, e como os demais conterrâneos, estava sujeito há algumas limitações do ponto de vista jurídico. Mesmo não sendo mais um escravo, carregava a pecha que as leis do Império facultavam às pessoas de sua origem, não lhes facilitando em nada a nova vida e negando o acesso à cidadania. Os africanos quando deixavam de ser escravos, tornavam-se estrangeiros no Brasil e muitos foram perseguidos.²⁴⁶ Essa foi uma das grandes questões nos debates

²⁴⁵ AFML – Tabelionato de Notas, Livro nº 3 – folha 50

²⁴⁶ Ver: REIS, João José. . Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 463p. FARIAS, Juliana. B.; GOMES, Flávio dos S.; SOARES, Carlos Eugênio L. *No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. FARIAS, Juliana Barreto, *Cidades*

sobre cidadania no Brasil Império. A maioria dos deputados que estavam encarregados das contendas no pós-independência e da formação da nação, concordavam que os africanos não deveriam ter direito à cidadania, pois não haviam nascido no Brasil.²⁴⁷ Pesava sobre esse argumento a evidência de que os africanos aqui chegaram compulsoriamente, portanto, aqui estavam contra a vontade. Embora plausível, os deputados não apreciaram a prerrogativa da vinda forçada, não estenderam aos africanos a cidadania restritiva admitida aos libertos nascidos no Brasil.²⁴⁸

Segundo João José Reis (2008), a vida do liberto africano no Brasil não era nada fácil, agravada principalmente depois de 1835 com a Revolta Malê, quando ficou ainda mais tensa a relação entre o Estado Imperial e os libertos africanos. Muitas situações foram interditadas a esses indivíduos, haja vista que dentre outras restrições, a constituição imperial de 1824 não lhes permitia participar na vida política do país. O direito ao voto não lhes era facultado, tampouco podiam ser eleitos para qualquer cargo, nem podiam exercer ocupações no aparelho governamental em qualquer nível.²⁴⁹

A mudança da condição de escravo africano para a de liberto não vinha acompanhada das garantias de uma vida sem turbulências e sem perseguições. A luta pela sobrevivência num ambiente hostil para africanos no Brasil oitocentista movia-os para lutas contínuas no plano da vida cotidiana.²⁵⁰ Assim, “africanos desembarcados

negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2008. SANTOS, Lucimar Felisberto dos. *Cor, identidade e mobilidade social: africanos e libertos no Rio de Janeiro, 1870 – 1888*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. SOARES, Mariza de Carvalho. *Mina, Angola e Guiné, nomes d’África no Brasil setecentista*. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, dossiê: Escravidão e África Negra, dez. 1998.

²⁴⁷ Ver: Sidney Chalhou. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). *História Social*, n. 19, segundo semestre de 2010. P. 32-62. Andréa Slemian. “À nação independente, um novo ordenamento jurídico: a criação dos Códigos criminal e do processo penal na primeira década do Império do Brasil”, In: Gladys Sabina Ribeiro (Org.). *Brasileiros e cidadãos. Modernidade política (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 175-206. Marcello Basile. “Linguagens, pedagogia política e cidadania: Rio de Janeiro, cerca de 1830”. In: Gladys Sabina Ribeiro (Org.). *Brasileiros e cidadãos. Modernidade política (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 207-224.

²⁴⁸ Sobre debates parlamentares e cidadania no Brasil Império ver: Keila Grimberg. *O fiador dos brasileiros. Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. VELASCO, Ivan de Andrade. “Clientelismo, ordem privada e o Estado do Brasil oitocentista: notas para um debate”. In: José Murilo de Carvalho & Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (Orgs.). *Repensando o Brasil do oitocentos. Cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 71-100.

²⁴⁹ João José Reis. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 463p. Pag. 87- 88.

²⁵⁰ Segundo Maria Odila Leite: “Sempre relegado ao terreno das rotinas obscuras, o cotidiano tem se revelado na história social como área de improvisação de papéis informais, novos e de potencialidade de conflitos e confrontos, em que se multiplicam formas peculiares de resistência e lutas. Trata-se de reavaliar o político no campo da história social do dia-a-dia. (...) incorporar à história tensões sociais de cada dia implica a reconstrução da organização de sobrevivência de grupos marginalizados do poder.”

adultos, aprenderam a se mover e a se organizar (...) de modo a criar alternativas de vida e ascensão social.”²⁵¹ Se o trânsito na “comunidade dos senhores” não lhes eram facilitados, ao menos – usando as palavras de Maria Inês Cortez de Oliveira - “no meio dos seus” Antônio gracejava algum prestígio. Adiante demonstraremos evidências a esse respeito. Por ora, apresentaremos algumas informações sobre a vida desse africano, que ficaram registradas em seu testamento.

3.1 – A trajetória do casal Antônio nagô e Lucrecia nagô.

Depois da conquistada a liberdade, Antônio carregou até o fim de seus dias a marca do cativo em seu nome.²⁵² O africano passou a se chamar Antônio *Severino José dos Santos*, como se identificou no momento de feitura do testamento. Disse ser natural da Costa D’África, “baptizado aqui no Brasil quando adaptou e adepto é da religião Catholica Apostolica Romana.” Isso não significa que, de fato, ele seguisse à risca a doutrina cristã. A religiosidade africana, se assim ele a praticasse, não seria apresentada no testamento, pois, aquele era um documento oficial e obedecia a padrões estabelecidos. Mariza de Carvalho Soares, tendo em vista estudos sobre africanos no Rio de Janeiro no século XVIII, observa:

“[...] é importante destacar que os anos de escravidão, a alforria, a vida cristã e a salvação eterna na qual investem quase todos os seus bens não afastam esses novos cristãos do profundo sentimento de que são tão Dagome, Mahi, Coura ou Sabaru quanto àqueles que, batizados ou não, frequentam cultos proibidos e praticam atos tidos como ‘abuzo gentílico e superticioso’”²⁵³.

Talvez essa tenha sido uma prática difundida também entre os africanos na Chapada, haja vista não ser novidade o modo como cativos arranjavam e revertiam a seu favor regras do jogo da escravidão. Mas, apesar de declarar o catolicismo como sua religião, não seria possível precisar suas reais intenções.

Ver: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. . Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX. 2.ed São Paulo, SP: Brasiliense, 1995. 264p.

²⁵¹ Mariza de Carvalho Soares. A “nação” que se tem e a ”terra” de onde se vem: categorias de inserção social de africanos no Império português, século XVIII. Estudos Afro-Asiáticos, ano 26, nº 2, 2004, pp. 303-330. Pag. 305.

²⁵² Mariza de Carvalho Soares. Descobrimo a Guiné no Brasil Colonial. Revista do IHGB – 2000 - RIHGB, RJ, 161 (407) 71-94, abr/jun. 2000. Pag. 90.

²⁵³ SOARES, Mariza de Carvalho. A “nação” que se tem e a ”terra” de onde se vem... Op. Cit. Pag. 320.

Em estudo sobre o Jarê, religião de matriz africana, “provavelmente de origem banto”, fortemente influenciada pelos nagôs e praticada em Lençóis por africanos livres, libertos e seus descendente, Ronaldo Sena, afirma que “a população que se considerava branca tinha medo das nagôs, principalmente as senhoras mais velhas, que faziam simpatias para evitar ‘feitiços’.”²⁵⁴ Talvez durante os anos em que vivera em Lençóis, Antônio e “os seus” buscassem tirar proveito da origem nagô e da “fama” que eles tinham nas lavras. Além dos rituais temidos pelos brancos, os nagôs, segundo Senna, “faziam tratamentos em garimpeiros infusados, prescreviam-lhes banhos e outras obrigações.”²⁵⁵ A língua por elas [nagôs] falada não era entendida por ninguém (...) em ‘dialecto’ de origem africana.”²⁵⁶ Para a historiadora Kátia Mattoso, a respeito dos cultos afro na Bahia:

“Os povos nagôs (..), que chegaram em grande número no fim do século XVIII, conseguiram influenciar fortemente os cultos bantos menos estruturados. Sob o nome coletivo de nagô há diversas etnias ioruba: ketu, sahe, ayo, egba, egbado, ijesa e ijeba, de onde vieram muitos escravos desde o final do século XVIII. Sua chegada, relativamente tardia, porém maciça, talvez explique o papel predominante que esse culto desempenhou na Bahia.”²⁵⁷

Se “desinfusar” garimpeiro não era uma prática corriqueira nos cultos de “origem nagô” em África ou em outras cidades como Salvador ou Rio de Janeiro, na Chapada eles souberam se reinventar. Adaptaram-se à realidade daquelas paragens, fato que lhes dotava de saber importantíssimo no imaginário daqueles homens sedentos por bambúrios.²⁵⁸ Em estudo recente sobre o Jarê de Lençóis, o antropólogo Gabriel Benaggia afirma que: infusar ou bojar era algo que podia acontecer a um garimpeiro, cuja principal consequência era ficar longo período de tempo sem encontrar um único diamante. Havia, entretanto, uma forma rápida e garantida para espantar o infuso, ou

²⁵⁴ Ronaldo de Salles Senna. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA. Jarê - uma face do candomblé: manifestação religiosa na Chapada Diamantina. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 1998. 243 p., Pag. 71

²⁵⁵ Infusado: na linguagem local, refere-se ao garimpeiro que não encontra uma pedra de grande valor há muito tempo, nunca o fez ou mesmo as pequenas pedras achadas não lhes rende nada substancial. Garimpeiro azarado.

²⁵⁶ SENNA, Ronaldo de Salles. Jarê... Op cit. Pag. 71

²⁵⁷ Katia M. de Queiros Mattoso. Bahia, século XIX: uma província no império . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, c1992. xii, 747 p., pag. 429.

²⁵⁸ Na gíria dos garimpeiros quer dizer – obter pedras grandes ou grande quantidade de pedras de diamantes ou carbonatos. Garimpeiro sortudo, endinheirado.

seja, rogar pela ação mística das forças ligadas ao jarê, o culto de matriz africana característico da região.²⁵⁹

Se as religiões de matriz africana foram ressignificadas no novo mundo, Lençóis não foi uma exceção a essa regra.²⁶⁰ O domínio e usufruto da mística de “desinfusar” garimpeiro, de abrir a sorte para que pudessem bamburrar, fazia parte da alçada de poderes dos nagôs curandeiros(as) africanos(as).²⁶¹ A alegoria do diamante encantado permeava o imaginário daquela gente. Indivíduos sedentos e esperançosos em seus sonhos de riqueza, afiançada pelas pedras preciosas, depositavam esperanças nos nagôs como intermediários desses sonhos.

Os nagôs trouxeram para a Chapada muitas tradições e reminiscências de suas origens em África. Recordações que podem ser percebidas na narrativa do testamento de Antônio, ao falar de sua origem antes na escravidão. Apesar de encontrar-se doente, garantia estar em seu “perfeito estado de juízo”. Ao ditar os termos do testamento, revelou o desejo de legitimar os filhos que teve com Lucrecia. A preocupação com a legitimidade perpassava também à sua condição anterior em África, pois descreveu sua procedência, anotada pelo escrivão Marcelino José Mascarenhas: “sou natural de Baixa da Pedra [Embaixo da Pedra - Abeokutá] na Costa d’África, filho de dois africanos, o pai de nome Emobi e a mai Edúm,²⁶² que supõe serem falecidos.”²⁶³ Segundo Maria Inês Cortês de Oliveira “[...] os africanos que em seus testamentos fazem menção às suas mães provavelmente teriam chegado à Bahia em sua companhia.”²⁶⁴ O que não parece ter sido esse o caso, haja vista ter mencionado os nomes africanos de seus pais (Emobi e Edúm), indício de que eles não cruzaram o Atlântico e por isso não tinham nomes aportuguesados ou um nome cristão como o dele.

²⁵⁹ Gabriel Banaggia,. As forças do jarê: movimento e criatividade na religião de matriz africana da Chapada Diamantina. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – UFRJ, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2013. – Rio de Janeiro, 2013. 460 folhas. Pag. 40-42.

²⁶⁰ Ver: Sidney W Mintz. Richard Price. O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica. Rio de Janeiro: Pallas: Universidade Cândido Mendes, 2003

²⁶¹ SENNA, Ronaldo. Jarê...Op cit.

²⁶² No território Iorubá Edum ou Edun é o nome dado a um gêmeo, pode ser nome pra homem ou mulher. A mãe de Antônio era irmã gêmea. Emobi, Emonbi ou Ameobi é um nome comum na região nordeste do território Iorubá, que significa "nascido com dinheiro" ou "com ajuda de dinheiro". Agradeço ao professor João José Reis pela tradução dos nomes Iorubás. Segundo me informou o Antropólogo Luís Nicolau Parés, o local de origem declarado por Antônio [Baixa da Pedra ou Embaixo da Pedra] é uma referencia a *Abeokutá*, região pertencente ao atual território do Benin. Muito provavelmente Antônio tenha nascido nessa cidade.

²⁶³ APEB – Judiciário, testamento, classificação 04/1844/2315/23. Folha 2.

²⁶⁴ Maria Inês Cortês de Oliveira. (1997). Viver e morrer no meio dos seus. Nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX. Revista USP, São paulo (28) : 174 – 193, dezembro / fevereiro 95/96 pag. 178.

Embora escravizado e apartado de suas raízes familiares primárias, Antônio não esqueceu suas origens, e mesmo não sabendo notícias dos pais, fez questão de lembrá-los numa autêntica afirmação da memória, homenagem, oportunidade para expressarem-se como sujeito de sua história. Quando se prontificou a formar novo tronco genealógico o fez com uma conterrânea sua. “Nunca fui casado, tenho por hora três filhos de nome Sirillo, doente e meio amalucado, Mariana e Candida todos menores ainda, havidos de Lucrecia tão bem africana.”²⁶⁵ Antônio nomeou como seus herdeiros os declarados filhos e a africana liberta Lucrecia, “e para mais validade há poucos momentos hoje cazei-me com a mai delles a referida Lucrecia *Carvalho* (...) celebrado o acto pelo Reverendo Vigário desta Freguesia Conego Lino da Silveira Gusmão.”²⁶⁶ Estavam presentes como testemunhas do casamento Antônio Gonçalves Pereira (africano liberto, cuja trajetória será logo mais estudada) e José Rufino da Motta (possivelmente africano).

O testamento de Antônio foi confeccionado às 23h40min de 26 de dezembro de 1871, em sua casa situada à Rua Uruguaiana [antiga Rua Boa Vista]. No mesmo dia, além da oficialização de sua união com Lucrécia, perfilhou os herdeiros garantindo a segurança em uma futura transmissão de bens. Nessa época, Antônio já havia ampliado laços de parentesco com pessoas pertencente à comunidade africana de Lençóis. Havia batizado solenemente a africana de nome Ludovina, tendo ao seu lado, como madrinha, a também africana de nome Ignês.

Alguns estudos a respeito do compadrio escravo assinalam que esse serviria como ligação, aproximando escravos, firmando e consolidando acordos, visando proteção entre si ou com outras categorias sociais.²⁶⁷ Para Gudeman e Schwartz o compadrio é um ato “produzido na Igreja entre indivíduos que o carregam para fora da instituição formal. O compadrio é projetado para dentro do ambiente social”²⁶⁸. Segundo esse argumento, daquele evento em diante a africana Ludovina oficialmente pertenceria ao mesmo ambiente social que Antônio e Ignês, ambos africanos como ela.

²⁶⁵ APEB – Judiciário, comarcas do interior, livro de testamentos de Lençóis nº 2 – Folha 18v e 19.

²⁶⁶ APEB – Testamento Op. Cit. Folha 19.

²⁶⁷ Sobre compadrio escravo ver: Silvia Maria Jardim Brügger. Escolhas de padrinhos e relações de poder: uma análise do compadrio em São João Del Rei (1736-1850). In: José Murilo de Carvalho. (org.). Nação e cidadania no império: novos horizontes. Rio de janeiro: civilização brasileira, 2007, v. , p. 313-347. SOARES, Carlos Eugênio Líbano . "Instruído na fé, batizado em pé": batismo de africanos na Sé da Bahia na primeira metade do século XVIII. Afro-Asia (UFBA. Impreso), v. 39, p. 79-113, 2009.

²⁶⁸ S. Gudeman e Stuart B. Schwartz, “Purgando o Pecado Original: Compadrio e Batismo de Escravos na Bahia no Século XVIII”, in J. J. Reis(org.), *Escravidão & Invenção da Liberdade. Estudos sobre o Negro no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1988, p. 37.

“Aos vinte e quatro dias do mês de abril de mil oito centos e cinquenta e nove, nesta Matriz de Nossa Senhora da Conceição dos Lençóis baptisei solenemente e pus os santos óleos à Ludovina, africana, com trinta e oito anos de idade, pouco mais ou menos, escrava de Antônio Joaquim de Araújo. Forão padrinhos *Antônio Severino José dos Santos* e Ignês africana, escrava de Maria Lúcia. E para constar lavrei o presente termo que vai por mim assignado. Vigário Lino da Silveira Gusmão”²⁶⁹

Para além dos laços de consanguinidade, Antônio estabeleceu outras relações estreitas de afetividade com diferentes africanos. Além de nomear e constituir o também africano liberto Antônio Gonçalves Pereira (o mesmo que havia sido testemunha do seu casamento) como seu testamenteiro - provavelmente um ex-escravo do segundo testamenteiro Tenente Marciano **Gonçalves Pereira** [o mesmo Marciano que foi testemunha no caso dos escravos fugidos, André e Nicollau, abordado no capítulo I]²⁷⁰ - havia sob sua guarda, as economias angariadas pelo escravo africano de nome Bento, que pertencia ao Tenente João Garcia Sobral. Seria esse Sobral, aquele velho ranzinza que inspirou Afrânio Peixoto na construção de um de seus personagens no romance de costumes da elite lençoense do XIX? Vejamos:

Gonzaga passava, encontrando ou se desviando de estranhos e conhecidos, damas e cavalheiros, expansivos, todos com aspecto feliz, que seria tanto da festa, como do humor habitual da terra. Por contraste, apenas viu, apoiado em uma janela que dava para a noite e para o rio, a figura serena e composta do *velho Sobral*. Aproximou-se dele, respeitosamente.

- O senhor é o único homem triste de Lençóis... agora mesmo fazia esta observação...nem a festa o alegre...

- Tem razão, mas é por isso mesmo que aqui estou, e aqui vivo. Em Lençóis vive-se num sonho, senão sempre feliz, ao menos esquecido de que a própria realidade presente e circunstante não nos consegue acordar...

(...)

Sorriu tristemente o *João Garcia Sobral*, ao Gonzaga, pondo, a sério, o remate:

- Lençóis é o Brasil, meu amigo... todo este imenso país é isto, é como Lençóis...²⁷¹

²⁶⁹ Arquivo da Igreja do Rosário de Lençóis- BA (doravante AIRL), registro de batismo, livro nº2 registro nº 417.

²⁷⁰ Adiante apresentarei mais alguns indícios dessa relação.

²⁷¹ A literatura é trabalhada aqui como mais um vestígio da história humana. Obra de ficção, mas antes de tudo produto de uma sociedade, podendo ser analisada em confronto com outras fontes. PEIXOTO...Bugrinha... pag. 31/32. Op Cit

Bento não era o único escravo do Tenente Sobral, e tampouco o único africano de sua escravaria. Em 1853, Sobral fez compra à D. Maria Joanna de São José, de uma africana de nome Belisaria, “idade de 24 anos, pouco mais ou menos”, pagou à vendedora a quantia de 600\$000.²⁷² Em março de 1855, o Ten. Sobral levou à pia batismal dois africanos, eram eles: Lourenço, de 24 anos e Manoel, de 26 anos; o primeiro apadrinhado por Pedro Antônio da Cruz e Maria Eugenia do Amor Divino; o segundo por José Calisto Ferreira e Juliana Maria do Nascimento, em nenhum dos casos consegui localizar a “qualidade” dos padrinhos e madrinhas.²⁷³ Em 1856, novamente o Ten. Sobral comprou outro africano à Manoel da Silva Almeida, de nome João, com “35 anos, pouco mais ou menos”; dessa feita João Sobral levou para a senzala dois cativos, pois também comprou ao mesmo senhor, registrado no mesmo documento, o escravo Joaquim crioulo, 24 anos, ambos pela quantia de 1:700\$000.²⁷⁴ Constatamos a presença do Tenente Sobral em outras sete transações envolvendo a compra de escravos.

Antônio deveria ter estreita relação com o africano Bento, pois este o confiou guardar a soma de 330\$000 (trezentos e trinta mil reis). Informação essa devidamente documentada nas páginas de seu testamento: “Declaro que devo a Bento africano, escravo do Tenente João Garcia Sobral, trezentos e trinta mil reis que me deo para guardar.”²⁷⁵ O liberto concluiu os termos do testamento dizendo que sua companheira “sabe dos meus possuídos”, e acrescentou que em seu funeral “minha mulher fará como melhor entender e *de acordo com nossas circunstancias*”.²⁷⁶

Penso que ao deixar claro que a mulher faria o enterro “de acordo com nossas circunstâncias” poderia o liberto estar se referindo a um funeral na tradição africana. Findaram-se os dias de vida de Antônio Nagô, na sua casinha na Rua Uruguaiana, na madrugada de 27 de dezembro de 1871. Daquela data em diante, a liberta Lucrécia ficou encarregada de prover o sustento e a educação dos três filhos ainda menores.²⁷⁷ Tarefa difícil para uma mulher? Certamente sim. No entanto, sua trajetória de vida legava-lhe certos aprendizados para remediar desafios.²⁷⁸

²⁷² AFML – Tabelionato de notas, Livro nº 1 folha. 1, Lençóis 10/05/1853.

²⁷³ AIRL - Livro de batismo nº 1

²⁷⁴ AFML – Tabelionato... Lençóis 30-05-1856, livro nº 3, folha 65.

²⁷⁵ APEB – Comarcas do interior. Testamento... Op. Cit. folha 19

²⁷⁶ APEB – Comarcas... Testamento... Op Cit. Folha 19 (grifos meus)

²⁷⁷ APEB – Seção Judiciário, inventário de Antônio Severino José dos Santos, classificação nº 03/1013/1482/06. folha nº 3.

²⁷⁸ Sobre trajetórias de escravas e ex-escravas no Brasil ver: Giovana Xavier; Juliana Barreto Frias; Flavio dos Santos Gomes (Orgs.). Mulheres negras no Brasil escravista e do pós- emancipação. São

Mesmo passando por dificuldades, realidade possivelmente experimentada por Lucrécia e seus filhos, os laços familiares eram imprescindíveis para homens, mulheres e crianças escravas ou egressas do cativeiro, por significar relações de solidariedade e de ajuda mútua. O núcleo familiar construído pelos africanos libertos foi, certamente, muito importante para a sobrevivência de todos aqueles sujeitos. Arranjos que demonstram a relevância da família escrava e revelam as estratégias utilizadas por seus integrantes para forjar redes de solidariedades e de resistências. Solidariedades que interligavam indivíduos, muitos deles, com trajetórias de vida semelhantes às de Lucrécia e Antônio.²⁷⁹

Segundo Isabel Reis, no contexto escravista, “Ter pai, mãe, irmãos, companheiro(a), filhos, tios, sobrinhos, cunhados, padrinhos, eram relações que representavam um referencial de vida para esses indivíduos.”²⁸⁰ Para Robert Slenes “a família é importante para transmissão e reinterpretação da cultura e da experiência das gerações.”²⁸¹ Embora tenham deixado poucos bens [uma casinha no valor de 300\$000 outra no valor de 250\$000], provavelmente Antônio legou a seus filhos alguns ensinamentos para que pudessem sobreviver numa terra em que custosamente mãos amigas eram estendidas à “pessoas de cor” como eles.

A viúva Lucrécia, no momento de preparação do inventário de Antônio (1872), declarou ter 40 anos de idade; o que nos leva a concluir que Lucrécia foi mais uma dentre aqueles africanos que viveram o cativeiro ilegal em Lençóis. Não sabemos a data e nem em qual porto ela foi desembarcada. No entanto, seu trânsito nas serras da Chapada deixou rastros e pegadas possíveis de serem seguidos, possibilitando, em

Paulo. Selo Negro, 2012. 319 p. FIGUEIREDO, Luciano. O avesso da memória: cotidiano de trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993. 249 p. GRINBERG, Keila. Liberata e a lei da ambiguidade: as ações de liberdade da corte de apelação do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro. Relume Dumará, 1994. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Nas fimbrias da escravidão urbana: negras de tabuleiro e de ganho”. Estudos econômicos. São Paulo. V. 15, n. especial, p. 89-109, 1985.

²⁷⁹ Sobre família escrava ver: SLENES, Robert W. Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 299 p. REIS, Isabel Cristina Ferreira dos Reis, A família negra no tempo da escravidão... Afonso de Alencastro Graça Filho e Fabio Carlos Viera Pinto. Tráfico e Família e Escrava em Minas Gerais: O Caso de São José do Rio das Mortes (1843 – 1850) IN; PAIVA, Eduardo França e IVO, Isnara Pereira (Orgs). Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFGM; Vitória da Conquista: Edunesp, 2008. Maria Cristina Cortês Wissenbach. Sonhos africanos, vivências ladinas... NOGUEIRA, Gabriela Amorim. “Viver por si”, viver pelos seus: famílias e comunidade de escravos e forros no “Certam de Cima do Sam Francisco” (1730 – 1790). 2011. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciências Humanas V, Universidade Estadual da Bahia, Santo Antônio de Jesus, Bahia..

²⁸⁰ REIS, Isabel... A família negra no tempo d escravidão...

²⁸¹ SLENES, Robert W. Na senzala, uma flor... Nova Fronteira, Op. Cit.. Pag.114

alguns momentos, conhecer um pouco de suas agências enquanto escrava e mesmo depois da liberdade.

Sabemos, por exemplo, que em um curto espaço de nove meses ela pertenceu a dois senhores diferente. Conquistou a liberdade em 24 de junho de 1856, seis meses depois da alforria do seu marido Antônio. Pouco tempo antes disso, encontramos uma transação comercial, envolvendo a sua pessoa. Confirmam:

Escritura publica de compra e venda que fes como vendedor o Capitão Antônio Garcia Victoria, e como comprador o Tenente Antônio Vicente Marques de **Carvalho**, (...) de huma escrava de nome Lucrecia africana, mais ou menos 26 annos e uma cria de nome João de hum anno, (...) da qual escrava fas venda pela quantia de 700\$000 (setecentos mil reis). Lençóis 14/09/1855.²⁸²

O registro acima descreve a escrava Lucrecia africana acompanhada de seu filho de nome João. No momento de preparação do testamento, o liberto Antônio não mencionou esse filho, talvez não fosse dele ou, se fosse, provavelmente já havia falecido, fato não muito difícil de ocorrer num período em que a mortalidade infantil atingia patamares elevados. O leitor poderá também suspeitar não se tratar da mesma africana, mas o documento que segue parece confirmar que estamos falando da mesma pessoa, vejam:

Registro de hum titulo de liberdade da escrava Lucrecia africana de theor seguinte = Pela presente carta concedo liberdade a minha escrava Lucrecia, **Nação Nagô**, idade de 25 annos, mais ou menos, por dela ter recebido a quantia de 1:400\$000 (um conto e quatrocentos mil reis), ao passar desta, em moeda legal, e a mesma liberdade gozará como se nacesse de ventre livre e nem eu mem meos herdeiros, poderão reclamar a prezente liberdade; e para seo documento e validade passo a presente carta por mim feita e assignada perante as testemunhas abaixo assignadas. Lençoes 24-06-1856. Tenente Antônio Vicente Marques de **Carvalho** (...) Lençoes 05-08-1856.²⁸³

O senhor que assinou a carta de alforria de Lucrecia é o mesmo que a havia comprado nove meses antes. Seu lucro com a transação foi de 100%. Talvez já houvesse alguma relação amorosa entre a africana e o liberto Antônio, e é provável que a solidariedade entre ambos tenha possibilitado a compra conjunta da alforria da futura esposa. Dessa feita, Lucrecia não estava acompanhada de seu filho João, mas o

²⁸² AFML – Tabelionato de Notas, Livro nº 3, folha 19

²⁸³ AFML – Tabelionato de Notas, livro nº 3, folha 97 (grifos nossos)

sobrenome declarado em 1871, no momento da confecção do testamento do finado marido, fornece indícios de que é a mesma Lucrecia: “para mais validade hoje casei-me com a mai delles a referida Lucrecia *Carvalho*”. A idade declarada de Lucrecia na compra da alforria em 1856 era de 25 anos, em 1872 ela declarou ter 40 anos quando foi inventariante do marido.

Apesar da opressão e privações a que eram submetidos cotidianamente, escravos e libertos demonstraram como imprimir novos significados para as suas vidas. A família tornou-se uma importante referência nesse processo de reconstrução afetiva do espaço social. Como bem salientou Robert Slenes “[...] as pessoas interpretam sua experiência vivida, e tentam mudá-la, a partir de uma visão do mundo, por sua vez formada na sua experiência anterior (...)”.²⁸⁴ Experiências de vida familiar como a de Antônio e Lucrecia se multiplicaram, sobretudo, pelo poder de barganha que a família gerou para aqueles sujeitos. Essa é uma questão que confirma o quanto a constituição das redes de relações familiares e sociais implicou em uma “vida de esperança” para escravos e libertos em Lençóis do Oitocentos, apesar da dureza da vida sob o cativo.

3.2. “Histórias miúdas”: os nagôs na Chapada, tráfico Atlântico e diamantes.

Na virada do século XVIII para o XIX, em decorrência da recuperação da economia açucareira, foram alavancadas as compras de escravos da África.²⁸⁵ As exportações de novos africanos para a Bahia, naquela virada, redefiniu o cenário étnico africano da província no século XIX. Para David Eltins:

As partidas de Lagos aumentaram de quatro a cinco vezes entre o último quarto do século dezoito e o primeiro quarto do século dezenove. (...). Cerca de mil escravos por ano partiam, por volta de 1790, e comerciantes de escravos britânicos quase duplicaram esta média anual nos poucos anos que antecederam a 1807. Mas a maior responsável pela quadruplicação das partidas anuais, entre 1801 e

²⁸⁴ SLENES, Robert W. Na senzala, uma flor... Op. Cit. Pag. 134

²⁸⁵ REIS, João José. Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835. Ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Companhia das Letras, [2009]. 665 p. MATTOSO, Katia M. de Queiros. Bahia, século XIX: uma província no Império... Op. Cit. 747 p. BARICKMAN, B. J. Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2003. 445 p. Stuart B. Schwartz. Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. (trad. Port.) São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

1825, foram as atividades dos comerciantes de escravos portugueses, principalmente levando para a Bahia.”²⁸⁶

Segundo João José Reis, o quadro étnico da população africana importada para a Bahia na primeira metade do dezenove, “[...] ligados aos conflitos em solo africano, alterou a distribuição das nações em favor dos iorubás (chamados nagôs na Bahia)”²⁸⁷

Apesar da repressão inglesa ao tráfico clandestino ter sido intensificado depois da lei de novembro de 1831, os números de escravos introduzidos no Brasil aumentavam ano a ano. As entradas de novos escravos mantiveram-se em patamares elevadíssimos na década de 1820. Os debates parlamentares e a pressão inglesa, difundidos no seio escravocrata, fizeram com que os escravistas brasileiros assegurassem a importação de um grande volume de novos africanos, mediante intensificação das viagens à costa africana antes que as promessas de cessão do tráfico fossem concretizadas.²⁸⁸ Segundo Sidney Chalhoub, adentrou no Brasil: “mais de 60 mil em 1826, outros tantos em 1827, 58.581 em 1828, quase 73 mil em 1829” os números arrefeceram-se em 1830 e 1831.²⁸⁹ Esse arrefecimento temporário foi tomado por novo fôlego anos depois. Gradualmente, novos africanos foram desembarcados nas terras do Brasil, ficando novamente disponíveis em grande número.²⁹⁰

Na Bahia, os números do tráfico transatlântico não foram destoantes do contexto brasileiro. Chamo atenção neste capítulo, para as entradas de africanos na década de 1840. Sugiro que entre essas últimas levas estavam boa parte dos africanos escravizados na Chapada Diamantina. As estimativas da média anual de importação para esse período [1840/45] oscilam (...) entre 5.600 e 7.700 africanos. Na segunda metade da mesma década, ou seja, entre 1846-1850 calculá-se a entrada de 8.700 africanos anualmente na Bahia. Novamente busco apoio em Nicolau Parés, pois esse afirma que: “Parte dessa população era flutuante ou em trânsito para outros destinos (...)”²⁹¹

Quando as minas da Chapada foram descobertas em setembro de 1844, instalou-se em Santa Isabel do Paraguaçu (atual Mucugê), no ano de 1847, a Repartição dos

²⁸⁶ ELTINS, David. A dispora dos falantes de Iorubá, 1650-1860: dimensões e implicações. Revista Topoi, v.7, n. 13, jul-dez. 2006, pp. 271-299. pag. 278-79.

²⁸⁷ Reis. Rebelião escrava no Brasil... Op. Cit. pag. 307

²⁸⁸ Sidney Chalhoub. A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2012. 351 p.; pag. 47. RODRIGUES, Jaime. O infame comércio – Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas, SP: Editora da UNICAMP/ CECULT, 2000. (especialmente cap. III e IV pags. 97-164). Adriana Santos Santana. Africanos Livres na Bahia 1831-1864. Dissertação de mestrado, UFBA/CEAFRO. Salvador-Bahia, 2007.

²⁸⁹ Chalhoub chegou a esses números analisando dados do tráfico *disponível em* <http://www.slavevoyages.org/>. Ver: Chalhoub. A força da escravidão... Op. Cit. Pag. 47

²⁹⁰ Chalhoub. A força da escravidão... Op. Cit. pag. 48

²⁹¹ Parés. Op. Cit. Pag. 64

Terrenos Diamantinos da Bahia, por ordem de D. Pedro II. Como já foi estudado no capítulo II, a repartição visava regulamentar as atividades de mineração, sendo responsável por normatizar, gerir e fiscalizar.²⁹² Seis companhias se instalaram até a década de 1850, havia dez em 1870, utilizando amplamente a mão de obra escrava. Embora outros motivos tenham contribuído para avolumar o tráfico na província da Bahia na década de 1840, certamente a Chapada teve considerável poder de atração, e muito desses africanos, ingressados após 1845, foram enviados aos garimpos da região. Ali, a demanda por mão de obra, em decorrência dos lucros com a mineração, justificava os investimentos na aquisição de escravos. E, pelo que se depreende das fontes, mesmo depois de 1850 as lavras continuaram sendo o destino de escravos derivados do tráfico ilegal. Confira a denúncia veiculada no jornal *O Guaycuru*, em novembro de 1851:

Então a polícia deixa de prestar ouvidos à acusação, que ahi vogava de estar minado o engenho da mae do ministro da marinha com africanos de contrabando, que tinham de subir, como consta que subiram para a Chapada Diamantina guarnecidos por perto de cem homens armados (...).²⁹³

A denúncia do citado jornal encontra eco na documentação da cúria de Lençóis, bem como nos livros de tabelionato do fórum municipal daquela cidade. Entre os anos de 1853 e 1860 (relativo aos dois primeiros livros de batismo), 63 africanos foram batizados na igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição dos Lençóis, deste total três eram do sexo feminino. Número muito desproporcional entre os sexos, até mesmo para a realidade do tráfico. Manolo Florentino e José Roberto Góes afirmam que: “três em cada quatro recém-desembarcados eram homens, quatro em cada cinco eram adultos (de 15 a 40 anos).”²⁹⁴ Houve acentuada concentração das cerimônias entre os anos de

²⁹² Decreto nº 465 – de 17 de agosto de 1846 que estabeleceu a criação da Repartição dos Terrenos Diamantinos da Bahia e Minas Gerais

²⁹³ Jornal *O Guaycuru*. Anno VIII. N. 171. Bahia, quinta feira 27 de novembro de 1851. Pag. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>. Era o ministro da marinha nessa época o cachoeirano, proprietário rural, Manuel José Vieira Tosta, o marques de Muritiba; que ocupou o cargo de ministro da marinha entre (1849-1852). Reforçando a suspeita... Nessa época a estrada que ligava o litoral à Chapada era aquela que passava pela Cidade da Cachoeira. O presidente da província da Bahia em 1851 era o senhor Francisco Gonçalves Martins, figurinha carimbada na perseguição aos nagôs na Bahia.

²⁹⁴ Manolo FLORENTINO; José Roberto GÓES. A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico : Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1997. x, 250 p (pag. 131).

1854 e 1858, período em que ocorreram 59 dos 63 batismos.²⁹⁵ Pode não ser um número grande, mas não é também desprezível se levarmos em consideração que foram efetuadas após 1850. Em apenas 27 ocorrências a nação do africano foi anotada pelo pároco, sendo que, deste total, 20 eram nagôs, 3 congos, 2 ussá, 1 mina e 1 cotocori. A idade média do batizando girou em torno dos 27,6 anos, o que confirma a escravização ilegal da maioria deles.²⁹⁶

Fruto de tráfico ilegal, o registro de batismo seria o documento que reforçaria a posse por parte do senhor. A cerimônia teria duplo sentido para os senhores, isto é, introduzir os africanos no mundo cristão, bem como garantir uma espécie de matrícula dos escravos “boçais”.

Thomaz, africano, foi batizado em fevereiro de 1855 quando contava dez anos de idade, teve como padrinho o africano liberto Nicolau Bernardo de Brito, a madrinha foi Rosa Sacramento, escrava do Coronel Antônio Gomes Calmon.²⁹⁷ Em outubro do mesmo ano, mais um jovem escravo africano “purgou o pecado original,” era escravo de Jacinto Gomes Pereira, e se chamava Joaquim, tinha 16 anos de idade. Estavam presentes à cerimônia como seus padrinhos dois libertos africanos, Aniceto de Azevedo e Margarida Zama. Em dezembro de 1856, o nagô Honorato, de 26 anos de idade, foi levado à pia batismal, com mais 26 africanos, para ser introduzido na religião católica, cerimônia realizada no dia de Natal de 1856. Estavam presentes como seus padrinhos, dois libertos africanos, Albano José da Silva Leão e Mariana. Honorato era um dos escravos da Segunda Companhia de Mineração do Rio São José.²⁹⁸

Outros tantos africanos foram vendidos, comprados, alforriados, doados ou hipotecados em Lençóis, tudo registrado em livros de notas de tabelionato. Em data de 05 de julho de 1858, o Tenente José Maria Jesuíno foi um daqueles que compareceram ao cartório para oficializar a transferência de posse sobre uma escrava. Vendeu a Aprígio José da Silva Leão, a escrava “Efigenia Nagô, idade de 18 annos, pouco mais ou menos”. A referida nagô estava acompanhada “de sua cria de idade de 05 mezes”,

²⁹⁵ AIRL – livros de batismos nº 1 e 2.

²⁹⁶ Em 54 das 63 cerimônias de batismo a idade aproximada do africano foi declarada, somei as idades e dividi pelo número 54. Ver livro de batismo da Igreja do Rosário de Lençóis. Livro nº 1 e 2.

²⁹⁷ AIRL - Livro de batismo número 1

²⁹⁸ Para além do significado espiritual o batismo tem um significado social, pois, Silvia Maria Jardim Brugger: O compadrio não era, por princípio, uma relação entre iguais. Antes, os pais, em geral, procuravam dar seus filhos a apadrinhar por pessoas de algum modo situadas acima deles na hierarquia social. Cf: BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850*. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004. Pag. 18.

ambas foram negociadas mediante a quantia de 1:200\$000 (um conto e duzentos mil reis).²⁹⁹ Alguns meses antes, em data de 14 de outubro de 1857, D. Josefina Maria de Castro, havia comparecido ao mesmo cartório que o Ten. Jesuíno. Naquela ocasião o tabelião registrou o acordo firmado entre a D. Josefina Castro e Antônio Joaquim Alves Franco, acordo que tinha como garantia, mediante termo de hipoteca, as escravas Feliciano africana, com 40 anos, Jacinta africana, com idade de 18 anos e duas crias de nomes: Maria, com quatro anos, e Agostinha com idade de um ano e meio (não há referência da mãe das ditas escravinhas). Tudo hipotecado e devidamente registrado “para segurança e garantia da quantia de 3:000\$000 (três contos de reis)”³⁰⁰.

Em 1863 o Major Deraldo de Britto Gondin teve seus bens embargados por ação do Ten. Cel. Gonçalo do Amarante Costa. Entre as posses do Major foram contabilizados cinquenta escravos, dentre os quais vinte e cinco africanos. Na mesma ação foram embargados trinta escravos de seu pai, Bernardo de Britto Gondin, sendo oito africanos.³⁰¹ O Cel. José Mendes de Carvalho quitou em 11 de maio de 1862 uma hipoteca, junto a Reinerio Guanaes Mineiro, no valor de 55 contos de reis, proveniente da penhora de um sobrado, uma casa térrea e 40 escravos. Se reproduzir neste caso a grande presença africana anotada em outras escravarias, podemos supor que entre esses 40 escravos hipotecados haveria muitos africanos.³⁰²

Os africanos, como vimos, também lutaram pela conquista de suas alforrias. Coligimos que um total de 82 africanos obtiveram a alforria registrada em cartório entre os meses de maio de 1853 e julho de 1871. Alerto que esses números podem estar sub-representados, haja vista que muitas cartas de alforria não vinham acompanhadas de algumas identificações do alforriado, como cor, idade, nacionalidade, etnia etc. que poderiam facilitar a identificação. Compilei apenas aquelas em que o indivíduo foi identificado e declarado pelos contratantes como africano. Foram registrados também 99 compras e vendas de africanos no mesmo período e outros 30 africanos hipotecados. Todos os documentos com a mesma deficiência de informações das alforrias.

Ainda quanto aos dados compilados, devo dizer que entre o período mencionado há uma grande lacuna na documentação, de janeiro de 1862 a fevereiro de 1866, mas desconheço as razões. Esse vazio poderá prejudicar as estimativas aqui apresentadas, mas permite acompanhar as dinâmicas das alforrias na região. Computei que entre

²⁹⁹ AFML – Tabelionato de notas, Livro nº 4, folha 121.

³⁰⁰ AFML – Tabelionato de notas, livro 4, folha 05.

³⁰¹ APEB – Seção judiciária, série cível, classificação nº 55/1949/17b (398 folhas)

³⁰² AFML – Tabelionato de notas, livro nº 2, folha 61

julho 1867 e julho de 1871 [quatro anos] foram registradas 58,3% do total, ou seja, 48 das 82 alforrias. Dessa forma, entre maio de 1853 (data da primeira alforria) e dezembro de 1861 (início da lacuna) soma-se apenas 34 alforrias, que dá uma média de 4,25 alforrias por ano. Número bem menor que a média de 12 alforrias anuais para o período 1867/71. Analisando em bloco, ficou assim a distribuição das alforrias: 76 incondicionais e pagas e 6 condicionadas, concentrando-se num período de 12 anos, para uma média aproximada de 7 africanos alforriados por ano. Ressalto ainda que, exceto a lacuna citada, a documentação cobre todo o período de 1853 até a assinatura da lei áurea. No entanto, não foi possível (até a presente data) analisar todos os registros. Vejamos o teor de alguns.

Registro do título de liberdade de Maria, Africana, que é de teor seguinte = Nós abaixo assignados forramos a nossa escrava **Maria africana de nação Nagôu**, de idade de 31 annos, pouco mais ou menos, pela quantia de 1:575\$000, cuja quantia recebemos ao fazer desta pela qual ficara a dita escrava gozando de sua liberdade como se de ventre livre nascesse. Lençóis 15 de Janeiro de 1868 = Raimundo Gonçalves Pereira e Angélica Firmina Pereira = (...) *O original entreguei ao africano liberto Américo de Athayde.*³⁰³

Registro do título de liberdade de Antonia, africana, do teor seguinte = Digo eu abaixo assignado que entre os mais bens de que sou senhor vem a ser uma escrava por nome **Antonia, nação Nagô**, que a comprei a Auto Barboza, cuja escrava a forro pelo preço e quantia de 1:650\$000 que recebi ao fazer desta (...) Lençóis 26-12-1868 = José Joaquim Procópio (...) *o original entreguei ao liberto africano Alexandre Augusto de Sá.*³⁰⁴

Qual relação existia entre esses africanos ao ponto de o tabelião ter registrado que o título original de liberdade foi entregue a Américo Athayde ou o original foi entregue a Alexandre Augusto de Sá? Seriam eles seus respectivos conjugues? No caso de Athayde acredito que não se trata da sua esposa, pois quando ele faleceu, no ano de 1878, era o marido da africana liberta Joaquina Marquesa de Athayde. Poderíamos aventar que se tratava de empréstimos feitos para a compra da alforria, ficando o credor com o título de liberdade como garantia de pagamento. Seriam uma compra efetuada por terceiros, e por isso os africanos ficavam com o original da alforria de seus parceiros, em troca os libertados deveriam trabalhar para ressarcir o valor investido?

³⁰³ AFML - Tabelionato de notas, livro nº5, folha 56. (grifos meus)

³⁰⁴ AFML - Tabelionato de notas, livro nº 5, folha 121 (grifos meus)

Essas são apenas hipóteses.³⁰⁵ Independente, nesses casos, da alforria resultar de um empréstimo pessoal ou de ter sido produto de esforços conjuntos de casais, em ambos os casos denota redes de relações e convívio muito próximo entre eles.

Quadro 3. Alforrias de africanos³⁰⁶

Tipo da alforria		Frequência	Percentual
Alforria	Incondicional	75	92,6
Alforria	Condicional	6	7,4
	Total	81	100,0

Se para um africano conquistar a alforria era algo que exigia engenhosa rede de alianças, conquistar a liberdade, sendo escravo da família Azevedo Coutinho, era tarefa que dispensava, além da engenhosidade, altas somas para custear os elevadíssimos valores das cartas de alforrias. Compreender os meios que possibilitaram a esses africanos amear tamanha quantia enquanto ainda eram escravos não é tarefa das mais fáceis, apresento algumas suposições, dentre elas, a possibilidade de trabalho autônomo em determinados dias da semana nos garimpos de diamantes e em atividades de produção e venda de produtos agrícolas.

Se essas alforrias destacaram-se por conta do preço, também merece destaque o fato de ter envolvido escravos provenientes da mesma família de senhores. Eram todos eles escravos dos irmãos Theotônio Gomes d'Azevedo e Ritta Silvana de Azevedo Coutinho, e do pai desses, Cap. Lourenço Vieira de Azevedo Coutinho. Confira abaixo os termos das mencionadas alforrias:

Registro de hum titulo de liberdade do escravo *Tito Africano* qual he do theor seguinte = Este por mim somente assignado, declaro que sou senhor e possuidor de hum escravo africano de nome Tito, com idade de 25 annos, pouco mais ou menos, ao qual escravo Tito, de minha livre e espontânea vontade, e sem constrangimento de pessoa alguma, concedo desde já a liberdade pelo preço e quantia de **3:000\$000**, que

³⁰⁵ João Reis também especula a respeito dessas questões como sendo empréstimos efetuados entre africanos, muitas vezes cobravam se elevados juros. Ver: REIS... Domingos Sodré... Op. Cit.

³⁰⁶ Foram computados apenas aqueles casos em que a condição da alforria era explicitamente declarada. As alforrias incondicionais foram, sem exceção, compradas pelos respectivos escravos.

recebi ao passar d'este em moeda corrente, (...) gosará de sua liberdade como se de ventre livre nascesse (...) = Bicas 17/03/1858 = Theotonio Gomes d'Azevedo = (...) ³⁰⁷

Registro do titulo de liberdade de **Julio africano**, qual he do theor seguinte = Eu abaixo assignado senhora e possuidora do escravo Julio, africanos de idade de 32 annos, pouco mais ou menos, o liberto nesta data pela quantia de **3:000\$000**, que recebi ao passar deste, por isso poderá de ora em diante gosar de sua liberdade, e as regalias que a tal oferece (...) = Ritta Silvana de Azevedo Coutinho = (...) Lençóis 16-04-1868. ³⁰⁸

Registro do titulo de liberdade de **Angelo africano**, que he do teor seguinte = Digo eu abaixo assinado como procurador encarregado da administração dos bens do meu tio e sogro o Sr. Cap. Lourenço Vieira de Azevedo Coutinho, que he possuidor do escravo Angelo africano de idade de 40 annos, pouco mais ou menos, o qual nesta data entregou me a quantia de **3:000\$000**, para sua alforria, que pela presente carta fica de hora em diante no gozo de sua plena liberdade (...) = João Vieira de Azevedo Coutinho Junior (...) Cidade dos Lençóis 21-09-1870. ³⁰⁹

Registro do titulo de liberdade de **Catão Africano**, o qual he do teor seguinte = Digo eu abaixo assinado como procurador encarregado da administração dos bens do meu tio e sogro o Sr. Cap. Lourenço Vieira de Azevedo Coutinho, que he possuidor do escravo Catão africano, de idade de 40 annos, mais ou menos, o qual nesta data entregou me a quantia de **3:000\$000** para a sua alforria, que pela presente carta fica de hoje em diante no gozo de sua plena liberdade (...) = João Vieira de Azevedo Coutinho Junior (...) Cidade dos Lençóis 21-09-1870. ³¹⁰

Um processo crime, aberto pelo poderoso coronel Felisberto Augusto de Sá, motivado por furto de um diamante praticado por seu escravo Sebastião (não é o mesmo Sebastião da Pereira & Cardozo), no ano de 1870, traz indícios a respeito das conquistas dos escravos garimpeiros da Chapada. O suposto ladrão teria sido acoitado por Antônio Procópio de Oliveira, natural da província do Ceará, morador no Santo Antônio da Cravada (distrito dos Lençóis), que ganhava a vida como negociante de diamantes. Procópio, como era de se esperar, negou o fato. Felisberto e outras testemunhas acusaram-no. Uma das perguntas feitas a Procópio em interrogatório foi a seguinte: “Perguntado qual o empenho que tinha o interrogado de offerecer 3 contos de reis por esse escravo Sebastião, valor exorbitante? “Disse que por não ter o queixoso [Felisberto] querido aceitar o pedido d'elle interrogado, quando uma vez apadrinhou o

³⁰⁷ AFML – Tabelionato de notas, livro nº 4, folha 86.

³⁰⁸ AFML – Tabelionato de notas, livro nº 5, folha.73.

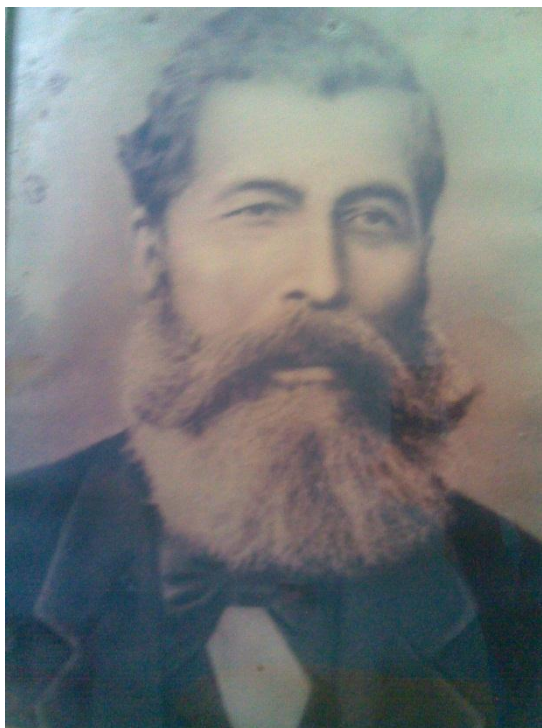
³⁰⁹ AFML – Tabelionato de notas, livro nº 5, folha. 213.

³¹⁰ AFML – Tabelionato de notas, livro nº 5, folha. 213.

dito escravo (...)”.³¹¹ A relação entre o escravo Sebastião e o negociante Procópio era antiga, uma irmã de Sebastião era escrava de Procópio, e o escravo frequentava costumeiramente a casa do cearense.

Uma das testemunhas de nome Pedro Rabello Moraes, 26 anos, solteiro, natural de Pombal, província da Bahia, também morador em Santo Antônio da Cravada, achou superestimado o preço por que Procópio quis comprar o escravo Sebastião a Felisberto Augusto de Sá. “que o acusado propusera comprar o dito escravo Sebastião por 3 contos de reis (...) que o escravo não valle mais, em sua opinião, que 1:700\$00.”³¹² Para não alongar muito, diria que pouco importa saber se acusação ou defesa estavam comprometidos com a verdade, se de fato diziam aquilo que sabiam. Interessa muito mais, num caso como esse, adentrarmos na história social para perceber as tensões cotidianas presentes nas relações escravistas e que afloraram em litígios dessa natureza.

Figura 9. Coronel Felisberto Augusto de Sá.³¹³



³¹¹ APEB – Seção Judiciária, processo crime (furto), classificação. 06/194/10, folha nº 27 (grifos meus)

³¹² APEB – Judiciário (furto) Op. Cit. Folha 7.

³¹³ Acervo de fotografias da Secretária Municipal de Cultura e Turismo de Lençóis (s/d). O Coronel Sá foi Prefeito [intendente] de Lençóis, Deputado e Senador da Bahia.

Para reforçar o argumento, a respeito das várias possibilidades dos escravos amalharem pecúlio em Lençóis, por diversos meios, inclusive com furtos, não poderia deixar de apresentar algumas passagens que julgo riquíssimas para este trabalho, justamente por tratarem de relações costumeiras, envolvendo escravos garimpeiros que conquistaram o direito de trabalhar para si. “Perguntado se esse escravo Sebastião trabalha para si, em algum dia da semana, como nos domingos?” Pedro Rabello Moraes “Respondeu que sim, sendo algumas vezes trocado por outro dia da semana. Perguntado qual o conceito que elle testemunha forma acerca do dito negro Sebastião? Disse que o conhece como velhaco.” Acrescentou ainda um detalhe importante, que é “*costume deste escravo, como de outros muitos, furtarem seos senhores.*”³¹⁴ Outra testemunha, João Paulo Correa Lima, fez coro a Pedro Rabello quando lhe foi feita a mesma pergunta, sobre o trabalhar para si na Chapada Diamantina: “Respondeu que [sim] ao dia de Domingo, que é costumado dar-se ao escravo, mas o conceito que forma elle testemunha de Sebastião é ser elle capás de ter furtado o diamante.”³¹⁵

A compra da alforria por escravos, em Lençóis, mediante pagamento de elevadíssima soma, “valor exorbitante” usando aqui a expressão do delegado Felipe Daltro de Castro no interrogatório à testemunha Pedro Rabello, nos leva a crer na dinâmica da economia chapadense acessível também aos escravos, permitindo a eles amalhar elevadas somas e formar pecúlio, como nos exemplos acima. Três contos de reis era muito dinheiro.³¹⁶ Mas era um valor que estava ao alcance de alguns escravos, tanto que houve vários casos semelhantes, o que denota a pujança da economia diamantina e suas múltiplas possibilidades. Aspectos expostos em processos crime, como se viu aqui, possibilitam confirmar a existência de espaços de autonomia escrava nos trabalhos de garimpo.³¹⁷ São situações surpreendidas em fontes criminais que permitem ultrapassar ideias simplistas que viam somente no furto o acesso dos escravos aos diamantes. Explicam, sobretudo, a origem das altas somas empregadas na compra

³¹⁴ APEB – Judiciário (furto), Op. Cit. Folha 7v

³¹⁵ APEB – Judiciário (furto), Op. Cit. Folha 13v (grifos meus)

³¹⁶ Para que o leitor tenha uma noção desse valor, 3 contos de reis, daria para comprar aproximadamente 100 cabeças de gado no ponto de corte. O preço médio de um gado em Lençóis nessa época era de 30\$000 (trinta mil reis).

³¹⁷ Ver: Rafael de Freitas e Souza. Trabalho e cotidiano na mineração aurífera inglesa em Minas Gerais: a mina da passagem de Mariana (1863 -1927). Tese USP – São Paulo. 2009. 476 folhas. LUNA, Francisco Vidal. Mineração: métodos extrativos e legislação. Estudos Econômicos, São Paulo, (13):845-859, (Número Especial), 1983. FURTADO, Júnia Ferreira. O livro da capa verde: O Regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração. São Paulo: Annablume, 1996. MARTINS, Marcos Lobato. Da bateia à enxada: Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. Diamantina: Ed. FAFIDIA, 2000. PARRELA, Ivana D. O teatro das desordens: garimpo, contrabando e violência no sertão diamantino, 1768-1800. São Paulo: Annablume, 2009.

de alforrias, fossem elas pessoais, fossem de familiares. Segundo Rafael de Bivar Marquese: “A existência de canais para o exercício da autonomia escrava não significou tão somente acomodação com os poderes senhoriais, mas também maiores possibilidades para resistência.”³¹⁸

Assim, mesmo nos espaços em que eram muito vigiados durante o trabalho, lugares destinados à busca de riquezas para senhores ou empresas, ainda assim, havia oportunidades criadas pelos escravos que favoreciam a formação de pecúlio e mesmo a constituição de renda. Para tanto, as redes sociais entre escravos, libertos e homens livres foram fundamentais. Infelizmente a pesquisa não conseguiu desvendar um mercado paralelo para a comercialização de diamantes feita por escravos, a forma como eles conseguiam repassar o produto de seus furtos na Praça de Lençóis ou mesmo aquelas pedras amalhadas com a autorização do senhor, continua sendo algo a ser respondido. Pesquisas mais detida a essas questões poderão trazer respostas.

3.3. Samuel Nagô, Domingos Nagô, Margarida Nagô e outros nagôs.

Era uma quinta feira, por volta das 10 horas da manhã do dia 12 de fevereiro de 1885. Encontrava-se ali na Rua do Lava Pés - também conhecida como rua dos negros - atracados em via pública, o africano liberto Samuel Herculano Machado, em luta corporal com Manoel Gonçalves Pereira, “escravo forro com condição”, homem “muito astucioso.”³¹⁹ Cena presenciada por muitas pessoas, como consta nos autos do processo. Porém, quem os visse dois dias antes e mesmo no dia anterior, na povoação da Capivara, termo dos Lençóis, em casa de morada do dito africano, jamais poderia imaginar que em poucas horas poderiam estar os dois, até então aparentemente amigos, protagonizando aquela cena, ali rolando pelo chão em uma feroz disputa. Tal altercação terminou com a chegada do inspetor de quarteirão Aprígio Pedro Jathahi, que testemunhou o dito Samuel, ferido, por um fação de marceneiro; efetuou-se então a prisão em flagrante de Manoel Gonçalves Pereira.

³¹⁸ Rafael de Bivar Marquese. A dinâmica da escravidão no Brasil. Resistência, tráfico e alforrias, século XVII a XIX. Novos Estudos CEBRAP. n 74; Março 2006. Pag. 107-123. P, 115.

³¹⁹ APEB – Seção judiciária, série crime (Lesões Corporais), classificação nº 05/192/01 (1885). Folha 10v.

Figura 10 - Rua do Lava Pés.³²⁰



Figura 11 - Rua do Lava Pés atual – vista por outro ângulo.³²¹



Dois dias antes, na terça feira dia 10 de fevereiro, Manoel Gonçalves Pereira e sua amazia Maria Benta haviam pernoitado na casa do Africano Samuel, na Capivara.

³²⁰ Rua Lava Pés (atual Rua São Benedito) O autor da fotografia foi o francês Frédéric François Rodolphe Lindemann. (provavelmente 1896).

³²¹ Imagem 4 - Foto do autor, 2011. O público e o privado intimamente conectado, tanto por simples paredes fazer a divisão das residências, quanto por não haver distanciamento entre as mesmas e a rua.

Antes de dormir, entretanto, eles degustaram um gato que o próprio Manoel havia levado, já morto “e o mandou alli cozinhar por Maria Benta amazia delle Manoel e o comeu (...)”³²². Na manhã do dia seguinte o casal tomou direção dos Lençóis e Samuel foi cuidar da vida. No final da tarde daquele mesmo dia, o casal Manoel e Maria retornou à Capivara e, mais uma vez, se dispôs dos favores do africano e pernoitaram em sua residência.

Na manhã do dia seguinte, a querela entre os dois começou a ser montada, segundo versão contada pelo próprio africano Samuel. Confira o imbróglio:

(...) no dia seguinte mostrando o respondente [Samuel] ao Alferes Militão Alves de Azevedo uns diamantes com pêzo de seis grãos, e não os querendo comprar o dito Alferes, o respondente recebo-os em um piquá, e guardando-os sobre a prateleira de sua caza, e entrando o respondente para o interior da caza, quando voltou já não achou mais ahi o dito Manoel Gonçalves e nem o piquá com os diamantes e seguio elle Manoel com a amazia delle para esta cidade. O respondente também dirigio-se para esta cidade para tomar seos diamantes, e entender-se com o mesmo Manoel Gonçalves exigindo a entrega de seos diamantes e exnobando-o pelo seo mao procedimento e por ter abuzado das leis da hospitalidade (...)”³²³

Tarde demais. Àquela altura Manoel Gonçalves já havia vendido os diamantes que Samuel afirmava serem seus. Retornando da Capivara, Manoel passou pelo garimpo do Marco, povoação situada próximo ao núcleo urbano de Lençóis, e vendeu-os a João, conhecido como Pretinho. Apesar de tudo conspirar contra a inocência de Manoel, esse fez questão de negar toda a acusação e afirmar que os diamantes não tinham sido furtados e sim achados. Difícil convencer alguém com esse argumento, principalmente quando o acusado era um conhecido fora da lei como Manoel, que detinha extensa lista de delitos cometidos naquelas paragens. Um dos interrogados ao ser perguntado sobre a procedência do réu Manoel respondeu que “são tantos os cazos de atentados praticados por elle Manoel, que só memória de Anjo podia conserva-los e deles se lembrar.”³²⁴ Mesmo não sendo um anjo, Benigno Pereira de Souza lembrou-se de alguns antecedentes de Manoel Gonçalves Pereira:

[...] o reo he desordeiro por habito, tem agredido a diversas pessoas, como foi a Milburgues neto de Dona Carolina residente na Rua direita

³²² APEB – Seção judiciária, série crime (Lesões Corporais), classificação nº 05/192/01 (1885).
Folha 8.

³²³ APEB – Seção judiciária, (Lesões Corporais), classificação nº 05/192/01. Folha 8v e 9.

³²⁴ APEB – Seção judiciária, (Lesões Corporais), classificação nº 05/192/01. Folha 11

do Rosário (...) elle Manoel deo uma facada no mesmo Milburgues – que chegou a varar-lhe o cazaco (...) em certa data aggredira e offendera a um rapaz (...) qual rapaz dessa offensa veio afinal morrer; (...) Manoel já espancou a um tal Venâncio, e elle testemunha já viu elle Manoel querer espancar a seo senhor o octagenario **Antônio Gonçalves Pereira**, a pretexto de herança (...) que elle testemunha já livrou a um *africano* de ser espancado por elle Manoel, que então acabava de sahir da prisão por outros fatos (...) *dada a palavra ao reo (...) respondeo elle réo que não lhe consta ter elle praticado tantos distúrbios, apezar de ter sido elle Manoel prezo aqui por varias vezes*”.³²⁵

Assim como havia espaços para solidariedades e ajuda mútua entre escravos e liberto na Chapada, eram também corriqueiros os ambientes de disputas e conflitos, potencializados em decorrência dos projetos pessoais e da cobiça que os diamantes despertavam. Assim também notou Maria Cristina Cortez Wissenbach, em suas pesquisas sobre São Paulo do século XIX: “As relações internas dos dominados não eram tecidas somente na direção da ajuda mútua ou da solidariedade, antes estavam marcadas por profundos conflitos (...)”.³²⁶ Por serem objetos pequenos, de alto valor e boa solvência, poderiam ser facilmente furtados, transportados e vendidos no comércio local. Havia sempre um capangueiro³²⁷ disposto a negociar diamantes, independente da procedência.

Foi esse o caso do nosso personagem, o africano liberto Samuel, 45 anos, “natural de Effen [Efon] na Costa D’África”. Seu procedimento solidário para com Manoel Gonçalves destoou em grave conflito. Depois do imbróglio aqui narrado, verificamos mais que o desenrolar de um furto, viu-se traída a confiança, o respeito e a solidariedade entre pessoas que pertenciam ao mesmo segmento social. Nas palavras do ofendido, o ofensor teria: “abuzado das leis da hospitalidade”. Percebemos em processos crime boa parte das rotinas nas minas e das relações estabelecidas por indivíduos cativos ou egressos do cativo. Para Maria de Fátima N. Pires

Nos processos-crime, há várias evidências do quanto cativos, forros e trabalhadores livres estiveram bem próximos, partilhando muitas vezes da mesma territorialidade, enfrentando dificuldades similares, seja no trabalho, nos batuques, nas tabernas, nas casas de prostituição,

³²⁵ APEB – Seção judiciária, (Lesões Corporais), classificação nº 05/192/01 Folha 11 e 11v (grifos meus)

³²⁶ Maria Cristina Cortez WISSENBACH. Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo : (1850-1880). São Paulo, SP: HUCITEC, c1998. 287p. Pag. 236

³²⁷ Comprador de diamantes, atravessador miúdo entre o garimpeiro e o pedrista que era o grande comerciante de diamantes. Era assim chamado por andarem sempre com suas capangas onde carregavam os diamantes comprados.

nas roças, nos rios, fontes e também nas ruas das vilas. Mas, nem sempre essa proximidade identitária e física gerou relações isentas de tensões.³²⁸

Talvez Samuel, mais que qualquer outro denunciante, soubesse a respeito da procedência e dos costumeiros delitos cometidos por Manoel Gonçalves Pereira. Talvez o procedimento de Samuel para com Manoel, tenha alguma ligação com o fato de ser esse um liberto condicional (ou seja, ainda vinculado) ao octagenário africano liberto Antônio Gonçalves Pereira, quiçá esse ancião africano fosse do íntimo convivo social desse liberto Samuel, ambos eram nagôs. Provavelmente Antônio desfrutasse de algum respeito e prestígio entre a comunidade africana de Lençóis, dentre outros motivos, por ter conquistado vantagens na sociedade local e apresentar uma trajetória de vida inspiradora, quiçá invejável. Para além dos motivos sugeridos podemos salientar o domínio do precioso poder da escrita. Segundo Cristina Wissenbach, o saber ler e escrever determinava uma sensível proeminência sobre seus iguais por dominar um código de uso quase que exclusivo dos senhores.³²⁹ Apoiado em dados do censo de 1871, Chalhoub afirma que: “a percentagem de escravos que sabia ler e escrever era de 0,08%, ou 1401 em mais de 1,5 milhões deles.”³³⁰ O velho africano dominava essa arte, esse código, talvez desde os tempos de cativo, que, como vimos era pouco comum entre “pessoas de cor”, menor ainda entre africanos.³³¹ Caso nossas especulações tenham alguma procedência, haveria mesmo motivos para que Samuel depositasse confiança no forro Manoel.

Um detalhe presente na fala de uma das testemunhas conduz as linhas seguintes. O Alferes Benigno Pereira de Souza afirmou que: “já viu elle Manoel querer espancar a seo senhor o octagenario Antônio Gonçalves Pereira, a pretexto de herança”,³³² fato que talvez tenha deixado o africano Antônio receoso por sua vida, afinal a herança de Manoel estava atrelada aos dias de vida de Antônio. Embora ciente disso, ele não revogou a promessa feita a Manoel e a outra escrava sua de nome Balbina, nos idos de 1870. Manoel era escravo e herdeiro do africano Antônio Gonçalves Pereira desde o ano de 1870, quando Manoel ainda contava 12 anos de idade. Em 28 de outubro de 1885, alguns meses depois da prisão de Manoel e 11 meses antes da sua morte, Antônio

³²⁸ Pires. O crime na cor... Op. Cit

³²⁹ Wissenbach. Sonhos africanos... Op. Cit. pag. 222 e 223.

³³⁰ Chalhoub. A força da escravidão... Op. Cit. pag.151

³³¹ Reis. Rebelião escrava no Brasil... Op. Cit..

³³² APEB – Seção judiciária, (Lesões Corporais), classificação nº 05/192/01. Folha 11 (grifos nossos)

Gonçalves Pereira compareceu ao cartório de Lençóis e solicitou ao tabelião Marcelino José Mascarenhas que transcrevesse para o livro terceiro de testamentos o manuscrito que ele tinha em mãos. Estes foram os termos: “Eu Antônio Gonçalves Pereira (...) Sou natural da Costa D’África [Onim] e liberto, não tenho vivos nem meu pai nem minha mãe ambos também naturaes d’aquella Nação.” Nas linhas seguintes do testamento, Antônio registrou algo a respeito do “pretexto de herança” de Manoel: “Sou casado a face da Igreja com Henriqueta Ribeiro de Queiroz, também africana liberta, e não tenho filhos de qualidade alguma.” Mesmo não sendo informado, acredito que Manoel [filho da crioula Antônia] era filho do liberto africano Antônio. Tantas peripécias praticadas por Manoel, consideradas delituosas por aquela sociedade, foram relevadas e ignoradas por Antônio Gonçalves que transmitiu seus bens por herança ao escravo Manoel, possivelmente seu filho.

Antônio era um homem já muito velho, contava mais de oitenta anos e faleceu em 17 de setembro de 1886 - provavelmente sua esposa também apresentava idade avançada, faleceu antes dele, em março de 1880 – não possuía herdeiros consanguíneo e era possuidor de alguns bens. Como foi nomeado herdeiro, muito provavelmente, Manoel conhecia essa ladainha em todas as suas nuanças, por isso tratou com Antônio sobre questões de herança.

Antônio registrou que seus escravos, Balbina e Manoel, ficariam alforriados condicionalmente, até a morte dele e da esposa Henriqueta. Reconheceu os serviços prestados por eles, desta forma: “Declaro mais que por minha morte e de minha mulher serão meus herdeiros e dela a dita Balbina Africana [27 anos] e o dito Manoel crioulo [12 anos], *por que estes nos tem ajudado a viver e ganhar alguma couza* e a elles dois pertencerá o pouco que eu e minha mulher deixamos (...)”³³³ Um ano depois, provavelmente para maior validade de seu desejo, registrou em cartório a alforria de Balbina, mas não a de Manoel.

Registro do título de liberdade de Balbina Africana, o qual he do theor seguinte = Digo eu *Antonio Gonçalves Pereira, nação Nagô*, que entre os mais bens que sou senhor possuidor vem a ser uma escrava de nome *Balbina, nação nagô*, de idade de 26 anos, pouco mais ou menos, alforriada pelos bons serviços que dela tenho recebido (...) Lençóis 26-09-1871 = Antônio Gonçalves Pereira (...).³³⁴

333

APEB – Judiciário, testamento, testamento nº 04/1844/2315/28 (1886). Folha 2, (grifos meus).

334

AFML – Tabelionato de notas, livro nº 6, folha 7.

No dia 17 de setembro de 1886, deitado em uma “cama de lastro de taboas”, em sua casa, situada à rua direita do Rosário de nº 41 chegou ao fim a longa vida daquele velho africano nagô de nome cristão Antônio Gonçalves Pereira.³³⁵ Antes de falecer, porém, sofreu de moléstias. Sua saúde e alimentação foram providas pela liberta nagô Thomazia Maria da Conceição. Àquela altura, sem filhos e com esposa já falecida, Antônio Gonçalves valeu-se dos laços selados entre “os seus”, cultivados desde longa data.

Antônio havia instituído como seus testamenteiros, em primeiro lugar a sua esposa Henriqueta e em segundo lugar o Vigário Lino da Silveira Gusmão, mas, em 1887, quando a justiça exigiu que se fizesse o inventário, ambos estavam ausentes. A primeira por morte e o segundo por morar em outra província. Então, encarregou-se de tratar do seu testamento e inventário o também africano nagô de nome *Antônio Ferreira do Valle*. Confira sua representação:

Ilmo S^{or}. D^{or} Juiz M^{al} da Provedoria

Represento a V.^{ssa} que a primeira testamenteira Henriqueta Ribeiro de Queiroz já he falecida desde março de 1880, e o segundo testamenteiro R^{do} Conego Vigário Lino da Silveira Gusmão he há muitos anos residente na cidade de Vassouras do Rio de Janeiro, onde é elle Vigário da Freguesia: V.^{ssa} deliberará como faz de lei a cerca de testamenteiro.

Lençóis 26 de outubro de 1887
Escrivão da provedoria
Marcelino José Mascarenhas³³⁶

O Juiz acatou a representação e o nagô Antônio do Valle, foi instituído inventariante dos bens de Antônio Gonçalves. Outras solidariedades envolvendo outros nagôs ficaram marcadas nas paginas do inventário. A africana que cuidou da moléstia de Antônio Gonçalves nos seus últimos cinco meses de vida, também foi a responsável por seu funeral, conforme se observa na petição anexada ao processo de inventário, que relatou dívidas que o falecido havia contraído com a liberta nagô Thomazia:

Diz Thomazia Maria da Conceição [liberta e nagô] que tendo fallecido nesta Cidade em 17 de setembro do corrente ano de 1886 a africano

³³⁵ APEB – Judiciário, inventário, classificação nº 04/1505/1974/05

³³⁶ APEB – Judiciário, inventário, classificação nº 04/1505/1974/05

Antônio Gonçalves Pereira e pelo estado de pobreza do m^{mo} há mais de cinco mezes, como público e notoriamente sabido tratava da alimentação do m^{mo} pelo que até o dia da sua morte despendeu a quantia de sessenta mil reis (...) depois afim de não ficar o m^{mo} insepulto incumbiu-se igualmente a supp^e com o funeral do m^{mo} pelo que despendeu a quantia de cento e doze mil reis (...)³³⁷

Para a historiadora Isabel Cristina Ferreira dos Reis, gestos como estes eram indispensáveis nos momentos em que africanos ou afrodescendentes necessitavam de ajuda. Canalizar forças em prol do benefício de alguns dos seus era pedra basilar para a sobrevivência daqueles que necessitavam de amparo: “O apoio de familiares e parentes era fundamental, sobretudo para aqueles que ficavam doentes e inválidos”. Aos que alcançavam idade avançada, momento em que minguava o vigor físico para o trabalho, prover a sobrevivência tornava-se algo ainda mais difícil. Nesse momento, em especial, os laços de solidariedade eram fundamentais para garantir os meios mais elementares da sobrevivência, a exemplo da alimentação.³³⁸

O liberto nagô Antônio Ferreira do Valle testamenteiro e inventariante dos bens deixados pelo casal de nagôs amortizou as dívidas do casal restando a pequena soma de 387\$670 para ser partilhado entre Balbina e Manoel. Pagaram-se, inclusive, aquelas dívidas contraídas com a liberta Thomazia. A partilha dos bens se deu em 1896, a africana Balbina Ribeiro Pereira compareceu e recebeu o seu quinhão de 166\$715; Manoel teria direito a igual valor, mas o mesmo foi recolhido pela coletoria dos Lençóis, que ficou à espera do resgate dos bens por algum parente legal do herdeiro.

O herdeiro Manoel de tal, instituído no testamento com q faleceu o inventariado, - sem que conste existirem n’esta cidade nem em outro lugar conhecido parentes que tenha direito a receber-lhe – mando que seja pelo inventariante recolhida à coletoria geral desta cidade (...) Lençóis 30 de outubro de 1896.³³⁹

Naquela altura, Manoel já não era mais vivo. Nem mesmo parente próximo existia para desfrutar da parte da herança que lhe caberia. Tal herança ou a promessa

³³⁷ APEB – Judiciário, inventário, classificação nº 04/1505/1974/05, folha 7.

³³⁸ Isabel Cristina Ferreira dos Reis. Relações de gênero no cotidiano de mulheres negras da Bahia oitocentista. In: Giovana Xavier, Juliana Barreto Frias, Flavio Gomes (orgs.). Mulheres Negras no Brasil escravista e do pós-emancipação – São Paulo: Selo Negro, 2012. Pag. 172-185. P.177.

³³⁹ APEB – Judiciário, inventário, classificação nº 04/1505/1974/05, folha 39 e 39v.

dela, muito deve ter povoado sua mente, imaginando possibilidades de empregá-la. Mas, partiu dessa sem realizar seus intentos.³⁴⁰

Antônio Gonçalves Pereira faleceu na condição de homem muito pobre. No entanto, a realidade nem sempre fora essa. Transitou entre a escravidão e a liberdade, viveu muito tempo como homem liberto, chegou a possuir bens relativamente abundantes, principalmente para os padrões de um africano egresso do cativeiro. Em 1856, residia nos Lençóis, já como liberto e casado com a africana (de mesma nação/etnia) Henriqueta. Em junho daquele ano, passou em cartório a escritura pública de doação, que apresento abaixo:

Escritura publica de doação que fes como doador Antônio Gonçalves Pereira e sua mulher Henriqueta Ribeiro Queiroz, e como doado Hanibal Gonçalves Pereira (...) da escravinha Lourença filha de huma sua escrava de nome Luiza Africana, ambos comprados por eles doadores ao Dr. Pedro da Silva Rego, da qual escravinha Lourença fazem doação e com efeito doada tem de hoje para sempre a Hanibal Gonçalves Pereira, filho do Alferes Marciano Gonçalves Pereira e Marciana Maria Pinto, cuja escravinha dão lhe no valor de 100\$000 por sua espontânea e livre vontade (...) Lençoes 17-06-1856.³⁴¹

Marciano Gonçalves Pereira era provavelmente o ex-senhor de Antônio. O Alferes Gonçalves Pereira foi, por algum tempo, coletor público em Lençóis, decerto uma pessoa influente. O mesmo Alferes, anteriormente havia sido escolhido pelo nagô Antônio Severino José dos Santos, casado com a nagô Lucrecia Carvalho – história narrada acima – para ser seu segundo testamenteiro e inventariante. No mesmo inventário, Antônio Gonçalves Pereira foi nomeado terceiro testamenteiro do mesmo casal, o que denota que ambos eram, ao menos parcialmente, integrantes de um círculo social que se interligava, muito provavelmente respeitando as hierarquias sociais que os distinguia. A escravinha doada, de nome Lourença, havia sido comprada dois meses antes deste referido ato de doação, daquela feita estava ela acompanhada de sua mãe, a africana Luiza.

Escritura publica de compra e venda que fes, como vendedor o Ten. Cel. Doutor Pedro da Silva Rego [médico], ao comprador Antônio Gonçalves Pereira, (...) de huma escrava de nome *Luiza africana*, 20 annos, pouco mais ou menos e sua cria de nome Lourença, recém

³⁴⁰ APEB – Judiciário, inventário, classificação nº 04/1505/1974/05, folha 39.

³⁴¹ AFML – Tabelionato de notas, livro de notas nº 3, folha 73v/74.

nascida, (...) quaes escravas fes venda na quantia de 1:200\$000. (...) Lençoes 15-04-1856.³⁴²

Antônio atuou ativamente no mercado de escravos em Lençóis, parecia ter preferência por africanos, assim como ele, mas não podemos descartar a hipótese daqueles estarem mais disponíveis para venda naquele momento. No mesmo ano de 1856, em data de 3 de setembro, Antônio comprou do senhor José Felix de Mattos o escravo africano de nome José, com idade de 50 anos, pouco mais ou menos, desembolsando a quantia de 450\$000.³⁴³ Exatos treze anos depois daquela compra, lá estava Antônio Gonçalves Pereira novamente diante do tabelião Mascarenhas. Desta feita, ele presenciou a oficialização da alforria de Thereza africana. Escrava de D. Angélica de Britto Macêdo [viúva de Pedro de Magalhães Macedo], a qual foi alforriada mediante quantia de 800\$000 “que recebêo da mesma Thereza ao passar d’esta em moeda legal”. Antônio não estava presente apenas de forma alegórica, estava ali para cumprir a formalidade daquele ato, assinando a carta de alforria da dita africana, de mais ou menos 45 anos, por aquela declarar não saber assinar. “Assignou a rôgo por ella Thereza dizer não saber escrever, Antônio Gonçalves Pereira.”³⁴⁴

Outra africana, por nome Anna, de propriedade de Luiz Antônio Muniz, conquistou a alforria quatro meses depois de Thereza, em data de 25 de Janeiro de 1870. Assim como no ato de liberdade de Thereza, lá estava Antônio para assinar a carta. Anna havia empregado a quantia de 240\$000 para obter tal documento, “ficando a dita escrava de hora em diante gozando de sua liberdade como se de ventre livre nascesse”. O tabelião Mascarenhas registrou que Antônio não apenas assinou o título de liberdade a rogo de Anna, por essa não saber escrever, como também “*o original entreguei ao liberto Antônio Gonçalves Pereira*”.³⁴⁵ Em setembro daquele mesmo ano, o africano registrou a escritura pública de compra e venda da escrava Maria, cabra, 15 anos, solteira, do serviço de lavoura e mineração, “natural de S^{ta}. Isabel do Paraguassú”, vendida ao senhor Isaac Benjamin [natural de Grão Mogol - Minas Gerais] pela quantia de 1:000\$000.³⁴⁶

Como se percebe, Antônio participava, com razoável frequência, ora como vendedor, ora como comprador ou emprestando sua escrita (talvez mais que isso).

³⁴² AFML – Tabelionato de notas, livro de notas nº 3, folha.52

³⁴³ AFML – Tabelionato de notas, livro nº 3, folha.106.

³⁴⁴ AFML – Tabelionato de notas Livro nº 5, folha. 153v.

³⁴⁵ AFML – Tabelionato de notas, livro nº 5, folha. 176.

³⁴⁶ AFML – Tabelionato de notas, livro 5, folha 211.

Casou-se, foi escravizado e escravizou, comprou, vendeu, conheceu, reencontrou amigos, estreitou laços de amizade com africanos e com pessoas diversas, sendo que muitos eram nagôs como ele: Henriqueta, Thereza, Thomazia, Anna, Balbina, Samuel, Antônio do Valle, Domingos Zama, Margarida Zama etc. Antônio esteve presente na cerimonia de casamento dos nagôs Antônio e Lucrecia, foi padrinho daquele casamento. Outro nagô, Antônio Ferreira do Valle, foi seu amigo em vida, tornou-se testamenteiro e inventariante depois de sua morte. Além de ser íntimo de Antônio Gonçalves Pereira, Antônio Ferreira do Valle tinha um outro grande amigo em Lençóis, uma amizade iniciada em “Porto de Onin, na Costa D’África”, amizade que cruzou o atlântico e se reinventou nas serras da Chapada, precisamente na cidade de Lençóis. Trajetória que ora passo a narrar.

O ano de 1870 não ficou marcado na história da Chapada de modo positivo, muito pelo contrário, representou o início da derrocada financeira para muitos senhores. Os dias de bonança pareciam próximos do fim e a economia dos diamantes principiava o seu colapso. Fatores externos (descoberta das minas do Transvaal na África do Sul e a guerra Franco-Prussiana) transformaram aquele ano em um calvário para homens e mulheres que ali viviam. Semelhante colapso, na mesma época, se deu em Minas Gerais, pulsante região diamantífera do Império brasileiro.³⁴⁷ Um esclarecedor relatório a respeito da sorrateira anemia que avassalava [ainda estava em curso] como um turbilhão aqueles lugares foi feita pelo inspetor dos Terrenos Diamantinos da Bahia, o engenheiro Trajano da Silva Rego, em janeiro de 1871.

Segundo o inspetor - maior autoridade na hierarquia da administração dos terrenos diamantinos - alguns fatores haviam contribuído para que aquele cenário aterrador tornasse uma realidade. Para Trajano da Silva Rego, as técnicas de mineração ali empregadas impossibilitavam expandir o volume da produção, e tudo era feito empregando métodos muito rudimentares:

³⁴⁷ Ver: Marcos Lobato Martins. A crise dos negócios do diamante e as respostas dos homens de fortuna no Alto Jequitinhonha, décadas de 1870-1890. Estudos Econômicos. Instituto de Pesquisas Econômicas, v. 38, p. 611-638, 2008. MARTINS, Marcos L. A mineração de diamantes e a Administração Geral dos Terrenos Diamantinos: Minas Gerais, décadas de 1830-1870. Revista de Historia (USP), v. -, p. 129-163, 2012.

Em geral os meios empregados na extração dos cascalhos ou exploração dos diamantes são a broca para quebrar pedra, a ponta de alavanca, os rebaixos que se fazem para desmonte, o carumbé para remação dos cascalhos, as bateias para a lavagem e apuração dos mesmos e o ralo. Nos poços do Paraguaçu é mergulhando que tiram o cascalho que esta no leito do rio.³⁴⁸

Embora vários fatores tenham contribuído para a crise, o golpe de misericórdia foi desferido pela lei da oferta e da procura das pedras preciosas no mercado europeu. Novamente recorro ao relatório do inspetor, que é esclarecedor, por sua privilegiada posição de administrador-testemunha da crise econômica da mineração, e por sua rica descrição de detalhes relativos ao trabalho nos garimpos e do preço do diamante:

Quanto ao preço do diamante ele varia conforme a alta ou baixa do cambio, a abundância ou da escassez no mercado, a muita ou pouca procura (...). No principio do ano próximo passado [1869] quando assim estávamos em guerra com a República do Paraguay, a primeira qualidade regulava em 1:200\$000 (um conto de duzentos mil reis), o de segunda qualidade regulava de 650\$000 a 850\$000, os fundos de 360\$000 a 560\$000, no entanto por agora por causa da Guerra Franco-Prussiana as primeiras tem se vendido a 400\$000 a 600\$000.³⁴⁹

Aquilo que estava ruim veio ainda a piorar no decorrer daqueles próximos dez anos. Um princípio de recuperação só ocorreu uma década depois, mas a intensidade da crise foi suficiente para levar à falência muitos coronéis do diamante.³⁵⁰

Esse foi o cenário que a africana Margarida Zama teve de enfrentar naquele princípio de década de 1870. Quando ainda era escrava provavelmente enfrentou quadros mais conturbados que aquele, a vida sob a escravidão é sempre marcada por desafios e turbulências, no entanto, daquela feita, havia um agravante para Margarida: enfrentaria a crise econômica dos diamantes e comumente daquela sociedade sem a companhia daquele que habituara ter como parceiro de venturas e desventuras, o africano nagô Domingos Zama. No mínimo, eles estavam juntos há 23 anos, pois, data de novembro de 1847 a cerimônia de casamento desses africanos, ocorrida na matriz da freguesia de Caetité.³⁵¹

³⁴⁸ APEB – Colonial e provincial, série Terrenos Diamantinos da Bahia, maço 4856, ano 1871.

³⁴⁹ APEB – Colonial e provincial, série Terrenos Diamantinos da Bahia, maço 4856 (ano 1871)

³⁵⁰ Ver MORAIS FILHO, Walfrido. Jagunços e Heróis: a civilização do diamante nas lavras da Bahia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. 212 p.

³⁵¹ APEB – Judiciário, inventário, classificação nº 03/1028/1497/14. Folha 28

Como já se sabe, o ano de 1870 foi conturbado para todos na Chapada, mas foi ainda pior para Margarida. Em primeiro de janeiro, Margarida era uma mulher viúva. O seu marido, Domingos Zama, havia falecido no dia anterior. O casal possuía alguns bens, dentre os quais, três casas, ambas situadas na Rua Uruguaiana (antiga Boa Vista) e seis escravos: três africanas nagôs, como eles e três crianças filhos de suas escravas. No leito de morte, Domingos desejou que as crianças fossem alforriadas incondicionalmente, e assim Margarida procedeu.³⁵²

Registro do titulo de liberdade dos menores Arsênia, e Florêncio – filhos da escrava Miquelina, o qual hé do theor seguinte = Digo eu *Margarida Zama* abaixo assinada que (...) atendendo a vontade de meu falecido marido Domingos Zama manifestado no leito de morte de libertar os escravinhos Arsenia e Florencio filhos da escrava Miquelina de meu casal, por esta carta de liberdade de que vai a meu rogo assinado pelo Dr. Joaquim Teixeira de Oliveira Junior (...) dou inteira liberdade aos ditos escravinhos Arsenia e Florencio, como se de ventre livre nascesse (...) Lençóis 29-12-1869.³⁵³

Registro do titulo de liberdade do menor Francisco, filho da escrava Theodora, o qual he do theor seguinte = Digo eu abaixo assignada – Margarida Zama que atendendo a vontade de meu marido manifestado no leito de morte de libertar o escravinho de nome Francisco filho da escrava Theodora, a qual houve por compra feita ao senhor Cap. Auto Barbosa, e para libertar o dito escravinho – (...) dou inteira liberdade, como se de ventre livre nascesse (...) Lençóis 29-12-1869.³⁵⁴

As três escravas africanas de nome: Theodora Nagô, 40 anos, Maria Nagô, 50 anos e Miquelina Nagô, 35 anos, foram avaliadas respectivamente por 500\$000; 500\$000 e 800\$000 mil reis. Valores que as referidas escravas depositaram em juízo para tratar das suas respectivas liberdades. Tomando conhecimento dos bens, a coletoria provincial, em 4 de agosto de 1870, exigiu imediatamente arrecadação dos valores depositados. Um montante de 1:800\$000. Com a justificativa de não haver nos Lençóis herdeiros legais, a fazenda pública tentou tomar para si os bens dos nagôs Domingos e Margarida.

Diz a Colletoria das Rendas Geral e Provincial desta Cidade, que tendo falecido em dias do mez de Dezembro do anno passado Domingos Zama, sem deichar herdeiros presente e como até esta data não se tenha dado comêço ao inventário dos bens deixados pelo dito

³⁵² APEB – Judiciário, inventário, classificação nº 03/1028/1497/14. Folha 9

³⁵³ AFML – Tabelionato de notas, livro nº 5, folha 166.

³⁵⁴ AFML – Tabelionato de notas, livro nº 5, folha 167.

falecido, o Supp^e a fim de acautelar os interesses da Fazenda requer a V.S^{ria} para que se sirva mandar proceder o inventário, nisto estar o espólio subordinado ao Decreto 2433 de 15 de junho de 1859.³⁵⁵

Foi a partir de então que a história do casal e suas relações sociais adquiriram riqueza de detalhes, que permitem entender a formação do núcleo familiar, mas também compreender um pouco mais das possibilidades de articulação interna de africanos na Chapada. Acompanhe.

Aquele absurdo ato de não creditá-la sucessora colocava em risco os bens que a liberta com muito esforço conseguira amealhar ao lado do seu marido. Era infundada a alegação de não haver herdeiros legais de Domingos Zama. Havia sim, ela, Margarida. Ambos foram escravos de Ritta Zama, uma rica senhora, anteriormente moradora em Caetité, que após a abertura dos garimpos da Chapada mudou-se para Lençóis onde sua família fez carreira política; um dos seus filhos, Cezar Zama, foi um destacado deputado da província e abolicionista.

Foi na antiga casa de morada da senhora Zama, na Vila de Caetité, em dias do mês de novembro de 1847, que aqueles dois nagôs firmaram laços matrimoniais. Tudo devidamente detalhado por Margarida e outras testemunhas. O sacramento foi realizado pelo Reverendo Vigário Manoel da Costa Dantas. No mesmo dia, os dois também foram batizados, sendo Domingos apadrinhado por “Fernando de Tal e Constança, mulher de Ursino.”³⁵⁶ Dificuldade foi provar tal ato com a respectiva documentação eclesiástica. Margarida retornou à Vila de Caetité em busca do registro de seu casamento, mas não conseguiu localizá-lo. Teria se perdido?

Margarida não se deu por derrotada, declarou que “Ahi está a ex Senhora da Supp^e e do intestado D. Ritta Zama para atestar a verdade visto que foi ella quem promoveo este casamento durante o captiveiro da supp^e e do intestado dos quaes era senhora.”³⁵⁷ Não localizei o posicionamento de Ritta Zama no caso. Para a justiça, sem o termo de casamento não havia acordo. Foi então que Margarida viu a necessidade de articular seus companheiros e provar sua legalidade como sucessora. Trouxe em juízo cinco testemunhas, quatro eram ex-escravos, três deles também africanos. O liberto Roberto Zama, casado, maior de 60 anos, afirmou que “vive de seus bens nesta cidade” e era natural da Costa D’África. Ao ser interrogado sobre o casamento dos africanos respondeu: “sabe por ver e assistir ao casamento de Margarida Zama com Domingos

³⁵⁵ APEB – Judiciário, série inventário, classificação nº 03/1028/1497/14. Folha 2

³⁵⁶ APEB – Judiciário, série inventário, classificação nº 03/1028/1497/14, folha 25

³⁵⁷ APEB – Judiciário, série inventário, classificação nº 03/1028/1497/14. Folha 29

Zama.”³⁵⁸ Roberto, ex-companheiro de cativo, não apenas sabia que eles eram casados, como também estava presente àquela cerimônia, e disse mais... “o casamento foi dentro mesmo da Vila de Caetité em casa da senhora D. Ritta Zama de quaes erão então elles escravos – *que foi elle testemunha quem emprestou a roupa para Domingos baptisar-se nesse mesmo dia em que casou-se.*”³⁵⁹ Sinais aflorados de solidariedade, Roberto decerto possuía uma roupa mais elaborada que o mesmo Domingos não dispunha e por isso emprestou ao amigo para vestir naquela importante data.

Eusébio Zama, liberto, solteiro, 58 anos, “natural do Rio de São Francisco, no lugar da Batalha,” fez coro ao africano Roberto Zama afirmando ter assistido o casamento, e acrescentou: “(...) vindo elles para esta cidade e depois de *liberta a justificante trabalhou até conseguir tirar o marido Domingos Zama do Captiveiro*, e depois compraram escravos, casas, como é público e sabido nesta cidade por todos.”³⁶⁰ Essa versão da compra da alforria dita por Euzébio, também foi mencionada por Roberto, “(...) *ella até era a mais trabalhadeira, como é mui publico nesta cidade, sendo certo que foi ella que com seo trabalho forrou por dinheiro o marido.*”³⁶¹ Muito provavelmente se trata do título de liberdade aqui transcrito:

Registro de um título de liberdade do escravo Domingos africano do theor seguinte = *A Primeira Compahia de Mineração nas Margens do Rio São José* [Cia Capivaras] por seu gerente abaixo assignado, concede a liberdade, digo concede a plena liberdade ao escravo **Domingos Africano** pela quantia de 1:350\$000 que entregou ao passar do presente título de liberdade. (...) Capivaras 25-12-1855. Candido José da Silva Leão gerente da primeira Compahia = *testemunhas Antônio de Souza Spinola [irmão de Ritta Zama] = Theodoro Antunes de Britto Teixeira [sócio].*³⁶²

Se tomarmos em consideração a cronologia das alforrias do referido casal, segundo declaração dos depoentes, depois de liberta, Margarida (a justificante) trabalhou até conseguir tirar o marido, Domingos Zama, do cativo. Os indícios que

³⁵⁸ APEB – Judiciário, série inventário, classificação nº 03/1028/1497/14. Folha 24

³⁵⁹ APEB – Judiciário, série inventário, classificação nº 03/1028/1497/14. Folha 24v (grifos meus)

³⁶⁰ APEB – Judiciário, série inventário, classificação nº 03/1028/1497/14. Folha 26 (grifos meus)

³⁶¹ APEB – Judiciário, série inventário, classificação nº 03/1028/1497/14. Folha 24v (grifos meus)

³⁶² AFML – Tabelionato de notas, livro nº 3, folha 50v. No capitulo II falei da forma como eram constituído o capital de algumas companhias, em geral seus respectivos sócios entravam com seus escravos e os empregavam como parte do seu capital investido na respectiva empresa. Ritta Zama, juntamente com outros 19 sócios, entre eles seu irmão Cel. Antônio de Souza Spinola eram acionistas da primeira companhia, apelidada de Companhia Capivaras, devido ao local onde ela estava localizada, no garimpo da Capivara, imediações da cidade de Lençóis. Ver: Livro caixa da Cia Capivaras

apresento a seguir indicam a sua alforria conquistada doze meses anterior ao da alforria de seu marido:

Registro de hum título de liberdade da escrava Margarida de theor seguinte = *A primeira Compahia de Mineração Diamantina nas Margens do Rio S. José*, representada por seu gerente abaixo assignado concede plena liberdade a sua escrava **Margarida de Nação Nagô**, pela quantia de 700\$000, que recebeo da mesma ao passar do presente titulo de liberdade. Capivara caza da gerencia da Primeira Compahia de Mineração. 01-01-1855 = Candido José da Silva Leão, Gerente = *testemunhas Antônio de Souza Spinola [irmão de Ritta Zama]* = Theodoro Antunes de Britto Teixeira [sócio].³⁶³

Outro forte indício de que as alforrias são do referido casal é que, embora tenha sido passada em datas diferentes, a de Margarida redigida em primeiro de Janeiro de 1855 e a de Domingos no natal daquele mesmo ano, ambas foram comumente registradas em cartório no dia 8 de abril de 1856.³⁶⁴

A quarta testemunha arrolada por Margarida foi Antônio Gonçalves Pereira. Trata-se do mesmo Antônio, cuja trajetória assinali anteriormente, foi casado com a nagô Henriqueta Ribeiro Queiros, padrinho de casamento e testamenteiro do casal de africanos nagôs Antônio Severino José Dos Santos e Lucrecia Carvalho etc.. Antes de adentrarmos nas minúcias do depoimento de Antônio informo que sua presença na querela foi solicitada por Margarida, com o objetivo de confirmar que o finado Domingos não tinha outros parentes vivos aqui no Brasil ou em África. Sobre essa contenda, no registro conta que Antônio depôs do modo seguinte: sou “parente do intestado, alias, *Patrício do intestado*, visto como é elle natural da Costa d’África.” Acrescentando em seguida que “sendo da mesma terra do falecido intestado Domingos Zama – sabe de que quando elle veio para o Brasil já seos pais havião falecido e não teria ficado irmãos do mesmo intestado em Onin – *terra delle testemunha e do mesmo Domingos*.” Em Lençóis, esses dois libertos nagôs moravam próximos um ao outro. Antônio, na Rua direita do Rosário, casa nº 41, e o finado Domingos, na Rua Uruguaiana [Boa Vista], na qual tinha três casas. Já em África “o finado morava distante um dia de viagem, isto é como daqui ao Andarahy”³⁶⁵ Muito embora tenham

³⁶³ AFML – Tabelionato de notas, livro nº 3. Pag 50v/51

³⁶⁴ AFML – Tabelionato de notas, livro nº 3, Folhas 50v e 51.

³⁶⁵ APEB – Judiciário, série inventário, classificação nº 03/1028/1497/14. Folha 43v

vindo em épocas diferentes, “*Quando elle testemunha veio encontrou elle aqui na Chapada*”³⁶⁶

O outro conterrâneo de Domingos Zama era Antônio Ferreira do Valle, o mesmo Antônio que foi testamenteiro e inventariante dos bens de Antônio Gonçalves Pereira, dezessete anos depois desse encontro, em 1887. Disse ser solteiro, de quarenta e tantos anos e “natural de Porto de Onin na Costa D’África”, morador desta cidade, na qual vivia do seu ofício de garimpeiro. Foi lhe perguntado a respeito da família do intestado em África, “*Respondeo que sendo filho do mesmo lugar onde nasceu Domingos Zama, o conheceu desde lá, assim como a seos pais que fallecerão antes de vinda delle Domingos para o Brasil.*” Para melhor validar a ausência de herdeiro em sua terra natal disse ainda “que o mesmo não deixara lá irmãos por que nunca os teve”.³⁶⁷

Prosseguiu Antônio Ferreira do Valle com seu valioso depoimento referindo-se à trajetória de Domingos ao desembarcar na Bahia: “que Domingos Zama vinhera primeiro para o Brasil antes do que elle testemunha, sendo que chegando no Porto da Bahia mais tarde fora comprado e seguira para a Villa de Caetité, que sabe por elle mesmo lhe haver referido.” Perguntaram-lhe também sobre a condição conjugal dos dois africanos, Margarida e Domingos, ele confirmou o que os demais já haviam dito, “Que sabe serem casados não só por dizer o mesmo falecido *como diversas pessoas (...)*”³⁶⁸

Embora a riqueza de informações produzidas pelos africanos a respeito da vida de Domingos - em África, anterior ao cativo, e mesmo durante o cativo até libertar-se -, teoricamente provasse a ausência de outros herdeiros, para o coletor público aquele foi apenas mais um momento para destilar seu veneno contra os africanos. As palavras grosseiras do coletor escorregaram para a pena e desta para o papel o preconceito moral e pessoal que recaia sobre aquela população ficou registrado assim:

Não tendo a justificante exibido certidão ou qualquer outro documento processado no foro eclesiástico, que prove existência do seu casamento *parece-me improcedente a fraca prova produzida por testemunhas analfabetas, reconhecidamente ignorantes como são os pretos africanos* [coletor José Duarte Oliveira]³⁶⁹.

³⁶⁶ APEB – Judiciário, série inventário, classificação nº 03/1028/1497/14. Folha 44 (grifos nossos)

³⁶⁷ APEB – Judiciário, série inventário, classificação nº 03/1028/1497/14. Folha 44v

³⁶⁸ APEB – Judiciário, série inventário, classificação nº 03/1028/1497/14. Folha 44v

³⁶⁹ APEB – Judiciário, série inventário, classificação nº 03/1028/1497/14. Folha 46v (grifos meus)

Foi custoso e desgastante para Margarida, mas ela conseguiu provar a condição de universal herdeira dos bens do casal. Em 12 de dezembro de 1870, compareceu perante o juiz para arrecadar a quantia depositada pelas ex-escravas, as nagôs Theodora, Maria e Miquelina, e confirmar a transferência dos bens. Embora nas palavras do coletor os africanos fossem “pretos ignorantes”, Margarida demonstrou ser muito esperta e inteligente, sabendo articular estratégias de modo a alcançar seus objetivos, contando para tanto com a ajuda e a solidariedade “dos seus.” Articulação que lhe permitiu salvar anos de trabalho, e que hoje nos possibilita conhecer um pouco mais da importância dos laços constituídos entre escravos e libertos durante a escravidão e, mais precisamente, sobre tramas envolvendo africanos em Lençóis, na Chapada Diamantina oitocentista.

O africano Antônio Ferreira do Valle possuía intrincadas relações entre várias famílias. Além de todos os engagements até agora mencionados, também estava conectado à família de Horácio Alexandrino Ribeiro e Dina de Souza Barreto, ambos libertos africanos. Quando Horácio faleceu, em 3 de janeiro de 1873, em decorrência de grave moléstia, devia dinheiro de empréstimo feito junto a Antônio, quantia usada para tratar da referida doença que findou seus dias de vida. Assim declarou a viúva Dina no ato de inventário:

Deve o casal as dívidas seguintes – A Carolina de Tal (...) a *Pedro Africano* 445\$ que não os pôde pagar. Que deve a João Cancio de empréstimo 136\$ - A **Antônio Ferreira do Valle** também Africano deve seu Casal dinheiro de empréstimo na moléstia 100\$ - Que deve ainda seu casal a *Esmeria Africana* 80\$ de empréstimo na moléstia – Que ainda deve a *Antônio Pereira da Rocha*, também africano, a quantia de 50\$ - Deve ao senhor Pedro de Goes, resto do funeral 56\$ - Que finalmente deve o seu casal a *Fortunato Africano*, morador no Andarahy 50\$³⁷⁰

Havia sob a posse do casal, entre outros bens, uma escrava de nome Maria, africana, solteira, maior de 30 anos, que visto pelos avaliadores deram-lhe o preço de 600\$000 mil reis.³⁷¹ A referida escrava depositou em júízo o valor da sua avaliação, em

³⁷⁰ APEB – Judiciário, série inventário, classificação 04/1844/2315/32. Folha 4 (grifos meus)

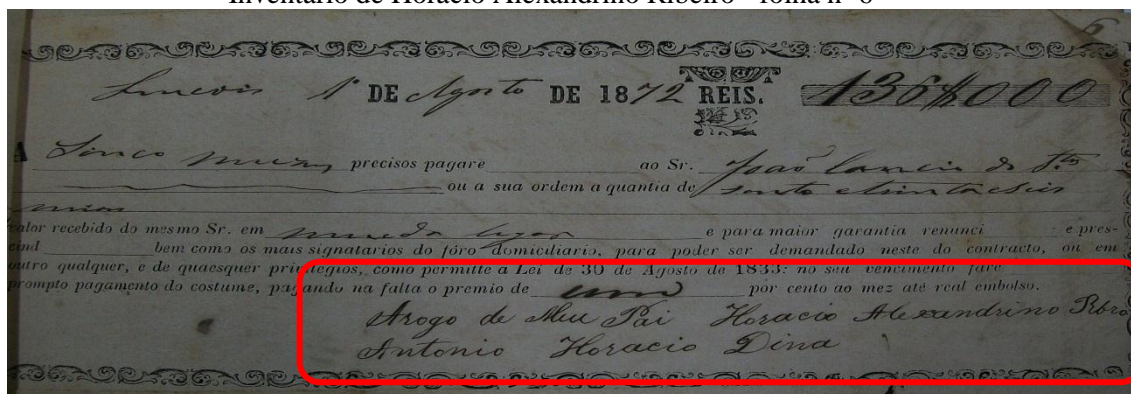
³⁷¹ Como pode ser acompanhado durante todo texto, a presença de libertos com posse de escravos era algo comum em Lençóis, realidade muito próxima ao que ocorria nos grandes centros urbanos do

23 de agosto de 1873.³⁷² Aquele casal era vizinho de outros africanos, pois morava na Rua Uruguaiana (antiga Boa Vista), onde possuíam duas casinhas. Tinha seis filhos, sendo Flora, a mais velha, com 20 anos, e João, o mais moço, com dois anos apenas. Três deles haviam sido perfilhados por Horácio Alexandrino, cinco anos antes, no dia 28 de dezembro de 1868, como declarado abaixo:

Escritura publica de perfilhação que faz Horácio Alexandrino Ribeiro [africano liberto], de seus três filhos de nomes Emiliana; Antônio; e Paulo, como abaixo declara: Aos 28-12-1868 compareceram em meu escritório os africanos libertos – Horácio Alexandrino Ribeiro e Dina de Souza Barretto (...) me foi dito pelo dito Horácio que houvera três filhos de nomes Emiliana, nascida a 19-10-1860; - **Antônio nascido a 19-11-1862**; - e Paulo nascido em 07-12-1864, nascidos nesta cidade e havidos na dita Dina de Souza Barretto (...).³⁷³

Chamo a atenção para o filho do casal de nome Antônio, que nasceu em novembro de 1862, e dez anos depois já acompanhava o pai em suas virações. Em agosto de 1872, poucos meses antes da morte do seu pai, Antônio Horácio Dina assinou uma letra - usando um trocadilho - com a sua letra. Assinou a rogo do pai o comprovante da dívida contraída com João Cancio. Não por ser seu pai analfabeto, não se tratava disso, Horácio era letrado e por esse valioso saber foi em algumas ocasiões solicitado por outros africanos para assinar a rogo deles suas respectivas cartas de alforrias e outros tipos de transações.

Inventário de Horácio Alexandrino Ribeiro - folha nº 6



Por ser um homem que sabia ler e escrever, Horácio provavelmente se preocupou em legar a seus filhos uma educação formal, talvez ele tenha ensinado as

Brasil como Salvador, Rio de Janeiro e cidade da província mineira. Realidade diferente encontrou Fatima Pires em sua pesquisa para Rio de contas e Caetité: “difícilmente de localizou posse cativa por escravos e forros” Ver: Pires. Fios da Vida... Op. Cit. Pag. 122.

³⁷² APEB – Judiciário, série inventário, classificação 04/1844/2315/32. Folha 3 (grifos meus)

³⁷³ AFML – Tabelação de notas, livro nº 5, folha 121 (grifos meus)

primeiras letras dentro de casa. Compreendo esse ato como um jogo de afirmação, apresentar o filho de dez anos para assinar a rogo seu, mesmo que ele Horácio Alexandrino soubesse escrever, simbolicamente era uma alegoria da afirmação perante aquela sociedade, na qual ele galgava dias melhores para sua prole.

Por ser letrado, entre outros motivos, Horácio compareceu em algumas cerimônias de entregas de alforrias e assinou a liberdade de alguns dos seus amigos. No dia 09 de julho de 1870, assinou a alforria do escravo Fortunato africano, idade de 50 anos, pertencente a Manoel Alves de Carvalho, morador do Andarahy.³⁷⁴ O mesmo Fortunato, que dois anos depois lhe emprestaria 50\$000 para tratar de sua moléstia, como foi detalhado nas dívidas do casal, transcritas acima. Alguns meses depois estava novamente Horácio diante do tabelião para assinar uma transação efetuada entre dois africanos, um desses africanos era Esmeria, a mesma lhe emprestaria 80\$000 dois anos depois para que ele tratar de sua moléstia.

Escritura publica de compra e venda que faz, como vendedor Lourenço Bernardo, como compradora Esmeria Vivencia de Souza, *ambos africanos libertos*, (...) de uma casa sita nesta cidade à Rua da Travessa do Rosário, coberta de telha de barro, com duas portas de frente, na quantia de 400\$000. (...) Lençóis 03-10-1870. (...) *Assinou a rogo do vendedor, o africano liberto Horácio Alexandrino Ribeiro.*³⁷⁵

3.4. Africanos, cotidiano e conflitos.

Muito embora a reconstrução de laços afetivos entre africanos tenha sido efetivada com relativa desenvoltura na Chapada; as relações sociais entre eles não era uma via de mão única, havia sim espaços para solidariedades, mas também para conflitos. Alguns desses conflitos tiveram como ponto central a disputa por mulheres, as relações afetivas sexuais e familiares estiveram no centro de algumas querelas, que analiso a seguir.

Um dos conflitos dessa natureza foi testemunhado por Antônio Ferreira do Valle, sujeito recorrente na documentação pesquisada e ao longo deste trabalho. O fato ocorreu na Vila das Palmeiras, termo dos Lençóis. Na ocasião, Antônio Ferreira do Valle estava residindo naquela vila, distrito dos Lençóis, provavelmente em algum

³⁷⁴ AFML – Tabelionato de notas, Livro nº 5. folha. 201.

³⁷⁵ AFML – Tabelionato de notas, Livro nº 5. Folha. 216.

garimpo aberto ali, muito possivelmente em parceria com outros africanos como ele. Não sabemos que tipo de relação trabalhista ele estabeleceu naquela vila, se era garimpeiro “alugado”, “meia-praça”, ou se “trabalha para si.” Naquela época, a Vila das Palmeiras já dispunha de um razoável aglomerado urbano, com estrutura policial que incluía um subdelegado, um inspetor de quarteirão e uma casa que servia como prisão, atrelado ao distrito policial da Serra Negra (os demais distritos eram: Pedra Cravada; Estiva e Campestre). Havia aos sábados uma feira livre, dia da semana em que os garimpeiros desciam das serras e vinham abastecer-se de víveres para semana seguinte, quando novamente voltavam a se embrenhar serra a dentro em busca da “pedra da felicidade.”

A feira era uma data especial no calendário semanal dos garimpeiros, pois era em ocasiões como aquela que os amigos se reencontravam, contavam histórias de diamantes, notícias de quem havia bamburrado e pilherias com quem estava “infusado”.³⁷⁶ A feira também era importante espaço de sociabilidade para escravos e libertos, incluindo os africanos. Bebia-se muito. Dançavam, namoravam, enfim divertiam-se muito nos vários bares e bordeis que existiam ali. Nesses lugares, costumeiramente, os garimpeiros que haviam tirado boas partidas durante a semana esbanjavam sua sorte num jogo de representação. Quando acontecia de um garimpeiro bamburrar, tentando copiar a boa vida dos abastados, “torrava” quase todo dinheiro com festanças, “segundo uma prática corrente, não lhe restava opção senão gastar o resultado da venda da pedra, a pequena fortuna amealhada, em farras ‘homericas’ (...) voltando, então, para a serra, tão pobre como saiu ou, muitas vezes mais miserável.”³⁷⁷ Foi num dia como esse, em meio ao contexto que tornava aqueles espaços locais de efervescentes contatos interpessoais; numa madrugada de sábado para domingo, que o africano Horácio Spinola tornou-se réu em um processo. Consta nos autos que o africano

³⁷⁶ Cheguei a essas conclusões consultando documentação policial, referente a diversos crimes cometidos nesses dias de feira bem como diversos enredos da literatura regional chapadina. Dispõe essa região de obras destacadas no gênero da literatura regional, constando estas algumas obras de três imortais da Academia Brasileira de Letras –ABL, que São eles: o jornalista e romancista Urbano Duarte de Oliveira (Lençóis, 2 de janeiro de 1855 — Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1902) membro fundador da ABL; Afrânio Peixoto (Lençóis, 17 de dezembro de 1876 — Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1947) também membro da ABL; e Herberto Salles, (Andaraí, 21 de setembro de 1917 — Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1999). Acrescento ainda as obras de Lindolfo Rocha (Maria Dusá; 1910); Herman Lima (Garimpos); e talvez o mais relevantes deles para nossa análise, qual seja o romance intitulado “Lavras Diamantinas” do caetiteense Marcelino José das Neves. Marcelino das Neves escreveu o referido romance em 1870, ele foi uma testemunha ocular daquele *rush* que se tornou a Chapada Diamantina na segunda metade do XIX. Mudou-se para Lençóis na década de 1850, morava como agregado na casa de seu cunhado, o comerciante Aprígio José da Silva Leão.

³⁷⁷ Senna. Jarê... Op Cit. pag. 47)

Horácio tentou estuprar uma mulher de nome Feliciano. A justiça enquadró-o no delito de ofensas físicas, que inicialmente teve a ofendida como ré. Para defender-se, Feliciano usou uma navalha, ato considerado delituoso pelo inspetor de quarteirão assim que chegou ao local do episódio. Ela então também foi detida.³⁷⁸ Como já foi sinalizado em nossa historiografia, muitas vezes ocorria a inversão de posições quando escravos se colocavam perante à justiça nos processos criminais.³⁷⁹

Feliciano Maria de Jesus, provavelmente liberta, dividia uma casa com dois africanos libertos; um deles era Bruno Alves Gonçalves, de 35 anos, que vivia de ser garimpeiro, solteiro, morador nas Palmeiras e natural da Costa D'África. O outro morador daquele domicilio era o liberto Alexandre, amasio da dita Feliciano. Embora residindo na mesma casa, Bruno não viu o principio da confusão, já estava dormindo quando tudo começou e só se deu conta do barulho “quando ouviu as vozes de Horácio Spinola que dizia que estava navalhado”. Nesse momento, Bruno interferiu no conflito. Segundo Feliciano ela teria dado a navalhada em Horácio, pois, “o dito Africano a queria forçar para com ella ter copula carnal. (...) sem que ela nunca lhe tivesse dado confiança para a forçar de querer servir-se dela, lançou mão de uma navalha e defendendo-se e fes um ferimento.”³⁸⁰

A ausência do africano Alexandre, amasio de Feliciano, possivelmente facilitou os intentos de Horácio. Não era a primeira vez que Horácio estava naquela casa, que pertencia a Alexandre. As testemunhas confirmaram que quando ele vinha do garimpo *fazer o sacco*³⁸¹ nas Palmeiras, costumava dormir na casa de Alexandre. Naquele dia, especialmente, Alexandre encontrava-se em Lençóis. Foi então que todo imbróglio

³⁷⁸ Um pouco desse cotidiano da prostituição das Lavras pode ser percebido no romance de Herberto Salles. São histórias de “mulher-dama” como Lindaura: “Apareceu na cidade uma rapariga chamada Lindaura, que estava morando da Rua do Bucho, em casa de Joana Pela-Pau. Era uma negrinha nova, lisa com os peitinhos duros, uma fêmea de primeira.” – assim a descreviam. “A notícia correu entre os garimpeiros: havia petisco fresco, uma menina, quase. Lindaura amou então debaixo das pontes, gemeu de prazer *em braços de homens diversos nas noites de sábado, quando os garimpeiros regressavam das serras*. (...)” Herberto Salles. Cascalho pag. 233. Outro romance que trata dessa efervescência da vida noturna e da prostituição nos garimpos bem como da escravidão nas lavras é o livro de Lindolfo Rocha, intitulado Maria Dusá, publicado em 1910. O referido romance tem o seguinte cenário: Maria Dusá é uma prostituta dos garimpos de Chique Chique (Igatú) que em determinado momento desiste da vida de prostituta para se tornar garimpeira e senhor de escravos e “ganhar a vida honestamente.”

³⁷⁹ Pires. O crime na cor Op. Cit. (2003). REIS, Liana Maria. Crimes e escravos na capitania de todos os negros (Minas Gerais, 1720-1800). São Paulo, SP: Aderaldo & Rothschild, 2008. 275 p.

³⁸⁰ APEB – Judiciário, série processo crime (lesões corporais), classificação 04/147/18. Folha 2v e

3v

³⁸¹ “Fazer o Saco” ou “fazer uma boca de sacco” é uma expressão muito corrente ainda hoje na Chapada Diamantina que significa fazer a feira. Os garimpeiros utilizavam sacos para ir depositando os produtos comprados na feira os quais seriam transportados para seus locais de trabalho nas serras.

sucedeu, sem a sua presença. Segundo Antônio Ferreira do Valle, Horácio Spinola “esteve brincando toda noite e de madrugada foi a casa de Alexandre onde estava a ré presente e ahi principiaram o barulho que teve fim na casa delle testemunha e de seu companheiro Luiz.”³⁸² Vários africanos moravam próximos. Alexandre e Bruno moravam na mesma casa que Feliciano. Horácio Alexandrino, outro africano que testemunhou o ocorrido, disse que morava “vizinho da casa onde teve lugar o barulho, mas que elle testemunha não vio o dito barulho pois estava dormindo (...).” Morava provavelmente com sua esposa, a africana liberta Dina de Souza Barreto.³⁸³ Antônio Ferreira do Valle dividia a casa com o liberto Luiz Bacellar. Todos declaram, genericamente, serem naturais da Costa D’África. Antônio Ferreira do Valle, como já sabemos, nasceu em Onim. Em depoimento Antônio informou o seguinte:

[...] estando em sua casa já dormindo entrou pela porta a dentro por ser a porta de varas a ré presente, pedindo que lhe valesse para Horácio não lhe dar pancadas ao que elle testemunha e seu companheiro Luiz pedirão ao dito Horácio que estava armado de um grande pau que se tinha feito dele tição de fogo que não espancasse; mas elle não quis attender e continuou a dar pancadas na ré presente a qual atracou se com Luiz e ambos levarão muitas bordoadas por que o dito Horácio não quis attender em vista disso o companheiro Luiz foi chamar o Inspetor de Quarteirão. [...]³⁸⁴

Horácio acabou sendo condenado por ofensas físicas a Feliciano, mas antes de ser preso evadiu-se dos Lençóis, sendo condenado à revelia. A justiça pôs a leilão sua casa, situada no distrito de Santo Antônio da Cravada, para com o produto da venda pagar as custas do processo. Outro africano que se envolveu em briga e conheceu a cadeia dos Lençóis foi Herculano Manoel, preso em 1868 por agredir João Gonçalves de Miranda, provavelmente um ex-escravo. Segundo o denunciante, João Gonçalves estava em seu serviço de mineração, na Capivara, que ficava próximo ao serviço de mineração do africano que o agrediu. João Gonçalves passou próximo ao local onde Herculano Manoel estava trabalhando, lavando cascalho; ao avistar João, Herculano pegou uma enxada desferindo-lhe várias pancadas, ocasião em que “saiu com a cabeça quebrada”.

Herculano Manoel, africano liberto, com idade de 26 anos, natural da Costa D’África e com profissão de garimpeiro, era casado com Maria Emiliana da Silva,

³⁸² APEB – Judiciário, série processo crime (lesões corporais), classificação 04/147/18. Folha 6

³⁸³ APEB – Judiciário, série processo crime (lesões corporais), classificação 04/147/18. Folha 3.

³⁸⁴ APEB – Judiciário, série processo crime (lesões corporais), classificação 04/147/18. Folha 5 e 5v

natural do Brejo da Lama. Segundo todas as testemunhas arroladas e inclusive o próprio Herculano, o centro da querela entre ele e João era Maria, pois, “João de tal andava ciduzindo sua mulher”. Maria contou que estava no rancho do casal nas Capivaras e que foi dali que ouviu o barulho entre Herculano e João. Seu marido retornou ao rancho e ela perguntou o que havia acontecido, foi então que ele respondeu: “que o que prometia não faltava”. A promessa de Herculano consistia em dar uma surra em João, motivado pelo ciúme.³⁸⁵ Foi perguntado a depoente se seu marido ciuava dela com João? Ela então respondeu:

seu marido ciuava della com o ditto João à ponto de leva-lá um dia para o matto amarra-lá de péz e mãos da-lhe bastante chicotadas e promete-la matar se não confeçasse que tinha se relacionado com o ditto João, ao que ella com medo de morrer disse que tinha, porém que tal não tinha acontecido e para provar a barbaridade mostrava os braços ainda cortados pelas cordas e a camisa ensanguentada pelas tacadas (...).³⁸⁶

Embora tenhamos aqui vários exemplos que comprovam a importância das relações comunitárias para enfrentar a dureza da vida e as limitações da sociedade escravista, não se pode negar desavenças internas, muito comuns em condições mais disputadas de sobrevivência. Conhecer as relações sociais tecidas entre indivíduos nessas condições de sobrevivência é importante para melhor entender a instituição escravidão. Como já sabemos, a historiografia esteve muito atenta ao estudo das relações entre senhores e escravos, mas pouca atenção se deu às relações intraclasses. Não que essa tenha sido uma má escolha, mas ela limitou as percepções das relações entre escravos-escravos e destes com os libertos. “se por um lado, foi fundamental para o conhecimento da escravidão brasileira, por outro, limitou ou mesmo ofuscou as análises das relações intraclasses, mesmo que não fosse essa a intenção.”³⁸⁷ As pesquisas da historiadora Maria Inês Cortes de Oliveira também procuram entender o mundo dos escravos e libertos em suas relações entre si e a sociedade ao seu redor. Essa pesquisa também propôs compreender, na medida do possível, as relações entre escravos e egressos do cativeiro, na Lençóis da segunda metade do Século XIX, tentando entender um pouco do mundo que eles criaram ou recriaram.

³⁸⁵ APEB – Judiciário, processo crime, classificação 04/14707. Folhas 12-14

³⁸⁶ APEB – Judiciário, processo crime, classificação 04/14707. Folha 13v e 14

³⁸⁷ Pires. O Crime na Cor... Op. Cit. Pag. 215.

Embora perceptíveis - e este trabalho procura entender essas dimensões – compreender as redes que envolveram africanos numa intrincada trama de relações sociais é tarefa difícil. Embora acessar essas redes mediante processos-crime seja relativamente fácil, decifrá-las é um tremendo desafio. As tramas que analisamos foram construídas por africanos que se conheciam bastante, muitas vezes moravam próximos uns dos outros, e quando não residiam próximos mantinham contatos constantes, seja por proximidade afetiva ou por frequentarem os mesmos espaços. Analisar esses enredos através do crime, muito embora seja uma fonte privilegiada pela riqueza de informações, impões ao historiador o desafio de perceber os múltiplos interesses por trás da condenação ou absolvição do réu.

Ao longo deste terceiro capítulo, procurei assinalar a ampla utilização da mão de obra africana e a presença de muitos libertos africanos residindo e reformulando seus laços familiares na Chapada, e o quanto essa situação decorreu da pujança que a economia lavrista representou na segunda metade do século XIX. Aquela região atraiu grandes levas de africanos provenientes dos últimos anos do tráfico transatlântico para a província da Bahia. Assim, os padrões de sociabilidades estabelecidas por indivíduos advindos maciçamente da mesma região em África, região Iorubá, explica a grande quantidade de nagôs em Lençóis. Talvez os africanos encontraram uma oportunidade de imprimir na Chapada, apesar de inumeráveis limitações impostas pelo contexto escravista, aspectos de suas vidas em África.

Considerações finais.

Objetivou-se com esta pesquisa averiguar se as minas de diamantes da Chapada, espécie de eldorado a içar esperanças e excitar cobiça inclusive entre escravos, possibilitou acúmulo de vantagens para aqueles sujeitos. Em que medida tornou-se espaço propício à conquista da alforria? Em que medida tornou-se espaço privilegiado para ocultação de escravo fugido? Norteado por estas e outras questões busquei situar limites, possibilidade e peculiaridades dessa região.

Busquei compreender estratégias de sobrevivência e formas de resistência de escravos e libertos em Lençóis, Chapada Diamantina, a partir da povoação da região, posterior à descoberta dos diamantes. Antes da mineração essa era uma região muito pouco povoada que exercia tímido poder de atração. Os diamantes mudaram significativamente esse panorama inicial e a região transformou-se numa das áreas mais dinâmicas da província da Bahia no século XIX.

Grandes esperanças foram depositadas na riqueza anunciada aquém e além das fronteiras da província da Bahia, riqueza que atraiu a atenção de indivíduos de diversas partes do Império do Brasil e até de outros países. Homens e mulheres em diferentes condições sociais, indivíduos de posses, pobres desvalidos, livres e, principalmente, muitos escravos que trabalharam na mineração de diamantes. Nesse contexto, a cidade de Lençóis, nascida como num passe de mágica, no *rush* da década de 1840, se transformou no centro da produção, comércio e ostentação do fausto das minas.

A mineração de diamantes era uma atividade praticada majoritariamente por cativos. Muitos homens e mulheres viveram e morreram como escravos em Lençóis, outro tantos conquistaram a liberdade e continuaram morando naquela região. O grande número de escravos e libertos vivendo num mesmo ambiente possibilitou o estabelecimento de muitos arranjos essenciais para a sobrevivência desses indivíduos. Esses indivíduos buscaram tomar rédeas de suas vidas e protagonizar sua existência. Essas tentativas produziram marcas que permitiram acompanhar alguns percursos, trajetória que ficaram documentadas em diferentes fontes: casamentos, batizados, testamentos, processos crime e cíveis, registros de compra e venda etc.

Diversas formas de solidariedades podem ser analisadas a partir do conjunto de fontes citadas nessa pesquisa. O convívio entre escravos, libertos, pobres livres possibilitou interações nos espaços de circulação de pessoas, riquezas e informações. Assim era o caso das feiras semanais onde se fazia o “saco” [compras] e reencontravam

amigos; nos locais e serviços de mineração, praticados nas serras, nos poços, nas grupiarias. Ali, em meio à correria da labuta, alimentavam-se esperanças e construíam-se sonhos, sonhos de riqueza para alguns de liberdade para outros. Amizades foram tricotadas nas ruas, bares e cabarés de Lençóis, interações que geraram em diversas ocasiões conflituosas pelejas envolvendo indivíduos submetidos a condições concorrenciais de sobrevivência. Espaços frequentemente ocupados por subalternos, locais onde facilmente se presenciavam as amizades, as brincadeiras, os romances e também os conflitos.

A historiografia brasileira da escravidão, em suas diversas abordagens a respeito das possibilidades e perspectivas de formação de comunidades negras pautou suas análises em duas vertentes principais. Uma vertente minimizou os efeitos das relações e da possibilidade de auferir ganhos significativos com a formação de laços familiares. Segundo esses estudos, a família negra trouxe mais benefício ao senhor que ao escravo, promoveu mais a concorrência que a solidariedade.³⁸⁸ Outros trabalhos, no entanto, preferiram focalizar as relações horizontais entre escravos, evidenciando que estes, com base na família, conseguiram organizar formas de convívio com forte grau de autonomia.³⁸⁹

Este trabalho buscou compreender as estratégias de sobrevivência e as interações dos escravos de Lençóis entre si e a comunidade em seu entorno. Foi possível perceber que em diversos momentos a formação de laços afetivos, sejam eles consanguíneos ou por afinidade, contribuíram para amenizar a dureza da vida sob o cativo. Escravos buscaram estabelecer relacionamentos durante o período do cativo, ora conservando ora ampliando laços, à medida que eles possibilitavam auferir ganhos pessoais ou coletivos.

³⁸⁸ Estudos como os de Florentino E Góes... *A paz da Senzala...* Op cit. Hebe Maria Mattos, *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, século XIX*, Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1998.

³⁸⁹ SLENES... *Na Senzala uma flor* Op. Cit. REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*. 149. ed. Salvador: Centro de Estudos Baianos da UFBA, 2001. Da mesma autora: *A família negra no tempo da escravidão...* Op. Cit. WISSENBACH... *Sonhos Africanos. Vivências Ladinhas...* Op. Cit. ROCHA, Cristiany Miranda. *Histórias de Famílias Escravas*. Campinas, São Paulo: editora da Unicamp, 2004.

LISTA DE ARQUIVOS.

Arquivo Público do Estado da Bahia (Salvador -BA) – APEB

Arquivo do Fórum de Lençóis (Lençóis-BA) – AFL

Arquivo da Igreja do Rosário de Lençóis (Lençóis-BA – AIRL

Arquivo Público Municipal de Caetité - Acervo Casa Anísio Teixeira - (Caetité-BA)

Acervo Online da Universidade de Chicago – EUA – Disponível em:
<http://www.crl.edu/brazil/provincial/bahia>

Acervo Online de Periódico da Biblioteca Nacional – Disponível em:
<http://memoria.bn.br/hdb/periodicos.aspx>

LISTA DE FONTES MANUSCRITAS, ONLINE E IMPRESSA.

APEB – Colonial e Provincial - Correspondência de Juizes de Lençóis – Maços: 2160; 2577; 2459; 2461; (1848 – 1889).

APEB – Colonial e Provincial - Correspondências da Comarca das Lavras Diamantinas – Maços - 2458; 2457-1 (1871 – 1889).

APEB – Colonial e Provincial - Correspondências Da Câmara de Lençóis– Maços: 1340; 1341; 1421; (1848 – 1890).

APEB - Judiciário – Inventários e Testamentos de Lençóis– Aproximadamente 350 inventários (1849 – 1900).

APEB - Judiciário - Comarcas do interior – Testamentos – Lençóis – Livro nº 1.

APEB – Judiciário – processos crime – Aproximadamente 370 processos (1849 – 1890)

APEB – Judiciário – Processos cíveis – Aproximadamente 250 processos (incluindo ações de liberdade) (1852 – 1890).

APEB – Colonial e Provincial – Terrenos Diamantinos da Bahia – Maço – 4856 (1848-1889)

Arquivo do Fórum Municipal de Lençóis – Livros de notas – nove livros (todos digitalizados e transcritos) – (1853 – 1890).

Arquivo da Igreja do Rosário de Lençóis – 5 livros de batismo; 2 de casamentos e 3 de óbitos (1852 – 1890).

Arquivo Público Municipal de Caetité – Fundo da Casa Anísio Teixeira – Registros Contábeis da Companhia Capivaras (1859-1860).

Acervo de Periódicos da Biblioteca Nacional – Jornais: O Guaycuru-BA, (1844 – 1859); Diário do Rio de Janeiro – RJ (1844-1860); Correio Mercantil – RJ (1848-1868); O Mercantil – RJ (1844-1846); O Correio da Tarde - RJ (1846); A Semana Ilustrada – RJ (1869); Anuário Político Histórico e Estatístico – RJ (1847-1848).

LISTA DE FONTES BIBLIOGRÁFICAS

ACAUÃ, Benedicto Marques da Silva. Relatório dirigido ao governo imperial em 15 de abril de 1847, pelo inspector geral dos terrenos diamantinos na província da Bahia. *Inst. Hist. Geogr. Ethnogr. do Brasil. Rev. Trim.*, V. 9: 227-260p.

CATHARINO, José Martins. Garimpo, Garimpeiro, Garimpagem – Chapada Diamantina, Rio de Janeiro: Philobiblion; Salvador: Fundação Econômico Miguel Calmon, 1986.

GOMES, Josildete. Povoamento da Chapada Diamantina, *Revista do IGHB*. Salvador, (77): 221 – 238, 1952.

LIMA, Herman. Garimpos. *Civilização Brasileira*, 5ª edição. Rio de Janeiro. 1976. 166 p.

NEVES, Marcelino José. Lavras Diamantinas – Romance. Fundação Gonçalo Moniz; Salvador – Bahia. 1967, 1º ed. 415 p.

PEIXOTO, Afranio. Bugrinha. Rio de Janeiro, RJ: Edições de Ouro, 1975. 255 p.

PEREIRA, Gonçalo de Athayde. *Memoria Historica e Descriptiva do Município dos Lençoes (Lavras Diamantinas)*. Bahia: A Bahia. 1910.

ROCHA, Lindolfo. Maria Dusá. Texto integral organizado por Afrânio Coutinho. São Paulo: Ática, 1990.

SALES, Herberto. Cascalho: romance. 7. ed. Salvador, BA: Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2009. 537 p.

SAMPAIO, Theodoro. O rio São Francisco e a Chapada Diamantina. 2. Ed. Salvador: Progresso, 1938.

SENA, Ronaldo. Jarê: manifestação religiosa na Chapada Diamantina, São Paulo. 1984. (tese de doutorado USP).

SPIX, Johann Baptist; MARTIUS, Von. Viagem pelo Brasil: 1817-1820. Vol. 2. 4.ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 319 p.

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. Alforrias em Rio de Contas – Bahia, século XIX. Salvador. Dissertação (mestrado) – UFBA / Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas PPGH, 2006. 174 folhas.

AZEVEDO, Elciene. O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2010. 245p.

BARICKMAN, B. J. Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2003. 445 p.

BOAVENTURA, Eurico Alves. *Fidalgos e Vaqueiros*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1971.

BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: família e sociedade (São João Del Rei – Século XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.

_____ Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004.

CASTELUCCI JÚNIOR, Wellington. Pescadores e roceiros: escravos e forros em Itaparica na segunda metade do século XIX, 1860-1888. São Paulo: Annablume/Fapesp; Salvador: Fapesb, 2008.

CASTRO, Ubiratan. 1846: UM ANO NA ROTA BAHIA – LAGOS, negócios, negociantes e outros parceiros. Afro-Ásia nº 21-22 (1998-1999), pag. 83-110.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHALHOUB, Sidney. Machado de Assis, historiador. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2003. 345 p.

_____ *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1990. 287 p.

CONRAD, Robert. *Tubeiros. O tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COOPER, Frederick; SCOTT, Rebecca Jarvis; HOLT, Thomas Cleveland. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro :: Civilização Brasileira, 2005. 346p.

COSTA, Emilia Viotti da. *Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 415 p.

COUTO, J. Vieira. *Memórias sobre a capitania de Minas Gerais. Suas descrições, ensaios e domicílios próprios*. À maneira de itinerário. 1801 – RAPM, Vol. X, 1905.

DANTAS, Mônica Duarte. *Fronteiras Movediças: relações sociais na Bahia do século XIX (a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Fapesp, 2007.

DERBY, Orville A. *Os Primeiros Descobrimentos de Diamantes no Estado da Bahia*. Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia, Salvador, v.31, p. 143-151, 1905-06.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2.ed São Paulo, SP: Brasiliense, 1995. 264 p.

_____ *A interiorização da metrópole e outros estudos*. 2. ed. São Paulo, SP: Alameda, 2009. 163 p.

FERREIRA, Elisângela Oliveira. *Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2008.

FERREIRA, Roberto Guedes. *O parentesco ritual na freguesia de São José do Rio de Janeiro*. Sesmaria Revista do NEHPS. Faculdade de Filosofia do Campo Grande, 01, ano 1, 2001.

FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano de trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993. 249 p.

FLORENTINO, Manolo (Org.). *Tráfico, cativo e liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____ *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro :séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 305 p.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico : Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1997. x, 250 p.

FRAGA FILHO, Walter,. Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX. São Paulo, SP: Hucitec, 1996. 188 p.

_____. Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2006.

FRAGOSO, João. Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. 324p.

FURTADO, Júnia F. Homens de Negócios. A interiorização da metrópole e do comércio nas Minas Setecentistas. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito. São Paulo. Companhia das Letras. 2003.

_____. Quem nasce, quem chega: o mundo dos escravos no Distrito Diamantino e no arraial do Tejuco. Pag. 223. In: LIBBY, Douglas Cole. FURTADO, Júnia Ferreira. Trabalho livre, trabalho escravo.

_____. *O livro da capa verde: o regimento Diamantino de 1771 e a vida no distrito Diamantino no período da real extração.* Sao Paulo: ANNABLUME, 1996.

GENOVESE, Eugene D. A terra prometida: o mundo que os escravos criaram. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 497 p.

_____. O mundo dos senhores de escravos: dois ensaios de interpretação. Rio de Janeiro: 1979. Paz e Terra 261p.

GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: O cotidiano e as idéias de um Moleiro Perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. O Nomo e o a como: troca desigual e mercado historiográfico. In: A micro-história e outros ensaios. Ed. Bertrand Brasil, Cad. Memória e Sociedade, 1991.

GONÇALVES, Graciela Rodrigues. As Secas na Bahia do Século XIX (Sociedade e Política). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, PPGH – UFBA. 2000. 184 Pag.

GRINBERG, Keila. Liberata: a lei da ambigüidade : as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Relume-Dumará 1994. 122 p.

_____. O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 403 p.

GUDEMAN, S. & SCHWARTZ, S. “Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia do século XVIII”. In: REIS, João José (org). *escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1988.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2000. 643 p.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores da Capitania do Rio de Janeiro : 1750-1808*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1988. 389 p.

LIBBY, Douglas. *Repensando o Conceito do Paternalismo Escravista nas Américas*. Pag. 33. In: PAIVA, Eduardo França. IVO, Isnara Pereira (Orgs). *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edunesb, 2008. 354p.

MACHADO, Cacilda. *As muitas faces do compadrio de escravos: o caso da Freguesia de São José dos Pinhais (PR), na passagem do século XVIII para o XIX*. IN: *Revista Brasileira de História – Órgão Oficial da Associação Nacional de História*. São Paulo, ANPUH, vol.26, nº52. Jul – dez, 2006.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2004.

MARTINS, Taiane Dantas. *Da Enxada ao Clavinote: Experiências, Liberdade e Relações Familiares de Escravizados no Sertão baiano, Xique-Xique (1850-1888)*. Santo Antônio de Jesus-BA: UNEB, 2010. (Dissertação de Mestrado em História Regional e Local)

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista : Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. 379p.

MATTOSO, Katia M. de Queiros. *Bahia, século XIX: uma província no império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, c1992. xii, 747 pags.

_____. *Ser escravo no Brasil*. 3. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1990. 267 p.

MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2ª Ed., 1986.

MINTZ, Sidney W. PRICE, Richard. *O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas: Universidade Cândido Mendes, 2003.

MONTEIRO, John Manoel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*: Companhia das Letras, 1994.

MORAIS FILHO, Walfrido. *Jagunços e Heróis: a civilização do diamante nas lavras da Bahia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963. 212 p.

NEVES, Erivaldo Fagundes (Organizador). *Caminhos do sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia*. Salvador, Ba: Arcadia, 2007. p. 10.

_____. *Da Sesmaria ao Minifúndio: um estudo de história regional e local*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 1998.

_____. Sampauleiros Tranficientes: *Comércio de escravos do Sertão para o oeste cafeeiro Paulista*. Afro-Ásia, Salvador, n. 24, p. 97-128, 2000.

NOGUEIRA, Gabriela Amorim. “Viver por si”, viver pelos seus: famílias e comunidade de escravos e forros no “Certam de Cima do Sam Francisco” (1730 – 1790). 2011. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciências Humanas V, Universidade Estadual da Bahia, Santo Antônio de Jesus, Bahia.

OLIVEIRA, Maria Inês Cortes de. Viver e Morrer no meio dos seus: nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX. *Revista USP*, São Paulo (28), PP.: 174-193. Dez/Fev. 1995/1996.

PAIVA, Eduardo F. e IVO, Isnara P. *Escravidão, mestiçagem e história comparadas*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG. Vitória da Conquista: Edunesb, 2008.

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte, MG: Ed. da UFMG, 2001. 285p.

_____. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume 1995. 240 p.

PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. *A Confederação dos Índios Green Kariri na Capitania de Ilheus e a tentativa de recuperar autonomia*. *Revista da XVIII Reunião da Associação Brasileira de Antropologia (ABA)*, Belo Horizonte, abr. 1992.

PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da Casa Imperial : jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871*. Campinas: UNICAMP: CECULT: FAPESP: CNPq, 2001. P 393.

PEREIRA, Raquel Pereira. *Laços da senzala, arranjos da flor de maio: relações familiares e de parentesco entre a população escrava e liberta – Juiz de Fora (1870 – 1900)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Departamento de História. 2007. 225 folhas.

PINA, Maria Cristina Dantas Pina. *Santa Isabel do Paraguassú: Cidade, Garimpo e Escravidão nas Lavras Diamantinas, século XIX*. Dissertação de Mestrado. PPGH – UFBA. 2000. Pag 122.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da Vida: tráfico internacional e alforrias nos sertões de Sima – BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009.

_____. *O crime na cor: escravos e forros no alto sertão da Bahia*. São Paulo: Annablume, 2003.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil: Colônia e Império*. 21. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1994. 104 p.

_____. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 23. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 2004. 390 p.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2007.

REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 463p.

_____. *De olho no canto: Trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição*. Afro-Ásia, Salvador, v. 24, p. 199-242, 2000.

_____. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 357 p.

_____. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 665 p.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1996. 509 p.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus J. M. de. *O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no atlântico negro (c.1822 - c.1853)*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010. 481 p.

REYRE, Gilberto; CARDOSO, Fernando Henrique. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51. ed. rev. São Paulo, SP: Global, 2007, c2006. 727 p.

RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. São Paulo: Ed. UNICAMP/ CECULT, 2000.

_____. *Os traficantes de africanos e seu “Infame Comércio” (1827-1860)*. Revista Brasileira de História. São Paulo. V.15. n 29, PP. 139-155. 1995.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Juca Rosa: um pai-de-santo na corte imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. 267p.

SANTANA, Napoliana Pereira. *Família e microeconomia escrava no sertão do São Francisco (Urbubu – BA, 1840 – 1880)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciências Humanas V, Universidade Estadual da Bahia, Santo Antônio de Jesus, Bahia.

SANTOS, Márcio. *Bandeirantes Paulistas no Sertão do São Francisco: Povoamento e Expansão Pecuária de 1688 a 1734*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SCHWARTZ, Stuart B. Escravos, roceiros e rebeldes. Trad. Jussara Simões. Bauru (SP): Edusc, 2001.

_____. Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCOTT, Rebecca Jarvis. Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860-1899. Campinas, SP: Rio de Janeiro: Ed. da UNICAMP, Paz e Terra; 1991. 309p.

SILVA, Eduardo. Dom Oba II d'Africa, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1997.

_____, “Fugas, revoltas e quilombos: os limites da negociação.” in. João José Reis e Eduardo Silva, (orgs.) Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista (São Paulo, Companhia das Letras, 1989).

SILVA, Luiz Antônio. Contratos e Tributos nas Minas Setecentista: O estudo de um caso – João de Souza Lisboa (1745-1765) – Dissertação (mestrado em história) – UFF. Niterói, 2002

SLENES, Robert. W.. “Malungu ngnoma vem!”: África coberta e descoberta do Brasil. Revista da USP, n 12, dez./jan./fev., 1991-1992.

_____. Na Senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Carlos Eugenio Líbano. Instruído na fé, batizado em pé: batismos de africanos na Sé da Bahia na 1ª metade do século XVIII, 1734 – 1742. Revista Afro-Ásia, Salvador, n.39, p.79-113.

_____. A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro, 1808 1850. 2. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2004. 608p.

SOUZA, Laura de Mello e. Norma e conflito: aspectos da história de minas no século XVIII. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 1999. 231p.

_____. O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2006. 505 p.

VASCONCELOS, Albertina Lima. Ouro: conquistas, tensões, poder mineração e escravidão – Bahia do século XVIII. Campinas, SP, 1998. Pag. 57.

VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. Os negros em Jacobina (Bahia) no Século XIX. São Paulo: Annablume, 2009.

WISSENBACH, Maria Cristina C. Sonhos Africanos. Vivências Ladinas. Escravos e forros no Município de São Paulo, 1850 – 1880. São Paulo: Hucitec, 1998.

Candido Eugênio Domingues de Souza. Perseguidores da espécie humana: capitães negreiros da Cidade da Bahia na primeira metade do século XVIII. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social – PPGH, Universidade Federal da Bahia. 2011.

José Pereira de Santana Neto. A alforria nos termos e limites da lei: o Fundo de Emancipação na Bahia (1871-1888). Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social – PPGH, Universidade Federal da Bahia. 2012.